

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

O horizonte nacionalista de esquerda e a *Revista Brasiliense* (1955 – 1964):
sociabilidade intelectual e linguagem política

Marcos Santos Machry

Porto Alegre

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

O horizonte nacionalista de esquerda e a *Revista Brasiliense* (1955 – 1964):
sociabilidade intelectual e linguagem política

Marcos Santos Machry

Dissertação de Mestrado apresentada junto
ao Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para obtenção do
título de mestre.

Área de Concentração: Relações de poder
político-institucionais

Orientadora: Prof. Dra. Claudia Wasserman

Porto Alegre
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Machry, Marcos

O horizonte nacionalista de esquerda e a Revista
Brasiliense (1955 - 1964): sociabilidade intelectual
e linguagem política / Marcos Machry. -- 2017.
208 f.

Orientadora: Claudia Wasserman.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2017.

1. Revista Brasiliense. 2. nacionalismo. 3.
prosopografia. 4. intelectuais. 5. Partido
Comunista. I. Wasserman, Claudia, orient. II. Título.

O horizonte nacionalista de esquerda e a *Revista Brasiliense* (1955 – 1964):
sociabilidade intelectual e linguagem política

Marcos Santos Machry

Dissertação de Mestrado apresentada junto
ao Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para obtenção do
título de mestre.

Aprovado em: 24/07/17

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt – UFRGS

Prof. Dr. Cristiano Pinheiro de Paula Couto – Universidade de Coimbra (UC)

Técnica em Assuntos Educacionais Dr.^a Marisângela Martins – UFRGS

RESUMO

Esta dissertação investiga a construção da linguagem política nacionalista da *Revista Brasiliense* (1955 – 1964) a partir da relação entre a sociabilidade intelectual de esquerda e o discurso político proferido. A publicação foi criada pela Editora Brasiliense, de propriedade do historiador Caio Prado Júnior. O recorte temporal adotado corresponde aos anos de duração do periódico em questão, marcado pelo contexto de ascensão do discurso nacionalista em amplos setores da sociedade, entre os anos 1950 e 1960, e a crise deste projeto provocada pelo golpe civil-militar de 1964. Por meio da prosopografia, foram investigadas as características biográficas dos membros do conselho de redação e do diretor-responsável do periódico, Elias Chaves Neto. A partir deste grupo social, situou-se a relação entre os intelectuais de esquerda da *Revista Brasiliense* e o nacionalismo da época, aproximando-os dos debates propostos pelo Partido Comunista ao qual a maioria dos integrantes desta publicação era filiado.

Palavras-chaves: Revista Brasiliense; nacionalismo; prosopografia; intelectuais; Partido Comunista.

ABSTRACT

This thesis investigates the construction of the nationalist political discourse of *Revista Brasiliense* (1955 - 1964) based on the connection between the intellectual sociability of the left and the political discourse uttered by such journal. The publication was created by Editora Brasiliense, owned by the historian Caio Prado Júnior. The period of time investigated in this study corresponds to the years during which *Revista brasiliense* was published, years that were marked by the rise of nationalist discourse in broad sectors of society from the 1950s and 1960s, and the crisis of this project caused by the 1964 civil-military coup. The biography of the journal's director-in-charge, Elias Chaves Neto, as well as those of the members of its editorial board were investigated through prosopography. Starting from this social group, the connection between the left-wing intellectuals of *Revista Brasiliense* and the nationalism of the time could be situated, bringing them closer to the debates proposed by the Communist Party to which most of the subjects of this study were affiliated.

Key Words: Revista Brasiliense; nacionalism; prosopografy; intellectuals; Communist Party.

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Assuntos mais publicados da <i>Revista Brasiliense</i>	47
Tabela II – Número de páginas, preço e inflação anual.....	50
Tabela III – Formação educacional paterna e ocupação profissional	78
Tabela IV – Formação educacional dos intelectuais.....	85
Tabela V – Trajetória profissional dos intelectuais.....	97
Tabela VI – “Grupo dirigente”: contribuições para a revista e filiação partidária (1955-1964)	110
Tabela VII – “Grupo dirigente”: local de nascimento e idade ao entrar no conselho de redação	124

LISTA DE ABREVIações

Aliança Nacional Libertadora (ANL)
Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC)
Centro Popular de Cultura (CPC)
Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)
Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP)
Comitê Central Provisório do Partido Comunista (CCPPC)
Comitê Regional de São Paulo (CR-SP)
Departamento Especial de Ordem Política e Social (DEOPS)
Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras (FCHL)
Federação de Indústria de São Paulo (FIESP)
Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)
Juscelino Kubitschek (JK)
Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Partido Comunista da União Soviética (PCUS)
Partido Democrático (PD)
Partido Republicano Paulista (PRP)
Partido Social Brasileiro (PSB)
Partido Socialista do Brasil (PSB)
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
Partido Trabalhista Nacional (PTN)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)
Revista Brasiliense (RB)
União Democrática Nacional (UDN)
Universidade do Distrito Nacional (UDN)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)
Universidade de São Paulo (USP)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1: O contexto nacionalista: modernização, imprensa e comunismo	22
1.1 – Considerações historiográficas sobre a “questão nacional”.....	24
1.2 – Aspectos gerais sobre modernização e imprensa no Brasil.....	34
1.2.1 – A <i>Revista do Brasil</i> e a tradição periodista.....	37
1.2.2 – A Editora Brasiliense e a intelectualidade paulista.....	41
1.2.3 – <i>Revista Brasiliense</i> : um projeto de nacionalismo.....	44
1.3 – Partido Comunista: entre a teoria e a disputa política.....	53
CAPÍTULO 2: A “constelação nacionalista” e suas “estrelas”: trajetórias intelectuais, laços, trabalho e militância nos rumos da <i>Brasiliense</i>	63
2.1 – Origem social: tradição e patrimônio familiar.....	68
2.2 – “Uma ilha de letrados em um mar de analfabetos”: educação e legitimidade Intelectual.....	80
2.3 – As relações de trabalho e a “profissão” de intelectual.....	95
2.4 – Organizações partidárias: espaço de sociabilidade e de militância política..	109
2.5 – De uma geração a outra: a luta pela nação.....	121
CAPÍTULO 3: Linguagem política e nacionalismo na <i>Revista Brasiliense</i> (1955-1964)	127
3.1 – Contribuições do Contextualismo Linguístico e da História dos Conceitos...	127
3.2 – “Arqueologia” e substratos do discurso político da <i>Brasiliense</i>	132
3.2.1–“Nacionalismo Econômico”: industrialização, desenvolvimento, estatismo, mercado Interno e reforma agrária.....	134
3.2.2 – Nacionalistas e Entreguistas: agentes e reagentes da nação.....	144
3.2.3 – Propostas políticas de um “nacionalismo internacionalista”.....	151
3.2.4 – A “etapa nacionalista” e a “marcha para o socialismo”.....	158
3.2.5 – O jogo eleitoral e a estratégia política.....	164
3.3 – (Des)encontros do nacionalismo.....	173

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
FONTES.....	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	186

INTRODUÇÃO

I

No Brasil, o período democrático entre 1945 e 1964, coincidiu com grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais,¹ e o nacionalismo foi, neste íterim, um dos principais eixos de mobilização política e acadêmica da intelectualidade do país. As discussões acerca do tema não estavam circunscritas a esquerda, envolvendo sujeitos alinhados com diferentes posições no espectro político nacional.

A linguagem nacionalista no país não era uma criação nova, remontava ao século XIX e à história de consolidação do Estado brasileiro; porém, foi principalmente a partir do projeto modernizador varguista e das duas décadas anteriores ao golpe civil-militar de 1964 que a experiência se massificou e, por causa disso, se transformou, estando presente desde círculos acadêmicos e intelectuais até manifestações populares (MOREIRA, 1998; PÉCAUT, 1990). Além disso, nesse contexto, foram criados e fortalecidos importantes espaços de sociabilidade intelectual, como o Instituto Superior de Estudos Sociais (ISEB), a USP (Universidade Estadual de São Paulo), entre outros, proporcionando ambiente favorável à construção e reformulação de uma cultura política nacional (HOLLANDA & GONÇALVES, 1982; ORTIZ, 2012).²

Para refletir melhor sobre as transformações que ocorriam no Brasil, utilizo o pensador alemão Reinhart Koselleck (2011). Este elaborou duas categorias meta-históricas, “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, para compreender as relações entre a semântica do tempo e as transformações políticas e sociais na história. O sentido, para o autor, da primeira categoria seria:

¹ Surgiu no país a Bossa Nova, fenômeno musical reconhecido internacionalmente. Como arte engajada, surgiram os Centros Populares de Cultura (CPC) ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), o Cinema Novo, do qual um dos principais expoentes foi Glauber Rocha e peças críticas como *Eles não usam Black-tie*, escrita em 1958 por Gianfrancesco Guarnieri, que foi sucesso de crítica e de público (NAPOLITANO, 2007).

² O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em 1955 por decreto do presidente Café Filho, estando funcional a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1964). O ISEB foi construído com o propósito de fornecer aulas e seminários ligados o desenvolvimento das ciências sociais no país a partir do pressuposto de desenvolvimento nacional. O órgão foi bastante influente dentro das disputas ideológicas do nacionalismo e nas propostas de governo. A Universidade de São Paulo (1934) foi criada em 1934 com o objetivo de formar as elites intelectuais paulistas. Na década de 1950, cresceram os números de matrículas e a universidade fixou-se como polo acadêmico importante, especialmente nas áreas das ciências humanas, conforme será mais bem tratado no capítulo 2.

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. (2011, p.309-310).

E a segunda categoria, a “expectativa”, seria:

[...] também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa realiza hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (2011, p. 310).

Essas duas “ferramentas” permitem, entre outras funções, refletir de que forma os sujeitos evocaram politicamente no “presente”, na sua coetaneidade, as experiências pretéritas ou os horizontes futuros, e de como o discurso pronunciado congrega grupos de ação que invariavelmente transformam a realidade concreta. Em relação à modernidade, principal tema de estudo de Koselleck, este seria o momento em que “a diferença entre experiência e expectativa não para de crescer, ou melhor, que a modernidade só pôde ser concebida como um novo tempo depois que as expectativas se distanciaram de todas as experiências anteriores” (idem, p. 322). Tal afirmação do historiador pode ser acompanhada neste trabalho por meio dos discursos nacionalistas dos intelectuais da *Revista Brasiliense*, preocupados em projetar no futuro a realização de uma nação ainda inconclusa. Tal incompletude, no entanto, que somente será finalizada em um futuro, não inviabiliza o reconhecimento das experiências anteriores, isto é, das tradições advindas de outros intelectuais e grupos, que desde meados do século XX lutam para “completar” a nação. Assim, as experiências do passado conectavam-se a um projeto político sobre o futuro do país, apresentado e disputado no presente.

Conceitos como o de nacionalismo seriam, segundo Koselleck, “conceitos de movimento”, consequência da modernidade e elemento constituinte da mesma. Esse argumento pode ser observado quando o intelectual descreve o surgimento do conceito de “republicanismo” no contexto revolucionário europeu:

O antigo conceito da ‘república’, que chamava a atenção para uma situação [imóvel, fixa], se transformava em *telos*, em objetivo, ao mesmo tempo que – com auxílio do sufixo ‘ismo’ – se temporalizava em um conceito de movimento. *Servia para antecipar teoricamente o movimento histórico e influenciá-lo praticamente* (idem, p. 325, grifo meu).

De acordo com Koselleck, a partir da Revolução Francesa no final do século XVIII, o conceito de “república” tem seus significados transformados quando começa a perder parte da experiência passada, oriunda do mundo greco-romano, e preenche-se cada vez mais de significados sobre um futuro ainda não alcançado. A disputa política e social daquele momento revolucionário impulsionaria, então, o surgimento de conceitos como “republicanismo” – no qual o sufixo “ismo” aponta o caráter de movimento em direção ao futuro. Este termo seria criado para expressar a investida cada vez maior de grupos políticos revolucionários por um horizonte diferente, que comportava, sim, uma experiência de passado, mas que se estruturava cada vez mais em um *futuro diferente da experiência vivida*, característica elementar da modernidade e das disputas emergidas daquela época, como as lutas político-sociais do *nacionalismo* que levaram à formação das *nações*.

Apoiando-se no pensamento koselleckiano, o nacionalismo, conceito amplamente disputado no Brasil, entre 1950 e 1960, pode igualmente ser considerado como “conceito de movimento”, “pai e filho” da modernidade, na medida em que diversos grupos sociais disputavam a sua semântica e, conseqüentemente, também o resultado político de sua aplicação, sempre almejando um futuro diferente das experiências do presente, na qual seria possível concluir (e acelerar) a nação – um dos preceitos do nacionalismo conforme será visto no capítulo 1. É interessante pensar que nesse sentido o discurso político moderno, apesar de transformador e mobilizador, não deixa de se constituir de elementos *utópicos*, visto que suas projeções se efetuam em um *topos* inexistente, que invariavelmente nunca ocorrerá da forma como planejado pelos seus defensores.

Existem similaridades fundamentais entre o início da modernidade em seu centro irradiador, a Europa, e o seu desenvolvimento na periferia do sistema econômico, algo que possibilita, com os devidos cuidados, utilizar o pensamento koselleckiano para a América Latina e, especificamente, para o caso brasileiro. A sociedade europeia industrial do final do século XVIII e início do XIX experienciou a industrialização, o progresso técnico, a urbanização e as rápidas mudanças políticas e sociais – pontos que Koselleck (2011), GELLNER (1993), bem como Giddens

(1991), consideram características *sine qua non* da modernidade –, processo análogo ao experimentado pelos brasileiros mais de um século depois, entre as décadas de 1930 e 1960. No decorrer das transformações do país no século XX, percebe-se que o discurso nacionalista, portador de um campo de experiência, passa paulatinamente a conter semanticamente uma convocação para acelerar a passagem para um futuro nacionalista e, no caso da *Revista Brasiliense*, para um futuro socialista, conforme será mostrado no capítulo 3. Nas páginas da revista, ele aparece relacionado a outros conceitos referentes à modernidade: industrialização, desenvolvimento, produtividade, imperialismo, progresso, socialismo, revolução, etc.

Cabe lembrar, todavia, que a modernidade não tem sido um processo histórico linear e fatalista, sobretudo, quando se trata de América Latina. Como coloca Julio Ramos, “Na América Latina, em câmbio, a modernização, em todos seus aspectos, foi – e continua sendo – um fenômeno muito desigual” (2008, p.17). O desenvolvimento neste continente tem sido, parafraseando León Trotski, “desigual e combinado”, tendo setores mais “avançados” no sentido da modernização, e outros que teriam se mantido mais “atrasados”. Essa dualidade entre o “moderno” e o “atraso”, de certa forma, organizaria ao longo do século XIX e XX as lutas de parte da intelectualidade latino-americana, preocupada “em vencer os elementos que atracavam o desenvolvimento nacional”. Essa expectativa de “vencer o atraso”, de “superar as barreiras do desenvolvimento” foi recorrente em diversos movimentos políticos anti-oligárquicos no início do século XX, conforme mapeou a historiadora Claudia Wasserman nos livros *Palavra de Presidente (2002)* e *Nações e Nacionalismo na América: desde quando? (2012)*.

Para o sociólogo Anthony Giddens (1991), a modernidade estaria em paralelo direto com o desenvolvimento do capitalismo e do Estado-Nação:

[...]quando falamos em modernidade, contudo, nos referimos a transformações institucionais que têm suas origens no Ocidente[...]. Em termos de agrupamento institucional, dois complexos organizacionais distintos são de particular significação no desenvolvimento da modernidade: o Estado-Nação e a produção capitalista sistemática (1991, p.11).

O argumento de Giddens não está tão distante daquele defendido pelos intelectuais brasileiros sobre a “questão nacional”, pois a maior parte reivindicaria a centralidade do Estado como agente acelerador do crescimento capitalista e, portanto, da modernidade. O nacionalismo, nessa perspectiva, seria a “etapa”

necessária para pressionar o poder estatal a agir no caminho certo do “progresso”, do “desenvolvimento”.

O sociólogo Octavio Ianni, colaborador da *Revista Brasiliense*, autor do clássico *Populismo na América Latina* (1991), argumenta em seu livro que as transformações socioeconômicas do capitalismo estão relacionadas à ascensão do discurso nacionalista de massa nas sociedades latino-americanas e, como essa ideologia, porém, serviu principalmente aos interesses da burguesia no desenvolvimento das relações capitalistas e, por isso, o interesse desta classe em uma modernização conservadora do Estado e da sociedade. Esse pesquisador apresenta suas reflexões nas páginas da *Revista Brasiliense*, sustentando a “questão nacional” como de interesse da burguesia, defensora da modernidade e da industrialização. A sua tese, da “ideologia da burguesia industrial”, não foi acompanhada por todos os intelectuais do periódico, conforme demonstrarei no capítulo 3.

Para a historiadora Vânia Maria Losada Moreira (1998), diferentemente de Ianni, o discurso nacionalista foi hegemônico para grupos políticos e sociais diferentes ao longo das décadas de 1930 e 1960 no Brasil. O argumento de Moreira reforçaria a ideia de disputa semântica dentro da linguagem da época:

Entrou na cena política nacional como uma ideologia característica do populismo, a serviço de uma elite ainda majoritariamente oligárquica e interessada em cooptar as camadas populares. Tornou-se, depois, a orientação ideológica dos setores industrialistas durante o governo de Kubistchek e terminou violentamente reprimido pelo golpe de 1964 enquanto uma ideologia das esquerdas e dos movimentos populares organizados (p. 356).

A autora ainda demonstra os “deslocamentos” do nacionalismo entre os “campos de poder”, passando da defesa da industrialização pela burguesia para as reivindicações mais populares:

A trajetória da retórica nacionalista deslocou-se, portanto, do campo do poder para tornar-se paulatinamente o referencial ideológico que legitimava as lutas populares. Seu conteúdo concreto também sofreu um profundo deslocamento: deixou de ser uma reflexão estritamente voltada para o desenvolvimento econômico de tipo burguês para ser a ideologia das esquerdas, incluindo trabalhistas, socialistas e comunistas, devido à sua preocupação claramente reformista e social (idem, p. 356).

Apesar de concordar com a autora que houve “deslocamentos” semânticos, percebo que diferentes “nacionalismos” coexistiram simultaneamente, sendo muito difícil precisar a transmutação de “ideologia burguesa” para “ideologia das esquerdas”, uma vez que algumas esquerdas, como parte dos intelectuais da *Brasiliense*, apoiaram inclusive a união com a “burguesia nacional” a partir do protagonismo das massas. Além do mais, os militares que assumiram o poder com o golpe civil-militar de 1964, representantes das forças políticas conservadoras e de direita, continuaram a sustentar que estavam atuando em prol da nação, ao salvarem o país do comunismo, fenômeno, segundo eles, “alienígena às tradições nacionais”.

Nesse contexto da década de 1950, quando se apresentavam fortemente as discussões acerca da “questão nacional”, tanto no meio intelectual quanto no grande público em geral, surgiu a *Revista Brasiliense* (1955-1964). A publicação emergiu como consequência do processo sócio-histórico de modernização do país, mas também obstinada a influenciar essa realidade ao fortalecer os debates críticos no país, atendendo aos anseios de grupos de autores nacionalistas, cujo paradigma era a análise das estruturas econômicas do país sem desconsiderar a importância cultural da nação. A coesão política da revista, isto é, sua posição político-ideológica, organizava-se a partir do *Manifesto de Fundação*, que refletia os seus propósitos independentes na defesa do *seu* nacionalismo,

Mais do que uma simples publicação, será, portanto, um centro de debates e de estudos brasileiros, aberto à colaboração de todos os que já se habituaram ou se disponham a abordar seriamente esses assuntos e nela terão o meio não só de tornar conhecidos os seus trabalhos, como também de influir sobre a opinião pública levando-a a melhor compreender os problemas que afetam a vida do país. (RB, n. 1, jul./ago. 1955, p. 2).

É importante ressaltar que o fenômeno do surgimento de periódicos e centros de estudo não foi um evento nacional; no mundo, surgia em meados do século XX inúmeras revistas e centros de sociabilidade intelectual. Sobre o aparecimento das revistas, o historiador francês Jean-François Sirenelli (1996) revela o papel proeminente que tiveram para se estudar o movimento das ideias:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas. Ao mesmo

tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são, aliás, um lugar precioso para a análise do movimento das idéias [sic]. Em suma, uma revista é, antes de tudo, um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão (1996, p. 249).

Para se refletir mais profundamente à qual modernidade pertencia o “viveiro de sociabilidade” da *Revista Brasiliense*, deve-se levar em conta, além da situação interna no país, o contexto internacional em meados da década de 1950. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorria o aumento dos atritos entre o bloco capitalista e socialista, caracterizando o período da Guerra Fria, conhecido pela iminência de um conflito nuclear entre as duas potências opositoras: Estados Unidos e União Soviética. Essa “equiparação militar”, aliada à morte do líder soviético, Josef Stálin em 1953, acabou desaguando na Coexistência Pacífica, em fins da década de 1950 e durante a década de 1960. A superação militar do bloco oponente tornava-se indesejável pelas consequências nefastas que traria a guerra atômica à humanidade. Dessa forma, para os Partidos Comunistas (PCs) de todo o mundo, a orientação do Cominform,³ especialmente após o relatório Krushev de 1956, era de “baixar as armas” e defender a coexistência pacífica entre o modelo socialista e o capitalista. Na disputa pelo poder, deveria se substituir a tática da “luta revolucionária” pela da “via pacífica”, buscando a união com setores internos em cada um dos países onde atuavam os comunistas. Em parte do bloco capitalista, por sua vez, erguia-se o “welfare state”, isto é, a Era de Ouro do capitalismo, quando a perspectiva keynesiana, na qual a intervenção estatal era reconhecida como necessária, havia se tornado célebre mundialmente, e o perigo real do socialismo acabava por levar os Estados europeus à tomarem medidas de proteção social aos seus trabalhadores (BIELSCHOWSKY, 2000; CHANG, 2004).

Com essa nova situação dos Partidos Comunistas e da Guerra Fria, prosperava no mundo, especialmente no sul político do mundo (América Latina, África e Ásia) movimentos que visavam a fortalecer os novos países em processos de independência contra as ex-metrópoles europeias, e aqueles que lutavam contra a interferência das superpotências nos seus âmbitos internos, ou seja, que

³ Criado em 1947 pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), era o *Bureau* que ditava as diretrizes para todos os Partidos Comunistas do mundo.

pretendiam a tão propalada “independência econômica”.⁴ As características da luta histórica dos países latino-americanos pela “independência econômica” assemelhavam-se, em alguns pontos, às lutas políticas de libertação nacional de diversos países afro-asiáticos, o que cooperou para o fortalecimento da ideologia terceiro-mundista⁵ ao redor do mundo periférico. A relação entre a luta pela “via política” e pela “via econômica” foi estabelecida diversas vezes pelos intelectuais da *Revista Brasiliense*, que defendiam as atuações conjuntas contra o grande “inimigo comum” das nações pobres, qual seja, o imperialismo.

À época, no plano da teoria econômica, estava se edificando um pensamento econômico capaz de refletir o “desenvolvimento autônomo da América Latina”, conforme ele se autodefinia. O novo paradigma estruturava-se e se afirmava na Comissão para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL), criada, em 1948, no Chile, como organismo da ONU, importante para um novo tipo de compreensão original da realidade latino-americana. Havia, portanto, desde a década de 1940, uma tentativa organizada de se pensar o desenvolvimento autônomo do continente,⁶ sendo a CEPAL bastante influente no continente e no mundo:

Na década de 1950, o tema do desenvolvimento passou a fazer parte da fronteira do debate econômico, e alguns dos mais brilhantes economistas desse período passaram a tratar do assunto [...]. Ao preocupar-se com os problemas de sua região, a teoria da dinâmica econômica latino-americana, formulada pelo economista argentino Raúl Prebisch, foi uma teoria do subdesenvolvimento de implicação e repercussão global. (EARP & PRADO, 2007, p. 380).

O argentino Raúl Prebisch, principal economista da CEPAL, foi o grande orientador do pensamento de Celso Furtado – influente intelectual brasileiro que trabalhou com as ideias cepalinas no Brasil e no mundo. Este renomado economista colaborou para o novo modelo econômico e epistemológico, quando o continente (e o mundo subdesenvolvido) esforçava-se para produzir as próprias reflexões contra o pensamento econômico liberal. Essa nova teoria do desenvolvimento era fruto das

⁴ Explicarei melhor sobre a ideia de “independência econômica” no capítulo 3, quando analiso os discursos políticos dos intelectuais.

⁵ O conceito “terceiro-mundo” surgiu na Conferência de Bandung de 1955, primeira reunião que fundaria o futuro movimento dos “não alinhados”, que buscava relativa independência entre o mundo bipolar da Guerra Fria. O movimento dos “não alinhados” acabou servindo de inspiração para os movimentos nacionalistas ao redor do planeta.

⁶ Tais ideias criadas pela CEPAL (1948) e por intelectuais latino-americanos foram, em parte, incorporadas ao pensamento terceiro-mundista na tentativa de construir o desenvolvimento econômico autônomo para os países “periféricos”.

transformações sociais e econômicas que ocorriam no Brasil e na América Latina, e acabou por pautar parte da intelectualidade brasileira e latino-americana, tendo inclusive reverberações em centros de estudo na África e Ásia. Para entender a influência do pensamento cepalino à época, o intelectual Fernando Henrique Cardoso da *Brasiliense* disse, sem menosprezar a importância de nomes como Caio Prado e Sergio Buarque, que teria sido Celso Furtado quem despertou a ele e a sua geração para a “descoberta intelectual” nos anos 1950 (CARDOSO, 2013, p. 168).

Os cepalinos acreditavam que havia a necessidade de que os países subdesenvolvidos mudassem estruturalmente suas economias para que as áreas mais atrasadas pudessem aumentar sua produtividade. Para tanto, seria necessário gerar “a proteção da produção industrial com o objetivo de promover a substituição das importações de produtos industriais pela produção doméstica” (EARP & PRADO, 2007, p. 381). Esses princípios eram contrários ao pensamento econômico conservador, vinculados aos clássicos que apregoavam as “vantagens comparativas” que, grosso modo, segundo os cepalinos, produziriam economias primário-exportadoras na América Latina *ad infinitum*, pois o aumento da produção não mudaria a posição periférica das economias subdesenvolvidas, uma vez que continuaria a crescer a deterioração dos termos de troca entre as economias “periféricas”, primário-exportadoras, e as economias “centrais”, exportadoras de manufaturas de alto valor agregado. Logo, seria preciso mudar a qualidade daquilo que se produzia, e não apenas aumentar a quantidade do mesmo.

Celso Furtado foi responsável por aplicar alguns dos pressupostos desenvolvimentistas nos governos dos presidentes Juscelino Kubistchek (1956-1960) e João Goulart (1961-1964). Esses governos, cada qual a sua maneira, eram preocupados com o desenvolvimento econômico mediante intervenção estatal. A ingerência do Estado nos meios de produção permitiria que se alcançassem os objetivos de substituição das importações e se vencesse o patamar de economia periférica. De certa forma, pela legitimidade da CEPAL, pela influência junto aos governos do Brasil, o seu pensamento fora relevante para a maior parte da intelectualidade brasileira, seja para confirmar suas teses, seja para se contrapor a elas.

Em síntese, foi a partir de tal contexto que se construiu e se estruturou o nacionalismo da *Revista Brasiliense* e de seus intelectuais, dialogando com questões globais, terceiro-mundistas e latino-americanistas. A necessidade de

intervenção do Estado na economia parecia ser um postulado bastante abrangente entre as “forças progressistas”, no entanto ainda seria importante descobrir “como” deveria ser feita tal intervenção. Em outras palavras, era preciso procurar os melhores mecanismos para superar a dualidade existente na economia nacional entre o “atrasado”, o latifúndio e a burguesia atrelada ao imperialismo, e aqueles setores “modernos” da “burguesia nacional”, capazes de enfrentar os “gargalos” econômicos e, com isso, fazer frente à situação imposta pelos países centrais. A linguagem nacionalista já existia; seria preciso, portanto, formular e explicar a “gramática” correta para o seu uso.

Sendo assim, esta dissertação consiste em compor e estudar o “quadro social” dos “amigos” da *Revista Brasiliense*, e compreender as relações entre a sociabilidade intelectual e as discussões e proposições políticas desses nacionalistas. A *Brasiliense* teve ao longo de quase dez anos de existência cerca de 250 colaboradores; logo, considerando o elevado número de autores, para delimitar a análise dentro de um quadro social possível, foram selecionados vinte intelectuais como “grupo social”, isto é, como objeto principal desta pesquisa e como grupo representativo dos posicionamentos da revista. São eles: o Diretor Responsável, Elias Chaves Neto, e os membros do Conselho de Redação.⁷ Esses foram os autores que mais escreveram – produziram aproximadamente 37,5% de todos os artigos - e mantiveram, como demonstrarei no capítulo 2, ligações políticas e pessoais entre si e com Caio Prado Júnior e com Elias Chaves Neto. Daqui para frente chamarei esse coletivo de intelectuais de “grupo dirigente”. Após compreender a origem social, formação educacional e a sociabilidade dos intelectuais, busco neste trabalho articular a rede e a identidade intelectual à construção da linguagem política da época, isto é, o “projeto de nação” que a revista vinha construindo.⁸

⁷ No conselho de redação da revista passaram 19 nomes. Na primeira edição, o conselho era composto de oito membros, como Caio Prado e Álvaro de Faria, que ficariam até o final da revista. A seguir, na edição número nove da revista, entraram para o conselho, entre outros, os nomes de Heitor Ferreira Lima e Paulo Alves Pinto, os quais igualmente permaneceram até o último número. Outros nomes que participaram do conselho de redação foram Sérgio Milliet, Edgard Cavalheiro, Sérgio B. de Hollanda, João Cruz Costa, E. L. Berlinck, Nabor Caires Brito, Castelo Branco, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Pedreira, Paulo Dantas, Eduardo Sucupira F. Gershon Knispel, L. Izrael Febfot, Jean C. Bernardet e Maurice Capovilla.

⁸ O interesse por esta pesquisa surgiu a partir do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a pesquisa *Um olhar sobre a Revolução Cubana por meio dos escritos nacionalistas da Revista Brasiliense (1960 – 1963)*. Neste trabalho, expliquei como a Revolução Cubana foi interpretada pelos intelectuais da *Brasiliense*. No entanto, diversas perguntas ficaram pendentes. Fiquei interessado em descobrir quem eram os intelectuais que tinham produzido os artigos e quais eram suas trajetórias biográficas, pois entendia que isso teria importância na elaboração dos discursos. Sendo assim, de

Dos vinte intelectuais que compuseram o grupo dirigente, Caio Prado Júnior foi o principal inspirador e financiador da revista (SECCO, 2016; CARDOSO, 2013; LIMONGI, 1986). Tinha laços comuns com algumas perspectivas lançadas pelos cepalinos, pois também defendera a modernização do capitalismo brasileiro por meio de intervenção estatal - força unificadora que promoveria a homogeneização do setor produtivo do país, superando os seus “atrasos”. Essa situação de interferência estatal na economia proveria o país da demanda interna necessária, pavimentando as bases para o desenvolvimento econômico autônomo. Para concretizar o projeto nacionalista do intelectual, seria preciso fazer a simbiose entre o nacionalismo político e o econômico, pois seria por meio do primeiro que se conseguiria chegar ao segundo. Essa posição de “consustanciação” entre o “econômico e o político” seria observável facilmente nas palavras do diretor da *Brasiliense*, Elias Chaves Neto:

Mas a emancipação do imperialismo, o traço básico de uma *política nacionalista*, tem por condição a *industrialização* do País e a transformação de sua agricultura, pois é somente na medida que o país for se industrializando e realizar essa transformação, que sua emancipação se efetivará (CHAVES NETO, *RB*, n. 26, nov./dez., 1959, p. 4, grifos meus).

A crença na atuação política das massas para imprimir ao Estado o caráter nacionalista que precisaria para desenvolver o país estava ancorada nas experiências da *grandiosa* campanha “O Petróleo é Nosso!”,⁹ evento de grande participação popular e que culminou com a criação da Petrobras em 1953. Além disso, também estaria relacionado ao contexto de participação popular nos desfechos do suicídio de Getúlio Vargas em 1954, cujas manifestações da população evitaram o golpe engendrado pelas forças conservadoras com apoio da grande mídia, de parte do exército e até mesmo dos Estados Unidos.¹⁰

certa forma, esta dissertação completa aquele trabalho neste sentido e, além disso, analisa outros temas que não a Revolução Cubana, utilizando, além do mais, novos referenciais teóricos.

⁹ A campanha “O petróleo é nosso!” foi um movimento popular apoiado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pelo PCB, por militares e por amplos setores nacionalistas. Foi nessa disputa que teria surgido o termo “entreguismo” para denominar o movimento, segundo os nacionalistas, que queria entregar as riquezas nacionais, no caso o petróleo, para a exploração estrangeira. A herança da vitória na campanha “O petróleo é nosso” foi utilizada pelos intelectuais da *Revista Brasiliense*, bem como o termo pejorativo “entreguismo”, para atacar os opositores do nacionalismo (SILVA, 2007).

¹⁰ Na década de 1950, havia forte tensão entre forças conservadoras e progressistas, acentuada pelo contexto de Guerra Fria. De um lado, havia setores do exército, como o Clube Militar, que havia adotado uma postura pró-Estados Unidos, e a grande imprensa, representada principalmente pela

Compreendendo a importância de Caio Prado Júnior na elaboração do discurso político nacionalista da *Revista Brasiliense*, procuro mapear as relações dos principais autores do periódico com a figura de Caio Prado, mentor da revista e intérprete reconhecido pela produção histórica e pela propagação de teses nacionalistas. Este intelectual, pelos pontos que elencarei à frente, configurava-se como eixo comum de contato social e afetivo entre os principais membros da revista, funcionando, pois, como componente aglutinador do grupo social e cultural em questão.

II

Não é intenção e nem seria possível fazer uma retomada dos principais trabalhos produzidos recentemente a respeito das revistas políticos-culturais. Escolhi, portanto, abordar alguns que, além de significativos no escopo geral, foram centrais para esta pesquisa.

Nos últimos anos, surgiram produções acadêmicas pertinentes sobre as revistas políticas e culturais latino-americanas. No México, em 2010, foi lançado o livro de Regina Crespo, *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales* (2010), o qual aborda alguns periódicos latino-americanos e, inclusive, conta com o artigo sobre a *Revista Brasiliense*, escrito por Claudia Wasserman. Neste texto, Wasserman relaciona o projeto político e econômico do nacionalismo brasileiro com os demais temas mundiais e internacionais, sendo possível situar brevemente o nacionalismo dentro do contexto latino-americano. Ademais, a autora expõe a importância das relações intelectuais na produção das ideias da revista, apontando, por exemplo, a influência de Monteiro Lobato na intelectualidade do período. A influência deste escritor foi um dos eixos trabalhados nesta dissertação, seja no capítulo 2, quando trato da influência do intelectual sobre o grupo dirigente,

figura de Carlos Lacerda da Gazeta do Rio de Janeiro; de outro lado, havia forças progressistas dos sindicatos, do PCB e de outros setores nacionalistas. Sendo assim, o governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954) sofreu bastante com tal polarização por medidas que desagradaram principalmente os setores conservadores como, por exemplo, criação da Petrobras (1953), o Pacto ABC e o aumento de 100% sobre o salário mínimo em maio de 1954. Essa situação acabou levando à escalada da defesa do golpe e ao suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954.

seja no capítulo 3, quando retomo elementos discursivos que remetem à figura do escritor.

No Brasil, dentre diversas publicações que se dedicaram às fontes periódicas latino-americanas, merece destaque a obra de Tania de Luca, *Leituras, projetos e (re)vistas(s) do Brasil (1916-1944)* (2011), que trabalha com as revistas literárias e culturais no Brasil da primeira metade do século XX, demonstrando como o periodismo foi importante na consolidação do pensamento brasileiro. Para a autora, as revistas literárias versariam principalmente sobre literatura, enquanto as culturais abarcariam também os problemas nacionais, relativos à política, à economia, etc. Outro trabalho importante da autora foi *História dos, nos e por meio dos periódicos* (2005), basilar na compreensão e na análise metodológica de periódicos, dos quais também me servi para representar a materialidade da *Revista Brasiliense*, de acordo com o que pode ser observado no capítulo 1.

Mais recentemente, foi publicada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a tese de doutorado de Cristiano Couto (2013) sobre revistas políticos-culturais latino-americanas: *Intelectuais e exílios: confronto de resistências em revistas culturais: Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1978-1984)*. O autor pesquisa a revista brasileira *Civilização Brasileira*, a uruguaia *Cuadernos de Marcha* e a argentina *Controversia*, abordando os intelectuais no exílio e suas relações com tais periódicos no período de fim dos regimes autoritários na América Latina e de como se deu o processo de redemocratização e, portanto, quais foram os papéis dos sujeitos estudados nessa “reconstrução” dos espaços democráticos. De forma geral, a tese de Couto contribui para se pensar o papel dos periódicos na América Latina, e a relação destes com os intelectuais, fornecendo também ferramentas metodológicas para tratar a imprensa como fonte histórica.

No que concerne à utilização da *Brasiliense* como fonte, encontrei poucas pesquisas nos últimos trinta anos que se propuseram a isso. Um trabalho pioneiro sobre o assunto, e talvez já clássico, haja vista a grande quantidade de citações e referências bibliográficas, foi o artigo de Fernando Limongi (1987), *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense*. A despeito de ter sido um artigo exploratório e, por isso, com pretensões limitadas, o sociólogo fez um excelente ensaio, na medida em que se deteve a relacionar – mesmo que superficialmente – a realidade social dos intelectuais a suas perspectivas políticas,

reconstruindo algumas trajetórias biográficas. De certa forma, esta dissertação busca aprofundar alguns levantamentos do sociológico, elaborando com mais profundidade a trajetória biográfica dos intelectuais do grupo dirigente.

Limongi recolheu informações importantes sobre quem eram os intelectuais, quem assinou o *Manifesto de Fundação*, e qual era a filiação partidária dos membros da revista (embora essas informações estejam incompletas e contenham alguns erros pontuais, elas foram de grande contribuição para este trabalho). Além disso, o sociólogo situou o periódico dentro do cenário político e cultural da época, ou seja, de disputa do nacionalismo em seus diversos âmbitos, demonstrando, inclusive, que existia diálogo com outras revistas do período, como a *Anhembi*, e com centros de estudo, como ISEB – ambos locais de discussão do nacionalismo, seja no campo cultural, seja no campo econômico.

Dentre algumas discordâncias que tenho em relação ao trabalho, acredito que a principal estaria na excessiva centralização do periódico na figura de Caio Prado Júnior, como o único intelectual relevante da publicação e, de certa forma, o único condutor teórico da mesma: “[...] a revista será o ponto de reunião de intelectuais de pouca expressão que gravitam em torno de Caio Prado Jr. (LIMONGI, 1987, p.45).

Elias Chaves Neto, o diretor-responsável, era o grande articulador do periódico e escreveu a maioria dos editoriais, que foram significativos para a posição política da publicação. Ele defendeu posturas mais próximas ao Partido Comunista que Caio Prado e teve suas próprias elaborações teóricas, apesar de não terem sido tão mencionadas como as do historiador. Os dilemas em relação à postura da *Brasiliense* no que concerne ao impacto da *Revolução Cubana* (1959) foram mais sentidos nas análises de Chaves Neto, conforme se verá adiante no capítulo 3, do que em Caio Prado. Além disso, muitos intelectuais importantes estiveram presentes no grupo dirigente, como Sergio Milliet, Edgar Cavalheiro, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Ou seja, estar na “órbita” de Caio Prado não significava inferioridade ou apagamento; pelo contrário, era oportunidade para se lançarem, acumulando capital social e cultural. Caio Prado, apesar do inegável prestígio que possuía, necessitava dos intelectuais, muitos deles com envergadura cultural e social semelhante a sua, para dar vazão a suas ideias; eles, por sua vez, como intelectuais, produziam artigos que foram significativos em suas carreiras nas páginas da publicação. Esta funcionou como espaço de sociabilidade, certamente importante pela figura do historiador, mas que permitiu o crescimento e a circulação

de seus membros, conforme se verá nos capítulos 2 e 3. Em suma, a importância de Caio Prado não deve ser menosprezada, mas o objetivo desta dissertação está em demonstrar que a posição política do periódico na defesa do nacionalismo não se sustentou apenas com as elaborações teóricas do historiador.

Outro pequeno artigo publicado sobre o tema foi *Notas sobre uma publicação comunista independente: a Revista Brasiliense* de Sérgio de Souza Montalvão (2004). Foi bastante proveitoso para esta dissertação o levantamento dos principais assuntos do periódico feito pelo historiador. No entanto, acredito que a contribuição principal do artigo está nas informações colhidas da entrevista feita com Paulo Alves Pinto, um dos principais autores da revista e cunhado de Caio Prado. Segundo o entrevistado, os principais colaboradores da publicação seriam Elias Chaves Neto, Caio Prado Júnior, o próprio Paulo Alves Pinto, Álvaro de Faria e Salomão Schanttan. O estranhamento estaria em relação a este último, que não foi membro do conselho de redação e não seria citado por outros intelectuais e historiadores como significativo para a organização do periódico. Para o historiador Pericás (2016), no grupo dos que “tocavam” a revista não estaria o nome de Schantta.

Enquanto alguns autores enfatizam a importância de Caio Prado para a *Brasiliense* (PERICÁS, 2016, CARDOSO, 2013, LIMONGI, 1987), entendo que o historiador fosse o principal “teórico” a fazer contribuições, e não o verdadeiro articulador da publicação, que, neste caso, acredito ter sido Elias Chaves Neto. Este, que, além de diretor, aparece em outros relatos de intelectuais como “o sujeito” que corria atrás dos artigos e do funcionamento da *Brasiliense*. Na entrevista do intelectual Gershon Knispel (2015), este teria dito que era o diretor que traduzia seus artigos do inglês para o português, uma vez que Knispel, recém-chegado de Israel em fins da década de 1950, ainda não dominava o português. Ou seja, parece que o trabalho de arremate dos artigos para sustentar o funcionamento do periódico estaria, de fato, com Chaves Neto.

Em São Paulo, foram produzidas três dissertações a respeito da *Revista Brasiliense* e uma tese de doutorado. Na Universidade de São Paulo (USP), Ítalo de Aquino publicou a dissertação *A Revista Brasiliense e a estratégia nacionalista* (1996), focado nos principais debates que pautaram o periódico como a “questão agrária”, a “estratégia nacionalista”, a “questão industrial” e o “mundo das artes”. Este trabalho, preocupado em fazer a “exegese dos textos da revista”, tem um papel importante nas reflexões sobre as pautas nacionalistas. Tenho algumas

discordâncias em relação a algumas interpretações produzidas por Aquino, como no que tange ao apoio que o periódico teria fornecido ao governo JK, ao qual discordo, conforme mostrarei no capítulo 3. Além disso, discordo da “generalização” feita sobre os “autores” da *Brasiliense*, porque entendo que, embora houvesse predominância comunista, existiam mais de uma orientação teórica no interior da revista:

Os autores que escreveram na revista propunham uma aliança estratégica com o setor progressista da burguesia nacional. Essa estratégia incorporou a concepção etapista da história de realização da revolução burguesa nos países semi-coloniais (AQUINO, 1996, p.99).

Existiram posições diferentes sobre a “burguesia nacional”, e mesmo a concepção “etapista”, quando pensado no caso de Caio Prado e de outros autores, como Octavio Ianni, pode ser problematizada, uma vez que alguns intelectuais elaboraram críticas, mesmo que sutis, ao etapismo do Partido Comunista. Sendo assim, mesmo que as generalizações estejam corretas, entendo que seria importante, conforme destaque nesta dissertação, reconhecer as diferenças, mesmo que “sutis”, dentro da defesa da perspectiva nacionalista da *Brasiliense* e de como isso pode ser explicado pelos espaços de atuação daqueles sujeitos, conforme será visto no capítulo 2.

Publicadas mais recentemente, demonstrando que o interesse pelo assunto vem crescendo nos programas de pós-graduação do país, houve ainda mais duas dissertações de mestrado em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Como diferença, no entanto, os historiadores Ângela Maria Souza (2004) e Onofre Alves Portella Júnior (2012) trataram apenas dos discursos de Caio Prado na *Revista Brasiliense*, ou seja, nas duas dissertações o enfoque dos pesquisadores estaria no pensamento de Caio Prado, deixando novamente de lado as diferenças entre os intelectuais do periódico. Alguns temas abordados em ambos os trabalhos, por exemplo “a questão agrária”, já foram alvo de outros estudos, que, embora não tenham sido exclusivamente sobre a *Revista Brasiliense*, utilizaram os artigos presentes no periódico para elucidar o pensamento caiopradiano. O próprio Caio Prado publicou o livro *A Questão Agrária no Brasil* (1979), no qual retoma o seu pensamento sobre o tema, utilizando inclusive, para organizar sua narrativa, os artigos publicados no periódico. No meu caso, ao retomar a “questão agrária” e

outros assuntos tratados, pretendo entender a proposta dos intelectuais da publicação em comparação à do Partido Comunista e, de que forma poderiam estar fazendo um “lance” (POCOCK, 2003) no sentido de produzir uma transformação na linguagem nacionalista da época.

O trabalho mais volumoso (312 páginas) e denso sobre a *Revista Brasiliense* foi feito por Evaristo Giovannetti Netto com a tese *Uma Trincheira de Ideias: a Revista Brasiliense: a urdidura de um pensamento político de esquerda (1998)*, publicada também pela PUCSP. Nela o historiador, busca entender a formação da cultura política de esquerda das décadas de 1950 e 1960. Para tanto, utilizou a *Revista Brasiliense*, analisando a relação com o Partido Comunista e observando a tradição literária a qual ela pertencia. Tratando apenas da *Brasiliense* como fonte documental, Netto construiu um trabalho extremamente bem articulado no que se refere à discussão teórica sobre cultura política, intelectuais e hegemonia. Contudo, não teve interesse em pesquisar as origens sociais dos intelectuais, ficando circunscrito a pequenas notas biográficas sobre Caio Prado e Elias Chaves Neto. Em relação às memórias que se tem disponibilidade hoje em dia, usou apenas o livro de Elias Chaves Neto (1978) para retratar os aspectos sociais e intelectuais por trás do nacionalismo da publicação.

Em 1989, a socióloga Paula Beiguelman (1989) escreveu *A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro*, um capítulo centralizado nas discussões gerais sobre nacionalismo econômico, bem como nas deteriorações das finanças do país a partir do governo de Juscelino Kubistchek entre 1956 e 1961, não trazendo à tona os assuntos tratados especificamente pela revista. Foram ignoradas pela autora as trajetórias dos autores, as disputas internas, as biografias e a origem do pensamento dos mesmos. Na minha visão, Beiguelman estava mais interessada em tratar do tema do desenvolvimento econômico, tendo a revista como pretexto para tanto. As referências são sobre as medidas econômicas do governo Kubitschek e muito pouco sobre o que os intelectuais tinham escrito a respeito.

Creio que a minha contribuição para as discussões a respeito da *Revista Brasiliense* está, principalmente, na análise prosopográfica dos autores e na busca de novos assuntos tratados pelos intelectuais, como “política eleitoral nacionalista” e “marcha para o socialismo”, conforme será visto no capítulo 3. Além disso, abasteci-me de referencial teórico-metodológico distinto dos pesquisadores anteriores, seja

no quesito da prosopografia (capítulo 2), seja na análise do discurso político proferido, quando trabalho com as contribuições do “contextualismo linguístico” e da “história dos conceitos” no capítulo 3. Estes elementos teórico-metodológicos não estiveram presentes nos trabalhos supracitados.

III

Esta dissertação tem sua centralidade na compreensão do “grupo de amigos da *Brasiliense*” e no discurso político que foi proferido por eles no periódico em questão. Contudo, para poder responder aos problemas referentes às redes intelectuais, isto é, para compreender as dinâmicas de sociabilidade da revista, foram utilizadas outras fontes como livros de memória, biografias, dicionário biográficos, entrevistas, diários, jornais.

Para alcançar os seus objetivos, este trabalho foi articulado a partir de três capítulos. No primeiro capítulo, organizei de forma mais geral a discussão historiográfica sobre a “questão nacional”. Logo a seguir, busquei elencar duas revistas político-culturais que acredito terem feito parte de uma tradição periodista do Brasil, qual seja, a *Revista do Brasil* e a *Revista Fundamentos*. As duas publicações tiveram ligações importantes com o surgimento da *Brasiliense*, seja por meio dos ideais, seja pela participação dos intelectuais nos dois periódicos anteriores. No final desta parte do trabalho, analisei o surgimento da *Brasiliense*, sua materialidade e, por fim, as contribuições do Partido Comunista para pensar a luta política e teórica do nacionalismo.

No segundo capítulo, retomei, por meio da análise prosopográfica, a origem social dos intelectuais que compunham o grupo dirigente do periódico, ou seja, analisei a origem familiar e a formação educacional dos mesmos. A partir disso, elenquei os locais de atuação política (militância) e a atuação profissional dos sujeitos do grupo dirigente. Tive por objetivo, com isso, entender como era constituído o espaço de sociabilidade do periódico e como funcionaram os mecanismos de recrutamento dos intelectuais ao projeto político nacionalista. Neste mesmo capítulo, construí, de forma experimental, um gráfico de rede sobre os laços que se estabeleceram entre os autores.

No último capítulo, analisei o discurso político produzido pelos intelectuais da revista, tendo como horizonte teórico o “contextualismo linguístico”, de Quentin Skinner (2005) e J.G.A. Pocock (2003), e a história dos conceitos, de Reinhart Koselleck (2006). Os assuntos elencados para se analisar o discurso nacionalista produzido foram o “nacionalismo econômico”, a “marcha para o socialismo”, “agentes e reagentes” e a “política eleitoral” – sempre privilegiando aqueles textos que se propunham a “definir” o que seria o nacionalismo. Nestes pontos, procurei compreender como se articulava a linguagem política da revista e que posições certos grupos defenderam ao longo das 51 edições da publicação, levando em conta as transformações políticas com as mudanças no conselho de redação enquanto durou o periódico (1955 – 1964). A análise da produção escrita do periódico permitiu visualizar pequenas dissonâncias entre os membros, as transformações políticas e sociais no nacionalismo da época e as aproximações com outros fóruns intelectuais.

CAPÍTULO 1

O contexto nacionalista: modernização, imprensa e comunismo

A emergência do pensamento nacionalista e a grande ebulição cultural e intelectual entre as décadas de 1940 e 1960 estiveram intrinsecamente relacionadas às transformações estruturais ocorridas no Brasil a partir do movimento político-social que ascendeu ao poder na década de 1930. Com a ascensão do discurso político anti-oligárquico e de integração nacional, abriu-se espaço para o desenvolvimento do ideal nacionalista dentro das vias institucionais:

Na América Latina, os Estados políticos foram construídos pelas oligarquias, enquanto o nacionalismo e os movimentos capazes de mobilizar as massas populares e de fazê-las se identificar com o projeto nacional, foram resultados da crise do sistema oligárquico (WASSERMAN, 2013, p. 87).

O pensamento nacionalista teve, a partir de sua institucionalização, fortalecimento importante a partir de 1930 chegando ao seu apogeu na década de 1950 e 1960, quando abarcou amplas parcelas da população e do mundo político-parlamentar, com a constituição, por exemplo, da Frente Parlamentar Nacionalista¹¹. Esse nacionalismo, contudo, tinha raízes nas décadas anteriores: durante a República Oligárquica, o discurso era difundido a pequenos círculos de homens de letras e intelectuais, que tinham pouca reverberação entre as “massas populares”, visto que não existiam meios de comunicação de massa, como rádio ou televisão, e os projetos literários igualmente esbarravam na baixa escolarização da população.

Com a consolidação de novos grupos sociais no poder, iniciou-se o período de aceleração da modernização burguesa-conservadora, aprofundado durante o Estado Novo por medidas burocrático-autoritárias, que contribuíram para o crescimento da industrialização e da massa de operários urbanos (PÉCAUT, 1990; ALMEIDA, 2014). Pela primeira vez, foi imposto no país a obrigatoriedade do ensino primário e gratuito, conforme previsto na primeira Constituição da Era Vargas de 1934;¹² aliado a isso, surgiam efervescentes debates na intelectualidade sobre as

¹¹ A Frente Parlamentar Nacionalista foi criada em 1956 e extinta em abril de 1964 devido ao golpe civil-militar. Tinha como princípio defender pautas nacionalistas para a política-institucional como a defesa da Petrobras. Parlamentares de diferentes partidos fizeram parte da frente, totalizando mais de 50 membros (DELGADO, 2007).

¹² Constituição de 1934. Artigo 150: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos. Disponível em:

propostas para a educação nacional, movimento que ficou conhecido como Escola Nova de Anísio Teixeira.¹³ O crescimento da alfabetização e os avanços tecnológicos da mídia (novas técnicas de impressão, rádio, cinema) sedimentaram o caminho para “amplificar” os discursos sobre a nação para além de pequenos círculos políticos. Desenvolveu-se no discurso a preocupação com o que ficou conhecido como “opinião pública”, conceito difuso, mas bastante utilizado nos meios de comunicação e pelos protagonistas da *Revista Brasiliense* nas décadas seguintes.

Com o objetivo de entender melhor o que seria o fenômeno sócio-histórico do nacionalismo, abordarei brevemente neste capítulo parte da discussão historiográfica sobre a “questão nacional”, visando a compreender a inter-relação entre o fenômeno Europeu, latino-americano e brasileiro. O debate da questão nacional vem sendo urdido nos últimos dois séculos, pois desde sua emergência como tema político e social relevante houve pensadores buscando encontrar a substancialidade de tal fenômeno/conceito. A bibliografia sobre o tema é, a rigor, inesgotável e, por isso, não tenho a intenção de abarcá-la por completo; contudo, creio ser pertinente situar o debate dentre alguns postulados teóricos. Antes de tudo, no entanto, é preciso dizer que existe uma crítica pertinente à “historiografia clássica” por parte dos historiadores americanos, devido à pouca atenção e protagonismo concedidos aos movimentos nacionalistas do continente (PAMPLONA & DOYLE, 2008). A historiografia clássica voltou-se preferencialmente ao cenário europeu, no qual, de forma geral, enxergou aprioristicamente a origem do nacionalismo.

No momento seguinte deste capítulo, utilizo a imprensa como arcabouço para localizar os discursos sobre a nação e o nacionalismo no Brasil, pois, como dito antes, os meios de comunicação e, sobretudo, os periódicos foram ao mesmo tempo espaços de sociabilidade dos nacionalistas e *locus* produtor de seus discursos. A imprensa foi receptora e produtora de discursos, funcionando assim como

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

¹³ O movimento escolanovista desenvolveu-se no Brasil principalmente a partir da década de 1930 e teve como marco o Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação de 1932. Nele, educadores como Fernando Azevedo e Anísio Teixeira defenderam um novo modelo educacional para o país, consonante com mudanças que ocorriam em outras partes do mundo, que defendiam práticas democráticas e mais modernas de ensino. O movimento de renovação se institucionalizou na Era Vargas e continuou a ter importância significativa nas décadas seguintes até o golpe civil-militar (SAVIANI, 2013).

mediadora da cultura política da época (WILLIAMS, 2011). Sendo assim, faço um pequeno resgate da *Revista do Brasil*, publicada no início do século XX, para então focar no surgimento da Editora Brasiliense e da *Revista Brasiliense*.

No final deste capítulo, descrevo brevemente a importância do Partido Comunista do Brasil (PCB) para a discussão sobre a questão nacional e ligo-o aos projetos e perspectivas da *Revista Brasiliense*.

1.1 Considerações historiográficas sobre a “questão nacional”

Uma discussão inicial sobre a questão nacional tem por objetivo “refinar” e “preparar” o olhar para lidar com os discursos políticos produzidos pelos intelectuais no contexto de emergência do fenômeno do “novo” nacionalismo das décadas de 1950 e 1960 no país, durante o período populista (IANNI, 1999). Nesse sentido, o patrimônio historiográfico produzido sobre a nação pode contribuir para uma visão mais holística do processo, inter-relacionando os casos europeu e americano.

Um dos primeiros historiadores a sistematizar ponderações acerca da nação foi Ernest Renan, historiador francês do século XIX, no seu trabalho, *Qu'est-ce qu'une nation*, elaborado em 1882.¹⁴ Segundo ele, a nação moderna emergiria a partir do sistemático e indispensável “erro histórico”: “El olvido, e incluso diría que el error histórico, son un factor esencial en la creación de una nación, y de aquí que el progreso de los estudio históricos sea frecuentemente un peligro para la nacionalidad” (200, p. 56). O “erro histórico” na origem das nações parece ter sido ponto de confluência entre historiadores e sociólogos de diferentes matizes ideológicas (HOBSBAWM, 2013; ANDERSON, 2008; GELLNER, 1993).

A arquitetura de uma nação, pensando na lógica do “erro histórico”, precisaria ter como fundamento para a sua existência um alicerce geral, isto é, um “passado comum” que fortalecesse o espírito de união dos indivíduos. De acordo com Renan: “[...] la esencia de una nación es que todos los individuos tengan muchas cosas en común, y también que todos hayan olvidado muchas cosas” (idem, p.57). Não somente o que foi lembrado coletivamente torna-se importante, mas igualmente aquilo que deve ser esquecido para se forjar a unidade. Entre os franceses, para se

¹⁴ Foi utilizado, para este trabalho, a tradução para o espanhol da versão reeditada para o livro *Ernest Renan et L'Allemagne* (RENAN, 2000).

pregar a adesão coletiva, conforme fabricada pelos próceres do movimento nacionalista francês do século XIX (RENAN, 2000; PROST, 2012), foi preciso “retirar” da “história oficial” o massacre de São Bartolomeu do final do século XVI,¹⁵ pois isso demonstraria a cisão entre a população no passado, e não a união “desde tempos imemoriais”. Para o autor, a tese geral da nação se colocaria da seguinte forma:

La nación moderna es, pues, un resultado histórico producido por una serie de hechos que convergen en igual sentido. La unidad ha sido realizada o bien por una dinastía, como en el caso de Francia, o bien por la voluntad directa de las provincias, como en el caso de Holanda, Suiza y Bélgica, o bien por un espíritu general tardíamente vencedor de los caprichos del feudalismo, como en el caso de Italia y de Alemana (RENAN, 2000, p.57, grifo meu)¹⁶.

Por outro lado, fica a dúvida, por que “os fatos convergiram em igual sentido” para formar a nação? A resposta não é simples e o historiador preferiu colocar primeiro os elementos que *não* levam *necessariamente* à formação dos Estados Nacionais: 1) o princípio dinástico – a facilidade que a dinastia concede para a união entre os súditos não garante que o agrupamento sob uma dinastia conduza à nação; 2) a raça – o autor tem posição bastante crítica em relação à etnia, pois sustenta que foram invenções históricas, na qual se construiu, assim como a nação, as origens étnicas “puras” dos povos germânicos, anglo-saxões, etc.; 3) a língua – fator importante de aglutinação, embora também não fosse determinante, conforme ficaria demonstrado no caso da Suíça, cuja multiplicidade linguística não a impediu de se tornar uma nação: “Hay en el hombre algo superior a la lengua: La voluntad. La voluntad de Suiza de estar unida, pese a la variedad de sus idiomas, es um hecho más importante que una semejanza de lengua, a menudo lograda mediante vejaciones” (RENAN, 2000, p. 62); 4) a religião – também não conduz a unidade obrigatória, pois, como característica da modernidade, os Estados se formaram permitindo diferentes religiões em seu interior; 5) os empenhos econômicos comuns – os interesses comerciais conjuntos são importantes, mas não formam uma “pátria”

¹⁵ A Noite de São Bartolomeu foi um massacre de protestantes por católicos que ocorreu na França em 1572 com a anuência dos reis católicos. Contudo, o poder real não só foi conivente com tal situação como a incentivou, levando a perseguições e assassinatos entre o povo francês, considerando-se, portanto, uma guerra civil fratricida.

¹⁶ A ideia retomada várias vezes por Ernest Renan de “espírito geral” remonta, certamente, ao ideal hegeliano de Estado, pois Renan veria a nação como auge da civilização, posição semelhante ao ideal hegeliano.

por si só; 6) a geografia – os rios, as montanhas, o deserto podem ser elementos de separação ou de junção, portanto, também não são fatores determinantes. Mas então, afinal de contas, o que seria fundamental para a constituição de uma nação?

Una nación es un alma, un principio espiritual. Dos cosas que, en verdad, tan sólo hacen una, constituyen esta alma o principio espiritual... una herencia de glorias y de pesares que compartir; en el porvenir, un mismo programa a realizar... Una nación es, pues, una gran solidaridad constituida por el sentimiento de los sacrificios que se han hecho y de los que aún se está dispuesto a hacer... La existencia de una nación es (perdónenme esta metáfora) un plebiscito de todos los días, como la existencia del individuo es una afirmación perpetua de vida (idem, p.65).

A nação para Renan seria “um plebiscito de todos os dias”, no qual haveria uma vontade geral ou um “espírito geral” – conceito diversas vezes repetido pelo autor em seu trabalho – que conduziria os povos a se reconhecerem e a lutarem conjuntamente. É notável em seu estudo que o autor mantém visão bastante positiva em relação ao Estado-nação, talvez isto se explique pela influência do hegelianismo presente em sua análise e pelo seu texto ter sido produzido anteriormente às grandes guerras mundiais do século XX e por isso – em plena *Belle Époque* europeia – o autor veja o Estado-nação, no mesmo sentido que Hegel, como “la obra común de la civilización; todas aportan una nota a este gran concierto de la humanidad, que es, en suma, la más alta realidad que alcanzamos” (idem, p.66).

Um dos méritos da obra de Renan está no fato de que, em pleno século XIX, ele defender que as raças foram construções históricas e que, de tal modo, não poderiam nem explicar nem justificar a construção da nação – este certamente foi um posicionamento dissonante de outros pensadores de sua época, como Herbert Spencer, Hegel, etc. A crítica em relação a seu trabalho – por outros autores clássicos – constituiu-se principalmente pela ausência de análise econômica do fenômeno, ou mesmo da identificação das classes sociais em jogo no embate político do nacionalismo e, em vista disso, não seria possível visualizar em seu trabalho os diferentes interesses econômicos e sociais colocados na mesa.

Outro importante teórico da nação e do nacionalismo foi o filósofo franco-britânico Ernest Gellner, que publicou na década de 1980, o livro *Nation and Nationalism (1983)*¹⁷. Para ele, o nacionalismo pressupõe o aparecimento da nação

¹⁷ Foi consultada a tradução para o português de 1993.

no período moderno: “O nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma a outra” (p.11). O grande desafio do pesquisador, portanto, seria entender como surge o movimento nacionalista e como transcorre a formação deste movimento em um Estado Nacional: “o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política” (1993, p. 12).

No contexto de efervescência da modernidade, parece indispensável relacionar a formação do Estado-Nação com o desenvolvimento das modernas sociedades industriais. E foi com esta perspectiva que Gellner trabalhou: o capitalismo industrial impulsionou o fortalecimento de aparatos burocráticos e administrativos estatais cada vez mais necessários, que, por sua vez, colaboraram para a construção do movimento nacionalista:

A existência de unidades politicamente centralizadas, bem como de um clima político-moral em que tais unidades centralizadas são aceites e consideradas normativas, constitui uma condição necessária do nacionalismo, embora certamente insuficiente (idem, p.16).

O poder estatal, isto é, a estrutura que detém, entre outros atributos, o monopólio legítimo da violência, seria necessário, mas não condição suficiente para explicar o surgimento da nação. Os Estados existem desde a Antiguidade, sendo assim teria que ser um elemento novo, o nacionalismo, relacionado diretamente aos avanços econômicos e sociais do capitalismo, que transformaria o Estado em um Estado-Nação.

Para Gellner, a vontade (o “plebiscito diário” de Renan) e a cultura seriam elementos seguramente importantes para entender a constituição de uma nação e a origem dos movimentos nacionalistas, no entanto não seriam suficientes. Para Gellner, a industrialização é, com sua capacidade homogeneizadora e com sua necessidade pela especialização burocrática, o grande elemento propulsor dos nacionalismos e das nações. Logo, a tese de Renan de que a nação seria “um plebiscito diário” não foi aceita por Gellner. Segundo este autor, “as nações só podem ser definidas de acordo com a era do nacionalismo, em vez de se dar o contrário, como seria de esperar” (1993, p.88), e logo completa: “É o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário” (p. 89). A nação seria conhecida somente de forma retrospectiva, quando os movimentos nacionalistas já tivessem logrado algum poder e reconhecimento. Desta forma, seria a cultura compartilhada

pela educação e pelo sistema de instrução e de comunicação empresariais, encabeçada por grupos políticos de elite, que provocaria substrato comum que geraria movimento de união entre culturas distintas, que precisariam esquecer suas diferenças e reafirmar uma origem comum:

O engano e auto-engano fundamentais praticados pelo nacionalismo são os seguintes: o nacionalismo constitui essencialmente a imposição geral de uma cultura erudita a uma sociedade onde, anteriormente, as culturas populares tinham ocupado as vidas da maioria, e nalguns casos da totalidade, da população. Isto implica a difusão generalizada de um idioma mediatizado pela escola e supervisionado academicamente, codificado segundo as exigências de uma comunicação burocrática e tecnológica relativamente precisa (idem, 1993, p. 90).

A construção da cultura nacional seria elaborada por grupos interessados na gerência do Estado. Assim, a partir da cultura comum popular e camponesa, grupos de intelectuais transformam esses elementos “dos de baixo” em componentes gerais, formando um substrato cultural comum. Convencem as massas a defender uma identidade nacional que, aparentemente, se ergue com base em valores ditos populares, mas que foram escolhidos, organizados, lembrados por seleções políticas de grupos dominantes. Caso as elites tenham sucesso na empreitada, a própria massa se enxergaria representada pela cultura retirada de suas tradições e acabaria por acreditar estar lutando por uma nação que representaria seus interesses, valores e tradições (GELLNER, 1993, p. 90-91).

Esse processo de “ressignificação cultural” pode ser observado no livro de Hobsbawm e Terence Ranger, *A invenção das tradições* (2012), ao estudarem como as nações modernas produziram uma série de rituais para provocar a internalização e sedimentação do espírito nacional:

[...] muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda ou [...] pela invenção (HOBWSBWM & RANGER, 2012, p. 14).

A necessidade de criar os símbolos nacionais, hinos, etc. foi um dos elementos constitutivos do sucesso ou não de uma nação. Seria imperativo criar uma série de mecanismos de repetição e “parafernalias” simbólicas para enraizar a origem remota, e muitas vezes contraditória, daquela “comunidade imaginada”. Com

efeito, quanto mais antiga se constituísse a nação recentemente inventada, mais difícil seria para que ela sofresse questionamento de outros grupos políticos na disputa pelo aparato burocrático-estatal (HOBBSAWM & RANGER, 2012, p. 2). Além disso, quanto mais “popular” e “abrangente” fosse o “substrato comum” maior seria a legitimidade daqueles que advogavam em seu nome.

Além dos autores citados anteriormente, os marxistas, Hobsbawm e, sobretudo, Benedict Anderson, antropólogo e historiador, foram cruciais nesta pesquisa para compor as reflexões sobre a questão nacional. Os dois dissertaram a respeito das origens deste fenômeno moderno, assunto sempre complicado para os estudiosos marxistas, pois, segundo Hobsbawm, a despeito de alguns esforços, a teoria marxista, via de regra, primária pela universalização e não pela nacionalização da discussão sobre os rumos da luta de classes, uma vez que o internacionalismo proletário deveria vir primeiro que as reflexões nacionais, campo de atuação por vocação da “burguesia” (2013, p.10-11).

No livro de Eric Hobsbawm (2013), *Nações e Nacionalismos: desde 1780*, não existe uma definição *a priori* do que seria a nação. Ele a entende como uma reunião de indivíduos que se consideram parte de um projeto comum (idem, p. 17). O importante, segundo o historiador, seria definir o processo que leva à construção do Estado-nação, ou seja, o nacionalismo, visto que a nação real só poderia ser conhecida *a posteriori*, depois de transcorrida e a vencida a luta nacional (idem, p. 18). A posição do historiador compactua, pelo menos neste aspecto, com as apreciações defendidas por Gellner ao se pensar o ideal nacionalista antes de se pensar a nação.

Por outro lado, o historiador acentua a importância da perspectiva de classe visando a demonstrar que o nacionalismo é construído pela burguesia (pelo alto), e tem sua divulgação direcionada para as massas. Hobsbawm demonstrou que em um primeiro estágio do nacionalismo existe a propagação de uma manifestação cultural amplamente reconhecida e que, a seguir, essa manifestação encontra eco em um grupo de militantes da “ideia nacional”, que então começaria a campanha em torno do projeto nacional. O ponto significativo, segundo o autor, é visualizar a forma como tais projetos são direcionados e incorporados pelas populações:

Minha preocupação no presente livro é mais com a fase C, quando os programas nacionalistas adquirem sustentação de massa – e não antes –

ou, ao menos, alguma das sustentações de massa que os nacionalistas sempre dizem representar (2012, p. 21).

Em suma, para Hobsbawm, a cultura popular, produzida pela massa, é ressignificada pelas elites para justamente poder mobilizar as mesmas massas populares em seus projetos políticos. Argumento semelhante ao de Gellner (1983). Obviamente, que nem todos os projetos políticos logram sucessos, pois frequentemente as elites fracassaram no objetivo de conquistar a aderência de um número maior de partícipes. No entanto, muitas vezes os projetos são bem sucedidos e aceitos pelas massas, as quais participam entusiasticamente do envolvimento sacrificando, não raras vezes, a própria vida pela crença despertada por tais sentimentos nacionais.¹⁸

No caso desta dissertação, essa reflexão interessa para pensar como os intelectuais da *Revista Brasiliense* teriam utilizado os seus discursos para que seus projetos nacionalistas convencessem as massas (“opinião pública”) e outros intelectuais acerca do estatismo, do desenvolvimento e da industrialização do país.

Para Hobsbawm, a ideia moderna de nação somente começaria a existir após a Revolução Francesa e a Americana, quando no século XIX o povo foi atraído pelo discurso nacional, especialmente pelos interesses da burguesia e das elites, a colaborar na disputa pelo poder contra o Antigo Regime. Segundo os ideais do iluminismo, o governo deve atuar em nome da “soberania popular” e, para tanto, diferente de outros movimentos políticos pretéritos, a participação popular seria, pelo menos em parte, almejada pelos movimentos revolucionários para que estes adquirissem sucesso e legitimidade frente aos defensores do Antigo Regime, que se colocariam contra a “soberania popular” (HOBSBAWM, 2013). Assim, na modernidade, as massas populares foram evocadas a participar; “preencheram” os movimentos nacionalistas com substrato cultural, mas não foram convidadas para liderar o processo, ou dividir os cargos políticos, cuja atuação ficou principalmente em mãos da burguesia e da elite.

O antropólogo Benedict Anderson, conforme exposto no prefácio de sua obra, *Comunidades Imaginadas* (2008), tem um dos livros sobre a questão nacional mais

¹⁸ Benedict Anderson (2008, p.36) explica o potencial emocional do nacionalismo quando este pode ser vinculado com o imaginário religioso, pois ao tratar, por exemplo, os próceres do movimento, aqueles que morreram pela pátria como heróis esse discurso responde anseios humanos sobre o medo da fatalidade da morte. Essas inspirações tão humanas, muitas vezes, não tinham vasão em outros sistemas ideológicos, como o marxismo e o liberalismo.

conhecidos, publicados e traduzidos no mundo, lançado originalmente em 1983 e que tem como objetivo básico “[...] oferecer, a título de ensaio, algumas ideias para uma interpretação mais satisfatória da ‘anomalia’ do nacionalismo” e que busca aprofundar os estudos já que “tanto a teoria marxista quanto a liberal se estiolaram num derradeiro esforço ptolemaico de ‘salvar os fenômenos’” (p. 30). A importância do seu livro para os debates acerca do nacionalismo foi registrada por inúmeros autores contemporâneos, como, entre outros, Marco A. Pamplona e Hon H. Doyle: “[...] *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson, parece ser uma exigência quase ritualística para qualquer apresentação acadêmica sobre o tema” (2008, p.18).

Segundo a antropóloga Lilian Schwarcz, que escreve o prefácio da obra de Anderson no Brasil (2008, p.10), o autor contrapõe-se a outras correntes teóricas que elaboram observações sobre o espírito do nacionalismo. Tais correntes, segundo a antropóloga, são: a) Ernest Gellner, pensador liberal já mencionado antes, que vincula o nacionalismo ao industrialismo europeu; b) Elie Kedourie, o qual relaciona o nacionalismo à Ilustração e c) Eric Hobsbawm, o qual atribui a ascensão do nacionalismo aos interesses da classe burguesa. Para Schwarcz, Anderson tem como definição para se pensar a nação, provavelmente por sua ligação acadêmica à antropologia, a importância do viés cultural e emotivo na aderência ao projeto nacionalista, sendo, por isso, importante investigar a potencialidade da imprensa, ou seja, do “capitalismo editorial” e da “vernaculização” das línguas nacionais para compreender a massificação das representações nacionais. Tais fenômenos ajudariam a compreender transformações do mundo na transição da sociedade de Antigo Regime para o período contemporâneo, quando ocorria o desenvolvimento intenso da imprensa escrita.

O grande objetivo de *Comunidades Imaginadas* é mostrar que “... tanto a nacionalidade – ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional – quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos” (2008, p.31). Para tanto, o livro elenca características que permitem o desenvolvimento do que ele chamou de *comunidade imaginada*, ou seja, da nação moderna. Para Anderson, a “comunidade imaginada” tem quatro características básicas:

1. Imaginada: “Ela é *imaginada* porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (p. 32, grifo meu). Não importa o nível de falsidade ou veracidade de uma nação, mas segundo o autor, seria mais importante pensar em como ela foi “inventada” ou “imaginada”;
2. Limitada: “Imagina-se a nação *limitada* porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade” (p. 33, grifo meu);
3. Soberana: “Imagina-se a nação *soberana* porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina [...] A garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano” (p. 34, grifo meu);
4. Uma comunidade: “[...] ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (p. 34, grifo meu).

Discordando de Hobsbawm e de outros autores, Anderson não acredita que a “Era dos Nacionalismos” tenha chegado ao fim com o término do século XX. Pelo contrário, a nação e o nacionalismo seriam uma verdadeira “religião laica” que parece estar longe de sumir no horizonte próximo. Os acontecimentos do final do século XX e mesmo dentro da União Soviética sugerem que o espírito nacional, mesmo em estados socialistas, continuava forte e a década de 90, com a queda da URSS, provaria que os princípios nacionais se multiplicaram no imaginário social, gerando conflitos e disputas políticas ao redor do globo, como a Guerra do Iraque (1991), da Bósnia (1992-1995), do Kosovo (1998-1999), etc.

Seguindo o que os autores acima expuseram, o nacionalismo é o movimento que elabora os projetos de nação; certamente, que tais projetos são disputados, mesmo dentro de grupos enunciadores aparentemente coesos. Ou seja, um mesmo grupo intelectual também pode ter suas disputas internas a respeito do tema, algo que poderá colaborar para o fracasso ou sucesso da “tarefa”. Em síntese, o nacionalismo não é a nação, ele é uma forma de atuação política a respeito de uma

visão sobre o Estado e sobre a sociedade, tendo sido fundamental para impulsionar a criação dos Estados-nação na modernidade: “As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBBSAWM, 2013, p.19).

O nacionalismo é uma categoria histórica que remete às origens da modernidade europeia e que, evidentemente, com o expansionismo europeu também tem suas implicações em outras regiões do planeta. Sendo assim, não parece haver dúvida na produção histórica e sociológica atual que os debates a respeito da questão nacional continuam importantes, visto que tal fenômeno, além de ter tido abrangência global, também está longe de se esgotar. Nesse sentido, a colocação do sociólogo Stuart Hall ainda parece pertinente:

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural [...]. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte da nossa natureza essencial (2000, p. 47).

Com efeito, dentre outras identidades importantes na contemporaneidade, a nacionalidade parece não ter perdido sua capacidade de influenciar os rumos políticos, econômicos e sociais das nações. Os recentes acontecimentos no mundo com o surgimento, na segunda década do século XXI, de movimentos de cunho nacionalista em diferentes países na América e na Europa parecem comprovar que os “nacionalismos” ainda continuam vivos e influentes.

Tal amplitude de possibilidades que o movimento nacionalista abre para os seus participantes levaria grupos de elite a buscar fundar um Estado, a defender uma guerra contra outra nação inimiga, a tentar se proteger de ameaças ou, como no caso dos intelectuais da *Revista Brasiliense*, objeto deste estudo, levou-os a propor um projeto político para Brasil, partindo da premissa de “nacionalismo de esquerda unificador”. Eles não queriam fundar um Estado, visto que este já existia, queriam, na verdade, mobilizar a população e pressionar a estrutura estatal para medidas que consideravam corretas a partir de suas leituras de mundo e de suas experiências, conforme se mostrará no capítulo 3. O Brasil já era naquele tempo “imaginado”, “soberano”, “limitado” e uma “comunidade”, caso se utilize os elementos formativos de Benedict Anderson; no entanto, para os intelectuais nacionalistas, não era uma nação completa política e economicamente. Para isso,

utilizavam a bandeira do “nacionalismo” como projeto político que deveria mobilizar os brasileiros e as brasileiras para a conclusão da soberania nacional.

1.2 Aspectos gerais sobre modernização e imprensa no Brasil

No período de crise oligárquica, de industrialização e de modernização do país, o capitalismo expandiu-se a diversos ramos da economia nacional, tendo no âmbito dos meios de comunicação avanço extraordinário. Segundo o historiador Nelson W. Sodré, “o desenvolvimento da imprensa no Brasil foi condicionado, como não podia deixar de ser, ao desenvolvimento do país” (1977, p. 452). O significado da extensão das relações capitalistas à imprensa foi polivalente: aperfeiçoamento das técnicas jornalísticas; monopolização da informação por corporações cada vez maiores – criadas nos moldes do capitalismo avançado; falência da pequena imprensa (SODRÉ, 1977); crise da imprensa operária; contribuição para a massificação da cultura e homogeneização de padrões comportamentais (DOCKHORN, 2002).

Essas mudanças, perceptíveis com a ascensão da grande imprensa monopolista das décadas de 1950 e 1960, já podem ser observadas incipientemente na Primeira República (1889-1930), conforme explica a historiadora Maria Eleutério:

[...] a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia -, assim como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa (2012, p.83).

A modernização da Primeira República, diferentemente das décadas seguintes, favoreceu a diversificação dos meios de comunicação, pois facilitou e barateou a produção de impressos (jornais, revistas e cartazes), o que beneficiou também a proliferação de jornais operários e revistas literárias e culturas. O avanço no sentido de democratização dos meios de comunicação esbarrou, entretanto, no encarecimento do maquinário tipográfico nos anos seguintes, juntamente com a necessidade cada vez maior de capital humano especializado para gerenciar os novos aparatos tecnológicos. Desta forma, nas décadas de 1950 e de 1960 as grandes imprensas midiáticas “tragaram” boa parte da imprensa surgida nas

décadas anteriores – outra parte significativa desta imprensa havia sido destruída pela repressão do Estado entre as décadas de 1920 e 1940, que dedicou atenção especial aos movimentos operários anarquistas e comunistas.

Nesse ambiente de desenvolvimento e modernização capitalista, somente as grandes corporações– donas de amplos veículos de informação como rádio, jornal, revistas e até televisão – estavam “aptas” a resistir ao incrível aumento das despesas, iniciadas principalmente a partir da década de 1950. Além do gasto com mão de obra especializada (fruto do desenvolvimento do capitalismo) e com o maquinário importado para atender às novas tecnologias de diagramação e publicação, houve o custo crescente do papel. As novas despesas cresceram tão exponencialmente que nem mesmo a grande imprensa pode se custear apenas com a venda de seus produtos aos leitores. Era necessário prover cada vez mais de outras fontes de renda; em outras palavras, era imperativo abrir mais espaço às grandes agências de publicidade, geralmente, de capital externo, ansiosas em divulgar novos produtos no crescente mercado brasileiro.

Do jeito como as coisas foram se constituindo, somente os grandes meios de comunicação, com grande número de leitores, foram “agraciados” com o dinheiro cada vez mais indispensável da publicidade (SODRÉ, 1977). Para uma ideia do alcance dos grandes jornais, a *Folha do Estado de S. Paulo* era lido por aproximadamente 100 mil pessoas na década de 1920 (LUCA, 1999). Nessa lógica, dependendo do número crescente de leitores para aumentar as verbas de publicidade, a grande mídia, funcionando como moderna empresa capitalista modelava-se aos interesses dos clientes/leitores, inserindo modernas técnicas de pesquisa de consumo para também atender às demandas das agências de publicidade. A ingerência do capital externo nos meios de comunicação brasileiros foi sintomática do avanço do capitalismo no país.

Esse “avanço imperialista” e, conseqüentemente, a “crise da imprensa nacionalista” eram abordados com preocupação nas páginas da *Revista Brasiliense*. Na nota *Arapuã, Uma Vítima-Símbolo do ‘Poder Econômico’* (n.43, set./out., 1962) Paulo Dantas, membro do conselho de redação, comenta a “carta-manifesto” do humorista e cartunista Arapuã ao sair do jornal *Última Hora*, local onde estava recebendo pressões dos grupos econômicos por causa de suas posições políticas: “Fazendo seu humorismo refletir dramas e anseios coletivos, Arapuã tornou sua coluna num instrumento de luta e denúncia, e por isso nesse momento de ‘imprensa

arrolada' não pôde continuar" (p.97). No mesmo número da revista há ainda o artigo *Caracterização Ideológica de Uma Imprensa de Classe* do autor Siball, quando este diz

[...] a função da imprensa burguesa 'apartidária' só pode ser devidamente conceituada se se levar em conta que vivemos no regime de livre concorrência, em que se verifica a luta de classes, em que o poder político e a riqueza nacional se encontram nas mãos da burguesia brasileira e dos trustes internacionais (idem, p. 104).

Nas décadas de 1950 e 1960, segundo Sodré, o imperialismo estadunidense utilizava desse capital empregado na imprensa brasileira, por meio das agências publicitárias, para interceder em nome de seus interesses econômicos e políticos para o Brasil:

O imperialismo cedo entendeu que era imprescindível liquidar a parcela nacionalista da política de Vargas. Para isso, montou, à base das agências de publicidade, gigantesca e persistente campanha antinacionalista, visando impossibilitar a solução estatal do problema do petróleo (1977, p. 458).

Esse avanço do capital estrangeiro ocorria mesmo com a derrota pontual da posição imperialista/"entreguista" (e, conseqüentemente, dos grandes meios de comunicação) na Campanha do Petróleo, a qual culminou com a criação da Petrobras em 1953 no segundo governo Vargas (1951 - 1954). Nesse contexto de lutas políticas, ficou perceptível o papel que as agências de publicidade tiveram na tentativa de influenciar a opinião pública brasileira, comprando páginas inteiras em jornais de grande circulação para emitir opiniões contrárias ao monopólio brasileiro do petróleo e/ou negando verbas publicitárias para aqueles veículos que se posicionassem a favor da solução estatal para o petróleo, postura que acabou levando diversos jornalistas de posições nacionalistas à demissão, conforme denunciado pela *Revista Brasiliense* no caso do humorista Arapuã. Desta forma, consolidava-se na grande mídia brasileira – por dependência econômica e/ou concordância política – a defesa de interesses exógenos aos nacionais:

[...] os assuntos de interesse nacional só encontraram possibilidade de estudo em revistas especializadas, e as correntes de opinião divergentes das forças dominantes tiveram a capacidade reduzida apenas à possibilidade de manter semanários (SODRÉ, 1977, p. 469).

Seria, portanto, provavelmente a partir dessa percepção que surgiram alguns periódicos, inspirados na disputa da “opinião pública” com a grande mídia em uma luta para “furar o bloqueio” midiático, visando a influenciar os brasileiros sobre o que consideravam os principais problemas e interesses nacionais.

O surgimento de periódicos intelectuais, contudo, não era algo novo no país. Em realidade, eles seguiam uma longa tradição latino-americana e brasileira de periódicos e jornais de opinião combativos, interessados em influenciar a “opinião pública”.¹⁹ O que marcava a diferença entre os periódicos era que, enquanto os mais antigos buscavam identificar os problemas nacionais e convencer a pequena parcela da elite intelectual dos ideais nacionalistas, os mais recentes buscavam atingir com seus discursos a “opinião pública”, conceito que começava a ser cada vez mais utilizado nos objetivos dos intelectuais ao propagarem seus ideais nacionalistas.

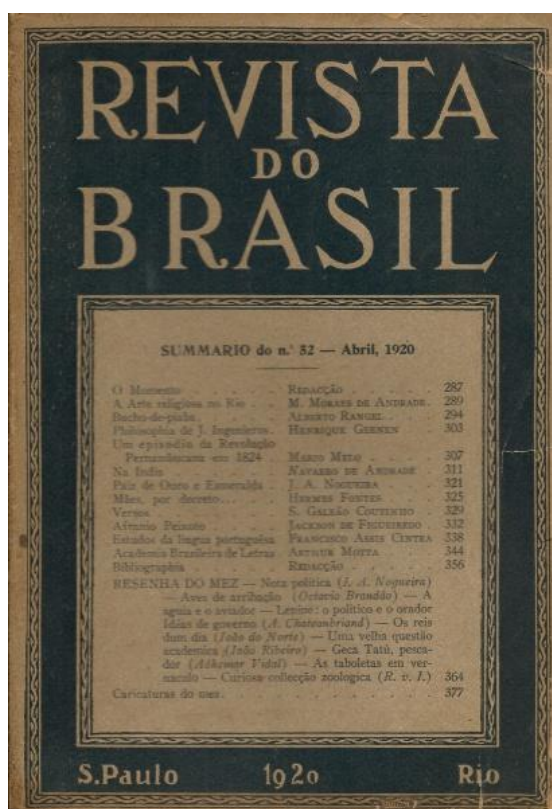
Nesse sentido, creio ser relevante analisar brevemente o papel desempenhado pela *Revista do Brasil*, que esteve entre as inúmeras revistas criadas na Primeira República, entre elas, a famosa *Klaxon*, criada no mesmo período e que popularizou pela importância na difusão dos ideais da Semana de Arte Moderna de 1922. A *Revista do Brasil* é relevante não apenas pela importância que teve no momento, mas principalmente pela referência que recebeu dos intelectuais da *Brasiliense*, sempre solícitos em evocar homenagens à antiga publicação. Trabalharei com a importância desta revista neste capítulo, tentando mostrar a tradição de periodismo político-cultural no país, cuja influência recaiu nas páginas da *Revista Brasiliense*. Logo a seguir, busco remontar a criação da Editora Brasiliense e da revista *Fundamentos*, que também tiveram papel importante na composição dos intelectuais da *Brasiliense*.

1.2.1 A *Revista do Brasil* e a tradição periodista

¹⁹ Intencionalmente, diversos aspectos e ramificações da história da imprensa serão deixados de lado nesta breve análise, pois busco analisar os “periódicos intelectuais” e, secundariamente, a relação deles com a grande mídia. Sendo assim, não foi retomada aqui neste trabalho a imprensa operária, que na primeira metade do século XX, teve, sem sombra de dúvida, papel fundamental na História da Imprensa do Brasil.

A *Revista do Brasil* (1916-1925), criada em São Paulo, foi um importante periódico político-cultural brasileiro e latino-americano, responsável pela difusão de certa tradição literária no meio paulista e brasileiro. Sua criação ocorreu por iniciativa do jornalista Júlio Mesquita, dono do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Imagem I: Capa da *Revista do Brasil*



Fonte: *Revista do Brasil*, n. 82, abril, 1920

O periódico surgiu como “extensão” dos empreendimentos de Mesquita dirigido ao público intelectual. Contava, no início, com 66 acionistas que dividiam os riscos financeiros da empreitada, embora a linha editorial fosse dirigida por Mesquita até 1918. A revista nasceu como mais um dentre outros periódicos literários, que discutiam temas como poesia, arte, literatura, teatro, e tinham artigos sobre a “identidade nacional” e os “rumos da nação”. As revistas literárias eram “Menos comerciais que as revistas de variedades, reuniam grupos diversos de intelectuais que percebiam instrumento adequado para uma ação transformadora” (ELEUTÉRIO, 2012, p. 108). No entanto, talvez o melhor conceito para definir a publicação seja como periódico “político-cultural”, haja vista a grande quantidade de artigos

concernentes aos “problemas nacionais”. A historiadora Tânia Regina de Luca distinguiu as “revistas literárias” das “revistas culturais”, uma vez que estas últimas

[...] sem deixar de incorporar a literatura, possuíam escopo mais abrangente e também abrigavam ensaios sobre temas variados, sempre com o intuito de discutir os grandes problemas nacionais e apontar os caminhos para solucioná-los (LUCA, v.8, n.13, jul/dez, 2006).

Na primeira edição da revista constava o *Manifesto-Fundação*, no qual expressava auspícios nacionalistas: “o que há por traz do título desta revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de construir um núcleo de propaganda nacionalista” (RBR, v.1, n.1, p.1-5, jan. 1916 apud LUCA, 1999). A revista, criada durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), “testemunha a efervescência político-cultural do Brasil naquele momento” (PÉCAUT, 1990, p.26) e defendeu pautas do nacionalismo patriótico da época, como o alistamento obrigatório proposto por Olavo Bilac. Depois, na década de 1920, acompanhou as discussões artísticas e culturais ocasionadas pela insurgência do modernismo brasileiro. Segundo Tânia de Luca, o objetivo sintetizado desta revista foi

[...] enquanto meio de ação por um grupo que considerava capaz de colocar o país no rumo certo. Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita, eis o projeto ilustrado dessa elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir (LUCA, 1999, p. 47).

Percebe-se que objetivo apresentado por esta publicação tem semelhanças marcantes com o da *Revista Brasiliense* como pode ser visto no editorial de Elias Chaves Neto, *Cinco Anos de Existência*: “[...] a ‘Revista Brasiliense’ baseada num manifesto de sentido nacionalista [...] [quer] levar a opinião pública a melhor compreender os problemas que afetam a vida do País” (RB, n.31, set./out., 1960). A presença da “propaganda nacionalista” para influenciar a “opinião pública” foi uma constante nos editoriais e artigos da revista, que se orgulhou, como mostrarei adiante, em “seguir os passos” da *Revista do Brasil*.

Ao que tudo indica, a revista teve boa aceitação no mercado editorial da época, haja vista a escassez de boas revistas culturais no momento (LUCA, 1999). Monteiro Lobato e Lima Barreto, autores muito referenciados nas páginas da *Brasiliense*, foram elogiosos sobre a criação e a perpetuação da revista no meio

cultural paulista (LUCA, 1999). Em 1918, depois de ter colaborado com inúmeros artigos, Monteiro Lobato passou de colaborador para dono da *Revista do Brasil*, comprando-a dos demais acionistas, tornando-se assim diretor do veículo até 1923, quando Paulo Prado, primo de segundo grau de Caio Prado Júnior, assumiu a direção após entrar como sócio de Lobato. A partir de 1924, Sergio Milliet dividiu a direção do periódico com Paulo Prado. Segundo Tânia de Luca (1999), a aquisição acionária de Lobato não acarretou alterações significativas na orientação política da revista; trouxe, todavia, mudanças no gerenciamento buscando aumentar o número de assinantes.

Em 1919, Monteiro Lobato criou uma editora para publicar livros e a *Revista do Brasil*; em 1924, com o dinheiro investido por Paulo Prado, Lobato pressionado pelas novas demandas editoriais e pela crescente publicação de obras, montou a *Companhia Gráfica Monteiro Lobato*. A editora de Lobato tornou-se, assim como futuramente a Editora Brasiliense, local de encontro da intelectualidade paulista da época. No entanto, apesar da aceitação e reconhecimento dos meios intelectuais, os negócios de Monteiro Lobato faliram em 1925, pois junto à enorme dívida contraída para montar a gráfica ocorrera, para seu infortúnio, a Revolução Paulista de 1924, dificultando a emissão de crédito pelos bancos e a publicação de suas obras em São Paulo (LUCA, 1999).

Não foram poucas as semelhantes entre a *Revista do Brasil* e a *Revista Brasiliense*, pois, além das referências da primeira nas páginas da segunda, alguns intelectuais estiveram presentes nas duas publicações, como Sergio Milliet, Sergio Buarque de Hollanda, que pertenceram ao Conselho de Redação da *Brasiliense*. No caráter estético, conforme será observado mais adiante neste capítulo, elas tinham semelhanças quanto ao tamanho e a forma.

Nas primeiras palavras do *Manifesto de Fundação da Brasiliense*, escritos exatos trinta anos após o fim da *Revista do Brasil*, havia referência à tradição delegada por Monteiro Lobato: “A Editora Brasiliense, fiel à tradição de cultura legada pelo seu fundador, Monteiro Lobato, resolveu tomar a iniciativa de uma revista” (n. 1, jul./ago. 1955, p. 2). E as homenagens neste número não terminaram no manifesto: o primeiro artigo foi *Monteiro Lobato e a Revista do Brasil* de Edgar Cavalheiro, que elogiava o papel pioneiro do escritor e do nacionalismo proferido. Na contracapa do mesmo número, havia propaganda das obras de Monteiro Lobato, publicadas pela *Editora Brasiliense*. As exaltações a Lobato transcorreram por toda a

existência da revista e inúmeras foram as menções à importância de seu legado, conforme expôs a intelectual Lanny Dorin:

[...] a 'Brasiliense' pode vangloriar-se de ter sido, até o presente, um centro de propaganda do nacionalismo, como o foi a 'Revista do Brasil' [...] A '*Revista Brasiliense*', como já dissemos, é um ressurgimento da '*Revista do Brasil*' (RB, n. 45, jan./fev., 1963, p. 66, grifo meu).

Contudo, é preciso ter em mente que não houve uma linha que unira direta e exclusivamente as duas publicações, separadas por um período de trinta anos. A “tradição” periódica era mais geral e aplicada ao contexto intelectual. Afinal, a tradição das revistas culturais se manteve ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, mesmo após a falência da *Revista do Brasil* em 1925. Existiram inúmeras outras revistas culturais no lapso de tempo entre as duas publicações. Além disso, diferentemente da revista de Lobato que não tinha influência do Partido Comunista, que só foi criado no Brasil em 1922, muitas revistas culturais, entre as décadas de 1920 e 1950, estiveram ligadas ao partido. Eram mantidas pelos comunistas na época, entre outras, as revistas *Problemas* (1947 – 1955, Rio de Janeiro), *Fundamentos* (1948 – 1955, São Paulo) e a *Estudos Sociais* (1958-1964, Rio de Janeiro). De posição nacionalista, mas não ligadas ao comunismo, entre outras, havia o jornal *Semanário* (1958 – 1964, Rio de Janeiro e São Paulo) e a Revista *Anhembi* (1950-1962, São Paulo).

1.2.2 A Editora Brasiliense e a intelectualidade paulista

A *Revista Brasiliense* parece ter sido, de certa forma, a simbiose entre o pensamento nacionalista mais antigo, ligado a Lobato e preocupado com identificar os problemas nacionais, e o ambiente intelectual da revista *Fundamentos* (1948 – 1955), mantida pelo Partido Comunista e que teve participação massiva dos intelectuais da *Brasiliense*. Grande parte do grupo de intelectuais que compôs o conselho de redação da *Brasiliense* esteve presente naquela publicação.

As duas revistas foram produzidas pela Editora Brasiliense, fundada em 1943, momento no qual Caio Prado tornou-se empresário do crescente mercado editorial

do país.²⁰ O objetivo da editora era, segundo Maria Célia Wider (2007), suprir a deficiência histórica de reflexões sobre os problemas nacionais – objetivo muito semelhante à entrada de Monteiro Lobato no mesmo segmento. Em 1946, ficou completa a inserção do historiador no mundo editorial com a criação da Livraria Monteiro Lobato em São Paulo – o nome da livraria foi uma homenagem ao escritor, amigo e, naquele momento, também sócio de Caio Prado.²¹ A amizade entre Monteiro Lobato e Caio Prado talvez se explique pela semelhança de trajetória entre os dois intelectuais: ambos eram nacionalistas, escritores renomados, pertenciam a famílias tradicionais e fundaram editoras e gráficas para lançarem periódicos e obras sobre os problemas nacionais.

Funcionava também desde 1947, nas instalações da Editora Brasiliense, o órgão oficial do PCB em São Paulo, o jornal *Hoje*. O vespertino recebia assistência da editora de Caio Prado, e o nome do jornal havia sido doado por Caio Prado ao PCB. Todavia, mesmo tendo escrito no início tanto para o jornal *Hoje* quanto para *Fundamentos*, por divergências políticas com o partido, Caio Prado acabou se afastando (ou afastado) desses organismos, que havia, inclusive, ajudado a criar e que continuou ajudando a mantê-los (WIDER, 2007; LIMONGI, 1987).²² Deste modo, a impossibilidade de atuar na imprensa comunista oficial pode ter colaborado com a intenção de Caio Prado de buscar a criação da *Revista Brasiliense* e de reunir grupo de intelectuais que a constituiu. Na sua função de intelectual, usava os meios a seu alcance e o seu capital econômico para influenciar as perspectivas políticas de sua época:

Tanto na criação como na decodificação das ideologias; no estabelecimento dos sistemas de valores dominantes ou na crítica a estes se sobressai o papel dos intelectuais [...] podem estar tanto no papel de justificadores do

²⁰ Eram sócios do historiador no negócio o seu pai, Caio Prado, e outros como Leandro Dupré, Arthur Neves e Hermes Lima.

²¹ Monteiro Lobato havia transferido neste momento os direitos autorais de suas obras para serem publicadas pela Editora Brasiliense, tornando-se sócio de Caio Prado Júnior.

²² Os conflitos de Caio Prado com o PCB não foram meros confrontos de ideias. Ao que tudo indica a disputa foi bastante séria. A relação entre os velhos comunistas foi complicada, como demonstra Ângela Maria Souza: “Quase toda a sua relação com o PCB foi marcada por conflitos. Como exemplo, citamos o relatório do Departamento Especial de Ordem Política e Social (DEOPS), de maio de 1945, que afirmava que membros da Organização Nacional dos Trabalhadores Unidos declararam ter recebido instruções de Luís Carlos Prestes no sentido de não permitir o ingresso no PCB, que se reorganizava, de Caio Prado e outros independentes. O jornal *O Tempo*, em 1954, informava que a linha prestista estaria pronta para expurgar alguns militantes do PCB, entre os quais figurava o autor que analisamos [Caio Prado]” (SOUZA, 2004, p. 38).

sistema de valores vigentes numa sociedade como no papel de críticos (WASSERMAN, 2009b, p. 274).

No ano de 1948, a *Editora Brasiliense* começou a publicar a revista *Fundamentos*, controlada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). A publicação teve papel importante na formação de uma rede de intelectuais de esquerda na defesa das teses nacionalistas. Um dos temas abordados sistematicamente foi a *Campanha do Petróleo*, cujo objetivo era garantir o monopólio estatal do petróleo brasileiro; meta alcançada em 1953, com a criação da Petrobras. A revista teve como primeiro editor-chefe Monteiro Lobato – defensor do monopólio estatal do petróleo e conhecida figura de posições nacionalistas.

Lobato, entretanto, faleceu após o primeiro número da publicação, fato que ocasionou grande comoção nas páginas de *Fundamentos*. O necrológio foi feito por Caio Prado em homenagem ao amigo. Depois do falecimento de Lobato, a direção do periódico foi assumida por Afonso Schmidt, membro do Partido Comunista, que permaneceu como diretor até a última edição em dezembro de 1955. Apesar de sua morte, Monteiro Lobato acabou tornando-se, como dito antes, referência para o pensamento nacionalista da Editora Brasiliense e da porvindoura *Revista Brasiliense*. De forma paradigmática para entender a influência de Lobato na futura publicação, pode-se analisar o último local de moradia do escritor. Ele viveu os últimos três anos de vida no 12º andar do prédio da Editora Brasiliense na Rua Barão de Itapetininga. O espaço foi emprestado por Caio Prado para abrigar o amigo, falido financeiramente. Em julho de 1948, o criador do personagem Jeca Tatu faleceu dentro do prédio da editora.

A redação e administração da *Revista Brasiliense* funcionaram durante toda sua existência no local onde havia vivido Monteiro Lobato. De certa forma, parece haver uma “homenagem póstuma” ao criador de *Urupês*, nome que recebeu, inclusive, a gráfica montada por Caio Prado em 1953. Caio Prado tinha a Livraria Monteiro Lobato, a Gráfica Urupês, escreveu o necrológio de Lobato, e montou uma nova revista na ex-moradia do autor. Parece que não só o “espectro” do nacionalismo rondava os intelectuais da *Revista Brasiliense*, mas também o “espectro” do velho escritor. Além de amigo do escritor, Caio Prado era “herdeiro” das obras de Monteiro Lobato, pois tinha os direitos autorais sobre elas, e as suas vendas alavancaram as finanças da Editora Brasiliense (IUMATTI, 2007).

A revista *Fundamentos* foi, de certa forma, predecessora direta da *Brasiliense*, pois parte do conselho de redação da revista foi transferido para a nova publicação, criada exatamente no mesmo ano de término daquela. Dos membros da *Revista Brasiliense* que fizeram parte do antigo conselho estavam: Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Álvaro de Faria, Eduardo Sucupira Filho, Fernando Pedreira e Caio Prado Júnior (SANTOS, 2016). Em relação à experiência com a *Fundamentos*, duas características parecem explicar o objetivo de Caio Prado de fundar um novo periódico. Em primeiro lugar, o intelectual, segundo consta na bibliografia (WIDER, 2007; LIMONGI, 1987), havia sido afastado do papel mais atuante na publicação por ordem do PCB, tendo em vista as divergências políticas; em segundo lugar, havia problemas “técnicos” graves com a revista, visto que, por exemplo, em alguns meses a mesma deixou de ser publicada por questões financeiras e administrativas. A revista era deficitária e, mesmo assim, cobrava um valor muito baixo pelos exemplares, sendo por isso subsidiada pelo Partido Comunista. O custo era de Cr\$ 3,00 em 1948 e de Cr\$ 10,00 em 1955, ao passo que a *Brasiliense* quando foi lançada em 1955 já custava Cr\$ 20,00. A *Fundamentos* deixou de ser publicada em dezembro de 1955, ou seja, dois meses depois do lançamento da *Brasiliense* em outubro de 1955.

1.2.2.2 Revista Brasiliense: um projeto de nacionalismo

A criação da revista inseriu-se, como dito antes, no contexto de avanço capitalista nos meios de comunicação e de embates nacionalistas em todo o país. Para os intelectuais da *Brasiliense* havia, de um lado, a interferência do imperialismo na vida nacional e na imprensa do país; e, de outro, a possibilidade de se “reforçar” um movimento que pudesse discutir os problemas internos de forma independente, sem se submeter às agências de publicidade e às fontes externas. As provas de que era possível quebrar a “censura” da mídia conservadora foram fornecidas pela vitória dos setores populares que haviam barrado o golpe militar após o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954. Grande parte da população dos meios urbanos em suas manifestações de repúdio aos opositores do governo Vargas, até mesmo atacaram as propriedades dos grandes meios de comunicação como *O Globo* e o *Diário de Notícias* no Rio de Janeiro e em outras cidades do país (FAUSTO, 2009). Essas

manifestações populares foram diversas vezes exaltadas nas páginas da *Brasiliense*, colocando-se de certa maneira como “mito fundador” do nacionalismo de massa que os intelectuais pregavam.

Imagem II: Capa da *Revista Brasiliense*



Fonte: *Revista Brasiliense*, n. 1, set./out., 1955.

A coesão política desta publicação concretizava-se por conta do *Manifesto de Fundação*, citado anteriormente, e por efeito daqueles que o assinaram, isto é, os membros-fundadores. Nesse grupo, havia intelectuais notoriamente conhecidos da época, como Sérgio Buarque de Holanda e Sergio Milliet; e outros mais jovens ainda não tão conhecidos como Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes.²³

²³ O primeiro número teve 45 intelectuais como membros-fundadores: Abguar Bastos, Acácio Ferreira (Bahia), Adroaldo Ribeiro Costa (Bahia), Afonso Schmidt, Aguiinaldo Costa, Alice Canabrava, Álvaro de Faria, Aníbal Machado (Rio), Caio Prado Junior, Carlos Pasquale, Catulo Branco, Ciro T. de Padua, Edgard Cavalheiro, Edgar Koetz, Egon Schaden, E. L. Berlink, Elias Chaves Neto, Fernando de Azevedo, Fernando Segismundo (Rio), Florestan Fernandes, F. Pompeu do Amaral, Gilberto de Andrada e Silva, Heitor Ferreira Lima, Heron de Alencar (Bahia), J.N. Fonceca Lima, Jayme Gramaciontti, João Climaco Bezerra (Ceára), João Cruz Costa, José Kalil, José Maria Gomes, Josué de Castro (Rio), Léo Ribero de Moraes, Mario Mazzei Guimarães, Maio da Silva Brito, Nabor Caires

Também escreveram para a revista outros autores que não foram fundadores ou não estiveram no conselho editorial. No *Manifesto de Fundação* constava a assinatura de 45 fundadores, sendo que 37 viviam em São Paulo, o que indica a importância das relações pessoais entre os colaboradores, conforme demonstrarei no capítulo 2. Passados cinco anos, no número 24 (jul./ago., 1960), cresceu o número total de membros signatários do Manifesto para 50 e, igualmente, elevando a participação de outros estados brasileiros, totalizando treze, cinco a mais do que na primeira edição.

De acordo com Limongi (1987), a explicação para o aumento de intelectuais provenientes de outras regiões pode ser entendida pela dificuldade crescente que a revista tinha em conseguir artigos para fechar suas edições, precisando recorrer a um grupo cada vez maior de pessoas. Para o sociólogo, essa é uma das causas que explica a crise que a publicação enfrentou em seus últimos anos, quando teria ocorrido dificuldades em se encontrar colaboradores para o periódico.

Observo, no entanto, que existiu, pelo menos como elemento discursivo, desde o início, a intenção dos editores da revista em superar o *regionalismo*, e ampliar a atuação da revista para outros estados além de São Paulo, conforme é possível notar no artigo de aniversário de um ano da revista:

Embora os trabalhos publicados tenham um carácter nacional, pela maneira ampla com que foram abordados, sem dúvida a *Revista ainda se ressent de um certo regionalismo* principalmente quanto à procedência geográfica da colaboração que lhe foi enviada. Espera, entretanto, a Revista, de futuro, receber dos mais diversos pontos do país colaborações, cuja publicação certamente a ajudará no seu propósito de formar uma consciência nacional realmente esclarecida, resultante do conhecimento objetivo dos problemas brasileiros, analisados, nos termos de seu manifesto de constituição, sob prisma da melhora das condições de vida do povo e da *defesa da nossa cultura* (RB, n. 6, jul./ago. 1956, p. 2, grifo meu).²⁴

De qualquer forma, como explicitarei melhor no capítulo seguinte, conquanto existisse como elemento discursivo a importância de “desregionalizar” a revista para que se aumentasse o número de membros de outros Estados, ainda assim o poder decisório e editorial do periódico ficava em mãos paulistas. Outro dado importante:

de Brito, Omar Catunda, Osmar Pimentel, Pinto Ferreira (Recife), Rossine Camargo Guarnieri, Rui Bloem, Salomão Schatan, Samuel B. Pessoa, Sérgio Buarque de Holanda, Sergio Milliet, Wilson Alves de Carvalho. Os nomes que contêm o estado entre parênteses são de intelectuais de fora de São Paulo.

²⁴ Vale ressaltar que a revista se propunha a ser um centro de “estudos brasileiros”, mas debateu acontecimentos internacionais como a Revolução Cubana, os problemas da Guerra Fria e, especialmente, outras situações políticas na América Latina.

no momento de participação no conselho editorial ou no cargo de direção de redação da *Brasiliense*, todos os membros estavam vivendo em São Paulo e, na maioria dos casos, reforçando laços de sociabilidade entre si e, especialmente, com a figura de Caio Prado Júnior.

É relevante destacar também, como pode ser notado no excerto acima, que a *Revista Brasiliense* tinha intenso caráter cultural e contava com grande número de artistas e escritores como membros-fundadores – muitos deles ligados à figura de Monteiro Lobato –, evidenciando o viés político-cultural do periódico na “defesa da nossa cultura”. Alguns nomes foram Vasco Prado – artista plástico gaúcho, que aderiu ao *Manifesto de Fundação*, mas que não publicou nenhum artigo na revista –, Sergio Milliet, Álvaro de Faria, Edgard Cavalheiro (biógrafo de Lobato), entre outros. Grande parte dos membros-fundadores teve participação pequena na produção de artigos para a revista, mas sua afiliação denota o caráter político-cultural que propunha aquele projeto de nacionalismo. Do grupo dirigente da revista, o número de intelectuais associados ao mundo artístico foi expressivo, seis (30%) dos membros foram ligados ao teatro, à literatura, à música, ao cinema ou às artes plásticas.²⁵

Tabela I – Assuntos mais publicados da *Revista Brasiliense*

	Artigos e Notas	%
Assuntos	775	100
Políticos	217	28
Política Nacional	93	12
Política Internacional	52	6,7
Socialismo e Socialismo no Brasil	20	2,6
Política Externa Brasileira	18	2,3
Operariado e Sindicalismo	16	2,1
Nacionalismo	12	1,5
Movimento Estudantil	6	0,8
Econômicos	117	15,1
Economia Nacional	66	8,5
Capital Estrangeiro e Imperialismo	35	4,5
Petróleo e Petrobrás	10	1,3

²⁵ Ficará mais claro no segundo capítulo o caráter cultural da revista, mas dos 20 membros estudados nesta dissertação, que estão envolvidos no conselho editorial e no cargo de diretor responsável, sete deles escreveram principalmente sobre arte: teatro, literatura, artes plásticas, música, etc.

Economia Internacional	4	0,5
Energia Atômica	2	0,3
Sociais	126	16,3
Medicina e Alimentação	49	6,3
Educação	31	4
Questão Agrária	29	3,7
Nordeste	11	1,4
Emprego e Previdência	6	0,8
Literários, Acadêmicos e Culturais	315	40,6
Literatura	105	13,5
História	61	7,9
Teatro	28	3,6
Filosofia	24	3,1
Sociologia	24	3,1
Arte e Arquitetura	19	2,5
Cinema	19	2,5
Marxismo	9	1,2
Ciência	6	0,8
Outros	20	2,5

Fonte: informações em Sergio Montalvão (2006) e tabela modificada de Onofre Portela Junior (2012).

No entanto, a grande quantidade de textos sobre assuntos culturais, conforme pode ser visto na tabela acima, pode conduzir ao erro interpretativo. A maior parte dos textos sobre cultura eram pequenas notas sobre livros publicadas pela Editora Brasiliense, ou sobre outros livros importantes lidos e comentados pelos intelectuais na forma de “resenha”. As publicações sobre cultura ficavam sempre no final do periódico e tinham menos espaços no número de páginas do que assuntos relacionados à política e à economia. Com o avançar dos números, começaram a aparecer intermitentemente seções de “livros”, “cinema” e “teatro” no índice da publicação, indicando as “resenhas” e opiniões que seriam publicadas. Na década de 1960, passado o entusiasmo industrializante do governo JK, conforme será mais bem analisado adiante, o número de artigos e notas sobre questões culturais aumentaram na *Brasiliense*, ocupando nos últimos números (45 – 51) quase metade do sumário, embora ainda contassem com poucas páginas. Na edição de número 44 (nov./dez., 1962) da revista, por exemplo, apenas 27 do total de 144 páginas eram sobre questões culturais. No último número 51 (jan./fev., 1964), mesmo contando com as seções de “teatro”, “cinema” e “livros”, houve 72 páginas de

“cultura”, do total de 154 páginas. O aumento foi significativo, porém não alcançava metade das páginas do periódico, cujo enfoque maior continuava sendo assuntos políticos, econômicos e sociais.

Especialmente na primeira metade de existência da publicação (números 1 – 25), a maior parte dos assuntos debatidos no periódico era concernente aos problemas que atravancavam o desenvolvimento nacional nas áreas de economia, política, produtividade, educação, saúde e cultura. Eram esses, na maioria das vezes, os primeiros artigos a aparecer no índice do periódico. Os assuntos de política internacional, referentes ao mundo pós-Segunda Guerra Mundial, também apareciam na revista, mas tinham caráter secundário em relação aos problemas nacionais. Os principais colaboradores do periódico foram, em ordem decrescente, Elias Chaves Neto, 47 artigos, Caio Prado Júnior (34), Heitor Ferreira Lima (28), Álvaro de Faria (26) e Paulo Alves Pinto (15). À exceção de Ferreira Lima, que havia sido expulso do PCB por divergências políticas, os outros colaboradores principais continuavam membros do partido ainda que também pudessem ter divergências com o mesmo (CHAVES NETO, 1978; WIDER, 2007; LIMONGI, 1987).

O diretor-responsável da revista durante toda a sua existência foi Elias Chaves Neto, o qual, além de primo e amigo de Caio Prado, era um experiente jornalista, ex-editor do jornal *Hoje*, afastado deste, bem como Caio Prado, por questões políticas, tendo começado a trabalhar na Editora Brasiliense em 1953, dois anos antes do início da *Revista Brasiliense*. Geralmente, os artigos de Chaves Neto referiam-se às análises conjunturais internas e externas. O editorial da revista era, geralmente, de responsabilidade do próprio diretor, assinando 28 dos 51 editoriais; Caio Prado respondeu por 16 editoriais; houve três editoriais não assinados – provavelmente escritos pelo diretor – e outros cinco autores escreveram um editorial cada um sobre assuntos específicos: Sérgio Milliet (*A Propósito da III Bienal de São Paulo*, n.2, nov./dez., 1955), Samuel B. Pessoa (*Conceito Geográfico das Doenças Tropicais*, n.3, jan./fev., 1956), Senador Jarbas Maranhão (*O Petróleo no Senado*, n.7, set./out., 1956, em realidade uma entrevista com o senador feita por Elias Chaves Neto), João Clímaco Bezerra (*Vida e Obra de Monteiro Lobato*, n. 9, jan./fev., 1957) e Vítor M. Konder (*Petróleo... e Política*, n.12, jul./ago., 1957). Analisando-se os editoriais como a manifestação da linha da revista, percebe-se a proeminência de Elias Chaves Neto e Caio Prado na direção política do periódico,

pois, com a exceção de Sergio Milliet, nenhum outro membro do grupo dirigente escreveu editoriais ao longo de sua existência.

A *Revista Brasiliense* era impressa na Gráfica Urupês – também de propriedade de Caio Prado Júnior. O periódico teve ao todo 51 números publicados, o 52 foi apreendido pela polícia após o golpe civil-militar de 1964. O periódico era impresso em tamanho de 16 cm x 23,3 cm, semelhante ao da *Revista do Brasil*, que tinha 15cm x 22cm (LUCA, 1999). No frontispício, era colocado o “sumário” com os principais artigos da revista; na contracapa, havia na maioria das vezes propagandas de obras publicadas pela Editora Brasiliense. Nas três primeiras edições apareceram propagandas das obras de Monteiro Lobato, que esteve em sete contracapas do total. Outro autor bastante presente nas contracapas foi Lima Barreto, que teve suas obras referenciadas em seis contracapas. A forma de organizar o sumário na capa e a composição estética da revista se assemelhavam ao projeto estético da publicação de Monteiro Lobato. A diferença na materialidade do periódico estava principalmente no número de páginas da revista de Caio Prado que teve média geral de 191 páginas e foi publicada bimestralmente, ao passo que a de Lobato teve publicações mensais e uma média de 95 páginas (LUCA, 1999). Caso se some a média mensal da *Revista do Brasil*, encontra-se o número de 190 páginas por bimestre, praticamente a mesma média da *Brasiliense*.

Tabela II – Número de páginas, preço e inflação anual

Edição	Data	Preços	N. Páginas	Inflação Anual
1955				12,20%
n.1	set./out.	Cr\$ 20,00	176	
n.2	nov./dez.	Cr\$ 20,00	184	
1956				24,50%
n.3	jan./fev.	Cr\$ 20,00	168	
n.4	mar./abr.	Cr\$ 20,00	176	
n. 5	mai./jun.	Cr\$ 20,00	232	
n.6	jul./ago.	Cr\$ 20,00	204	
n.7	set./out.	Cr\$ 20,00	192	
n.8	nov./dez.	Cr\$ 20,00	180	
1957				7%
n.9	jan./fev.	Cr\$ 20,00	184	
n.10	mar./abr.	Cr\$ 20,00	206	
n.11	mai./jun.	Cr\$ 20,00	200	
n.12	jul./ago.	Cr\$ 20,00	206	
n. 13	set./out.	Cr\$ 20,00	224	

n.14	nov./dez.	Cr\$ 20,00	208
1958			24,40%
n.15	jan./fev.	Cr\$ 20,00	208
n.16	mar./abr.	Cr\$ 20,00	184
n.17	mai./jun.	Cr\$ 20,00	190
n.18	jul./ago.	Cr\$ 20,00	200
n.19	set./out.	Cr\$ 20,00	206
n.20	nov./dez.	Cr\$ 20,00	192
1959			39,40%
n.21	jan./fev.	Cr\$ 20,00	207
n. 22	mar./abr.	Cr\$ 20,00	200
n.23	mai./jun.	Cr\$ 20,00	208
n.24	jul./ago.	Cr\$ 30,00	230
n.25	set./out.	Cr\$ 30,00	196
n.26	nov./dez.	Cr\$ 30,00	218
1960			30,50%
n.27	jan./fev.	Cr\$ 30,00	192
n.28	mar./abr.	Cr\$ 30,00	236
n.29	mai./jun.	Cr\$ 30,00	211
n.30	jul./ago.	Cr\$ 30,00	192
n.31	set./out.	Cr\$ 30,00	238
n.32	nov./dez.	Cr\$ 30,00	183
1961			47,80%
n.33	jan./fev.	Cr\$ 40,00	181
n.34	mar./abr.	Cr\$ 40,00	283
n.35	mai./jun.	Cr\$ 40,00	199
n.36	jul./ago.	Cr\$ 60,00	197
n.37	set./out.	Cr\$ 60,00	176
n.38	nov./dez.	Cr\$ 60,00	184
1962			51,60%
n.39	jan./fev.	Cr\$ 60,00	180
n.40	mar./abr.	Cr\$ 60,00	198
n.41	mai./jun.	Cr\$ 60,00	196
n.42	jul./ago.	Cr\$ 90,00	198
n.43	set./out.	Cr\$ 90,00	195
n.44	nov./dez.	Cr\$ 90,00	144
1963			79,90%
n. 45	jan./fev.	Cr\$ 180,00	143
n.46	mar./abr.	Cr\$ 180,00	132
n.47	mai./jun.	Cr\$ 180,00	144
n.48	jul./ago.	Cr\$ 180,00	149
n. 49	set./out.	Cr\$ 180,00	150
n.50	nov./dez.	Cr\$ 180,00	118
1964			92, 1%
n.51	jan./fev.	Cr\$ 180,00	154

Fonte: *Revista Brasiliense*. Dados inflacionários retirados de MUNHOZ (n.1, jun./jul., 1997).

Em relação ao número de páginas, entre o número 1 e o número 43, a média foi de 200 páginas, entre os últimos números (44-51), a média diminuiu para 141 páginas. No número 44, diversas mudanças foram observadas na publicação no sentido gráfico e no de conteúdo. A fonte foi diminuída, embora às vezes se mantivesse maior para os editoriais e os assuntos mais importantes sobre política e economia. Novas cores começaram a aparecer na contracapa da revista, e o número de artigos e notas sobre cinema e literatura cresceram consideravelmente. Na edição de número 45, indicando as mudanças que ocorriam no periódico, entraram novos membros para o conselho de redação: Luiz Febrot, Jean Claude-Bernardet e Maurice Capovilla. Todos eles, conforme será analisado no capítulo 2, estiveram ligados às artes, nas áreas de cinema, teatro e literatura.

Ao mesmo tempo que ocorriam mudanças gráficas, entre o número 44 e o 45, houve acréscimo de 100% no preço da publicação, passando de Cr\$ 90,00 para Cr\$ 180,00. O aumento possivelmente estaria ligado às políticas governamentais de retirada do subsídio sobre importações e a crescente inflação do país (SODRÉ, 1977). No primeiro aumento da revista de Cr\$ 20,00 para Cr\$ 30,00 em 1959, houve aviso da direção sobre os motivos do aumento:

Tendo em vista a elevação do preço do papel e de todos os custos tipográficos em geral, a 'Revista Brasiliense', vê-se obrigada a elevar o preço do exemplar, de Cr\$ 20,00 para Cr\$ 30,00, a partir do próximo número, julho-agosto (n.23, mai./jun., 1959).

Dentro da comparação entre o preço da publicação e a inflação anual, percebe-se que houvera relativa correspondência entre os aumentos gerais de preço e o aumento do preço da *Brasiliense*. No entanto, caso se compare com os grandes jornais de circulação diária, percebe-se que o aumento foi menor que nesses veículos. Por exemplo, o *Diários de Notícias* do Rio de Janeiro custava Cr\$ 1,50 em 1955 e em 1964 estava custando Cr\$ 30,00, ou seja, aumento de 2000%, enquanto a *Brasiliense* aumentou “apenas” 900% desde seu valor inicial de Cr\$ 20 (1955) para Cr\$ 180 (1964). Outro importante veículo do Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil*, teve exatamente os mesmos preços do *Diários de Notícias* entre 1955 e 1964. Talvez justamente por uma questão de concorrência os valores se equivaliam entre o

Diários de Notícias e o *Jornal do Brasil*. O preço da *Brasiliense* parece ter acompanhado a inflação geral do país, embora tenha ficado bem abaixo de outros veículos de comunicação, que, aliás, como visto antes, recebiam verbas publicitárias, algo praticamente inexistente para o periódico estudado, o qual se resumia a divulgar as próprias obras da Editora Brasiliense.

1.3 – Partido Comunista: entre a teoria e a disputa política

A análise da *Revista Brasiliense* não deve estar desassociada do papel do Partido Comunista Brasileiro (PCB), organização fundamental para compreender a história da cultura política no Brasil. Dos 20 nomes que compuseram a direção e o conselho de redação, treze (75%) estiveram em algum momento de suas vidas nas fileiras do “partidão”.²⁶ Portanto, a trajetória do comunismo no país esteve, a rigor, ligada às biografias dos intelectuais que participaram da publicação, conforme será mais bem analisado no capítulo seguinte.

Em relação ao PCB interessa, para esta dissertação, visualizar algumas mudanças internas que ocorreram e que estiveram vinculadas direta ou indiretamente aos sujeitos que se organizaram na *Revista Brasiliense*, e na concordância ou não deles com as proposições apresentadas pelo partido. Para isso, creio ser importante elucidar algumas “etapas” dentro da organização e sua interlocução com outros movimentos políticos, sobretudo, o nacionalismo das décadas de 1950 e 1960.

Após o crescimento das lutas operárias na década de 1910, com as inúmeras greves entre 1917 e 1921, o Partido Comunista do Brasil foi criado em 1922. No final deste ano, vivendo um pouco o refluxo do movimento grevista e operário, o “pequeno” Partido Comunista contava com apenas 250 membros espalhados entre Rio de Janeiro e Niterói. Nos primeiros dois anos de existência, houve grande esforço dos militantes para obterem reconhecimento da Internacional Comunista (IC) de Moscou, responsável por articular e dirigir os Partidos Comunistas de todo o

²⁶Foram eles: Caio Prado Júnior, Elias Chaves Netto, Álvaro de Faria, Paulo Alves Pinto, Heitor Ferreira Lima (expulso em 1941), Paulo Dantas, Catullo Branco, Fernando Pedreira (saiu em 1956), Gershon Knispel, Jean-Claude Bernardet, Maurice Capoville, Luiz Febrot e Nabor Caires Brito.

mundo sob a tutela da “pátria mãe”, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Devido a algumas dificuldades políticas e teóricas, a aceitação do partido na Internacional Comunista ocorreu apenas em 1924, quando veio ao Brasil um delegado da organização, Rodolfo Ghioldi verificar as condições e resolver “mal-entendidos” na orientação do novo partido. Segundo o historiador Marcos del Roio (2002), a organização, a partir de então, inseriu-se mais objetivamente nas disputas sociais do país no intuito de acelerar o sistema fabril e a produção industrial, ou seja, defender a “revolução burguesa” para superar as relações “semifeudais” de produção da economia nacional. Os “traços feudais” eram defendidos pela IC para os países latino-americanos e, de tal forma, fariam parte do manancial teórico comunista brasileiro até pelo menos a década de 1960.

Em 1927 e 1928, enxergando na via eleitoral a possibilidade de crescimento do movimento comunista, o partido participou das eleições federais e municipais respectivamente, criando para isso o Bloco Operário Camponês (BOC), que era a “fachada” legal do partido no apoio a candidatos e aliados. Conseguiram eleger um deputado e um vereador (KAREPOVS, 2003).

Em 1929, foi realizada a I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, e a política de “frente única” do PCB, buscando a participação no jogo eleitoral, foi condenada, levando o partido à celeuma interna que se alastraria no ano seguinte. Em 1930, por ordens da IC, Astrogildo Pereira, fundador do partido, foi afastado do secretariado geral, elegendo-se em janeiro de 1931 o alfaiate, Heitor Ferreira Lima. Este, no entanto, também entrou em conflito com a política imposta pela IC (CARONE, 1982), o que levou ao seu isolamento e a retirada do cargo de Secretário-Geral, exercido por apenas seis meses. Observa-se aqui o caminho de afastamento político de militantes históricos como Astrogildo Pereira, Heitor Ferreira Lima, Otávio Brandão, Fernando Lacerda, Leôncio Basbaum, os quais, entre 1930 e 1934, perdem espaço para o novo grupo de América Macil Bonfim (Miranda), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangú), Agildo Barata e Luis Carlos Prestes, que fora aceito no “partidão” por ordens diretas de Moscou em 1934 (CARONE, 1982).

A partir de 1931, o partido, seguindo novas diretrizes, iniciou o período conhecido como “obreirismo”, posição política da qual Heitor Ferreira Lima havia se oposto, pois ela buscava afastar lideranças “intelectuais, pequeno-burguesas e de classe média” do partido. Esta postura conduziu o partido ao sectarismo e a inflexão

de suas produções teóricas próprias (MORAES, 1991). A nova política pode ser observada nas páginas da *Revista Comunista* ao comentar a resolução do Comando Central do Partido:

O plenun do C.C. do P.C.B. tinha muita razão quando declarava que ‘sem o partido comunista não pode haver nenhuma verdadeira revolução de operários e camponeses’ e que ‘sem uma luta encarniçada contra os elementos prestistas, trotskistas, aliancistas etc. não pode existir um partido comunista que mereça este nome’ que represente realmente a linha da Internacional Comunista – linha política do proletariado, de classe, que seja capaz de encabeçar as lutas das massas trabalhadoras (*Revista Comunista*, Ano 1, n. 2 e 3, jan./fev., 1931 apud CARONE, 1982, p. 128).

A política radical “obreirista” começou a mudar por influência externa, visto que o VII Congresso da IC em 1935, preocupado com a ascensão do nazismo na Alemanha e do fascismo na Itália, defendeu as “frentes de esquerda” e a “união de classes” para combater os movimentos autoritários ao redor do mundo. No Brasil, com a nova orientação que vinha se consolidando, foi criada, por influência comunista, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em abril de 1935, objetivando reunir as “forças progressistas” contra o inimigo em comum, isto é, o fascismo, representado no país principalmente pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Caio Prado Júnior foi presidente da ANL de São Paulo e se envolveu calorosamente no funcionamento da organização e em seu financiamento (PERICÁS, 2016, p. 100-101). Pelo seu engajamento, acabou preso entre 1935 e 1937.

O Estado de Sítio foi instaurado por Getúlio Vargas no mesmo ano da prisão do historiador, logo após o fracassado *Putsch* Comunista de novembro de 1935. Neste ínterim foram acentuadas as perseguições aos comunistas e ex-membros da ANL, a qual havia sido fechada pelo governo em junho de 1935. Segundo o historiador Luiz Pericás (2016), Caio Prado havia se oposto à “insurreição armada” de novembro de 1935, na medida em que acreditava não haver condições concretas para sua realização e que ela conduziria os comunistas ao isolamento. Encontra-se, desde então, de forma incipiente, as divergências de Caio Prado com o PCB, que o acompanharão pelas próximas décadas.

Com a repressão estatal ao movimento comunista principalmente após o *Putsch*, o PCB e os seus militantes se esfacelaram nos anos de 1935, 1936 e 1937. Diante da repressão, estavam preocupados menos com a militância política do que com a própria sobrevivência dos militantes. A repressão no Rio de Janeiro foi

particularmente intensa: Luís Carlos Prestes foi preso em 1936, junto com Olga Benário e outros quadros importantes. A direção do partido, na capital federal, ficou desarticulada e os comunistas em outros estados ficaram agindo de forma “autônoma”, visto a situação *sui generis* do comando central (KAREPOVS, 2003).

A desestruturação do partido pela repressão explica quase em sua totalidade os conflitos internos que ocorreram nos anos seguintes, envolvendo, principalmente, o grupo remanescente da repressão do Rio de Janeiro, liderados por Bangú, secretário-geral interino, e o grupo do Diretório Regional de São Paulo, que tinha conseguido se manter mais imune à perseguição política. Esses dois “pólos” debateram os rumos que o partido deveria tomar na orientação política geral e mais imediatamente nas eleições presidenciais de 1937, na qual se abria a possibilidade de confrontar o governo autoritário varguista que caminhava para o sistema ditatorial (KAREPOVS, 2003), concretizado com o golpe do Estado Novo em novembro de 1937.

O Comitê Regional de São Paulo (CR-SP) foi contrário à proposta do Secretário-Geral, Bangú, de apoiar a candidatura do escritor paraibano José Américo de Almeida por enxergar nisso uma aproximação com o governo de Vargas, que dava sinais de apoiar este candidato. O CR-SP, liderado por figuras como Herminio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima, preferiu apoiar a Frente Democrática de São Paulo, com o candidato Armando de Sales Oliveira, que tinha um programa nacionalista e democrático e se mantinha distante de Getúlio Vargas. Este grupo lançou a revista cultural chamada *Problemas* para expor os ideais do movimento. Havia no conselho diretor, entre outros, o intelectual Nabor Caires Brito, que foi do conselho de redação da *Brasiliense*. De acordo com Karepovs (*idem*, p.205), a revista foi atacada como “trotskista” pelo grupo de Bangú – a acusação de “trotskismo” era grave na década de 1930, podendo levar à expulsão dos membros do partido. A diferença entre os dois grupos não transcorria apenas pela tática eleitoral para a presidência em 1937, mas tinha fundamentações teóricas, pois o grupo de Bangú enfatizava o protagonismo da “burguesia nacional” na atual etapa da revolução brasileira, e o grupo paulista se opunha à tal proposição ao defender a aliança com a burguesia nacional, mas protagonizada pelas forças populares. A primeira posição foi vencedora a partir da cisão de 1937 e se consolidou em 1943 com apoio de Luis Carlos Prestes:

A partir desse momento o PCB teve como orientação esse curso mais à direita, em que se dava à burguesia nacional papel primacial no processo revolucionário brasileiro, por se considerar que, na visão etapista dos comunistas, esse momento ainda seria o da revolução burguesa, que ainda não se teria concluído (KAREPOVS, 2003, p. 225).

Esse posicionamento em relação à “burguesia nacional”, oscilante entre as décadas seguintes, e que se tornou hegemônico na reestruturação entre 1943 e 1948, foi uma das grandes críticas de Caio Prado Júnior à reflexão teórica do partido, que via na “burguesia nacional” um caráter revolucionário, que, segundo o historiador, ela não tinha (CAIO PRADO, 1966).

Os dois grupos políticos em oposição acabaram reivindicando a posição de representantes do Partido Comunista no Brasil, o grupo de Heitor Ferreira Lima, criou em 1938 o Comitê Central Provisório do Partido Comunista (CCPPC), visando a expulsar Bangú e outros dirigentes; em contrapartida, Bangú, secretário-geral interno, conseguiu por meio do Bureau Político (BP) do Secretariado Nacional articular os Comandos Regionais de outros estados e afastar os membros do CCPPC. Em novembro de 1938, o BP expulsou Sacchetta, Heitor Ferreira Lima, entre outros, do partido. A organização se desmantelou ainda mais com o avanço ditatorial do Estado Novo, ficando praticamente em inatividade até 1941, quando começou lentamente a sua reestruturação (KAREPOVS, 2003).

Neste “renascimento” do partido, após a dura repressão do estadonovismo, que chegou a encarcerar aproximadamente 20 mil militantes políticos (PERICÁS, 2016), na maioria comunistas, recomeçaram as disputas pela direção do partido. O grupo de Bangú, de um lado, intitulou-se Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) no Rio de Janeiro; do outro lado, havia o Comitê de Ação em São Paulo, onde se articularam Caio Prado Júnior, Heitor Ferreira Lima (não havia aceitado sua expulsão ainda), Mario Schenberg, entre outros. A vitória definitiva do primeiro grupo, que já vinha se desenhando desde 1937, ocorreu no II Congresso do Partido, conhecido como “Congresso da Mantiqueira” em 1943. O grupo, seguindo as diretrizes do antigo BP de Bangú, defenderia a política de “união nacional” contra o fascismo e com Vargas. Prestes apoiou este grupo e foi escolhido como secretário-geral *in absentia* do partido – não poderia assumir a função presencial porque se encontrava preso desde 1936.

O grupo derrotado de Caio Prado Júnior e Heitor Ferreira Lima defendia a “união” contra o fascismo, mas era contrário a apoiar o governo Vargas. Tal situação

de divergências políticas graves entre os comunistas, segundo Edgar Carone (1982), somente foi sanada no Pleno do Comitê Nacional do partido em agosto de 1945, quando os “derrotados” tiveram, caso quisessem permanecer no partido, de aceitar a nova política defendida por Prestes, que se encontrava fortalecido pela liberdade adquirida desde abril de 1945.

As divergências de Caio Prado com o “partidão” não eram apenas táticas ou políticas, mas também teóricas. Em 1942, o historiador lançou a *Formação Econômica do Brasil*, que em sua tese central contraria as interpretações que enxergavam no Brasil os “restos feudais”, conforme apregoava, desde 1928, a III Internacional para as “economias semi-coloniais” da América Latina, e que eram defendidas pelo PCB (SANTOS, 2001). De acordo com *A Formação Econômica do Brasil*, o Brasil é capitalista desde o início, mas de uma forma diferente dos países centrais, visto que se integrou ao capitalismo Europeu em formação como fornecedor de matérias-primas. Desse modo, segundo o autor, a principal luta dos brasileiros deveria ser fortalecer o mercado interno, na medida em que a dependência ao mercado externo configurava desde a colonização portuguesa entrave para a consolidação do capitalismo no Brasil, cuja situação impedia a formação plena da nacionalidade. Para Caio Prado, o Estado deve intervir “nessa missão” porque a burguesia nacional não poderia ser agente principal da luta nacionalista (ou anti-imperialista) da forma como pregava a III Internacional, uma vez que desde o início da colonização houvera a articulação entre o capital externo e a elite local e, sendo assim, a elite não combate o grupo exógeno, já que necessitava dele para sua existência e reprodução.

Depois, em 1945, o historiador havia sido contrário à ala majoritária do partido que votou pelo apoio a Getúlio Vargas no movimento denominado de “queremismo”, que defendia a participação do ex-ditador nas eleições presidenciais daquele ano. Em 1947, Caio Prado defendeu, nas teses do IV Congresso de 1947, posição contrária à “burguesia revolucionária” e aos “restos feudais”, pontos que foram orientadores de uma longa série de divergências entre ele e o PCB. O Congresso não se realizou, uma vez que o PCB acabou perseguido e colocado novamente na ilegalidade, no governo de Eurico Gaspar Dutra, presidente entre 1946 e 1950, que era alinhado com os interesses dos Estados Unidos na “cruzada” contra o comunismo (RODEGHERO, 2007). Como se pode observar, as divergências de Caio Prado com o partido já existiam desde a década de 1930, acentuando-se

principalmente a partir dos anos 1940. Tal situação possivelmente acelerou o seu afastamento dos periódicos comunistas oficiais, como o jornal *Hoje* (1945 – 1947) e a revista *Fundamentos* (1948 – 1955), contribuindo provavelmente para seu interesse em construir o projeto da *Revista Brasiliense* (1955 – 1964).

A partir da “Conferência da Mantiqueira” surgiu o novo Comitê Central do Partido Comunista, que vai executar a política de “União Nacional”, oficializada por Prestes. Acreditava-se na possibilidade de articulação do Estado com a burguesia industrial nacional, visando a acelerar o processo de industrialização do país (ALMEIDA, 2014). O historiador Daniel Aarão (2002) chamou essa perspectiva de “nacional-estatista” e, embora o conceito não apareça nos documentos oficiais, parece resumir bem a posição dos comunistas entre 1943 e 1948 e retomada a partir de 1954 com o V Congresso do partido.

Essa postura menos sectária do partido se modificou com o fechamento do mesmo e a sua colocação na clandestinidade em 1947 por ordem do Supremo Tribunal Eleitoral, que, no contexto da nascente Guerra Fria, decidiu pela inconstitucionalidade do partido. No ano seguinte, os parlamentares perderiam seus mandatos, cassados pela justiça.

Em 1948, o partido mudaria a perspectiva política reformista, e defenderia a “revolução agrária e anti-imperialista” afastando-se da burguesia industrial para tomar uma atitude mais radical. Esta nova postura se consolidou no *Manifesto de Agosto* de 1950, quando o partido, influenciado pelos ares da Revolução Chinesa, defendeu o “bloco nacional revolucionário de operários, camponeses e da intelectualidade revolucionária” (PRESTES, 1982d, p. 99-100 apud ALMEIDA, 2014, p. 188), que seria organizado pela Frente Democrática de Libertação Nacional. No documento de 1950, havia a defesa de um “governo democrático popular” para lutar contra o imperialismo, argumentando inclusive a favor do armamento da população e das forças armadas para combater pela libertação nacional (CARONE, 1982, p. 6-7).

Três fatores contextuais podem ajudar a explicar “a guinada à esquerda” do partido em fins da década de 1940: 1) a Doutrina Truman e o contexto internacional de perseguição aos comunistas no Brasil e no mundo; 2) o fechamento do partido em 1947, tendo suas sedes invadidas e diversos militantes presos, isso foi visto, de certa forma, como “traição”, uma vez que o partido havia feito o “pacto de união nacional” contra o fascismo e pela democracia; 3) a experiência da Revolução

Chinesa de 1949, que sem dúvida influenciou os horizontes dos comunistas pela revolução armada contra as perspectivas moderadas e aliancistas.

É interessante notar que nas páginas da *Brasiliense* houve críticas a essa postura de “guinada à esquerda” que o partido tomou nessa época. Elias Chaves Neto no artigo *Socialismo e Emancipação Nacional* criticou o sectarismo do partido neste momento para logo em seguida defender a nova postura que se aproximava das posições nacionalistas no final da década de 1950:

[...] Partido Comunista do Brasil não associou de forma alguma a sua luta pela libertação do nosso povo da dominação dos grandes proprietários rurais e do jugo capitalista, à luta pela emancipação econômica do país; problema do qual unicamente pode advir, no momento, uma melhoria das condições de vida do nosso povo e em que a burguesia nacional ainda tem um importante papel a desempenhar. E quando o procurou fazer, em seu programa aprovado pelo IV Congresso do Partido, o fez com tamanho desconhecimento da realidade brasileira que a propalada Frente Democrática de Libertação Nacional se transformou numa frase vazia, desprovida de qualquer sentido concreto (n.12, jul./ago., 1957, p. 37-38).

A “guinada à esquerda”, que durou entre 1947 e 1954 (AARÃO, 2003), arrefeceu-se somente como o suicídio de Vargas e, com isso, a percepção da ascensão das forças conservadoras. No ano de 1954, enquanto o PCB ainda defendia a via radical de tomada do poder, Caio Prado preparava-se para defender a monografia *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*²⁷ e concorrer à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da USP. A tese apresentada seria, segundo alguns autores, o pilar do pensamento nacionalista apregoado pela *Revista Brasiliense* (FERREIRA LIMA, 1981; LIMONGI, 1987; WIDER, 2007). O historiador voltava a negar o caráter “feudal” da economia brasileira e questionava o protagonismo da burguesia industrial no desenvolvimento do país.

No V Congresso do partido entre 1954 e 1955, dois meses, portanto, após a morte de Vargas, o partido assume uma postura de adoção de “reformas nacionalmente democráticas” (MORAES, 2007). A *Revista Brasiliense*, criada no ano do Congresso, aproveitou-se da abertura política para defender as pautas de maior “união nacional” que se consolidariam nas “Declarações de Março” de 1958, que, segundo Carone (1982, p. 8): “preconiza-se uma frente única interna e a formação de um governo nacionalista e democrático”. Apesar da mudança mais “oficial” ter se

²⁷ Lançada como livro no mesmo ano: PRADO Jr., Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. ed.1. São Paulo: Urupês, 1954.

dado em 1958 e, principalmente, no VI Congresso de 1960, que consolidou a nova perspectiva, desde 1955, com o apoio à candidatura de Juscelino Kubistchek do PSD, o partido vinha dando demonstração de ter “virado a página” da postura mais sectária e radical de 1948 a 1954, enaltecendo cada vez mais a postura “nacional-reformista” ou da “revolução democrático-burguesa”, conforme aparece em seus documentos oficiais e na sua imprensa (CARONE, 1982).

É certo que a mudança do partido não foi linear, uma vez que houve resistência de alas mais à esquerda e à direita. Na década de 1960, inclusive, surgem novos movimentos comunistas com ex-quadros do partido, como o PC do B, defensor do “maoísmo”, e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM – POLOP). O PCB, por sua vez, após sua nova orientação, manteve-se ligado aos movimentos nacionalistas até o golpe civil-militar de 1964, o qual encerrou as possibilidades de atuação do partido e o projeto das Reformas de Base do governo João Goulart (1961-1964), que vinha recebendo apoio do partido em suas pautas reformistas.

Apesar da grande quantidade de pecebistas, a *Brasiliense* não era um órgão oficial do PCB, como já explicitado anteriormente pelos próprios membros no *Manifesto de Fundação*. Após o primeiro número da revista na contracapa, logo abaixo dos nomes dos membros-fundadores aparecia: “sem filiação de ordem política e partidária”. Essa preocupação da revista em situar-se longe das disputas partidárias explica-se pelo temor que possivelmente haveria entre os membros da revista – especialmente antes das aberturas políticas decorrentes do relatório Krushev de 1956²⁸ e da Declaração de Agosto de 1958 de serem expulsos do partido, acusados de “fração interna”. Dentro do princípio do “centralismo-democrático” defendido pelo PCB, construir vias políticas fora da atuação do partido poderia ser visto como “sectarismo”, ocasionando em expulsão do militante.

Dessa forma, o periódico ficou na maioria das vezes alheio às discussões internas do PCB, buscando demonstrar que não tinha surgido para disputar “por fora” as diretrizes internas: “A Revista, sem ligação de ordem política e partidária, será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores” (*Manifesto de*

²⁸ Relatório que foi apresentado por Nikita Krushev, secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, no 50º congresso do partido em 1956. No texto, foram expostos os crimes cometidos durante o governo de Józef Stálin (1924-1953), o que acabou gerando uma renovação e flexibilização no pensamento comunista internacional.

Fundação, RB, n. 1, jul./ago. 1955, p. 2). E, desta forma, a despeito de certas discordâncias, houve, de forma geral, respeito às decisões do PCB e, inclusive, apoio da revista a algumas lutas importantes do mesmo, como no caso da campanha pela sua legalização no início da década de 1960.²⁹ A exceção a esta postura mais “conciliadora” foi Caio Prado Júnior, comunista, filiado ao partido, mas que tinha divergências teóricas e políticas com o mesmo e que sustentou seu posicionamento divergente nas páginas da *Revista Brasiliense*, conforme demonstrarei no capítulo 3.

No capítulo seguinte, abordarei os laços de sociabilidade e os elementos que explicam a coesão do grupo intelectual por laços culturais, sociais, econômicos, etc. As trajetórias individuais serão colocadas em paralelo e interseccionadas e, com isso, demonstrarei algumas semelhanças e diferenças na elaboração discursiva tendo em vista as origens sociais e a formação educacional.

²⁹ Diversos artigos que defendem a legalidade do PCB, entre eles: *Legalidade do Partido Comunista, Marcha para a Revolução* (CHAVES NETO, n.38, Nov./dez., 1961) e *O Quadragésimo Aniversário do Partido Comunista do Brasil* (CHAVES NETO, n.40, mar./abr., 1962).

CAPÍTULO 2

A “constelação nacionalista” e suas “estrelas”: trajetórias intelectuais, laços, trabalho e militância nos rumos da *Brasiliense*

Como se estabeleceram os laços de sociabilidade que conduziram à construção da perspectiva nacionalista de esquerda da *Revista Brasiliense*? Nesta dissertação, a resposta para tal questão está ancorada na análise das biografias coletivas do grupo principal de intelectuais e mentores da publicação.

Estou interessado neste capítulo em compreender como a origem social, as formações educacionais e profissionais contribuíram para as trajetórias intelectuais. Em outras palavras, almejo bases materiais para compor a sociabilidade intelectual dos membros do periódico e, assim, conforme será tratado no capítulo 3, articular os espaços de sociabilização à discursividade nacionalista defendida. Acredito, da mesma forma que o historiador Carlos Nelson Coutinho, que as ideias são - não de forma direta e simplista - “expressões condensadas de constelações sociais, meios privilegiados de reproduzir espiritualmente as contradições reais, e ao mesmo tempo, de propor um modo novo de enfrentá-las e superá-las” (2009, p. 9). De tal modo, entendo que a condição material da intelectualidade, suas posições sociais, seus espaços de encontro, sua formação e suas possibilidades econômicas atuaram na maneira como edificaram a identidade de “nacionalistas”, a qual os colocava como militantes de uma causa política, mas também como “signatários” de uma “comunidade intelectual”, de um “grupo de amigos”, que compartilhavam valores e experiências.

Buscando encontrar inteligibilidade na “constelação social” em questão, amparei-me, como dito antes, nos estudos da prosopografia,³⁰ ferramenta que auxilia nas demarcações das características comuns de determinado grupo social.

³⁰A prosopografia, segundo a discussão historiográfica, tem diferentes acepções. O termo “prosopografia” surgiu, segundo Bulst (2005), no início do período moderno em 1537 buscando compreender a história biográfica de diferentes senhores. Nos séculos XVIII e XIX, houve trabalhos que recolhiam informações biográficas sobre a vida de indivíduos. Contudo, somente no século XX criou-se a concepção moderna do termo, havendo, portanto, uma discussão sobre seu alcance como ferramenta do conhecimento histórico. Fernande Roy e Jocelyn Saint-Pierre (2006), seguindo a tradição de Lawrence Stone (2011), procuram pensar a prosopografia como método histórico; Neithard Bulst, por sua vez, percebendo a pluralidade de concepções, prefere utilizar a ideia de “abordagem” de diferentes técnicas: “Como não existe o método prosopográfico, é necessário tentar encontrar, em cada caso (segundo a questão de investigação e o estado das fontes disponíveis), as mais variadas possibilidades” (2006, p. 57).

O objetivo do método prosopográfico para analisar grupos sociais está sucintamente explanado no trabalho de Fernande Roy e de Jocelyn Saint-Pierre:

A prosopografia reúne dados biográficos de um grupo de atores históricos que têm algo em comum, seja uma função, uma atividade, ou ainda uma posição social; ela é, portanto, um “estudo coletivo” de suas vidas. O objetivo consiste em, através do estudo do singular, conhecer o “singular plural” (2006, p. 204-205).

Explicando de outra forma, o método ambiciona não só as origens dos sujeitos, mas, sobretudo, as “intersecções sociais”, ou seja, a busca das interações entre os personagens que podem produzir uma coletividade cognoscível para o pesquisador. Na mesma linha dos autores acima, Lawrence Stones completa dizendo que a ferramenta consiste em

[...] estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação (2011, p.115).

Segundo Stone (2011), para compreender o “singular plural” a prosopografia teria três objetivos nucleares: a) desbravar a ação política dos atores por trás do explícito; b) compreender a estrutura social e os elementos de mobilidade social; c) entender a relação do grupo específico com outros movimentos sociais.

A concepção que se dispõe a atravessar a superfície aparente dos objetos estudados, conforme elencado no item “a)”, comunica-se com o pensamento de Raymond Williams (2011) ao tratar de “grupos culturais”, pois a prosopografia ajuda a ir além das autodefinições identitárias do “grupo de amigos” da *Brasiliense*, dos “defensores do nacionalismo” e dos “preocupados com a opinião pública nacional”. Ela enseja encontrar interesses comuns, estratégias, laços e relações pessoais e profissionais que transpassam o discurso aparente de coesão do grupo:

O que temos então de nos perguntar é se algumas ideias ou atividades compartilhadas foram elementos de sua amizade, contribuindo diretamente para a sua formação e distinção enquanto um grupo e, indo além, se havia qualquer elemento na maneira como eles se tornaram amigos que aponta para fatores sociais e culturais mais amplos (WILLIAMS, 2011, p. 203).

O item “b)” é o mais difícil de ser analisado, porque carece de ampla variedade de fontes para se identificar as mobilidades sociais dentro de um pequeno espaço de tempo, como é o caso desta pesquisa (1955-1964). Contudo, essa orientação metodológica auxilia na reflexão sobre as estratégias intelectuais, visto que a atuação em um partido ou em uma editora demonstra não somente uma direção política e militante, mas também oportunidades na carreira profissional de muitos intelectuais. A rede de sociabilidade construída nestes espaços, apesar do macartismo típico do período da Guerra Fria (denunciado muitas vezes pelos próprios intelectuais), ajudava, como se verá adiante, a conseguir empregos e outras oportunidades. Estes espaços eram locais de apoio mútuo; a perseguição comum a muitos e, em alguns casos a clandestinidade, funcionava como reforço das redes sociais e pessoais da intelectualidade militante.

No que se refere ao item “c”, o método contribui para esclarecer o diálogo (e o conflito) em curso com outros movimentos sociais no campo nacionalista e, especialmente, no campo da esquerda nacionalista. A ligação entre a posição social, a militância política, as estratégias e investimentos do grupo não pode estar desassociada do discurso político, já que este aponta estratégias e limites possíveis de atuação. Sendo assim, é objetivo desta pesquisa revelar a associação entre os espaços de sociabilidade intelectual e a o discurso nacionalista proferido.

A utilização da prosopografia, no entanto, conforme aponta seus principais debatedores, tem que ser precedida, como qualquer outro método científico, de alguns cuidados, aos quais visam a diminuir os riscos de falhas analíticas na escolha e na caracterização do “grupo social” e, por conseguinte, no próprio desenvolvimento e conclusão da pesquisa. A escolha das “categorias” a serem analisadas comparativamente (origem social, formação, profissão, etc.) apenas podem ser delimitadas a partir da prospecção prévia das fontes disponíveis, uma vez que com frequência buscam-se informações biográficas que não serão encontradas ou que são encontradas apenas para uma ínfima parte dos sujeitos, situação que pode acabar inviabilizando a representatividade de tal “categoria” no escopo geral de desenvolvimento da pesquisa. Via de regra, no caso dos autores da *Brasiliense*, as informações documentais são abundantes no que diz respeito aos aspectos biográficos mais comuns, como nascimento e falecimento, mas são rarefeitas quando se pretende encontrar os espaços de atuação política, as origens familiares

e a formação escolar. Existe, com efeito, uma distinção notável nas fontes entre aqueles intelectuais de grande reconhecimento, tais como Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso, e outros menos conhecidos como Álvaro de Faria e Paulo Alves Pinto, em cujas trajetórias biográficas impera certo “silêncio”.³¹

Mesmo superando a primeira dificuldade e encontrando-se fontes biográficas satisfatórias para o “grupo social” delimitado, é preciso ter cuidado para não se simplificar questões individuais ao transformar a pesquisa em grandes “quadros sociais” estáticos, falhando ao não se destacar pequenas nuances reveladoras de características individuais que, dialeticamente, interferem nas marcações gerais do grupo estudado (STONE, 2011). A título de exemplo neste momento, relembro que a expulsão do intelectual Heitor Ferreira Lima do PCB, em 1941, não pode ser entendida, no quadro geral, apenas como a saída de um membro de um partido político. Deste fato “único” e “específico”, seria possível depreender mecanismos coletivos importantes: a expulsão aponta traço significativo na trajetória daquele indivíduo e, do mesmo modo, do grupo da *Brasiliense*, que aceitou um “pária” do movimento comunista, um “renegado” do PCB.³² Heitor Ferreira Lima foi um dos participantes mais ativos da revista, colaborando com o conselho de redação (n. 9 ao n. 51) e escrevendo 24 artigos, os quais representaram aproximadamente 3% do total publicado.

Para superar tais barreiras entre características individuais marcantes e o “singular plural”, somente a análise qualitativa pode iluminar pequenas dissonâncias que revelam características importantes da coletividade. Por isso, ao longo deste capítulo ao lado dos “quadros” comparativos mais gerais, sempre que necessário e possível, faço análises mais individuais sobre os membros do grupo.

³¹ Vale uma reflexão sobre as fontes biográficas. A quantidade de documentos sobre um sujeito e a manutenção de seus dados biográficos diz muito sobre a importância que tal autor tem para o presente. Por exemplo, Fernando Henrique Cardoso na década de 1950 era um jovem professor universitário e ainda relativamente desconhecido. No entanto, por ter crescido dentro do mundo acadêmico e político e, especialmente por ter sido presidente do Brasil (1995-2002), hoje existe inúmeros trabalhos biográficos a seu respeito e mesmo uma quantidade grande de institutos e arquivos que guardam suas informações biográficas. Por outro lado, na década de 1950, Edgar Cavalheiro, grande escritor, biógrafo e amigo de Monteiro Lobato, era sumidade literária, tendo inclusive sido criado o prêmio literário Edgar Cavalheiro. Hodiernamente, existem poucas pesquisas a seu respeito e o acesso às fontes que poderiam preencher sua trajetória biográfica são escassas. Essa reflexão ocorre a partir do conceito de “monumentalização” de Le Goff (1990, p.536).

³² Existia a resolução 13 da Cartilha do Militante do PCB que impedia a conversa com pessoas que fossem contrárias ao partido, anti-stalinistas, trotskistas, etc (CARONTE, 1982). Mesmo assim a *Brasiliense* manteve no seu Conselho de Redação Heitor Ferreira Lima, e aceitou outros membros expulsos para publicar no periódico como Otávio Brandão e Hermínio Sacchetta.

Existe, por fim, o perigo comum às análises prosopográficas de fabricar a união “artificial” de um grupo, quando na verdade haveria mais elementos de divergência entre os membros que os de adesão. No anseio de criar uma integração analítica, muitas vezes não se percebe a dimensão das ligações exteriores dos membros pesquisados, enfatizando-se, assim, as amarrações “internas” por laços parentais, políticos, profissionais, ainda que estas não sejam delimitadoras da unicidade que sustenta a leitura prosopográfica (BULST, 2005). Procurando escapar da melhor forma possível desta “armadilha”, utilizei como objeto de pesquisa um “grupo fechado” e “autodefinido”, ou seja, os membros do Conselho de Redação e o Diretor Responsável do periódico. Todavia, sei que mesmo este “grupo dirigente” tinha laços afetivos, políticos e sociais distintos e “abertos” com outros grupos, sendo, portanto, alguns membros mais envolvidos com a revista e com seu funcionamento do que outros.

Tais questões metodológicas trazidas à luz não devem cegar o pesquisador, pois não inviabilizam a ferramenta, apenas servem como “farol” para navegar no campo da pesquisa documental e da metodologia. Afinal de contas, a quantificação de características biográficas ajudou a história política a se afastar da “história dos grandes homens” - paradigma histórico bastante marcante ao longo do final do século XIX e início do século XX - à medida que buscou a voz de sujeitos não tão consagrados pela memória coletiva (SIRINELLI, 2003). Nesse sentido, a prosopografia possui, reafirmo, um aspecto democrático ao evidenciar que a construção da cultura política ou de uma ideologia tem um gama muito maior de sujeitos produtores e receptores do que altos funcionários públicos, grandes líderes ou personalidades. Com isso, posiciono-me ao lado daqueles que entendem que o estudo da história das ideias políticas não deve passar apenas pelos altos “intérpretes” (no caso da *Brasiliense*, Sergio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso etc), mas precisa “descer” ao encontro de outros intelectuais mediadores dos discursos políticos, que, muitas vezes, mantiveram-se “apagados” frente às “grandes biografias”.

É nesse sentido que se estabelece a pesquisa a respeito do grupo dirigente da *Brasiliense*. No presente capítulo apresento os elementos da vida profissional, da militância política, dos espaços de sociabilidade, das relações familiares no intuito de demonstrar os mecanismos utilizados pelos autores para produzir seus discursos nacionalistas nas décadas de 1950 e 1960, os quais serão analisados no capítulo 3.

2.1 Origem social: tradição e patrimônio familiar

“O meu pai era paulista
 Meu avô, pernambucano
 O meu bisavô, mineiro
 Meu tataravô, baiano”
 Chico Buarque de Hollanda

O meio cultural e intelectual paulista das décadas de 1940 e 1950 foi o local de encontro dos intelectuais que elaboraram e reelaboraram o projeto nacionalista da *Revista Brasiliense*. Os encontros nas livrarias, nas editoras e nos bares da famosa rua Barão de Itapetininga não se deram, no entanto, de forma aleatória ou fortuita: os sujeitos, membros em sua maioria da elite econômica, transitavam pelas calçadas da metrópole em constante modernização, ora traduzindo e editando livros e revistas, ora militando pelo PCB ou por outros movimentos políticos. A forma como se encontraram e as relações *aparentemente* improváveis que estabeleceram revela algo sobre a identidade do “grupo de amigos” e sobre o projeto que a revista propunha para o país. Mas, afinal, qual a importância de se olhar para a “constelação social” que se apresentava nas calçadas da Barão de Itapetininga para se compreender a “constelação de ideias” presentes na seara política do país nas décadas de 1950 e 1960?

Para responder à pergunta escolhi, neste primeiro momento, apresentar a profissão e a formação educacional dos pais dos intelectuais – no subcapítulo seguinte analisarei a escolarização dos próprios intelectuais da *Brasiliense*, que se mostrou outro indicativo importante para delinear as estruturas sociais. A opção inicial pela formação e ocupação profissional paterna se justifica pela dificuldade em se encontrar fontes patrimoniais sobre todas as famílias; desta forma, a posição educacional e profissional dos pais acabou se colocando como a melhor “variável” na busca de origem mais ou menos abastada das famílias, ligadas à indústria, ao setor agrário, ao comércio, à burocracia do Estado ou ao trabalho braçal. Em alguns casos específicos, quando a família dos intelectuais teve posição social relevante, fiz um “inventário” um pouco maior sobre elas, indo além do progenitor masculino.

Começo com o “primeiro homem” da *Revista Brasiliense*, o diretor-responsável Elias Chaves Neto, e Caio Prado Júnior, principal colaborador e sócio da Editora Brasiliense. O objetivo de analisar os dois intelectuais concomitantemente

é justificável pelo “entrelaçamento” familiar de ambos, uma vez que as ascendências construíram laços econômicos, matrimoniais e fraternais conjuntos. Os intelectuais pertenciam a duas das mais tradicionais famílias de São Paulo: os Prados e os Chaves. O pai de Elias, Fernando Pacheco Chaves, formou-se em Direito na prestigiada universidade de Cambridge, Inglaterra. Era administrador da empresa familiar *Prado e Chaves Cia* e, na década de 1920, trabalhou como agente jurídico do prefeito de São Paulo, Antônio Prado Júnior, tio-avô de Caio Prado.

A família Prado, a mais poderosa da associação Prado-Chaves, construiu uma longa história de investimentos econômicos volumosos no Brasil e, especialmente, em São Paulo. Antônio Prado, trisavô de Caio Prado, foi grande comerciante e investidor do Banco do Brasil no Segundo Reinado. Os bisavôs, Veridiana Prado e Martinho Prado, começaram, a partir de 1849, a investir no café e formaram um grande império na área, tendo as maiores fazendas de café do país. O filho do casal, Martinho Prado Júnior, continuou os investimentos no setor cafeeiro e foi pioneiro na utilização da mão de obra imigrante, sendo também defensor da abolição e da República. Pelo lado materno de Caio Prado, a família Penteado também tinha poder e influência: o avô, Antônio Penteado, grande industrial e comerciante da Primeira República, ergueu inúmeras fábricas e incentivou o ensino técnico no Estado de São Paulo. Nos aspectos políticos a família teve proeminência semelhante, na medida em que membros foram conselheiros da monarquia, condes, barões, prefeitos de São Paulo, ministros de Estado, etc.

No campo cultural as contribuições não foram poucas: depois de Caio Prado, talvez o maior expoente nesta área tenha sido o seu primo de segundo grau, Paulo Prado. Ele foi um dos financiadores da Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922; era escritor, jornalista, e foi diretor, como dito antes, da *Revista do Brasil*, junto com Sérgio Milliet e Monteiro Lobato. Eduardo Prado, tio-avô de Caio Prado, político do império e defensor da monarquia, foi um dos criadores, ao lado de Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras e autor do livro *A Ilusão Americana*, censurado pelos republicanos em fins do século XIX pelo elogio à monarquia. Era comum, portanto, que a família tivesse negócios em amplas áreas econômicas, e investissem em eventos culturais, editoras e diferentes projetos. Com frequência os membros da família de Caio Prado foram, simultaneamente, homens de negócios e artistas, políticos e escritores, fazendeiros e militantes políticos.

Caio da Silva Prado, pai de Caio Prado, era engenheiro, formado na Alemanha e carregava, segundo Maria Wider (2004), muitos valores comportamentais e culturais alemães. Foi empresário com investimentos em diversos negócios que iam desde a indústria têxtil até a própria Editora Brasiliense, da qual se tornou sócio na década de 1940. No que se refere às redes de sociabilidade, Silva Prado frequentava com sua família, parentes e amigos os centros mais prestigiosos e elitizados da cidade de São Paulo do início do século XX:

A família era frequentadora dos principais pólos de encontro das elites, onde todos se conheciam e se casavam. Antonio Prado Júnior fundou o Clube Paulistano; o conselheiro Antônio Prado fundara o Automóvel Club; Caio era sócio da Sociedade Hípica Paulista; e seu irmão Eduardo frequentava o São Paulo Golf Club (SECCO, 2008, p. 23).

As famílias dos “primos” Elias e Caio Prado, conforme mencionado, tinham fortes ligações parentais – o avô de Elias, Elias Pacheco Chaves, havia se casado com a tia-avó de Caio Prado, Anésia Prado - e comerciais, tendo inúmeras sociedades empresariais:

Um dos principais aliados dos Prados nos negócios e na política, Elias Pacheco Chaves, ao lado de Antônio, é responsável, ainda em 1875, pela fundação do Clube de Corridas Paulistano, atual Jockey Club de São Paulo; em 1890, ambos fundam juntos o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, que logo se transforma na principal instituição de crédito privada do Brasil; e em 1896, participam da fundação da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, produtora de máquinas e implementos agrícolas. Mantendo a aliança, as famílias Prado e Pacheco Chaves fundam também, em 1887, a **Casa Prado, Chaves & Cia**, cuja origem encontra-se na Companhia Central Paulista, exportadora fundada por Martinho Prado (1811-1891), patriarca da família, em meados da década de 1880. Trata-se da primeira exportadora brasileira de café. Assim sendo, em um cenário no qual o capital internacional prevalece na manutenção, no incremento da produção e na comercialização de café no Brasil, desponta um grupo familiar nacional de grandes produtores, comissários e exportadores (WALDMAN, 2013, p. 2, grifo meu).

A *Revista Brasiliense* neste sentido não deixava de ser mais um empreendimento da histórica associação Prado-Chaves. É curioso que a própria constituição da empresa *Casa Prado, Chaves & Cia* no século XIX teria ocorrido com o objetivo de superar o domínio estrangeiro sobre a exportação do café brasileiro – tal posição de fortalecer empreendimentos de capital nacional contra o

“imperialismo” era uma das máximas do nacionalismo apregoado pela revista, conforme se verá no capítulo 3.

A criação da *Brasiliense* era, de certa forma, a convergência de duas grandes diretrizes da família Prado: a diversificação de investimentos econômicos, que entre outros atuava no ramo cafeeiro, bancário, têxtil e editorial; e a atuação política – neste caso, a defesa de projetos políticos para o país sintetizados no lema do nacionalismo. Nessa linha, Caio Prado Júnior, ao criar a *Brasiliense* seguiu caminhos e estratégias já conhecidas por sua família na defesa de investimentos comerciais, mas, sobretudo, na manifestação de ideias políticas. A estratégia era conhecida; mudava o conteúdo das propostas: não mais republicanas e abolicionistas, como seu avô Martinho Prado Júnior, mas agora nacionalistas, como seu primo Paulo Prado na *Revista do Brasil* (PERICÁS, 2016). O nacionalismo de Paulo Prado, incipiente e associado ao modernismo artístico, é diferente do nacionalismo “estatista” de Caio Prado Júnior, conforme será visto adiante.

A família Prado, bem como outras famílias tradicionais, tinha “vocação” para a disputa pelo poder. Estava associada às polêmicas políticas desde o Império Brasileiro, tendo íntimo contato com o Imperador D. Pedro II, além de membros que lutaram pela Abolição e que participaram das lutas políticas da República Oligárquica (WIDER, 2004; SECCO, 2008). O pai de Caio Prado, por exemplo, fazia parte da parcela da burguesia paulista descontente com o Partido Republicano Paulista (PRP), tendo, por isso, sido um dos fundadores do Partido Democrático (PD) em 1928, o qual apoiou a candidatura de Getúlio Vargas da Aliança Liberal contra Júlio Prestes do PRP na campanha presidencial de 1930. Caio Prado Júnior militou brevemente no partido de seu pai, entre 1928 e 1930, desligando-se do mesmo por desapontamentos com os rumos que o governo de Getúlio Vargas estava tomando após ascender ao poder com a “Revolução de 1930” (WIDER, 2004).

Em breve retrospectiva da atuação da família Prado ao longo do século XIX até meados do século XX, não fica dúvida da sua familiaridade com círculos restritos de poder políticos e econômicos do país. Nesse sentido, ao descrever a família Prado e suas relações, o historiador Luis Felipe D’Avila diz em tom apoteótico (2004, p. 250): “eles debatiam os destinos da civilização”. Um pequeno exagero que, de certa forma, simboliza a grandiosidade do poder econômico, político e cultural dos Prado.

A família de Sérgio Buarque de Hollanda não se difere, em essência, daquela de Caio e de Elias no que diz respeito ao capital político e econômico. Estava dentro dos círculos mais íntimos do poder político, tendo movimentação por todo território nacional. O tio-avô de Sérgio Buarque, José Cesário de Faria Alvim, havia sido Deputado Federal, presidente da província do Rio de Janeiro e governador de Minas Gerais no fim do século XIX. O pai, Cristovam Buarque de Hollanda, como boa parte da elite tradicional decadente do Nordeste, mudou-se de Pernambuco para estudar medicina no Rio de Janeiro no final do século XIX. Depois de terminar a formação acadêmica, foi para São Paulo trabalhar no Serviço Sanitário, tendo se transformado, logo em seguida, em professor-fundador da Escola de Farmácia e catedrático da faculdade de Farmácia e Odontologia, incorporada à USP na década de 1930. Ademais, foi fundador da Sociedade Paulista de Farmácia e membro da Academia Nacional de Farmácia. Seguindo os passos das elites tradicionais nordestinas, ansiosas por altos cargos no aparato estatal, Sergio Buarque também se tornou professor universitário da Universidade do Distrito Nacional (UDN) na década de 1930 e, após mudar-se para São Paulo, professor catedrático da USP em 1958, na cadeira de História do Brasil (KONDER, 1991; GUIMARÃES, 2012).

A família Cardoso, seguindo na mesma linha, igualmente participava dos “bastidores” político-institucionais do país, porém ao invés de diferenciar as peças com grandes investimentos econômicos como os Prado-Chaves, ou buscando altos cargos públicos como os Hollanda, utilizavam-se da carreira militar para diversificar as estratégias no tabuleiro. O pai de Fernando Henrique Cardoso, Leônidas Cardoso, um “ardoroso nacionalista” (PEDREIRA, 2016, p. 117), participou dos movimentos tenentistas da década de 1920, apoiou a Revolução de 30 e nos anos seguintes a instalação dos governos varguistas ascendeu ao alto posto de general do exército brasileiro. Formou-se advogado depois de já estabilizado na carreira militar. Tinha associação pessoal e política com Getúlio Vargas, tendo sido liderança importante na derrota dos integralistas ao invadirem o Palácio do Cadete em 1938, quando tentaram derrubar Vargas (CARDOSO, 2011).

Uma parte da retribuição pelo capital simbólico acumulado pela fidelidade/investimento ao varguismo ocorreu em 1955, logo após o suicídio de Vargas em 1954, com a conquista do cargo político-partidário, quando Leônidas foi eleito, com apoio dos comunistas, Deputado Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com mandato até 1959. Defendeu antes e durante o seu mandato

propostas nacionalistas relativas principalmente ao controle nacional do petróleo, um dos pontos relevantes para os militares e que, de certa forma, estava em consonância com os objetivos dos comunistas na época. A associação dos Cardoso com o Estado Vargas havia sido profunda, pois diversos familiares estiveram na cúpula do poder estatal. Essa relação umbilical entre Estado e a família foi evidenciada pelo próprio Fernando Henrique Cardoso, quando descreveu, em suas memórias, que

[...] *na minha cabeça de criança o governo do Brasil era absolutamente inseparável da minha família; eram a mesma coisa.* Meu tio-avô, Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, fora ministro da Guerra de Getúlio. Meu pai trabalhara no Ministério com ele. Vários outros membros da família eram generais e oficiais intimamente ligados ao regime; um dos meus primos viria mais tarde a seguir o exemplo do pai como ministro da Guerra; e outro primo foi nomeado pelo governo prefeito do Rio. Na imaginação infantil, uma tentativa de golpe equivalia, portanto, a um ataque contra a minha família (Cardoso, 2014, p. 18-19, grifo meu).

Os membros militares da família, como Léonidas, atuaram na fronteira entre o profissionalismo militar e atuação política, aproveitando as vantagens oportunizadas pelo Exército em consonância com o capital social familiar. O Exército funcionaria, pois, como mais uma das estratégias da elite na busca por cargos e por poder. Referindo-se às estratégias dos oficiais do Exército na República Velha, Ernesto Seidl afirma que

[...] a baixa autonomia da carreira militar frente à lógica política, do pertencimento familiar e das relações personalizadas permite entender as fortes ambiguidades, tensões [...]. É por essa via, portanto, que ganham inteligibilidade investimentos, lances e apostas de agentes sociais para quem as noções de *profissão* e de *carreira militar* jamais se limitaram às meras definições regimentais produzidas pelo Estado (2011, p.25).

A carreira militar precisava se adequar às estratégias políticas, uma vez que qualquer reviravolta na situação do país interferia diretamente na instituição. De um lado, a “mão certa no jogo” poderia levar à ascensão social; de outro, a errada poderia conduzir ao ostracismo profissional e político. O apoio a Vargas esteve aparentemente entre as estratégias acertadas da família Cardoso. E os “dividendos” dessa relação seguiram-se após a Era Vargas, haja vista a eleição vitoriosa de Léonidas Cardoso para deputado federal pelo PTB, partido herdeiro do varguismo.

A análise biográfica de Lêonidas, militar, defensor de propostas nacionalistas, vai de encontro ao pensamento do cientista político Lúcio de Almeida (2014) ao mapear diferentes tipos de “nacionalismo” ao longo da história republicana do Brasil. Segundo o pesquisador, o tenentismo da década de 1920 evoluiu para o que ele chamou de “nacionalismo militar” na década de 1930, cuja articulação principal era a ideia da soberania e da Segurança Nacional atrelada aos pressupostos da industrialização. Essa postura pode ser vista no Programa da Aliança Militar, que teria referências ao “desenvolvimento da indústria bélica militar” para se libertar dos mercados estrangeiros (ALMEIDA, 2014, p. 135).

Essa perspectiva de atuação direta do Estado nos esforços de industrialização foram também o início do que Almeida chamou de “nacionalismo burocrático”, que englobava os funcionários (militares ou não) e ideólogos do nacionalismo dominante do varguismo, especialmente a partir do Estado Novo. Para Almeida (2014), a “exacerbação” do “nacionalismo burocrático” ocorreu na década de 1940 e 1950, quando boa parte burguesia industrial, que havia se fortalecido na Era Vargas, abandonou a defesa do Estado como gerenciador da economia e passou a defender o seu afastamento das funções planejadoras. Desta forma, sem a aliança com a parte significativa da burguesia industrial, o “nacionalismo burocrático”, junto com o que ainda restava do “nacionalismo militar”, vertente de esquerda do exército, encabeçou lutas como “o petróleo é nosso”, lideradas, não coincidentemente, pelo general nacionalista Horta Barbosa, e que teve apoio de Leônidas Cardoso. De acordo com Almeida (2014), neste momento de abandono da burguesia industrial ao projeto estatizante:

[...] segmentos da burocracia nacionalista elegeram o Estado – e, com ele, a estatização – como a única entidade comprometida com o interesse nacional. E como, aos seus olhos, somente o Estado era dotado de confiabilidade, caberia a ele controlar diretamente a exploração dos setores percebidos como vitais à economia do país [...]. A radicalização do nacionalismo da burocracia do Estado atingiu o clímax durante a ‘campanha do petróleo’ (p.185).

A aproximação ideológica de Lêonidas Cardoso com o “nacionalismo burocrático”, que em alguns casos tinha afinidades com o Partido Comunista, deve ter influenciado as opções políticas de Fernando Henrique Cardoso, que enxergava em seu pai, segundo suas memórias (2014) um exemplo de figura comprometida com o país. E, no que se refere às posturas nacionalistas, Leônidas não se

incomodava em se aproximar dos comunistas, da mesma forma que Fernando Henrique compunha sua atuação com o “nacionalismo comunista” da *Brasiliense*.

O jornalista Fernando Pedreira provinha de uma família tradicional de muitas posses, mas que dava indícios de decadência econômica. O pai de Fernando Pedreira, João Pedreira, era advogado, formado na Bahia e sócio de empresas (PEDREIRA, 2016, p. 173). A família, em princípios do século XX, enfrentava algumas dificuldades econômicas, mas certamente tinha prestígio e laços fundos na aristocracia brasileira, conforme relata o próprio Fernando Pedreira em suas memórias:

[...] meu avô paterno João Melo Pedreira, grande comerciante e concessionário da Loteria da Bahia, que acabou perdendo tudo e deixando meu pai, às vésperas de casar-se com minha mãe, sem um tostão furado, sem dinheiro nem para pagar a aliança [...] pertencia a uma antiga e vasta oligarquia do Recôncavo baiano, que deu um ministro, e mais de uma vez, presidente de província, grande amigo do imperador, Luís Pedreira do Couto Ferraz. Os Pedreiras espalhavam seu poder e sua influência por diversas cidades da região [...]. Ainda no meu tempo de estudante, quando fui pela primeira vez à Bahia, o prefeito de São Gonçalo era um Pedreira, Adriano Pedreira, o coronel Didi. Outro Pedreira, pai do meu colega Gastãozinho, era presidente da Light baiana, concessionária de Força de Luz (e bondes) da terra (2016, p. 61).

Quando João Pedreira se mudou para o Rio de Janeiro no início do século XX, ainda ostentava posição econômica e social relevante:

No Rio, para onde tinha vindo depois de formar-se, meu pai vivia a vida de *jeunesse dorée* da época; era amigo de todo mundo; ligara-se muito ao *Correio da Manhã*, então comandado por três grandes figuras, Edmundo Bittencourt, o velho Leão Veloso e um terceiro personagem, íntimo amigo de Rui Barbosa [...] Sempre vestido austeramente, como se usava na época, tinha em cada bolso do colete, da calça ou do paletó, notas e moedas de diferentes valores; notas de cinco mil-réis num bolso; noutro, moedas de um ou dois; ainda noutro notas de 20 ou 50, e as ia distribuindo generosamente aos que lhe prestavam serviços, de acordo com sua relativa importância (idem, p. 110).

A decadência econômica de famílias tradicionais não retirava o capital social e cultural adquiridos, mesmo que enfraquecidas financeiramente. Os laços de sociabilidade favoreciam, como se verá adiante, empregos e negócios. O próprio Fernando Pedreira percebeu, quando entrou na Faculdade de Direito em 1946, que o nome da família “tinha peso”:

[...] logo na primeira vez que tive de me apresentar ao diretor da escola, Pedro Calmon, encontrei-o reunido numa grande mesa com membros da Congregação. 'Vejam', disse ele, 'este aqui é filho do Joãozinho e é o comunista mais bem-vestido da Faculdade!' A Congregação reunia um notável número de baianos, naquela época, e todos se conheciam: os mais próximos de meu pai eram Hermes Lima, Oscar da Cunha e Castro Rebelo, além do próprio Pedro Calmon (idem, p. 180).

Esse episódio elucida os privilégios que por meio do prestígio e da notoriedade recebiam as famílias tradicionais no Brasil: as universidades ainda eram poucas e, dentro das elites que frequentavam os cursos de Direito, muitos se conheciam e se apoiavam. A situação universitária começou a mudar parcialmente a partir da década de 1950, quando outros grupos sociais começam a ascender ao espaço universitário (PECÁUT, 1990).

Sergio Milliet da Costa e Silva (assinava apenas como Sergio Milliet) foi um dos grandes intelectuais e artistas brasileiros de seu tempo. Teve, do lado paterno, sua origem social numa família de comerciantes. O pai português, Fernando da Costa e Silva, era do ramo de ferragens, descrito como “trabalhador” e pouco afeito a literatura. Do lado materno, a família Milliet tinha origem mais abastada e intelectualizada, o que permitiu livre acesso a livros e enciclopédia, e custeou os estudos superiores de Milliet na Europa (Da Silva Ramos, 1968, p. 57). Provavelmente, o fato de o intelectual assinar como “Milliet” e não como Costa e Silva demonstre o maior respaldo que recebia o sobrenome dentro do meio intelectual e artístico.

O engenheiro Catullo Branco, segundo a socióloga Zilla Murgel Branco (2002), nasceu em uma família de “classe média [...] que dava mais valor à formação cultural e artística que à acumulação de recursos materiais” (p. 19). O pai de Catullo, Joaquim Mateus Branco, era engenheiro – mesma profissão adotada por Catullo e por seu irmão Plínio. A formação de Engenheiro, segundo Pécaut (1990), era uma das mais buscadas pelas elites no início do século XX, junto com a advocacia. A formação técnica especializada permitia uma série de oportunidades frente às novas necessidades de urbanização e modernização empreendidas pelo poder público no início do século XX. O conceito de “classe média” para entender a origem familiar de Catullo Branco é, além de um tanto genérico, bastante controverso, embora carregue algumas possibilidades interpretativas.

Talvez na acepção de Catullo, que foi entrevistado por Zilla Branco (2002), próximo a outros membros da elite, a sua família não tivesse grandes posses. No

entanto, algumas informações concedidas pelo intelectual são reveladoras de sua posição social: não era uma família de elite com elevado patrimônio econômico, mas - é preciso enfatizar - tiveram dinheiro suficiente para viverem na Bélgica, quando a irmã de Catullo, Celina, ganhou uma bolsa para estudar violino. Passaram dificuldades financeiras, porém puderam pagar por esta situação absolutamente extraordinária dentro da realidade brasileira, conquanto relativamente comum entre membros da elite, conforme será visto mais adiante neste capítulo. Segundo Branco (2002, p. 19): “[...] atravessaram [os membros da família] momentos de grandes dificuldades econômicas”, mas “nunca deixaram de frequentar os cursos universitários, os concertos e teatros, participando ativamente dos meios intelectuais de São Paulo”. O acesso a tais bens culturais demonstra que, se não tinham grande patrimônio – no julgamento *a posteriori* de Catullo - tinham acesso ao capital cultural restrito à elite paulistana.

Entre os intelectuais estudados, o caso de origem social mais excepcional talvez seja o de Heitor Ferreira Lima. Vicente Ferreira Lima, pai de Heitor, morava em Corumbá no Mato Grosso e morreu muito jovem de pneumonia em um quarto de hotel em Porto Alegre, quando buscava uma pequena herança deixada por seu pai. Foi a mãe de Heitor, Isabel Pereira Ferreira Lima, que proveu o sustento do filho único. Ela foi lavadeira no Paraguai e no Mato Grosso, migrando com o filho para o Rio de Janeiro na década de 1920, onde trabalhou como costureira e pequena comerciante (FERREIRA LIMA, 1982). As memórias de Heitor Ferreira revelam mais sobre a profissão e a situação materna:

[...] minha mãe e suas duas irmãs, Zolia e Amélia (de pouco mais idade do que eu), ambas morando conosco, lavavam e passavam as roupas dos hóspedes do Hotel Galileu, o melhor da cidade [Corumbá] (1982, p.23)

Segue, em seu relato, informações sobre a saúde debilitada da mãe e seu trabalho como pequena comerciante (contrabandista):

Com o debilitamento físico de mamãe, entretanto, por causa do trabalho estafante e realmente pesado que fazia, um médico aconselhou-a mudar de ocupação. Fomos então para Assunção, indo morar numa vila, na ‘calle’ Montevideú, onde pela primeira vez frequentei uma escola da vizinhança, dirigida pelas irmãs Trujillo. Depois minha mãe resolveu negociar, comprando tecidos baratos e indo vendê-los em Corumbá. Era uma espécie de contrabando, sem dúvida, mas permitido pelas autoridades alfandegárias (idem, p.24).

O livro de memórias de Ferreira Lima (1982), *Caminhos Percorridos*, tem inúmeras referências à origem social pobre do intelectual. A mãe trabalhou até ficar doente para sustentar o filho, que desde muito cedo ajudava no provento da família. Isabel Lima foi operária, mãe solteira, contrabandista, imigrante e migrante, entre outros marcadores sociais de exclusão. Desta forma, a ascensão social e econômica de Heitor Ferreira Lima supera a de qualquer outro intelectual estudado aqui. É o único intelectual que estudei a figura materna e não a paterna como elemento para compreender a origem patrimonial e social.

Houve ainda o caso de outros intelectuais que imigraram para o Brasil nas décadas de 1940 e 1950. O pai de Jean-Claude Bernardet era engenheiro de fábricas na Bélgica e veio para o Brasil em 1948 por insatisfações com as questões políticas europeias do pós-guerra. O pai de João Cruz Costa, José Cruz Costa, era imigrante português e abastado comerciante. Veio a falecer na década de 1920 – mesmo com a morte do patriarca, a família teve dinheiro suficiente para enviar João Cruz Costa para estudos em Paris, onde fez curso preparatório para Medicina. Decidiu voltar para o Brasil e iniciar o curso de Medicina na USP. No caso de Gershon Knispel, sua família havia fugido da Alemanha Nazista em 1936 para a região do Levante Palestino. Seu pai, sobrevivente do nazismo, era dono de uma pequena oficina com quatro trabalhadores, que produzia triciclos infantis na região de Haifa, atual Israel. Knispel separou-se do pai muito cedo, aos doze anos, pois foi viver em um Kibutz, onde teve as primeiras experiências políticas na convivência conjunta entre palestinos e judeus (KNISPEL, 2015).

Tabela III – Formação educacional paterna e ocupação profissional³³

Intelectual	Pai	Formação Paterna	Ocupação Profissional Paterna
Álvaro de Faria	Marcos de Faria	Sem informação	Sem informação
Caio Prado Jr.	Caio da Silva Prado	Engenharia	Empresário
Catullo Branco	Joaquim Matheus Branco	Engenharia	Engenheiro
Edgard Cavalheiro	Nicolau Cavalheiro	Sem informação	Pequeno comerciante (armazém)

³³ A origem das informações bibliográficas está diluída em diferentes fontes e entrevistas. Todas estão citadas nas referências bibliográficas.

Eduardo Sucupira Filho	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Elias Chaves Neto	Fernando Pacheco Chaves	Advocacia, Cambridge.	Empresário, funcionário público da Prefeitura de São Paulo
Eudoro Lincoln Berlinck	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Fernando H. Cardoso	Leônidas Cardoso	Militar, Advocacia	General, deputado federal
Fernando Pedreira	João Pedreira	Advocacia, Bahia,	Empresário
Gershon Knispel	Sem informação	Sem informação	pequeno empresário
Heitor Ferreira Lima	Isabel Ferreira Lima (mãe)	Sem informação	operária
Jean-Claude Bernardet	Sem informação (imigrante)	Sem informação	Engenheiro
João Cruz Costa	José Cruz Costa (imigrante)	Sem informação	Comerciante, empresário.
Luiz Izrael Frebot	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Maurice Capovilla	Pedro Luis Capovilla	Sem informação	Pequeno fazendeiro, comerciante (armazém)
Nabor Caires Brito	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Paulo Alves Pinto	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Paulo Dantas	João Paulo Dantas	Sem informação	Fazendeiro
Sérgio Buarque de Hollanda	Cristovam Buarque de Hollanda	Medicina/Farmácia, Faculdade de Medicina, São Paulo	Farmacêutico, professor universitário
Sérgio Milliet	Fernando da Costa e Silva (imigrante)	Sem informação	Comerciante

Antes de analisar e comparar os dados biográficos da tabela cima, é preciso dizer que inúmeras informações sobre a origem social dos pais não foram encontradas. Em alguns casos, achei apenas o nome ou a ocupação paterna. Não descobri o nome do pai de sete (35%) intelectuais, a formação educacional de catorze (70%) e a ocupação profissional de seis (30%).

A despeito de algumas lacunas, a análise da origem social paterna (e materna) sustenta algumas conclusões. A formação educacional corresponde a três categorias principais de diplomados: a) engenheiros; b) advogados, c) médicos. Essas foram as áreas em que as elites brasileiras, do século XIX e início do século

XX mais atuaram no sentido da busca por cursos universitários (PÉCAUT, 1990). Em relação à ocupação profissional, é perceptível que a maioria pertencia a grupos de elite, pois eram empresários, industriais, comerciantes, fazendeiros, altos funcionários públicos e profissionais liberais. A exceção seria a mãe (e o pai falecido) de Heitor Ferreira Lima que foi trabalhadora braçal.

No início do século XX, antes da maior especialização e modernização das relações de trabalho, era comum que se trabalhasse em diferentes ramos, mesmo sem diploma ou especialização. Por isso, muitas vezes, o empresário também era comerciante e, às vezes, jornalista. Na análise social paterna, existe um primeiro grupo com alto poder econômico e social, vinculado à elite econômica do país, tendo acesso às melhores profissões como altos funcionários públicos (general, agente fiscal, professor universitário), engenheiros, médicos, ou tinham investimentos empresariais significativos no setor industrial e/ou comercial. Neste grupo, enquadram-se os pais de dez (50%) autores deste estudo. Pequenos empresários, comerciantes e fazendeiros, que poderiam ser um grupo social intermediário, correspondem a três pais (15%). E o terceiro grupo que corresponde aos trabalhadores manuais foi apenas um (5%) do total encontrado. Não ficou claro pelas fontes, mas talvez o pai de Bernardet, ao imigrar para o Brasil, tenha exercido a função de operário especializado em fábricas, não atuando mais como engenheiro, pois teve dificuldades em validar o diploma estrangeiro no país (BERNARDET, 2017). Com esse mapeamento da origem social, percebe-se que o grupo social da revista era constituído principalmente de famílias abastadas e muitas vezes tradicionais.

Além da origem dos pais, a formação educacional dos intelectuais – analisada no próximo subcapítulo – propiciará novas indicações sobre a posição social e econômica. A escolha das universidades, os intercâmbios estudantis e o nível de escolarização constituem indícios sobre o patrimônio econômico das famílias e quais eram suas estratégias sociais.

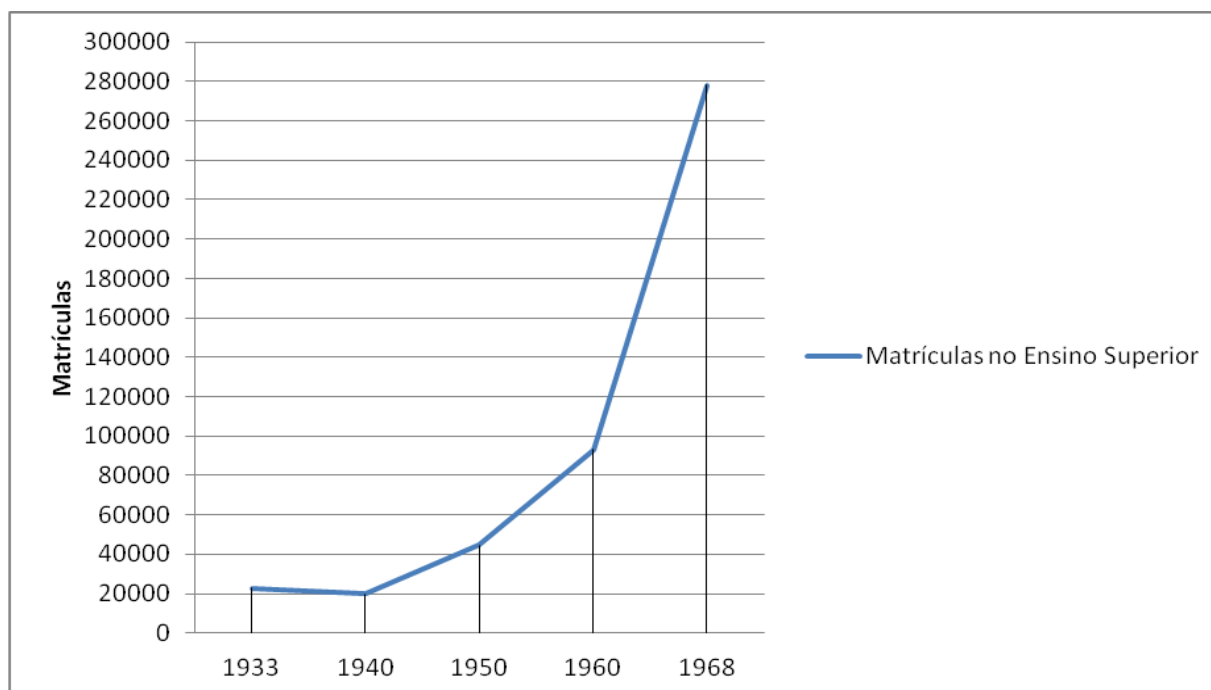
2.2 “Uma ilha de letrados em um mar de analfabetos”: educação e legitimidade intelectual

O nível de formação escolar do grupo estudado tem importância na compreensão de questões pertinentes à história social das elites, sobretudo, à história intelectual. A escolarização, principalmente o ensino superior, constituiu-se para o intelectual brasileiro do século XX em investimento na acumulação de capital cultural e em espaço fundamental para a reafirmação e reelaboração das redes de sociabilidade. Até meados do século XX, o diploma universitário era atestado *suficiente* para o reconhecimento social da função de intelectual para a elite brasileira. Desta forma, a formação educacional enseja conhecer mais como se constituíram relações de amizade, visões de mundo e estratégias.

Dentro da Sociologia da Educação, existe uma área que pesquisa a importância da escolarização para elites no que se refere aos investimentos e às estratégias familiares. Segundo a bibliografia (RIEDNER e PEREIRA, 2012), seria importante conhecer os espaços escolares frequentados, se houve intercâmbio estudantil e quais foram as universidades cursadas. No caso dos autores da *Brasiliense*, debruicei-me principalmente no acesso à universidade e à formação escolar estrangeira para elucidar o grau de investimento acadêmico e os aspectos da origem social dos membros.

Para analisar o perfil social dos sujeitos quando da constituição da revista, é preciso ter em mente que o acesso ao ensino superior era circunscrito à ínfima parcela da população na década de 1950. Nas décadas de 1920 à 1940, a universidade era quase exclusividade das elites, tendo abrangência social um pouco maior a partir das décadas de 1950 e 1960, conforme se pode ver no gráfico abaixo, que expõe as matrículas do ensino superior no Brasil:

Gráfico I – Matrículas do ensino superior do Brasil (1933 – 1968)



Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estatísticas do Século*. Rio de Janeiro: 2006.

Não há dúvida que o país passou por um crescimento do ensino superior no momento de constituição da *Revista Brasiliense*. Este crescimento expressivo interferiu na produção científica do país e no próprio reconhecimento social do intelectual, cada vez mais especializado pelos cursos universitários e pela pesquisa acadêmica. O historiador francês Daniel Pécaut (1990) caracteriza três sujeitos socialmente reconhecidos como intelectuais nas décadas de 1920-1940: o advogado, o engenheiro e homem de cultura. Essa generalidade corresponde ao que foi encontrado na revista – especialmente para os intelectuais da geração mais antiga, nascidos entre 1890 e 1920. Os pais dos intelectuais também se enquadravam nesse conjunto. O curso de direito, em especial, tinha forte legitimação social dentro das elites brasileiras deste o Império, fazendo parte no país dos primeiros programas de graduação, junto com engenharia e medicina.

A formação em direito abria a possibilidade de aumentar as redes pessoais através do contato entre os membros da elite, e proporcionava o reconhecimento do *status* e do prestígio de “intelectual”, apto, além de tudo, a exercer diversas funções

da alta burocracia estatal (CARVALHO, 2012). Cursar direito em São Paulo, na tradicional Faculdade do Largo do São Francisco, fundada em 1827, não era objetivo apenas de membros das elites paulistas, mas de outros estados também, que buscavam formação e ascensão para seus filhos. A respeito dessa busca pela universidade paulista pelas elites do Rio Grande do Sul, diz a historiadora Cássia Silveira (2008):

Este certamente [cursar a Faculdade de Direito de São Paulo] era um bom negócio para a família Porto Alegre naqueles tempos [fins do século XIX]: o curso de Direito abria muitas possibilidades aos que tinham algumas posses. Além do diploma, as amizades feitas no período de formação acadêmica, as valiosas relações estabelecidas nesta época, ajudavam muito na obtenção de boas posições profissionais e políticas, e, até mesmo, um bom casamento (p.32-33).

O curso abria as portas para altos cargos do funcionalismo público como magistrado, talvez com alguma indicação para ocupar cargo no governo central, presidente de província e até mesmo senador. Gerava, acima de tudo, investimentos pessoais importantes, cujos dividendos propiciavam negócios lucrativos e casamentos estratégicos. Com o aumento das necessidades da sociedade em vias de modernização, o curso preparava os egressos para abertura de escritórios de advocacia, imprescindível em uma sociedade em vias de se industrializar, como ocorria no Brasil em inícios do século XX.

Havia também outro grupo de intelectuais, chamados por Pécaut (1990) de “homens de cultura”, que, embora sem formação superior, tinham “amplo saber” e reconhecida capacidade intelectual e erudição. Da *Brasiliense*, os mais notáveis foram Paulo Dantas e Edgar Cavalheiro, que não terminaram o Ensino Básico, mas eram escritores de renome com vasta obra publicada. A tradição no Brasil destes “homens de letras” era, contudo, mais longa: Machado de Assis, Monteiro Lobato, Lima Barreto – todos grandes escritores que não tiveram formação universitária. Essa situação era bastante comum no século XIX até meados do século XX.

Deve-se acrescentar, entretanto, que para os intelectuais mais jovens do grupo dirigente, nascidos entre as décadas de 1920 e 1930 e formados nas universidades nas décadas de 1940 e 1950, houve transformação na “tríade” intelectual (engenheiro, advogado e “homem de letras”). Dos intelectuais que se formaram nas universidades entre as décadas de 1940 e 1950, apenas Fernando Pedreira cursou Direito; o restante cursou Filosofia ou Ciências Sociais. Nesse novo

período de expansão universitária, ser apenas letrado “num mar de analfabetos” ou portador de diploma universitário, começava a não ser mais suficiente para justificar o “lugar ao sol”. Por isso, buscava-se aprimoramento nas novas ferramentas metodológicas das ciências humanas para, assim, explicar o mundo e, conseqüentemente, se especializar e se legitimar como intelectual/acadêmico. Nessa geração mais nova, encontrei membros que se aprofundaram na formação à nível acadêmico, produzindo volumosa pesquisa científica, mostrando avanço na especialização intelectual concernente ao que ocorria em países de modernização mais avançada. João Cruz Costa doutorou-se em Filosofia em 1942 e Fernando Henrique Cardoso em Ciências Sociais em 1961:

[...] os anos 1950 representam um notável ponto de inflexão nesse processo de gestão, ou cristalização, das formas de pensar. Neles ocorre tanto a rotinização das ‘inovações tecnológicas’ do pensamento social dos anos 1930 [...] como uma mudança profunda de ênfase, estilo e problemáticas intelectuais, derivada em parte da consolidação da universidade como principal *locus* da produção intelectual, e marcada dessa vez não apenas pela construção do Estado, mas pela emergência da sociedade e de sua transformação como problema. Nesses termos, a ideia-força, organizadora do campo intelectual, é a do desenvolvimento, e a questão subjacente é a da democracia (BRANDÃO, 2010, p. 36).

Junto a formação intelectual à nível superior, busquei encontrar as universidades onde realizaram a formação, pois estes lugares elucidam as possibilidades de articulação da elite e de como se formou o seu *ethos*, isto é, como alguns gostos e comportamentos foram compartilhados e determinados códigos culturais foram apreendidos (WILLIAMS, 2011).

A partir do conhecimento do nível de escolarização dos intelectuais foi possível relacionar as características do grupo com o contexto educacional e social nacional, percebendo a função privilegiada de intelectuais em um país de maioria analfabeta. A comparação com o restante do país se faz necessária para se compreender a condição “insular” dos autores da revista, sendo a comunidade da *Brasiliense* um “arquipélago” de letrados em um mar de analfabetos. Segundo dados do Censo do IBGE de 1957, 51,65% dos brasileiros com mais de dez anos de idade não sabiam ler.³⁴ Essa estatística expõe a situação calamitosa da educação

³⁴Informações

disponíveis

em :

http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1957/educacao1957m_aeb_047_1.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

brasileira na década de 1950 e, desta forma, como eram privilegiados os agentes do grupo dirigente, que não somente sabiam ler e escrever (eram pagos e reconhecidos por isso) como em sua maioria detinham, em condição extraordinária para a realidade nacional, o diploma de ensino superior e, não raras vezes, de pós-graduação.

Tabela IV - Formação educacional dos intelectuais

Autores	Formação/Data/Local	Formação no Exterior
Elias Chaves Neto	Faculdade de Direito de São Paulo, 1923; Filosofia e Sociologia, 1934, USP.	Ensino Básico, Suíça, 1910-14.
Caio Prado Júnior	Faculdade de Direito de São Paulo, 1928; História e Filosofia 1934, USP.	Ensino Básico, Chelmsford College de Eastborn, X, Londres, 1923,; Ensino Superior, Sorbonne, Paris, França, 1937-39.
Heitor Ferreira Lima	Curso de Alfaiate, 1922, Rio de Janeiro.	Escola Leninista em Moscou, URSS, 1927-1930.
Álvaro de Faria	Medicina, local desconhecido	Sem informação.
Paulo Alves Pinto	Engenheiro	Sem informação.
Paulo Dantas	2º Ano incompleto Ginásio Ipiranga, Salvador	Sem informação.
Catullo Branco	Engenharia, Escola Politécnica de São Paulo, 1924.	Ensino Básico, Bruxelas, Bélgica, 1910- 1914.
João Cruz Costa	Filosofia, 1937; Doutorado, 1942, USP.	Cursos preparatórios, Paris, França, 1923.
Fernando H. Cardoso	Ciências Sociais, 1952; Doutorado em 1961, USP.	Europa, sem detalhes.
Gershon Knispel	Sem informação.	Academia de Arte de Bezabel, Jerusalém, Israel, 1954
Sérgio Milliet	Ciências Econômicas, 1920, Universidade de Berna, Suíça.	Ciências Econômicas, em Berna, Suíça, 1920.

Edgard Cavalheiro	3º ano Incompleto Colégio Oswaldo Cruz, São Paulo	Não.
Eudoro Berlinck	Engenheira, Sem informação	Sem informação.
Fernando Pedreira	Faculdade Nacional de Direito, 1946, Rio de Janeiro; Término, 1956, USP.	Europa, sem detalhes.
Eduardo Sucupira Filho	Filosofia, USP.	Sem informação.
Luiz Izrael Frebot	Advogado, Sem informação	Sem informação.
Sérgio Buarque de Hollanda	Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, 1925, Rio de Janeiro	Europa, sem detalhes.
Jean-Claude Bernardet	Artes gráficas no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) 1957, Curso da Cinemateca Brasileira, 1958, São Paulo	Europa, sem detalhes.
Maurice Capovilla	Filosofia, 1958, USP	Não.
Nabor Caires Brito	Sem informação	Sem informação.

Analisando a tabela acima percebe-se que pelo menos 50% dos intelectuais tinham formação conhecida de nível superior. É provável que a porcentagem seja ainda maior, uma vez que grande parte do grupo “sem informação” exercia profissões que comumente exigiam curso superior como Eudoro Lincoln Berlinck e Paulo Alves Pinto, engenheiros (10%), Nabor Caires Britto, jornalista (5%),³⁵ Luiz Israel Febrot, advogado (5%) e Álvaro de Faria, médico (5%). Se for levado em conta, portanto, os intelectuais que *possivelmente* tiveram formação superior, chega-se ao índice de 75% do grupo dirigente da *Brasiliense*. Tem-se, assim, apenas 25% dos intelectuais sem diploma universitário, ainda que 10% deles detenham cursos especializados no mundo das artes, como Jean-Claude Bernardet e Gershon

³⁵ A profissão de jornalista não era regulamentada. Os primeiros cursos de formação em jornalismo só começaram a aparecer nas décadas de 1940 e 1950. Sendo assim, muitos jornalistas eram formados em outras áreas como Direito ou Medicina.

Knispel, algo que, em suas áreas de atuação, poderia, salvo engano, ser considerado como formação análoga ao curso superior.

Os dois imigrantes da revista tiveram formação diferente do restante dos intelectuais. Gershon Knispel, artista plástico, formou-se na renomada Academia de Artes de Bezapel em 1956 – antes de imigrar para o Brasil em 1958.³⁶ Jean-Claude Bernardet, por sua vez, chegou ao Brasil em uma situação mais complicada. Em 1949, os pais imigraram da França para o Brasil por desilusões políticas no pós-guerra e, por isso, teve que enfrentar as dificuldades de ser um jovem imigrante, fazendo a formação educacional e profissional no Brasil. Fez o secundário no Lycée Pasteur, escola de ensino em Francês, frequentada, via de regra, por franceses. Não terminou o secundário, faltando apenas a prova final. Depois, a partir do interesse surgido pelo trabalho que exercia na Livraria Francesa, fez o curso de Artes Gráficas no Senai em 1957. Em 1958, iniciou o curso de cinema na Cinemateca Brasileira, quando começou a ter maior inserção na área cinematográfica, fazendo amizades e construindo o arcabouço teórico e conceitual da sétima arte, que foi a área à qual se dedicou profissionalmente (BERNARDET, 2013).

No ano de fundação da revista em 1955, segundo dados do IBGE, havia no país apenas 9917 diplomas universitários registrados, sendo que 1897 de Direito, 1796 de Filosofia, 1351 de Medicina, 1255 de Engenharia e 521 das “Ciências Econômicas”. Deste total de diplomas, 9135 (92%) foram conferidos entre 1950 e 1954, justamente quando houve o crescimento no número de matrículas apontadas pela tabela anterior.³⁷ É importante entender que matrículas são diferentes de “diplomas registrados”, que, de certa forma, talvez nem mesmo representem a totalidade dos graduados do país, servindo, assim, apenas como referencial.

Com essa análise, no entanto, não há dúvida, que diferentemente de outros meios de comunicação, a *Revista Brasiliense* continha um número majoritário de graduados, alguns, inclusive, com perfil de pesquisadores acadêmicos. Nesse sentido, é impossível não notar a falta de representantes de outros grupos sociais da sociedade, isto é, aqueles que não puderam acessar o ensino superior. Tal situação

³⁶ Este intelectual poderia ser categorizado como tendo ensino superior, porque estava autorizado, pela sua formação, a ministrar aulas na universidade, como o fez na década de 1960, quando esteve de volta a Israel após o golpe civil-militar de 1964 no Brasil

³⁷ Anuário Estatístico do Brasil – Registros Profissionais. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Disponível em: http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1955/educacao1955aeb_52.pdf. Acessado em: 12 de fevereiro de 2017.

destoa um pouco do princípio propalado pelos editoriais da revista de união das “mais diferentes vertentes da sociedade” em prol do nacionalismo, transformando, de certa maneira, a revista em um veículo voltado para o público intelectual e acadêmico.

Entre os cursos superiores mais escolhidos pelos intelectuais da publicação estão: Filosofia, cinco intelectuais (25%), Direito cinco (25%), Ciências Sociais dois (10%), Engenharia dois (10%), História um (5%), Ciências Econômicas um (5%) e Medicina um (5%). Filosofia foi o curso mais frequentado, mas somente Capovilla, Cruz Costa e Sucupira Filho se diplomaram; Chaves Netto e Caio Prado frequentaram as graduações, mas não as terminaram. Caio Prado também frequentou aulas de História na USP e na Sorbonne na década de 1930; Elias Chaves Neto frequentou aulas de Ciências Sociais no início da USP em 1934. Os cinco intelectuais que estudaram Direito se formaram (Caio Prado, Chaves Netto, Sérgio Buarque de Hollanda, Fernando Pedreira e Luiz Frebot).

Outro dado significativo na análise educacional do grupo estudado é que pelo menos dez (50%) – talvez o número seja ainda maior, visto que alguns estão sem essas informações - estudaram na Europa durante algum momento de sua trajetória, seja na escolarização básica (Caio Prado, Elias Chaves Neto, Sergio Buarque de Hollanda, Catullo Branco, Fernando Pedreira, Gershon Knispel, Jean Claude-Bernadet), seja em cursos específicos (Heitor Ferreira Lima), de artes plásticas (Gherson Knispel), de graduação (João Cruz Costa, Sergio Milliet e Caio Prado) ou de pós-graduação (Fernando Henrique Cardoso e Sérgio Buarque de Hollanda).³⁸ O grau de internacionalização dos intelectuais denota a extraordinária situação dessas elites, especialmente, se comparada ao restante da população – em um país no qual a maior parte da população não sabia ler, e a Educação Básica ainda era um horizonte distante para muitos, mais da metade dos intelectuais fizeram intercâmbio estudantil estrangeiro.

A experiência educacional no exterior trouxe elementos marcantes para a carreira dos intelectuais, como relata João Cruz Costa sobre seus estudos na França:

³⁸ Dois intelectuais com formação no exterior nasceram na Europa: Knispel, Alemanha, e Bernadet, França, e, de tal modo, naturalmente iniciaram sua formação em países estrangeiros. No caso destes dois intelectuais, a formação europeia não aponta *necessariamente* origem patrimonial abastada.

Fui depois para a França em 1923 e entrei no curso preparatório da Faculdade de Medicina de Paris. Um dia, num grupo de brasileiros, encontrei o prof. George Dumas, que era grande amigo do Brasil, que me perguntou qual a especialização que eu iria fazer na medicina. A minha resposta foi: a psiquiatria. O velho Dumas, que era médico e agrégé de Filosofia, aconselhou-me então que fizesse estudos de filosofia e convidou-me para assistir às suas divertidas aulas aos domingos, no Asyle de St'Anne. Inscrevi-me como ouvinte nos cursos à Sorbonne, assistindo às aulas dos profs. Brunschvicg, Salande, assim como as de Pierre Janet no Colégio de França (COSTA, 1974. pp. 87-8 in OLIVEIRA, 2009).

Na volta da Europa, em 1934, Cruz Costa matriculou-se no curso de Filosofia, seguindo a inspiração do “mestre” Dumas. A experiência europeia mudou o filósofo, trouxe novos conhecimentos e o fez trocar de curso ao retornar ao Brasil: saiu a Medicina e entrou a Filosofia.

A formação europeia desses sujeitos aponta duas noções muito importantes em suas biografias: de um lado, a origem patrimonial elevada das famílias que puderam pagar por estudos no exterior; de outro, o alto grau de comunicação desses intelectuais com o pensamento moderno de matriz europeia, proporcionado pela capacidade de leitura em outras línguas e pelo contato direto com autores estrangeiros – alguns de grande renome internacional -, conforme se pode observar pela trajetória de Sergio Milliet:

Depois do secundário completo, Milliet frequenta, em Genebra, o curso de Ciências Econômicas e Sociais da Escola de Comércio, completando-o na Universidade de Berna. Convive com intelectuais e literatos que integram a revista *Le Camel*, entre eles Romain Rolland, Charles Baudouin, Henri Spiess, Henri Mugnier, Charles Reber, Carl Spitteler, além de outros nomes que, de passagem pela Suíça, unem-se ao grupo, como Verghaeren e Stefan Zweig. Ligado a este grupo, inicia-se como poeta, editando seus primeiros livros: *Par le Sentier*, *Em Singeant*, *Le Depart sous la Pluie* (em 1917, o primeiro; em 1918, os dois últimos) (GOLÇALVEZ, 1992, p. 4).

O escritor, que passou oito anos de sua juventude entre a Suíça e a França, sofreu grande influência destes lugares e dos sujeitos com quem formou laços:

Esta viagem será decisiva para o surgimento do intelectual e crítico de arte, pois, na Suíça, desenvolve estudo universitário, ligando-se à literatura, forma seu gosto artístico e sua sensibilidade humanista, torna-se poeta. Genebra é o centro que lhe permite o encontro com as artes e o desenvolvimento das principais linhas de força do pensamento que amadurecerá no Brasil (GONÇALVEZ, 1992, p. 3).

O contato com as ideias vanguardistas foi importante na acumulação de capital cultural e, portanto, revelador da trajetória de Milliet na volta ao Brasil na

década de 1920: “A vasta experiência cultural e a vivência do meio artístico europeu da época fazem dele [...] um contato importante para os modernistas. Sérgio frequentava o meio literário dos jovens poetas e dos escritores famosos então radicados em Genebra” (GONÇALVEZ, 1992, p. 22). Milliet constituiu-se em referência para os modernistas brasileiros, sendo elo entre a vanguarda intelectual europeia e os modernistas brasileiros. Se para o movimento modernista dos anos 1920 foi importante o contato e a *antropofagia* dos elementos europeus e estrangeiros (AZAR FILHO, 2011), nada mais relevante que jovens autores que pudessem traduzir e mediar os livros e as ideias daqueles centros irradiadores do modernismo.

Caio Prado estudou na Europa em momentos distintos de sua vida. Em 1923, aos 16 anos de idade, esteve no Chelmsford College de Eastborn, em Londres, Inglaterra, onde cursou parte da formação escolar básica, quando os pais viajaram à Alemanha para tratar o irmão Eduardo, que sofria de deficiência cardíaca congênita (WIDER, 2007, p. 33). Em um segundo momento da vida, já adulto, estudou na Sorbonne, França, entre 1937 e 1939, enquanto esteve em “auto-exílio” (WIDER, 2007) após ter sido perseguido e preso pelo Estado Novo varguista. Sobre a passagem pela França:

Frequentou cursos, exposições e a Bibliothèque Nationale; estabeleceu ligações com diversos pesquisadores europeus, continuando o percurso intelectual já traçado, o qual fora marcado, em grande medida, pela convivência e pelo diálogo com os professores estrangeiros que lecionaram na Universidade de São Paulo no momento de sua fundação: Pierra Deffontaines, Pierre Monbeig, Jean Maugüé, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss e Arbousse Bastide. Por intermédio desses professores, Caio Prado Jr. travou contato precoce com revistas como a *Annales de géographie*, a *Cahiers Rationalistes* e a *Annales h'histoire économique e sociaele* (IUMATTI, 2007 p.40).

Da mesma forma que Milliet, Caio Prado inteirou-se das discussões da intelectualidade europeia, à qual manteve contato e amizade durante toda a vida com renomados pesquisadores, oriundos principalmente das ciências humanas tais quais: Pierre Deffontaines (geógrafo), Pierre Monbeig (geógrafo), Mean Maugüe (filósofo) e Fernand Braudel (historiador). Por sua origem abastada, Caio Prado, bem como outros autores da *Brasiliense*, não tinha dificuldade com línguas estrangeiras, sendo fluente em Alemão, Inglês, Francês e Espanhol (WIDER, 2007, p. 33), algo que seguramente facilitara o contato com os pensadores estrangeiros. As vivências

do intelectual nos espaços de vanguardismo artístico também deixaram marcas importantes. A vinculação entre o mundo europeu e as características nacionais foi uma máxima dos modernistas brasileiros e dos intelectuais da *Revista Brasiliense*. Fazendo um paralelo entre a trajetória de Milliet e de Caio Prado, pode-se inferir que Milliet mantinha contato com a intelectualidade artística europeia, enquanto Caio Prado se aproximava, sobretudo da intelectualidade científica, mais diretamente dos franceses.

O diploma universitário e o intercâmbio estudantil relevam, além de traços culturais marcantes, poder econômico incontestante entre o “grupo dirigente” da revista. Isso sem levar em consideração que a elitização pode ser ainda maior, caso se encontrasse o diploma universitário e o intercâmbio estrangeiro daqueles “sem informação” nos quadros comparativos.

A “internacionalização” de Hermes Ferreira Lima foi bastante diferente dos demais; porém não menos proveitosa no sentido da acumulação de capital simbólico. De origem familiar pobre, Hermes teve que trabalhar para sustentar a própria formação básica no Rio de Janeiro e, de forma alguma, teria patrimônio para um intercâmbio estudantil no exterior. A experiência internacional foi proporcionada pela militância política no Partido Comunista Brasileiro.

Ferreira Lima tinha feito no início da década de 1920, logo depois de migrar com sua mãe para a cidade do Rio de Janeiro, o curso de alfaiate e, devido à militância e liderança política no sindicato dos alfaiates e no Partido Comunista, foi escolhido para estudar na Escola Leninista de Moscou, mantida pela III Internacional Comunista. O custo da viagem foi pago com apoio do sindicato e do PCB. Depois de três anos no “país dos soviets”, voltou ao Brasil como referência dentro do meio operário brasileiro.

Sobre sua estadia na URSS, o intelectual assinalou: “[...]três anos inolvidáveis, completando minha formação intelectual e de caráter, moldando-me definitivamente para o resto de uma vida” (LIMA, 1988, p. 73). Heitor constituiu-se em caso absolutamente excepcional dentro dos autores da *Revista Brasiliense*: mesmo com a origem pobre e operária, conseguiu, por meio da militância política, ascensão social e cultural, que lhe oportunizaram crescimento profissional e econômico. Dentro do PCB, seria o primeiro brasileiro a ter formação na URSS: ouviu discurso de Stálin e de Trótski, acompanhando, até mesmo, parte das disputas dos dois dirigentes pelos rumos diretivos da URSS (FERREIRA LIMA, 1982). O

aprendizado de outras línguas na sua experiência estrangeira, a rede de contatos intelectuais que elaborou e a disciplina intelectual adquirida nestes anos de militância certamente foram mesmo “inolvidáveis” na biográfica de Heitor.

Em relação às universidades frequentadas pelos intelectuais, as duas que merecem destaque são a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, duas das mais tradicionais do país. Oito autores se formaram na primeira (35%) e um na segunda (5%).

A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que mais tarde transformar-se-ia na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro na década de 30; e a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco de São Paulo, que foi incorporada a USP também na década de 1930, tinham funções conhecidas dentro do conjunto das elites brasileiras e, especialmente, da elite carioca e paulista. O acesso ao ensino superior era, até meados do século XX, quase exclusivamente para membros da elite, porque, além dos gastos referentes ao curso e aos materiais, os exames de admissão contavam geralmente com exames orais, que favoreciam alguns candidatos em detrimento de outros (COSTA DE PAULA, 2002; PEDREIRA, 2016). Em relação ao papel da Universidade de São Paulo na constituição e formação das elites:

A criação da Universidade de São Paulo, 1934, dois anos após a derrota sofrida pelos paulistas em sua revolta armada contra o novo regime, faz parte do programa de transformação política mediante a constituição de novas elites [...] essa visão elitista implicava não só o respeito por uma hierarquia social, herdada ou adquirida, mas determinava também a teorização da política como competência: a arte de governar relaciona-se com o saber científico (PÉCAUT, 1990, p. 30).

Dentro do espaço de criação da USP, a Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras (FCHL) ganhou centralidade na concepção da universidade. Inspirada nas universidades alemãs, ela deveria ser um centro independente para a produção de saber pelas elites nacionais. A maior autonomia da USP em relação a UFRJ, que era submetida diretamente ao governo federal, especialmente durante o Estado Novo, talvez seja justificada pelas negociações entre o governo federal e a elite paulista, derrotada duplamente, tanto na Revolução de 1930, quanto na Revolução Constitucionalista de 1932. O laço mais direto com o governo central levou a UFRJ a ter uma perspectiva pedagógica voltada para o mundo prático e profissional (COSTA DE PAULA, 2002,). A USP, no entanto, era mais zelosa com a

formação de uma nova elite dirigente, o que estaria voltado, segundo Costa de Paula, ao “modelo alemão” de universidade:

Encontramos várias aproximações entre a concepção alemã e a paulista de universidade, na época de sua fundação: preocupação fundamental com a pesquisa e com a unidade entre ensino e investigação científica; ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional; autonomia relativa da universidade diante do Estado e dos poderes políticos; concepção idealista e não-pragmática de universidade, em detrimento da concepção de universidade como prestadora de serviços ao mercado e à sociedade; fraco vínculo entre intelectuais e poder político, ou seja, ligação não-imediata entre *intelligentzia* e poder; concepção liberal e elitista de universidade; estreita ligação entre a formação das elites dirigentes e a questão da nacionalidade (COSTA DE PAULA, 2002, p.150-151).

Na primeira metade do século XX, os cursos preferidos eram os de Direito (Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto) e Engenharia (Catulo Branco), algo que começou a mudar somente a partir do fim da década de 1940. Na década de 1950, não somente na USP, mas em todo o ensino superior há um crescimento significativo no número de matrículas e de cursos. Essa mudança não foi apenas quantitativa; o intelectual com diploma, oriundo de outros grupos sociais, passou a ter mais força na construção do pensamento intelectual do país e, desta forma, na elaboração das perspectivas políticas e ideológicas. Segundo Brandão, a partir da década de 1950, a universidade tornar-se o principal

[...] *locus* da produção intelectual, e marcada dessa vez não apenas pela construção do Estado, mas pela emergência da sociedade e de sua transformação como problema (2012, p. 36).

Sendo assim, houve deslocamento no papel da universidade entre a geração intelectual que estudou nas décadas de 1920 e 1930 e aqueles formados no período entre 1940 e 1950. No primeiro momento, o acesso extremamente restrito ao diploma universitário fornecia *status* “suficiente” de intelectual e a legitimidade para se produzir interpretações sobre a nação passava pouco pelos domínios mais complexos e hierarquizados do saber científico moderno. O diploma atestava autoridade suficiente para interpretar e produzir análises válidas sobre a realidade nacional. Além disso, “homens de letras” sequer tinham diploma e mesmo assim tinham a função de intelectuais reconhecida, sendo portadores de grande cultura e erudição e, por isso, dignos de interpretar o Brasil.

No segundo momento, o crescimento do número de estudantes promoveu relativa “desvalorização” do diploma universitário. O destaque precisaria ocorrer pela capacidade de produzir análises condizentes com a função acadêmica mais moderna, ou seja, atualizada nos preceitos das ciências sociais que transformava a sociedade no problema a ser compreendido (BRANDÃO, 2012).

É lógico - opondo-se aqui ao mito burguês da “meritocracia” - que o capital social e econômico das famílias mais tradicionais continuava pesando na hora de enfrentar os concursos e seleções no âmbito universitário, mas a concorrência com novos grupos sociais tornava a tarefa mais complexa. Seria nesta época, nas palavras de Guilherme Mota (1990), que se estabeleceria a “tradição radical” do pensamento brasileiro referindo-se à postura científica e acadêmica de intelectuais como Florestan Fernandes e Antônio Cândido, oriundos de outros setores sociais e representantes do que veio a se chamar de “pensamento de classe média”. Esta nova perspectiva do mundo acadêmico, voltada para a pesquisa e para o rigor metodológico, pode ser vista no relato de Fernando Henrique Cardoso sobre seu tempo de estudante da USP:

Na década de 1950, a sociologia era um campo de estudos novos e estimulante. *Ensinava-nos a entender a sociedade para mudá-la*. A sociologia incorporava algo de política, economia, cultura e vida social, permitindo estudar o presente tanto quanto o passado. *De maneira científica, aprendíamos a analisar dados concretos e a aplicar o que constatávamos a um mundo dinâmico e em constante transformação*. A maioria dos que ali estávamos se sentia movido pelo desejo de mudar o Brasil. Em termos ideológicos, nos posicionávamos majoritariamente à esquerda, talvez mais interessados em ser socialistas do que sociólogos. *Mas seríamos disciplinados pelo rigor da faculdade* (2014, p.53, grifos meus).

É interessante, demonstrando um momento de transição na cultura acadêmica e profissional, que antes de ter entrado na faculdade de Filosofia, Cardoso tenha sido reprovado na seleção para o curso de Direito (CARDOSO, 2014, p. 53). Filosofia foi sua segunda opção e sociologia a terceira.

Em suas memórias, o “príncipe dos sociólogos” faz referência exatamente à perspectiva que existia no campo científico da época “Ensinava-nos a entender a sociedade para mudá-la”. O intelectual era aquele que entendia a sociedade para mudá-la. O “novo acadêmico” era fruto da sociedade que se transformava rapidamente nos últimos anos: crescimento populacional, modernização, industrialização, que geravam novos problemas sociais e políticos e que, por isso,

exigiam cada vez mais ferramentas científicas de análise. A diferença com os grandes intérpretes como Caio Prado e Sérgio Buarque da década de 1930, é que o debate científico, antes circunscrito a pequenos artigos em revistas político-culturais e alguns livros, ganhou corpo nas universidades e em outros centros de pesquisa que se espalhavam pelo país. Aumentavam o número de pesquisadores e crescia também o número de análises possíveis sobre a realidade nacional e sobre as propostas para transformar tal realidade. Não sem razão a *Revista Brasiliense* foi articulada neste ínterim, entre a tradição das revistas culturais de outrora, organizada por “homens de letras” ou por intelectuais oriundos do Direito, e a nova posição acadêmica radical.

A formação escolar colaborou na compreensão das origens sociais do grupo em questão, pois a escolarização aponta indício das origens familiares e da permanência de privilégios no decorrer da vida dos intelectuais. Além disso, essa categoria de análise colabora na compreensão dos desdobramentos internos do funcionamento da revista, encontrando-se relações entre a formação acadêmica e o viés mais militante ou acadêmico que o nacionalismo da revista acabava por propor.

2.3 As relações de trabalho e a “profissão” de intelectual

Existe vasta bibliografia elucidativa sobre o processo de especialização do trabalhador como decorrência do desenvolvimento da modernização na sociedade e como isso, conseqüentemente, afeta as relações trabalhistas. O Brasil ao longo do século XX, assim como outros países, estava experienciando o acelerado processo de modernização. Porém, até meados do século, existiam poucas instituições regulamentadoras do trabalho profissional e especializado, e mesmo o diploma universitário tinha pouca função normativa nesse sentido. Esta situação permitia que muitos profissionais, em especial aqueles oriundos das elites, transitassem entre diferentes profissões ao longo da vida e, com frequência, sem formação para tal.³⁹ A experiência ou a indicação eram, muitas vezes, requisito suficiente para obter um

³⁹ Por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que regulamenta a atuação dos advogados e que confere legitimidade à profissão só foi criada em 1930 e mesmo em seu início tinha pouca eficiência regulamentária. Academia de Medicina só foi criada em 1931.

emprego. O lento processo de mudanças acelerou-se a partir da modernização conservadora estadonovista.

Os escritores da *Brasiliense*, pertencentes à elite social e econômica do país, trabalharam em diferentes setores da atividade econômica; contudo, na quase totalidade dos casos, combinando atividades profissionais distintas como empresário e jornalista, artista plástico e escritor, etc. O capital cultural desses sujeitos, aliado à baixa especialização das relações de trabalho da época, contribuiu para o dinamismo profissional, algo improvável em tempos de capitalista avançado.

A divisão do trabalho intelectual teve incremento a partir das décadas de 1930 e 1940, conforme aponta o historiador francês Daniel Pécaut:

A própria organização dos intelectuais está constantemente articulada ao Estado. Neste aspecto, o Estado Novo marcou uma importante mudança. O corporativismo por ele criado aplicou-se à intelectualidade: as 'profissões' foram reconhecidas e receberam um estatuto oficial. A partir daí os intelectuais foram dotados de identidades e direitos específicos. Ao fim do Estado Novo, evitaram questioná-los. No devido momento, fizeram deles a base de uma 'profissionalização' no sentido moderno [...] (1990, p. 10).

A profissionalização foi estratégia lançada pelo governo para cooptar os intelectuais a servirem aos propósitos institucionais, contribuindo na construção de uma identidade nacional ou de uma “cultura política nacional” para um país que carecia de “unidade nacional” (ALMEIDA, 2014). Para Pécaut (1990), essa “convocação” ao trabalho de construção do país permitiu que a intelectualidade fosse protegida e aceita pelo poder estatal; em troca, ela tinha suas profissões regulamentadas e recebia cargos e funções públicas de prestígio (idem, p. 72-73). No entanto, mesmo com a aceleração da modernização nas relações trabalhistas, ver-se-á neste subcapítulo que ainda nos anos 1950 e 1960 persistia a baixa regulamentação das relações trabalhistas em algumas áreas que favoreciam a atuação “polivalente” dos sujeitos aqui estudados.

Existe dificuldade, tendo em vista a situação acima mencionada, de se encontrar a “carreira principal” dos autores da *Revista Brasiliense*. Essa circunstância também foi observada no trabalho de Paul-André Linteau, que pesquisa, por meio da prosopografia, a representação da elite política da cidade de Montreal, no Canadá: “Muitos dos indivíduos que formam as elites urbanas no final do século XIX possuem múltiplos interesses em diferentes campos de atividades, e têm mais de uma profissão ao longo de sua carreira” (2006, p.186). O historiador

notou que era comum que os sujeitos trabalhassem em mais de uma atividade profissional ao longo da vida. Embora a pesquisa se refira ao Canadá de fins do século XIX, creio que haja paralelismos com a modernização das elites no Brasil de meados do século XX.

Diferentemente de Linteau, optei por não escolher uma profissão como a “principal”; busquei representar todas as profissões que foram exercidas ao longo da vida e aquelas que eram exercidas concomitantemente. Acredito que o “passado profissional” pode ter significado para a análise prosopográfica e, assim, sempre que possível ele foi demonstrado. Entendo, dessa forma, a função intelectual da época como algo múltiplo e polivalente, visto que esses sujeitos por conhecer outros idiomas e por ter “habilidade com as palavras” alcançaram empregos que com o passar do tempo irão requerer maior grau de especialização e de conhecimento das regras e das hierarquias internas. Para citar um exemplo: nove membros da *Brasiliense* (45%) exerceram o papel de “tradutor”. Qual era o pré-requisito para tal função na época? Bastava conhecer – e às vezes muito pouco, conforme aponta Fernando Pedreira – a língua a ser traduzida em questão (PEDREIRA, 2016).

A trajetória profissional também contribui na ilustração das origens sociais e econômicas dos membros do “grupo dirigente” da revista. Os membros, de forma geral, atuaram ao longo de suas vidas profissionais em setores da imprensa, da universidade, da medicina, da engenharia, das artes e, consecutivamente, não exerceram o trabalho fabril ou manual. A exceção – mais uma vez – foi Heitor Ferreira Lima que na juventude trabalhou como alfaiate (LIMA, 1982).

Tabela V – Trajetória profissional dos intelectuais

Autores	Profissão
Elias Chaves Neto	Advogado, tradutor, jornalista
Caio Prado Júnior	Advogado, tradutor, historiador, empresário
Heitor Ferreira Lima	Jornalista, tradutor, assessor da FIESP

Álvaro de Faria	Médico, consultório particular
Paulo Alves Pinto	Engenheiro
Paulo Dantas	Escritor, jornalista
Catullo Branco	Funcionário público, escritor
João Cruz Costa	Professor universitário, tradutor
Fernando Henrique Cardoso	Professor universitário, tradutor, sociólogo, escritor
Gershon Knispel	Artista plástico
Sérgio Milliet	Escritor, tradutor, crítico de arte, professor, artista, sociólogo
Edgard Cavalheiro	Escritor, poeta, funcionário público
Eudoro Berlinck	Sem informação
Fernando Pedreira	Publicitário, tradutor, jornalista
Eduardo Sucupira Filho	Jornalista, tradutor, professor (Sociologia, Psicologia, Cultura Brasileira)
Luiz Izrael Frebot	Advogado, crítico de cinema, escritor e jornalista
Sérgio Buarque de Hollanda	Professor, tradutor, historiador, crítico literário
Jean-Claude Bernardet	Crítico de cinema, cronista, cineasta
Maurice Capovilla	Crítico de cinema, roteirista, jornalista, cineasta

Nabor Caires Brito	Jornalista
--------------------	------------

Considerando a tabela acima, percebe-se que três intelectuais trabalharam como advogado; no entanto, nem Caio Prado, nem Elias Chaves Neto exerciam a profissão no momento de constituição da *Brasiliense*. Não foi possível encontrar informações seguras a respeito de Luiz Febrot, que talvez exercesse, paralelamente à profissão escritor e jornalista, a de advogado. Caio Prado teve carreira curta como advogado: atuou apenas três anos, entre 1929 e 1932, em um dos maiores escritórios de São Paulo, do advogado Abrahão Ribeiro. Ribeiro veio a tornar-se prefeito de São Paulo na década de 1940. O desligamento do escritório – e o encerramento da carreira jurídica – ocorreu, segundo Caio Prado, pela sua condição de militante comunista que seria incompatível com o trabalho no escritório:

A atitude política por mim ultimamente assumida, e que doravante só se poderá mais afirmar, criou para nossas relações de companheiros de escritório uma situação toda especial [...]. As minhas convicções sociais e políticas, por mais independente que seja a posição que ocupo a seu lado, se refletirão necessariamente sobre o nome do escritório, envolvendo até certo ponto sua responsabilidade[...]. Assumo a integral responsabilidade das minhas opiniões; e quero também integralmente suportar-lhes as consequências; não posso permitir por isso que elas afetem quem quer que seja. Afasto-me por isso, como única solução para o caso, do seu escritório (CAIO PRADO, 1932 apud PERICÁS, 2016, p.39).

Lendo a carta de demissão do jovem intelectual, uma pergunta se faz necessária: o que levou um jovem advogado a abandonar uma promissora carreira em um escritório de renome? A resposta talvez vá além dos motivos expostos na carta de demissão. Antes de tudo, deve-se levar em conta que aquela foi uma decisão que ele *podia* tomar. Essa liberdade de ação era proporcionada pelo volumoso patrimônio econômico de sua família. Na época, ele contava com imóveis alugados em seu nome e com a mesada de sua família (IUMATTI, 2007; PERICÁS, 2016, p. 36). A situação seria diferente caso não tivesse o patrimônio familiar a seu dispor? Provavelmente seria.

No entanto, demitir-se aos vinte e cinco anos de idade de um bom emprego e aprofundar-se na militância política em um partido clandestino aponta traços de coragem e de obstinação do intelectual – perfil verificado ao longo de sua trajetória biográfica. E a escolha pela militância cobrou o seu preço: ao longo da vida foi

detido três vezes pela polícia por causa dos seus ideais políticos. Depois da rápida atuação como advogado, Caio Prado dedicou-se a produção intelectual e aos negócios empresariais principalmente no mercado editorial. Em 1954, obteve a livre-docência na USP, depois de perder a disputa para o cargo de professor universitário, conforme tratado no capítulo 1.

O primo de Caio, Elias Chaves Neto, esteve vinculado aos meios jurídicos por mais tempo. Trabalhou no Rio de Janeiro, entre 1927 e 1930, para o Departamento Legal das Empresas Elétricas Brasileiras, associada a estadunidense Electric Bond and Share Company. Assumiu, a partir de 1930, o cargo de advogado da subsidiária brasileira da empresa na cidade de Recife. Em 1935, foi para São Paulo com o objetivo de montar o próprio escritório de advocacia; acabou, na cidade, trabalhando como assistente jurídico do prefeito Fabio Prado (primo de Caio Prado).

Segundo Elias Chaves Neto (1978), as mudanças na trajetória profissional e até mesmo nas visões de mundo foram influenciadas pelos estudos que realizou na recém-fundada Universidade de São Paulo:

Tinha vivido dentro de um grande truste internacional, a crise do capitalismo, e não podia aceitar as soluções fascistas que implicavam negação do progresso. Matriculei-me na Universidade. A princípio ela foi recrutada entre formados, intelectuais, elementos da sociedade. Liguei-me mais com os professores franceses [...]. Interessei-me mais a fundo pelos estudos universitários (p. 65 - 66).

Foi a partir deste momento que o intelectual começou a trabalhar mais diretamente com a imprensa. Antes de se associar à imprensa comunista, esteve nas décadas de 1930 e 1940 como redator da *Folha da Manhã* e a *A Noite* de São Paulo e foi diretor da Agência Meridional de São Paulo, pertencente aos *Diários Associados*. Em 1945, virou redator do jornal *Hoje*, pertencente ao PCB em São Paulo. A referência importante que o intelectual fez à USP parece reafirmar o papel de peso que teve a universidade para as estratégias intelectuais e profissionais de boa parte da elite paulista.

A Faculdade de Direito para muitos membros da elite era um destino necessário para os investimentos familiares. Certamente, muitos sujeitos não tinham interesse nos estudos jurídicos, mas sabiam da importância do “título” para o prestígio social. Fernando Pedreira seguiu esse caminho, o mesmo de seu pai, João

Pedreira, embora, segundo os seus relatos, nunca tenha desejado cursar a faculdade:

[...] não queria ser advogado, a verdade, detestava a ideia de ser advogado, de defender clientes em troca de dinheiro, queria escrever, sonhava com a ideia de escrever um livro; começava a publicar nos jornais artigos de crítica de arte; metia-me em controvérsias e debates estéticos [...] (PEDREIRA, 2016, p. 159-160).

Neste trecho de suas memórias, é possível notar duas situações distintas: em primeiro lugar, o ambiente da faculdade como “efervescência intelectual”, pois aparentemente a imprensa universitária abria caminho para atuar em outros meios de comunicação da época. Também, segundo Pedreira, era ambiente de “controvérsias e debates estéticos”, que certamente iam além das discussões referentes ao campo jurídico. A universidade era muito mais que a busca da profissionalização; ela abria horizontes políticos e culturais para os jovens graduandos. Em segundo lugar, é perceptível nas memórias do intelectual o desprezo pela profissão de advogado. Por que isso ocorre? De fato, analisando a biografia de Pedreira, ele não exerceu a profissão de advogado e, além disso, levou dez anos para se formar – situação que demonstraria certo “desprezo” pelo curso e pela profissão. Contudo, talvez a falta de apreço pelo curso de direito esteja justamente na resignificação de sua experiência, que, analisada muitos anos depois, ganharia novo significado à luz do sucesso que teve no campo jornalístico. Observando de sua perspectiva recente, o direito era uma perda de tempo, um entrave, algo que o “aprisionava”, que o impedia de alcançar a “verdadeira vocação” de escrever. A memória do autor, construída *a posteriori*, carregaria, portanto, o sucesso do jornalismo no julgamento da experiência pretérita. O historiador francês Jean Jacques Becker (2006) adverte sobre os riscos deste tipo de depoimentos sobre as trajetórias pessoais:

[...] ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores (p.28).

Outro aspecto notável das memórias de Pedreira era o “desgosto” com o direito justamente na época em que a graduação sofria desvalorização como

elemento de legitimação do saber “intelectual”, visto que novos cursos de direito começavam a surgir, inclusive em instituições privadas como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), aumentando, assim, o número de diplomados (PÉCAUT, 1990; BRANDÃO, 2010). De qualquer forma, para um membro da elite brasileira, o bacharelado ainda era porta de entrada para buscar notoriedade e aumentar as possibilidades na carreira profissional mesmo que sem exercer a advocacia.

Para conseguir empregos e oportunidades na época, os laços de sociabilidade foram tão significativos como o diploma. Na metade da década de 1950, demonstrando ainda o período de transição das relações trabalhistas, quando Pedreira necessitou de um emprego mais estável, após abandonar a militância no PCB e na imprensa comunista, conseguiu, sem formação ou experiência prévia, trabalhar na área de publicidade:

[...] precisava de um emprego, e mais que um emprego, uma profissão, um destino, uma meta, um propósito de vida. Eu não era sequer bacharel em direito [ainda não tinha se formado em 1956], como quase todo mundo em volta. Em compensação, fizera amigos, muitos amigos; não me faltavam relações, contatos, e o momento era favorável. Durante seis meses, fui redator de agência de publicidade [...]. Em publicidade, por pouco que seja o talento, as pessoas ganham bem, vestem-se bem, trabalham em horários civilizados, consomem os mais sofisticados produtos do mercado [...]. Labutei dois ou três meses na McCann, na Barão de Itapetininga, nos gloriosos anos 50 do século passado, sob o comando do escritor Emil Farah. (PEDREIRA, 2016, p. 302).

Nesta passagem, o autor exhibe alguns fragmentos indicativos da posição social dos intelectuais brasileiros nas décadas de 1950 e 1960. Em primeiro lugar, quando o autor diz “não era sequer bacharel, como quase todo mundo em volta” tem-se uma ideia do ambiente social ao seu redor. Ter concluído o curso de Direito era requisito “básico” para o grupo de intelectuais com quem convivia. Seguramente, o seu espaço de sociabilidade era elitista, uma vez que o curso superior continuava sendo etapa educacional raríssima para a maioria da população, conforme visto anteriormente. Em seguida o intelectual aponta seu capital social: “não me faltavam relações, contatos” – a formação em Direito, junto com o capital cultural adquirido, trazia muitos benefícios para as elites, que trocavam indicações de emprego e ajudavam-se mutuamente. Ter trabalhado na imprensa comunista, mais especificamente na Editora Brasiliense, condensava outra série de relações que também poderiam trazer vantagens profissionais e econômicas. A prova do capital

acumulado está exemplificado pelo fato de o autor, mesmo sem formação ou experiência alguma na área de publicidade, ter conseguido - por indicação – trabalho em uma agência, que mesmo “sem prestígio social” contava com boa remuneração (PEDREIRA, 2016).

Apesar do bom salário, Pedreira trocou rapidamente de área, talvez justamente pela falta de “prestígio” do cargo. Na sequência de sua trajetória profissional foi recomendado para um cargo público: “Um amigo, Jaime Martins, que se ligara ao então prefeito Toledo Piza [São Paulo], convidou-me para trabalhar a seu lado; tornei-me assessor de imprensa, redator-funcionário do gabinete municipal” (2016, p.304). Novamente, é perceptível aqui como as redes sociais ajudaram Pedreira a se recolocar no mercado de trabalho, mais próximo da função de jornalista, que era, segundo suas memórias, o que sempre lhe interessara.

O recrutamento e as indicações de intelectuais para cargos públicos continuavam existindo mesmo após a modernização conversadora instaurada pelo estadonovismo. Elias Chaves Pacheco, pai de Elias Chaves, havia trabalhado com o prefeito de São Paulo, tio-avô de Caio Prado; o filho, havia sido indicado para trabalhar com o prefeito Fábio Prado, primo de Caio Prado, na década de 1930; Pedreira conseguira trabalho por indicação com outro prefeito de São Paulo vinte anos depois. Em momentos de necessidade, o capital acumulado pela família e pelas redes constituídas socorria os sujeitos que conseguiam empregos em empresas e no serviço público.

Logo em seguida ao trabalho com o prefeito Toledo Piza, Pedreira exerceu a função de tradutor na editora Difusão Europeia do Livro, Difel; sobre este tempo: “Meu trabalho, naquelas manhãs da Difel, não podia ser mais agradável e cheio de encantos” (PEDREIRA, 2016, p. 305). O primeiro emprego como “jornalista profissional” – profissional, porque já escrevia para jornais de militância política e para a *Revista Brasiliense* – foi no grande jornal paulista *Estadão* a partir de 1958. Foi indicado para trabalhar no órgão pelo poeta Joaquim Pinto Nazáros, diretor da sucursal do *Estadão* em São Paulo (PEDREIRA, 2016, 299-300). Mais uma vez aproveitou-se da força das relações pessoais para ascender dentro do mundo profissional e intelectual. Pedreira avançou na carreira jornalística até tornar-se diretor do jornal *Estadão* no início da década de 1960.

A trajetória de muitos intelectuais-jornalistas na década de 1950 têm semelhanças com a de Fernando Pedreira: escrever na imprensa política (*Hoje, Voz*

do Brasil, Revista Brasiliense, etc.), fazer parte de conselhos de redação, e traduzir obras para o mercado editorial crescente. Outro jornalista que seguiu esse perfil foi Heitor Ferreira Lima, de acordo com o relatado no seu livro de memórias:

Outra atividade [além de trabalhar como quadro do Conselho de Economia Industrial da FIESP] a que me dediquei, com maior afinco, pois já a fizera antes, na derradeira mudança a São Paulo, foi a de escrever, exercendo-a na sua *tríplice face de jornalista, tradutor e escritor, no fundo um invólucro de diligência intelectual nesse campo* (LIMA, 1982, p.266, grifo meu).

A síntese que faz Lima da profissão de jornalista, conjugando-a com o papel de escritor e tradutor, seria o grande “invólucro de diligência intelectual” deste período. Os intelectuais da *Brasiliense* traduziram obras para editoras (9 ou 45% dos intelectuais), escreveram artigos para a imprensa e publicaram livros. A diferença marcante entre Pedreira e Ferreira Lima transcorre essencialmente na origem social e na formação educacional de ambos: enquanto Pedreira teve formação superior em Advocacia e provêm de família tradicional; Heitor Ferreira Lima teve formação básica como alfaiate e formação política na Escola Leninista de Moscou. Entretanto, Lima, pela sua militância e pelo envolvimento com a imprensa política, era considerado um homem culto, com formação intelectual ligada à Economia:

Graças à bagagem intelectual adquirida pelos anos de militância, voltou-se para o jornalismo, sendo que no início dos anos 40 estabeleceu-se em São Paulo, trabalhando em revistas como o Observador Econômico e Financeiro e a Revista de Comércio. Data também dessa época o convite que recebeu para trabalhar no Conselho de Economia Industrial da FIESP, recém-criado por Roberto Simonsen. Aceitou-o e desde então trabalhou nessa instituição, tornando-se, 1953, membro do seu Departamento de Economia; esta foi sua ocupação profissional até aposentar-se (ROCHA, 1990, p.19-20).

Ferreira Lima trabalhou como conselheiro técnico na Federação de Indústria de São Paulo (FIESP) e publicou inúmeros livros sobre a História Econômica do Brasil, sendo inclusive referência de leitura econômica para Caio Prado Júnior (PERICÁS, 2016, p. 128) e tantos outros intelectuais e economistas (PINHEIRO & DEL ROIO, 1990). Continuou publicando artigos na grande imprensa e foi um dos principais colaboradores da *Revista Brasiliense*.⁴⁰ O desligamento do intelectual do PCB em 1941 o levou a dedicar-se integralmente à carreira de jornalista, economista

⁴⁰ Na década de 1950 e 1960, publicou em O Observador Econômico e Financeiro, Revista Industrial, revista Letica, o Mundo Motorizado, Instituto de Organização Racional do Trabalho (FERREIRA LIMA, 1982, p.268-269).

e historiador. Relatando o novo momento da vida após a saída do PCB, diz o intelectual: “Fui então ‘tratar da vida’, como se diz, para sobreviver, porque não me restava outra opção. Passara por mais uma experiência amarga em minha vida” (FERREIRA LIMA, 1982, p. 252). O emprego no jornal o *Observador Econômico* iniciou em 1942, um ano após a expulsão do “partidão”. O emprego na FIESP, a partir de 1945, deu estabilidade econômica, importante para alguém de sua origem social. Os diversos livros publicados sobre economia e as redes de sociabilidade estabelecidas entre os intelectuais explicariam as indicações e as possibilidades para trabalhar em jornais da grande mídia da época e mesmo em organizações empresárias e industriais como a FIESP.

Quando se percebe a inserção de intelectuais de esquerda ou comunistas em órgãos empresariais ou na grande mídia, surge outro questionamento: como conseguiram ascender profissionalmente dentro de ambientes muitas vezes anti-comunistas e conservadores, como o *Estadão* e a *Folha de São Paulo*? O pesquisador Marcos Roxo sugere três fatores para entender a admissão de comunistas na grande mídia entre as décadas de 1950 e 1970. Primeiro, a força da imprensa comunista na época, que funcionava como “faculdade” para jornalistas, justamente numa época sem cursos específicos para tal profissão. Segundo, a organização da imprensa comunista, que ao ser subserviente às diretrizes e às hierarquias do partido, “ensinava” os militantes e ex-militantes comunistas a entender e a obedecer à “estrutura hierárquica e a forma de comando nas redações dos jornais conservadores”, uma vez que já estavam acostumados a seguir as hierarquias internas (ROXO, 2012, p.255). Em terceiro lugar, a inserção do modelo de jornalismo estadunidense na década de 1950 favorecia, aparentemente de forma paradoxal, os comunistas, pois se buscava, no contexto, a objetividade e a qualidade *técnica* do jornalista para se afastar das “posturas ideológicas” da antiga imprensa de opinião. Sem precisar emitir juízos, os comunistas estavam, em parte, “salvos” de serem “descobertos”. Em síntese:

[...] os jornalistas comunistas conseguiram ampliar as suas redes de relação indicando outros membros do partido para trabalhar nos jornais. Eles tinham plena consciência das divergências político-ideológicas que tinham com os donos dos jornais, usando da autocensura para se preservarem no emprego [...] era [a autocensura] uma decorrência quase natural da disciplina que os jornalistas comunistas estavam habituados a conviver no interior do partido (idem, p.256).

Não foram poucos os intelectuais da *Brasiliense* que trabalharam para a grande mídia de São Paulo: Fernando Pedreira (*Estadão*), Luiz Frebot (*Estadão*), Nabor Caires de Brito (*Última Hora, A Nação*), Maurice Capoville (*Última Hora, Estadão*) e Jean Claude-Bernardet (*Estadão*). Vários outros tiveram publicações nesses veículos, mas sem estarem organicamente vinculados.

Afastando-se da profissão jornalística, observei que a revista contou com a participação de diversos professores acadêmicos, tendo no “grupo dirigente” três professores catedráticos da USP: Sérgio Buarque de Hollanda (História), João Cruz Costa (Filosofia) e Fernando Henrique Cardoso (Sociologia). Segundo Carlos Guilherme Mota (1990, p. 40), havia duas gerações de pesquisadores catedráticos uspianos na década de 1950 e 1960: a primeira, mais antiga, de Sergio Buarque e João Cruz Crosta (e Fernando de Azevedo, que não pertencia ao conselho de redação) e a segunda de Fernando Henrique Cardoso (e Octávio Ianni, Roberto Schawrz, Maria Sylvia C. Franco, Juarez Lopes, L. A. Costa Pinto, Emília Viotti da Costa, J. A. Giannotti). Para Mota (1990), como dito antes, Florestan Fernandes e Antônio Candido foram catedráticos de transição entre estas duas gerações, responsáveis pela introdução do “pensamento radical”, voltado para a análise científica e engajada da sociedade. Se forem contabilizados todos os professores catedráticos da USP que publicaram na *Brasiliense*, foram nove no total. Três fizeram parte do Conselho de Redação e outros seis publicaram artigos na revista: Florestan Fernandes (12 artigos), Samuel B. Pessoa (12), Octavio Ianni (7), Fernando de Azevedo (1), J. A. Giannotti (1) e Antônio Cândido (1).

A presença dos professores universitários no corpo editorial da revista e nas suas publicações aponta além do viés acadêmico do periódico, a associação forte com a Universidade de São Paulo. O autor de *Raízes do Brasil* permaneceu no Conselho de Redação apenas nas oito primeiras edições, entre setembro de 1955 e dezembro de 1956. Depois disso, não publicou mais artigos. O intelectual assumiu a vaga de professor Catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira em 1956, mesmo ano que se afastou da *Revista Brasiliense*. Com o afastamento de Hollanda, o número seguinte da revista (n.9) contou com o ingresso do professor Fernando Henrique Cardoso. Este, assim como Hollanda, teve participação breve no grupo dirigente da revista. Saiu do conselho no número 13; continuou, contudo,

publicando artigos até 1962.⁴¹ João Cruz Costa, amigo de Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, foi o único professor que permaneceu no Conselho durante todo o funcionamento da revista.

Olhando pela perspectiva de contato entre as gerações de professores uspianos, pode-se inferir que o nacionalismo da *Brasiliense* estaria interessado em condensar uma “constelação” que pudesse transitar entre o meio cultural e político, entre as antigas interpretações culturais e as inovações sociológicas, entre a antiga tradição nacionalista e uma nova proposta que vinha sendo construída pelo periódico.

No campo cultural da revista, o grupo dirigente contava com elementos de proeminência no mundo artístico. Figuras como Sergio Milliet, Edgar Cavalheiro e Paulo Dantas tinham imensurável prestígio no meio. Sérgio Milliet, depois de fazer sua formação na Europa, integrou-se plenamente ao meio cultural paulista nas décadas de 1920 e 1930. Por indicação, foi trabalhar, junto com Mário de Andrade, no Departamento de Cultura do Município de São Paulo do prefeito Fábio Prado. Foi secretário da Escola de Sociologia e Política e professor da instituição entre 1937 e 1944. Em 1945, foi um dos criadores do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP) e, depois, articulador das bienais artísticas que ocorreram na cidade na década de 1950. Trabalhou como diretor da Biblioteca Nacional, no setor de Documentação Histórica e Social até 1959, quando se aposentou. Além disso, foi artista plástico e crítico de arte, sendo exemplo para muitos jovens artistas:

A atividade didática de Sérgio Milliet objetiva aproximar o público dos novos valores estéticos. Para os jovens artistas surgidos no decênio de 30, Milliet será, como crítico, o organizador das ideias vigentes, o sistematizador do projeto que intuitivamente põe em prática, mas sobre o qual não teorizam (GONÇALVES, 1992, p. 73).

Não há dúvida que Milliet em sua trajetória profissional foi referência no meio cultural paulista e nacional. O contato com artistas como Mário de Andrade, articulados com o poder político, lhe deram oportunidades de ser reconhecido não somente como artista, poeta e crítico de arte, mas também como articulador dos

⁴¹ Talvez para compensar o afastamento de Hollanda, o “grupo dirigente” tenha buscado compensar com o aumento do número de intelectuais: entraram para o Conselho de Redação na nona edição: Fernando Henrique Cardoso, Heitor Ferreira Lima, Paulo Alves Pinto, Paulo Dantas, Catulo Branco e Fernando Pedreira. Dos que entraram neste momento, só os amigos Fernando Henrique Cardoso (saiu número 13) e Fernando Pedreira (12) saíram antes do fechamento da revista.

espaços culturais da cidade de São Paulo. As bienais de curadoria de Milliet ganharam destaque nas páginas da *Brasiliense*, sendo inclusive assunto do editorial do número 2 da revista, *A propósito da III Bienal de São Paulo* (MILLIET, n. 2, nov./dez., 1955, p.1).

Edgar Cavalheiro, embora tenha sido artista e crítico de arte de reconhecimento inquestionável, tem a trajetória profissional um pouco diferente de Milliet. Era oriundo de família em crise econômica, especialmente depois da morte de seu pai em 1936, quando tinha 25 anos. Sendo o mais velho de sete irmãos, precisou ajudar no provento familiar. Trabalhou na São Paulo Railway, entre 1927 e 1929 e na década de 1930 foi funcionário do Banco do Estado de São Paulo, na mesma época em que começa a publicar artigos e contos:

A atividade literária de Edgar ocorre em paralelo à atuação burocrática em um banco. Publica artigos na imprensa não apenas para cumprir um pendor artístico e crítico, mas, certamente para aumentar seus proventos (D'ONOFRIO, 2012, p. 11).

Na década de 1930 e 1940, vai trabalhar numa série de editoras, aproximando-se mais do mercado artístico e editorial. Trabalhou entre 1941 e 1943 na Livraria Martins e a partir de então na Livraria O Globo até 1946, quando se muda para a Editora Cultrix. Fez contato nesses meios com inúmeros artistas e intelectuais (D'ONOFRIO, 2012).

Na geração mais jovem de artistas do Conselho de Redação, há Gershon Knispel (n. 35 a n.51), Jean Claude-Bernardet (n. 45 a 51) e Mauricio Capovilla (n. 45 a 51). Lembrando que os dois primeiros eram imigrantes.

Knispel, quando chegou ao Brasil em 1959, já era um artista plástico renomado em Israel: seus quadros já tinham sido expostos nos principais museus do país asiático. Veio para o Brasil por desilusões políticas com o Estado de Israel, que considerava “imperialista” com os “irmãos árabes” (KNISPEL, 2015). Mudou-se para o Brasil inspirado pela namorada da época, Nina Vaisman, que tinha se estabelecido com a família na cidade de São Paulo. Para se aproximar do país, participou em 1958 de um concurso para pintar o painel da TV Tupi de São Paulo, pertencente a Assis Chateaubriand. Venceu no concurso artistas de renome nacional como Di Cavalcanti e Candido Portinari, recebendo assim reconhecimento do meio artístico brasileiro. Começou a militar no PCB de São Paulo em 1960, fazendo parte da célula de Caio Prado e Elias Chaves Neto. O artista, que não falava bem português à

época, escrevia seus artigos em inglês e estes eram traduzidos por Elias Chaves Neto para serem publicados (KNISPTEL, 2015). Em 1963, o seu desenho para o poema inédito de Brecht, *Cruzada das Crianças*, ganhou o prêmio da Bienal de São Paulo de 1963. O livro foi publicado pela Editora Brasiliense.

Do meio cinematográfico, a revista recrutou em seus anos finais, para o Conselho de Redação, Jean Claude-Bernardet e Maurice Capovilla. Os intelectuais eram ligados à Cinemateca Brasileira e ao mundo cultural cinematográfico da cidade. Estiveram envolvidos com a divulgação do Cinema Novo no Brasil.

Esses intelectuais, embora tenham feito parte do Conselho de Redação no final da revista, tiveram pouca participação na elaboração de artigos. Maurice Capovilla publicou nove artigos, Jean Claude-Bernardet sete, e Knispel publicou apenas cinco artigos. Os dois primeiros publicaram sobre a temática do Cinema e, sobretudo, do nascente Cinema Nacional e o último sobre as artes plásticas.

É importante destacar, como já foi dito no capítulo anterior, e percebido na Tabela II que a *Revista Brasiliense* tinha forte caráter cultural e contava com grande número de artistas e literatos como membros-fundadores e ligados ao Conselho de Redação. Seis intelectuais, ou 30% do total, estavam ligados diretamente à produção artística (literatura, artes plásticas, teatro e cinema): Paulo Dantas, Edgar Cavalheiro, Sergio Milliet, Maurice Capovilla, Gershon Knispel, Jean Claude-Bernardet. Esta situação demonstra o viés cultural da revista que, no seu *Manifesto de Fundação*, colocava como objetivo a “defesa da nossa cultura”. Por outro lado, a pouca produção de artigos do grupo mais diretamente ligado ao mundo das artes expõe também a preponderância do aspecto político do nacionalismo da revista sobre o aspecto cultural, conforme já foi levantado no capítulo 1 desta dissertação.

2.4 Organizações partidárias: espaço de sociabilidade e de militância política

Não foram poucos os espaços de atuação da intelectualidade paulista nas décadas de 1940 e 1950. Em subcapítulo anterior, analisei a importância da universidade como *locus* significativo na construção de um *ethos* cultural e político para a elite letrada de São Paulo. O ensino superior, no entanto, tem função mais abrangente na formação da cultura política, pois o compartilhamento de valores está disperso, sem necessidade de “filiação” política. É certo que alguns cursos e

professores exerceram influência determinante sobre os alunos, mas as adesões aos “projetos intelectuais” neste estágio são difíceis de serem reconstruídos. De tal maneira, busco neste momento afiliações a estruturas mais “fechadas”, como partidos ou movimentos políticos, para, assim, conseguir visualizar melhor a “constelação nacionalista” da *Brasiliense*.

Entendo o partido como uma das redes de sociabilidade possíveis, que se articulava na época invariavelmente aos meios de comunicação – espaço de domínio intelectual por excelência. Neste sentido, é mister a relevância do PCB e do PSB na construção do “grupo de amigos” da *Revista Brasiliense* e a função da Editora Brasiliense, local de vivência e recrutamento da intelectualidade paulista.

O primeiro elemento que chama atenção na análise do grupo dirigente é a grande adesão dos intelectuais a partidos políticos. Segundo Berstein (2003, p. 72), o partido é “antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer”. O partido, como forma de organização político-social, está dentro dos elementos de modernização da sociedade, quando ele se torna o “local onde se opera a mediação política” dos interesses da sociedade civil. No Brasil, não é coincidência que o surgimento do PCB, “embrião de um partido moderno” (COUTINHO, 2011, p.24), ocorresse em 1922, ano emblemático pelo surgimento da Semana de Arte Moderna de São Paulo e pela eclosão de parte da sociedade civil na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Os partidos, bem como outras estruturas de sociabilidade, são criados e mantidos pelas afinidades a projetos políticos, tendo os intelectuais funções importantes de “mediadores culturais”.

Tabela VI – “Grupo dirigente”: contribuições para a revista e filiação partidária (1955-1964)

Autores	Conselho de Redação (n. a)	N. de Artigos	Conteúdo das colaborações	Filiação Partidária
Elias Chaves Neto	Diretor Responsável*	46	Editoriais, Política Nacional, Guerra Fria, Rev.Cubana.	PCB
Caio Prado Jr.	1 a 51	32	Editoriais, Questão Agrária, Política Nacional	PCB
Heitor Ferreira Lima	9 a 51	24	Historia Econômica do Brasil	Ex-PCB(expulso, 1941)
Álvaro de Faria	1 a 51	29	Teoria marxista, Medicina Social,	PCB

			Política Nacional, Política Internacional, etc.	
Paulo F. Alves Pinto	9 a 51	16	Anti-imperialismo, Política petrolífera, Política cafeeira,	PCB
Paulo Dantas	9 a 51	18	Literatura	PCB
Catulo Branco	9 a 51	10	Energia Elétrica e o Desenvolvimento Econômico	PCB
João Cruz Costa	1 a 51	9	Filosofia, teoria marxista, história das ideias	Sem filiação
Fernando Henrique Cardoso	9 a 13	6	Desenvolvimento Econômico, Educação, Nacionalismo	Sem filiação (“órbita” do PCB até 1956)
Gherson Knispel	35 a 51	5	Crítica de arte	PCB
Sérgio Milliet	1 a 51	4	Editorial, Crítica de arte e Literatura	PSB
Edgard Cavalheiro	1 a 17	4	Literatura	PSB
Eudoro . Berlinck	1 a 51	3	Educação	Sem informação
Fernando Pedreira	9 a 12	2	Teoria da Arte e Política no Brasil	PCB (até 1956)
Eduardo Sucupira Filho	35 a 51	2	História, Filosofia	PCB
Luiz Israel Febrot	45 a 51	10	Literatura e Teatro	PCB
Sérgio B. de Hollanda	1 a 8	1	Sociologia, Literatura	PSB
Jean Claude Bernardet	45 a 51	7	Cinema e Literatura	Sem filiação (“órbita” do PCB”)
Maurice Capovilla	45 a 51	9	Cinema	PCB
Nabor Caires Brito	1 a 51	0	Nenhum	PCB

Fonte: *Revista Brasiliense*; LIMONGI, 1987; MONTALVÃO, 2006.

Observando a tabela acima, é possível perceber que o PCB foi, sem sombra de dúvida, o principal partido e significativo espaço de sociabilidade para o grupo dirigente da revista; ademais, analisando a filiação partidária fica visível a adesão de “esquerda” dos intelectuais. Dos vinte nomes presentes no grupo, treze (65%), foram militantes do Partido Comunista e três (15%) do PSB. A maioria dos comunistas,

aliás, fizeram parte de uma “militância histórica”, remontando à juventude do partido nas décadas de 1930 e 1940, quais sejam, Nabor Caires de Brito, Elias Chaves Neto, Álvaro de Faria, Caio Prado Júnior, e Catullo Branco. Estes dois últimos inclusive foram candidatos eleitos pelo partido para a Assembleia Estadual de São Paulo em 1946. Acabaram perdendo seus mandatos em 1948, logo após a cassação do partido pelo governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1950).

Os comunistas estavam em maioria no grupo dirigente e foram aqueles que permaneceram maior tempo atuando no conselho de redação; ao entrarem no conselho, permaneceram até o final, diferente de outros membros sem filiação com o partido, tal como Fernando Henrique Cardoso, que abandonou o conselho após o décimo terceiro número, e Sérgio Buarque de Hollanda, filiado ao PSB, que deixou o conselho no número oito da revista. Fernando Pedreira foi o único membro do “partidão” que deixou o Conselho de Redação, justamente na época que se desligava da militância comunista. O seu afastamento do partido coincide com o distanciamento do núcleo de intelectuais que transitavam em volta de Caio Prado Júnior e da Editora Brasiliense. Esse afastamento pode ser conjecturado porque não há, depois de tal evento, referências aos intelectuais do grupo dirigente nas memórias do jornalista. Somente Fernando Henrique Cardoso parece ter se mantido próximo de Pedreira depois do rompimento (PEDREIRA, 2016).

O recrutamento de intelectuais comunistas e sua longa permanência no conselho indicam duas possibilidades, as quais merecem ser mencionadas: 1) a importância do recrutamento da militância comunista para o funcionamento da revista; 2) a deficiência dos intelectuais em expandir os laços do grupo para outros espaços da intelectualidade de esquerda nacionalista ou “progressista” de São Paulo. A revista havia começado com quatro membros não filiados ao Partido Comunista (Sergio Buarque de Hollanda, João Cruz Costa, Edgar Cavalheiro e Sergio Milliet) e se manteve até o final com quatro (João Cruz Costa, Sergio Milliet, Heitor Ferreira Lima e Jean Claude-Bernardet), sendo que somente Milliet do PSB se mantém no grupo dirigente. O número de comunistas, no entanto, quase triplica ao longo do tempo. Iniciou com quatro militantes (Elias Chaves Neto, Caio Prado, Nabor Caires Brito e Álvaro de Faria) e passou para onze na última edição. Somaram-se ao grupo Maurice Capovilla, Luiz Israel Febrot, Paulo Dantas, Catullo Branco, Eduardo Sucupira Filho, Gershon Knispel e Paulo Alves Pinto.

É bom lembrar que mesmo aqueles intelectuais que não tinham filiação oficial ao comunismo, como os professores da USP, João Cruz Costa e Fernando Henrique Cardoso, estiveram na “órbita” do partido. Pode-se observar isso pelas memórias de Fernando Henrique Cardoso, que teve “flertes” com a organização até meados de 1956:

Para um intelectual em formação, era impressionante o número de líderes influentes que eram comunistas no Brasil. Eles faziam com que a coisa parecesse incrivelmente interessante. Jorge Amado, o grande romancista brasileiro, herói da minha juventude, era um apaixonado líder comunista [...]. Eu nunca entrei formalmente para o Partido Comunista, mas tive lá meus flertes. Estudante universitário, escrevia para uma publicação chamada *Fundamentos*, que era considerada porta-voz dos comunistas [...] (2012, p. 72).

Atrair jovens intelectuais para publicar artigos na imprensa comunista foi uma das possíveis estratégias de recrutamento do Partido Comunista. Contudo, de certa forma, ao trazê-los para publicar na imprensa comunista ligada à Editora Brasiliense, Caio Prado também poderia os recrutar para o seu círculo de influência, sendo eles filiados ao partido ou não. Isso aconteceu com Fernando Henrique Cardoso (FHC), Fernando Pedreira e até mesmo o famoso sociólogo Florestan Fernandes, que se tornou amigo de Caio Prado (WIDER, 2008).

Mas o que seria o “flerte” ou a “órbita do comunismo”, conforme aponta alguns autores que nem mesmo militaram no partido? É interessante que em entrevista a Hélgio Trindade, João Cruz Costa teria deixado claro que nunca fora militante do PCB: “nunca militei em partido nenhum, quer dizer, não entrei no Partido Comunista” (COSTA, apud TRINDADE, 2016, p. 605). A menção especial ao Partido Comunista leva a suposição de que este seria, caso houvesse militado em algum partido, o único plausível pela sua trajetória política. Cardoso e Cruz Costa não entraram para o PCB, mas tinham fortes laços de amizade com seus membros. Os dois professores eram amigos de Caio Prado Júnior; Cruz Costa estabeleceu também laços de amizade com o Diretor da *Brasiliense*, Elias Chaves Neto.⁴² Um dos elementos que possivelmente teria evitado a filiação de Cardoso e de Cruz Costa ao partido, tenha sido, como relatado anteriormente, a “pretensa objetividade”

⁴² Para os intelectuais da USP, especialmente aqueles das ciências sociais, Florestan Fernandes era uma referência (PEDREIRA, 2016 e CARDOSO, 2012). Florestan também publicou na *Revista Brasiliense* e teve uma relação de amizade com Fernando Henrique Cardoso e com Caio Prado Júnior. Em suas memórias, Cardoso chama-se a si mesmo de “discípulo” de Florestan Fernandes.

defendida nas salas de aula da USP – observa-se aqui o *ethos* próprio da universidade e da hierarquia do campos científico que parecia desestimular a participação partidária dos estudantes e professores. Os intelectuais uspianos que publicaram no periódico tinham artigos geralmente voltados para suas áreas acadêmicas, deixando de lado opiniões mais diretas sobre os acontecimentos políticos nacionais, geralmente elaboradas por Caio Prado Júnior ou Elias Chaves Neto. O historiador José Murilo de Carvalho (2013, p.233) defende que a influência do professor Florestan Fernandes foi decisiva para transformar a Faculdade de Filosofia da USP em local de profissionalismo e de busca do saber científico, impedindo que o discente do curso se tornasse um “ortodoxo rígido e desinteressante”. Tal afirmação expressaria os valores culturais do meio científico que parecia cercar a atuação dos pesquisadores de ciências humanas da USP em um momento em que se fortalecia o campo científico e a “interpretação sociológica” da realidade nacional (BRANDÃO, 2010).

Voltando ao PCB. Como exposto por Fernando Henrique Cardoso, a “atração” do comunismo era grande entre jovens estudantes, pois muitos intelectuais renomados da época eram filiados ou simpatizantes do mesmo. Para entender esta influência crescente, o historiador Edgar Carone aponta que

O P.C.B. cresce de modo excepcional com a legalidade de 1945. Pela primeira vez em sua história torna-se partido de massa: o número de aderentes e de simpatizantes aumenta de maneira extra-ordinária. É vasta a quantidade de jornais e revistas sobre a sua chancela, publicados em todos os Estados e no Distrito Federal; são inúmeras as editoras e há toda uma orientação, não só na publicação de material do próprio partido, como nas edições de romances e clássicos do marxismo (1982, p. 5).

Entendendo o contexto de ascensão do pensamento comunista nas décadas de 1940 e 1950, uma pergunta segue sendo importante: se Partido Comunista tinha no período milhares de apoiadores e militantes, e intelectuais que “flertavam” com o comunismo, como entender, então, o “singular plural” que se formou para construir o “grupo de amigos” da *Brasiliense*? Creio que a resposta se encontra na importância da figura de Caio Prado Júnior e da Editora Brasiliense como polo aglutinador de certa elite cultural e intelectual paulista. A editora, que na década de 1950 já estava consolidada, publicava órgãos da imprensa comunista, mas também permitia a participação de membros que não eram militantes como Sérgio Buarque de Hollanda, Sergio Milliet, Monteiro Lobato, Fernando Henrique Cardoso e João Cruz

Costa - nenhum deles pertencentes aos quadros do partido. Manter relação próxima com uma editora da importância da Brasiliense e manter contato com o seu dono, Caio Prado, eram um investimento inegavelmente interessante para aqueles que dedicavam a vida a escrever e a publicar livros.

Pode-se perceber pela bibliografia e pelas fontes estudadas que, entre as décadas de 1940 a 1960, a Editora Brasiliense procurava ser o âmago da intelectualidade cultural paulista ligada aos setores progressistas. “Tanto a casa editorial [...] quanto a livraria tornaram-se centros de reunião e discussão entre intelectuais que debatiam os rumos do país e apoiavam os projetos políticos do historiador [Caio Prado]” (PERICÁS, 2016, p.126). O fato de ser sócio da Editora Brasiliense, do qual os comunistas dependiam para publicar seus veículos de imprensa, salvaguardava Caio Prado em relação as suas posições políticas e interpretativas muitas vezes contrárias à direção do partido, conforme visto no capítulo 1. Havia dependência grande do partido, principalmente na parte econômica, em relação ao intelectual. E, talvez até mais importante que a dependência econômica, havia a dependência em relação ao capital social e cultural de Caio Prado, tendo em vista as redes sociais que ele podia acionar no mundo cultural e intelectual de São Paulo e do país. De acordo com Lumatti (1998): “Sua atuação como editor aumentava-lhe a visibilidade pública, e colocava-o em contato íntimo e constante com o mundo intelectual e artístico” (p.35). Por essa posição econômica e de notabilidade, Caio Prado parece ter se tornado um “mal necessário” para o Partido Comunista.

A Editora Brasiliense, referência na publicação de livros da literatura nacional e dos “problemas nacionais”, produziu dois meios de comunicação conhecidos da intelectualidade de esquerda de São Paulo: o jornal *Hoje* (1945 – 1952) e, a partir de 1948, a revista *Fundamentos* (1948 – 1955). Parte dos laços de sociabilidade e amizade criados pelo “grupo dirigente” da *Brasiliense* foram estabelecidos ou reforçados na redação desses meios. A editora sempre era referida como centro de vivência intelectual e espaço cultural importante da cidade de São Paulo: “A redação do jornal [Hoje], localizada a princípio na rua D. José de Barros, nos fundos da Livraria Brasiliense, então também de fundação recente, tornou-se um centro vivo de encontro da intelectualidade” (FERREIRA LIMA, 1982, p. 74). A partir de 1945, a editora foi transferida para a rua Barão de Itapetininga, que começava a se tornar o novo centro cultural da cidade de São Paulo. Havia nessa rua grande número de

livrarias - a Livraria Francesa, a Livraria Dieh e a Livraria Monteiro Lobato - bibliotecas, bares, cafés e confeitarias que reuniam a intelectualidade de uma cidade cada vez mais dinâmica, populosa e moderna (GAMA, 1998, p. 161-163).

Foi na Editora Brasiliense que Elias Chaves Neto, redator do jornal *Hoje*, conheceu Álvaro de Faria, membro da redação do jornal, quando se tornaram amigos íntimos. Faria, junto com Caio Prado, Elias Chaves Neto e Paulo Alves Pinto, foi um dos principais colaboradores e articuladores da *Revista Brasiliense* (PERICAS, 2016; MONTALVÃO, 1987). Chaves Neto conheceu outros colaboradores importantes da revista no *Hoje*, como Samuel Pessoa – o médico que, apesar de não ter feito parte do “grupo dirigente”, foi um dos grandes colaboradores da *Revista Brasiliense* - e Catullo Branco, quando este foi deputado estadual pelo PCB em São Paulo, entre 1946 e 1947. Outro membro que fez parte durante todo período do Conselho de Redação da *Brasiliense* e esteve no *Hoje* foi Nabor Caires Brito, integrante do PCB e, segundo Elias Chaves Neto: “Jornalista de grande projeção na imprensa paulista” (1982, p. 74). Caires Brito era velho conhecido de Caio Prado, visto que ambos estiveram do mesmo lado no racha do PCB entre os anos 1937 e 1943, conforme tratado no capítulo anterior. Elias Chaves Neto e Heitor Ferreira Lima foram diretores do jornal, junto com Nabor Caires de Brito, que foi seu redator. Segundo Pericás (2016), o afastamento do “grupo dirigente” da *Brasiliense* do jornal deu-se pelo “sectarismo” do mesmo, que na figura do diretor Milton Caires de Brito, ligado ao Comitê Central do Partido, alijou Caio Prado, Nabor Caires de Brito, seu irmão, e outros membros do jornal.

O afastamento político do Partido Comunista entre os membros da revista tem dois momentos distintos: o grupo mais antigo, vinculado às disputas com o “grupo de Luis Carlos Prestes”, que, inclusive acabou gerando a expulsão de Heitor Ferreira Lima em 1941, incluindo-se neste grupo Caio Prado Júnior, Elias Chaves Neto, Nabor Caires Brito e Álvaro de Faria, embora somente o primeiro tenha sido expulso. A segunda “decepção” com o partido ocorreu na crise do comunismo internacional ocasionada pela divulgação do Relatório Krushev de 1956 e, no ano seguinte, pela invasão da Hungria por tropas soviéticas do Tratado de Varsóvia. Nesse segundo grupo de “decepcionados”, estão Fernando Henrique Cardoso e Fernando Pedreira. Segundo Cardoso, o afastamento da “órbita do Partido Comunista” ocorreu pela ojeriza aos crimes de Stálin (o autor não deixa claro, mas provavelmente após a publicação do relatório Krushev) e pela Invasão da Hungria por tropas soviéticas

em 1956. Ao se afastar do partido (e talvez por causa disso), o intelectual aprofundou seus estudos em Karl Marx, quando fez parte do grupo “Seminário do Capital”, que estudava em meados da década de 1950 e início de 1960 as obras do autor no Brasil. Diversos membros do grupo de estudos marxistas estiveram presentes ao publicarem artigos na *Brasiliense*, como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, José Arthur Gianotti, Michel Löwy e Robert Schwartz.

Fernando Pedreira, amigo de Fernando Henrique Cardoso, também demonstra em suas memórias a influência dos eventos de crise do comunismo internacional em sua trajetória. O intelectual, logo que chegou a São Paulo em 1951, trabalhou na Editora Brasiliense em um projeto para filmar a obra infantil de Monteiro Lobato (2016, p. 246); também foi secretário da revista *Fundamentos* até o seu término em 1955. Segundo seu relato, “Rompeu com o comunismo de forma memorável” (2016, p.14), na mesma situação que Fernando Henrique Cardoso, graças ao relatório Krushev e a Invasão da Hungria em 1956.

Ao mesmo tempo em que o “grupo dirigente”, em meados da década de 1950, perdia membros por divergências políticas ou por outros motivos, novos intelectuais se aproximavam e eram recrutados. Luiz Israel Febrot, Jean Claude-Bernardet e Maurice Capovilla ingressaram no conselho em 1963, no n.45 da revista. Desse grupo, apenas Bernardet não era filiado ao “partidão”, conquanto participasse de reuniões das células (BERNARDET, 2013). Capovilla havia se filiado ao partido em 1961, mesmo ano que começou a escrever artigos para a *Brasiliense*. Esses dois intelectuais eram ligados, como dito anteriormente, ao mundo cultural e cinematográfico paulista e foram fundadores do Centro Popular de Cultural (CPC) em São Paulo. Segundo Capovilla:

Enquanto no Rio de Janeiro o CPC tinha sede própria, militava diariamente, conseguia arrecadar dinheiro para suas atividades e influenciar o meio artístico, em São Paulo éramos mais fracos. De forma improvisada e com o apoio do Caio Graco Prado, filho do Caio Prado Jr., nos reuníamos uma vez por semana no último andar do prédio da editora Brasiliense, que ficava na Rua Barão de Itapetininga (CARDENEUTO, 2013, p.240).

Foi provavelmente na convivência da Cinemateca Brasileira de São Paulo que Bernardet e Capovilla estreitaram laços de amizade e de militância. E as reuniões do CPC na sede da Editora Brasiliense devem ter possibilitado a adesão dos dois ao projeto da *Revista Brasiliense*. Não encontrei informações sobre a participação de Febrot na construção do CPC e na Cinemateca de São Paulo. Contudo, suas

contribuições para a revista foram no âmbito da crítica de cinema e literatura, tendo entrado para o Conselho no mesmo momento que os outros dois intelectuais. Não acredito que haja “coincidência” com o fato dos três novos membros do Conselho de Redação terem atuado na área cinematográfica. Havia crescimento vertiginoso nos debates sobre o cinema nacional e as possibilidades de transformá-lo em “arte engajada”, fenômeno que desembocaria na construção do Cinema Novo.

Havia ainda no “grupo dirigente” da *Brasiliense* um pequeno grupo de intelectuais filiados ao PSB. O partido surgiu a partir da articulação da Esquerda Democrática – grupo político que se organizou em 1945 para combater o Estado Novo de Vargas. Em 1947, após a 2ª Convenção Nacional, o grupo oficializou, dentro das normas eleitorais, a criação do Partido Socialista Brasileiro, que funcionou entre 1947 e 1965, quando foi fechado pelo Ato Institucional número dois da ditadura civil-militar. O partido reunia a esquerda de “cristãos progressistas, alguns comunistas de periferia e socialistas independentes” (HECKER, 1998, p. 71). A orientação teórica e programática do partido foi confusa e ambígua, o que dificultou a inserção da organização entre as massas de trabalhadores. Contudo, para aqueles intelectuais de esquerda, críticos do “comunismo de via soviética” e contrários aos partidos de ideal burguês e capitalista, como a UDN e o PSD, a “flexibilidade” doutrinária do partido era uma vantagem: podia-se defender o “socialismo humanista” sem ser marxista. Na década de 1940, antes da introdução mais sistemática das reflexões marxistas no mundo acadêmico, o PCB praticamente tinha o monopólio das leituras sobre Karl Marx, tendo apenas algumas poucas vertentes de militantes trotskistas em atuação no país que poderiam questionar as análises monolíticas do “partidão” (ARANTES, 2007).

Para o historiador Alexandre Hecker, o fato que explica o baixo número de votos e de representatividade do Partido Socialista Brasileiro deve-se porque

Ao distanciaram-se do capitalismo (sua política, sua lógica, seu financiamento), conquistaram uma certa identidade, mas se marginalizavam – ao mesmo tempo em que se enfrentavam com o comunismo, hegemônico no mundo do trabalho (1998, p.25).

Se o partido não conseguiu inserção no “mundo do trabalho” por haver perdido neste meio a “competição” com o PCB, conseguiu pelo menos respaldo entre parte da intelectualidade paulista representada pelos antigos “escritores, pensadores,

professores, profissionais liberais, artistas” que se opunham ao Estado Novo (HECKER, 1998, p. 90). A aproximação dos intelectuais do PSB com a figura de Caio Prado Júnior se dava pelos círculos de ação cultural e pelas posições anti-varguistas, visto que Caio Prado tinha sido a favor de uma “frente de esquerda” contra o Estado Novo em 1945. Caio Prado, aliás, teve, como sócio da Editora Brasiliense, Hermes Lima, que foi um dos grandes nomes do PSB, deputado federal eleito pelo partido em 1946. De acordo com o que descobriu o historiador Paulo Lumatti (1998) nos arquivos do DEOPS, até mesmo a repressão estodonovista temia o poder de congregação do intelectual paulista na época das “frentes de esquerda”:

O dr.Caio Prado Júnior serve como uma espécie de 'bandeira' para essa aliança [grupos progressista contra o Estado Novo]. Caio Prado, no meio intelectual, é um elemento considerado como L. C. Prestes para os comunistas. Por isto os dirigentes da Aliança Democrática Popular puseram-no à frente da luta. Talvez, o dr. Caio Prado será o elemento que vai coligar todas as Esquerdas do Brasil (p. 25 in DEOPS (141/1S-2')).

Caio Prado participou na luta contra o Estado Novo da criação da UDN em 1945 e da Aliança Democrática Popular (ADP), visando ao “apoio de democratas dispostos a formar alianças ancoradas em princípios e não no personalismo ou nas ligações familiares, com o fim de promover a construção de alicerces políticos efetivamente abertos a essa participação [a popular]” (IUMATTI, 2007, p.120). Junto com Caio Prado Júnior, estiveram na ADP outros intelectuais do ‘grupo dirigente’ da *Brasiliense*: Heitor Ferreira Lima, Elias Chaves Neto, Sergio Milliet e Edgar Cavalheiro. Além desses, participaram Monteiro Lobato e Artur Neves, sócios de Caio Prado na Editora Brasiliense. A ADP foi fechada por determinação de Luis Carlos Prestes, que tinha se decidido apoiar Getúlio Vargas na política do partido de “união nacional”.

A Esquerda Democrática, que fundou o PSB, teve relações incertas com a UDN, com o mesmo objetivo de Caio Prado de formar uma frente contra a ditadura de Vargas. O afastamento entre esses dois partidos se deu após a hegemonia de setores reacionários e conservadores dentro da UDN, contrariando o posicionamento da maioria dos militantes do PSB (HECKER, 1998).

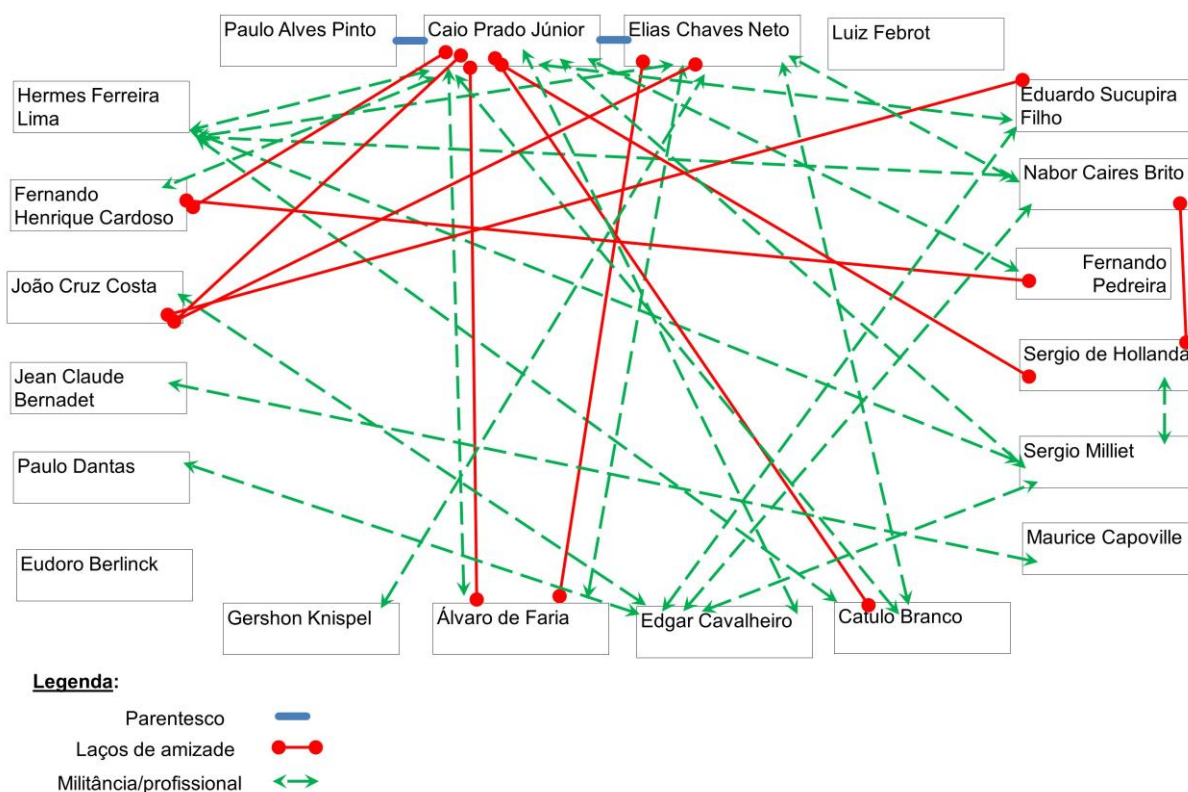
Os três autores (15%) que militavam no PSB (e estavam no grupo dirigente) tiveram pouca expressividade no quadro geral de artigos publicados pela *Brasiliense*; apenas oito artigos, e o único que permaneceu durante todo o período

no Conselho de Redação foi Sergio Milliet. Dessa forma, foi pequena a influência desses militantes dentro do Conselho de Redação e na própria gestão do periódico. O recrutamento desses intelectuais para o “grupo dirigente”, no entanto, aponta características do projeto da revista de conferir nova frente ampla de “união nacional” para o nacionalismo de esquerda, como havia sido o objetivo de Caio Prado (e de outros) no período de redemocratização no final do Estado Novo. Fora do sectarismo do Partido Comunista, que aumentou em 1948 com a clandestinidade do partido, poderia haver, em 1955 na *Revista Brasiliense*, a aproximação política com os grupos de esquerda que haviam sido contrários ao Estado Novo e que, a despeito da discordância com o comunismo, poderiam ser favoráveis a criação de uma proposta nacionalista mais abrangente que aceitasse diferentes posições progressistas.

A falta de identidade do PSB com as massas e com um projeto facilmente reconhecível poderia ser suprida pela inserção em um movimento maior de “união nacional”, como era o projeto da *Revista Brasiliense*, que tentava seguir nas esteiras das grandes mobilizações nacionais como “o petróleo é nosso” e as manifestações ocasionadas pelo suicídio de Vargas.

Caso se busque as relações pessoais entre os membros do “grupo dirigente” fora (ou através) das instituições, como os partidos ou a editora, pode-se ter algumas reflexões que corroboram para a centralidade da figura de Caio Prado Júnior na condução política da *Brasiliense*. Recolhi informações nas fontes biográficas, ou seja, memórias, dicionários biográficos, fontes secundárias e dedicatórias de livros para traçar um mapa das relações pessoais dos intelectuais do conselho de redação. O resultado pode ser observado, de forma experimental, no gráfico abaixo.

Rede de Colaboradores



Caio Prado e o primo Elias Chaves Neto foram aqueles que condensaram a maioria dos laços de amizade e de militância/profissional. Não foram descobertas relações de Paulo Alves Pinto, cunhado de Caio Prado, com outros membros da revista. Somente dois membros, provavelmente por ausência documental, não aparecem se relacionando com o restante do quadro de intelectuais: Eudoro Berlinck e Luiz Febrot. O quadro, de certa forma, é um esboço sobre redes pessoais e demonstra o capital social dos intelectuais e as inter-relações parentais, fraternais, políticas e profissionais que se mantinham.

2.5 De uma geração a outra: a luta pela nação

Nesta parte do trabalho, sustendo a ideia de que existiram duas gerações intelectuais dentro do grupo dirigente da *Revista Brasiliense*: uma, mais antiga, daqueles com data de nascimento entre 1890 e 1920; outra, mais recente, daqueles nascidos entre 1920 e 1940. As duas gerações estiveram envolvidas na militância do nacionalismo, enfrentando, no entanto, processos sócio-históricos diferentes que

transformavam seus espaços de experiências e, conseqüentemente, seus horizontes de expectativas. A experiência compartilhada pela geração anterior de nacionalistas não pode ser deixada de lado quando se estuda as propostas da *Revista Brasiliense*; porém, transformações no sentido de avanço da modernidade no país possibilitaram pleitear novas posições para a nação.

O uso do conceito de geração na sua atribuição para a análise intelectual é bastante complexo e tem ampla discussão teórica a respeito, indo muito além dos elementos etários, biológicos ou naturais (WELLER, 2010). Uma geração se constitui, muito mais do que pela idade, pelo compartilhamento de valores que acabam constituindo um *ethos* próprio. Esses elementos culturais comuns podem ser elaborados por enfrentamentos políticos conjuntos, por uma liderança política carismática, por situações de prisão e de clandestinidade entre outra gama de fatores que explicam o compartilhamento de afeto, solidariedade e ideais estéticos e políticos.

Na análise dos discursos produzidos pelos sujeitos, percebe-se que alguns se “auto identificam” como a “geração que iniciou tal movimento”, “a geração que lia Caio Prado e Monteiro Lobato”, entre outros elementos identitários; contudo, somente o estudo sistemático conseguiu ir além dessas “autodefinições” discursivas e encontrar semelhanças entre os indivíduos, transformando, assim, a palavra “geração” em um conceito histórico-social com possibilidades analíticas para compreender a história desses intelectuais. Apesar das dificuldades metodológicas do uso do conceito de geração, creio que ele pode contribuir para a compreensão dos mecanismos de funcionamento da *Revista Brasiliense*.

A mudança de uma geração a outra não se explica também apenas por questões internas do grupo, quando novos sujeitos seguem e reelaboram a “tradição” cultural anterior; a transformação perpassa as questões sociais e políticas de uma época, que acabam por marcar as sociabilidades intelectuais (SIRINELLI, 2003).

A primeira geração dos intelectuais, nascidos entre 1890 e 1920, isto é, Caio Prado Júnior, Elias Chaves Neto, Heitor Ferreira Lima, Catullo Branco, Álvaro de Faria, Sérgio Buarque, Nabor Caires de Brito, Sergio Milliet, João Cruz Costa, teve participação direta na Semana de Arte Moderna de 1922, como Sergio Milliet, que publicou poemas, ou indireta, como Elias Chaves Neto e Caio Prado Júnior, que apenas assistiram às manifestações artísticas do evento. Esse conjunto de sujeitos

foi marcado pela emergência do modernismo brasileiro no campo cultural: Sergio Milliet e Sergio Buarque participaram da famosa revista *Klaxon*; Milliet também esteve presente na *Revista do Brasil* de Monteiro Lobato. Caio Prado Júnior, Nabor Caires Brito e Milliet estiveram no Clube do Artista Moderno (CAM) fundado em 1932 e fechado em 1933 por repressão da polícia. O Clube era um local de reunião dos intelectuais apoiadores do movimento modernista e críticos ao governo Vargas (PERICÁS, 2016).

Esses intelectuais também conviveram com mudanças radicais no espectro político-institucional, advindas da Revolução de 1930, da Revolução Constitucionalista de 1932 e da consolidação do Estado Novo, que marcaram profundamente essa geração. No aspecto da produção do conhecimento científico, dois intelectuais desse grupo foram pioneiros nas obras de “redescoberta” do Brasil, Caio Prado Júnior com o célebre livro *Evolução Política do Brasil* de 1933 e a *Formação Econômica do Brasil* de 1942, e Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil* de 1936. Essas obras inspiraram as gerações futuras de intelectuais, como dito pelos próprios autores da *Brasiliense* (PEDREIRA, 2016; CARDOSO, 2012).

Esses autores estiveram nas primeiras turmas de graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanadas da Universidade de São Paulo entre os anos de 1934 e 1937. Caio Prado Júnior (história, geografia e filosofia), Elias Chaves Neto (filosofia e sociologia) e João Cruz Costa (filosofia). Os dois primeiros, aliás, foram os alunos pioneiros da nova faculdade. Eles estiveram em contato com os professores da “missão francesa”, que praticamente fundaram as ciências humanas na Universidade de São Paulo. Sérgio Buarque e João Cruz Costa, inclusive, tornaram-se na década de 1930 e 1940 professores universitários: o primeiro começou a trabalhar na Universidade do Distrito Federal na década de 1930 e o segundo na Universidade de São Paulo na década de 1940.

Um número razoável desses sujeitos esteve vinculado a duas lutas históricas de oposição ao fascismo: participaram da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Frente Única Antifascista (FAU). Foram eles Caio Prado Júnior, Sergio Milliet, Heitor Ferreira Lima, Eduardo Sucupira Filho, Nabor Caires de Brito; em um segundo momento, estiveram, como visto antes, em grupos de oposição ao Estado Novo de Vargas (Caio Prado, Elias Chaves Neto, Álvaro de Faria, Edgar Cavalheiro, Sergio Buarque de Holanda, Sergio Milliet, Nabor Caires Brito, Heitor Ferreira Lima, João Cruz Costa). Muitos tiveram contato pessoal, afetivo e admiração com Monteiro

Lobato. Caio Prado foi sócio e amigo do escritor; Edgar Cavalheiro foi amigo e biógrafo do escritor; Sergio Milliet fez amizade com Lobato, quando este dirigia a *Revista do Brasil*. Monteiro Lobato era uma figura importante para esses autores não apenas por sua referência na literatura, incontestável na época, mas por defender o crescimento do mercado editorial nacional e por suas teses sobre os problemas nacionais, em especial, no que dizia respeito às matérias primas nacionais. Apesar de Lobato ter sido um pouco mais velho que os escritores desta geração (nascido em 1882), o convívio com seu legado parece ter marcado os escritores da *Brasiliense* e, com mais força ainda, aqueles mais velhos que conviveram com o autor e que, com isso, vivenciaram a fama e o prestígio de Lobato.⁴³ No decorrer da existência da *Brasiliense*, houve dezenas de referências à obra literária do escritor e, especialmente, ao papel político e de colaborador da identidade nacional e do nacionalismo.

Em suma, a primeira geração, que tinha entre 40 e 50 anos ao participarem da *Brasiliense* foram aqueles intelectuais que estiveram muito próximos dos debates modernistas da década de 1920. Alguns escreveram obras consideradas basilares na interpretação do Brasil na década de 1930 e 1940, como Caio Prado e Sérgio Buarque; experienciaram a Era Vargas e as transformações sociais, econômicas e políticas do período e fizeram oposição ao Estado Novo.

Tabela VII – “Grupo dirigente”: local de nascimento e idade ao entrar no conselho de redação

Autores	Nascimento/Localidade	Edição/Idade ao ingressar no Conselho
Elias Chaves Neto	1898/ São Paulo, SP	n.1/57 anos
Caio Prado Jr.	1907/ São Paulo, SP	n.1 /48 anos
Heitor Ferreira Lima	1905/Corumbá, MT	n.9/ 52 anos
Álvaro de Faria	1918, São Paulo, SP.	n.1/ 37 anos
Paulo Alves Pinto	Sem informação	Sem informação
Paulo Dantas	1922/ Simões Dias, SE	n.9/ 35 anos

⁴³ No velório de Monteiro Lobato em 1948, em São Paulo, acredita-se que aproximadamente 200 mil pessoas estiveram presentes. Disponível em: <http://www.almanaqueurupes.com.br/portal/textos/artigos/pancadaria-no-funeral-de-monteiro-lobato/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

Catulo Branco	1900/ São Paulo, SP	n.9/ 57 anos
João Cruz Costa	1904/São Paulo, SP	n.1/51 anos
Fernando H. Cardoso	1931/Rio de Janeiro, RJ	n.9/ 26 anos
Gershon Knispel	1932/ Colônia, ALE	n.35/ 29 anos
Sérgio Milliet	1898/ São Paulo, SP	n.1/ 57 anos
Edgard Cavalheiro	1911/Espírito Santo do Pinhal, SP	n.1/ 44 anos
Eudoro Berlinck	1899, Rio de Janeiro, RJ.	n.1/ 56 anos
Fernando Pedreira	1926/ Rio de Janeiro, RJ	n.9/ 31 anos
Eduardo Sucupira Filho	1907/ Santos, SP	n.35/ 51 anos
Luiz Izrael Febrot	1926/ Sem informação	n.45/ 37 anos
Sérgio B. de Hollanda	1902/ São Paulo, SP	n.1/53 anos
Jean-Claude Bernardet	1936/ Charleroi, Bélgica	n.45/27 anos
Maurice Capovilla	1936/ Valinhos, SP	n.45/27 anos
Nabor Caires Brito	Sem informação	n.1/Sem informação

Fonte: *Revista Brasiliense*; diversas.

A segunda geração, daqueles nascidos entre 1920 e 1940, foi a de Fernando Henrique Cardoso, Fernando Pedreira, Luiz Febrot, Maurice Capovilla, Jean-Claude Bernardet, Gershon Knispel. Esses autores tiveram participação muito menor na construção e no funcionamento da *Brasiliense*. Fernando Henrique Cardoso esteve no conselho somente entre os números 9 e 13; Fernando Pedreira, entre os números 9 e 12; Knispel, entre os números 35 e 51; Febrot, Capovilla e Bernardet, entre os números 45 e 51. No total produzido pelo grupo dirigente, essa geração produziu 39 artigos (19,2%) contra 164 artigos da outra geração (80,8 %) ⁴⁴. No seu espaço de experiência esses intelectuais conviveram com a ascensão da Guerra Fria no contexto mundial, a vitória do movimento “o petróleo é nosso” e o suicídio de Vargas. Estavam embrenhados nas discussões sobre os rumos do nacionalismo,

⁴⁴ Foram excluídos desta contagem Paulo Alves Pinto e Paulo Dantas por indefinições biográficas quanto a idade ou outras informações relevantes para traçar a trajetória intelectual.

enquanto o país passava por um processo acelerado de urbanização e industrialização, especialmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Na década de 1960, acompanharam o governo de esquerda de João Goulart (1961-1964) tentar implementar as Reformas de Base e acabar sofrendo o Golpe Civil-Militar de 1964. No plano cultural, participaram dos novos movimentos como o Cinema Novo e os Centros Populares de Cultural.

Havia nesse grupo dois imigrantes, Bernardet e Knispel, que haviam chegado ao país nas décadas de 1940 e 1950. A maioria desses membros fez a formação educacional e profissional no final do Estado Novo ou durante o início do período Democrático. Estudaram na USP em um novo momento de modernização, quando a universidade já se fixava como polo produtor de conhecimento com transformações significativas, como visto anteriormente. Frequentaram a universidade paulista nessa época Capovilla, Eduardo Sucupira Filho e Fernando Henrique Cardoso. Este, aliás, tornou-se na década de 1950 professor da universidade.

Aqueles ligados à USP fizeram parte de uma reflexão mais acadêmica do nacionalismo, escrevendo artigos de perfil mais “técnico”. Os intelectuais mais novos, representantes do mundo das artes, estiveram vinculados ao cinema, à literatura e ao teatro. Embora Knispel, Capovilla, Eduardo Sucupira e Febrot tenham feito parte do Partido Comunista, nenhum deles parece ter tido uma atuação mais significativa em suas disputas internas, diferentemente da geração anterior que tinha membros históricos e até ex-deputados do partido.

Por fim, a melhor forma de compreender como agia essa “constelação nacionalista” e de que maneira “brilhavam as suas estrelas”, é relacionando as trajetórias biográficas aos discursos proferidos. Esse é o propósito do próximo capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO 3

Linguagem política e nacionalismo nas *Revista Brasiliense* (1955-1964)

A campanha nacionalista já hoje se situa no mesmo plano da luta da Independência e da campanha da Abolição (PRADO JÚNIOR, n.2, nov./dez.,1955).

Neste capítulo, analiso da linguagem política nacionalista e o conceito de “nacionalismo” e suas variações, “nacionalista”, “anti-imperialismo/anti-imperialista”, nas páginas da *Revista Brasiliense* (1955 – 1964). O periódico contou com mais de 200 colaboradores e teve 9752 páginas publicadas; dessa forma, para apreender os significados possíveis e as intenções dos autores ao escreverem sobre o “nacionalismo”, escolhi analisar principalmente o grupo dirigente da revista e os artigos que tratassem mais diretamente da “questão nacional”; em outras palavras, procurei textos que tivessem a particularidade de “definir” os significados acerca do que seria a “proposta nacionalista” do projeto político em questão. Estou ciente, contudo, que a linguagem nacionalista da revista transpassava os elementos propriamente textuais, podendo ser apreendida no aspecto estético, nos comentários sobre livros e obras de teatro e cinema, entre outros elementos da publicação.

Orientei-me principalmente por duas correntes do pensamento teórico-metodológico: a abordagem do “contextualismo linguístico”, conhecida também por Escola de Cambridge, representada aqui por Quentin Skinner e J .G. A. Pocock, e a história conceitual alemã ou “Begriffsgeschichte”, de Reinhart Koselleck. A seguir, neste capítulo, apresento os tópicos que revelam os “substratos” do nacionalismo que a *Revista Brasiliense* propunha, explicando e relacionando o conteúdo semântico da produção discursiva com as possibilidades linguísticas da época. No final do capítulo, almejo demonstrar que, apesar da apregoada união, existiram também “desencontros” de um projeto que, ao mesmo tempo que denunciava a falta de “coesão do movimento nacionalista” no país, tinha suas próprias variações internas e que diacronicamente se transformavam com as experiências às quais eram submetidos os membros do “grupo dirigente”.

3.1 Contribuições do Contextualismo Linguístico e da História dos Conceitos

A Escola de Cambridge, igualmente conhecida como enfoque collingwoodiano (homenagem de Quentin Skinner ao historiador inglês R. G. Collingwood), emergiu da insatisfação existente entre intelectuais ingleses nas disputas metodológicas a respeito do que se chamava de “história do pensamento político” ou “história dos discursos políticos” (POCOCK, 2003).

Em meados do século XX, seria comum analisar o pensamento político, entre parte dos marxistas ingleses, como mera manifestação da “ideologia”, ou seja, como elucubração da “falsa consciência” do mundo real. Os opositores do marxismo, por outro lado, como o historiador liberal Sir Lewis Namier, reduziam a “argumentação política à manipulação retórica motivada pelo interesse próprio” (JASMIN & Feres Júnior, 2006, p.12), dificultando - senão impossibilitando - o conhecimento do contexto histórico além dos textos. Levantando-se contra essas duas perspectivas, o historiador inglês Quentin Skinner, representante mais conhecido do grupo de Cambridge, iniciou uma reformulação metodológica em meados do século XX, que defendia a necessidade de contextualização do discurso no campo da história das ideias.

Em *Significação e compreensão na história das ideias*, capítulo presente no livro *Visões da Política* (2003) e publicado pela primeira vez como artigo na década de 1960, Skinner expôs pela primeira vez de forma mais sintética e sistemática a defesa metodológica de seus preceitos. Antes, contudo, apresentou no mesmo capítulo os erros mais comuns existentes nas análises sobre o estudo do pensamento político através dos autores clássicos. Creio que a principal contribuição que pode ser imputada ao autor sobre os riscos das análises discursivas, chamado por ele de “mitologias da história do pensamento”, seja o perigo do “presentismo” na exegese dos textos – problema muito comum entre os pesquisadores quando se transfere as aspirações presentes aos discursos pretéritos, conferindo, não raras vezes, ineditismo e protagonismo a documentos que não possuíam tais significados.

Em um segundo momento do capítulo, o autor evidencia mais diretamente o que seria a sua sugestão para a análise dos discursos políticos, no qual ele ressalta o valor de se buscar, por mais difícil que seja, a “intencionalidade autoral” (2003) por trás do texto, pois, segundo o historiador, a compreensão de um *proferimento* não está circunscrita ao seu significado aparente, mas, sim, ao conhecimento da intenção autoral *in illo tempore*, que, por vezes, pode não confirmar o significado previamente “resgatado” pelo pesquisador. Em suas próprias palavras:

[...] o estudo do que alguém afirma jamais constituirá uma guia suficiente para compreender o que se queria realmente dizer. Para se conseguir compreender uma afirmação importante, devemos procurar alcançar não apenas o significado do que foi dito, mas também o calor que o autor atribuía às suas afirmações. Por outras palavras, devemos tentar apanhar não apenas o que as pessoas estão a dizer mas também o que elas estão a *fazer* quando o afirmam [...] Para além de tentar descortinar o significado do que elas disseram, devemos ao mesmo tempo procurar compreender o que é que eles queriam dar a entender com aquilo que estavam a afirmar (SKINNER, 2005, p. 117).

Respondendo às críticas daqueles que entenderam a abordagem metodológica do historiador como apenas voltada para o “texto em si”, fechada no autor e nos seus interlocutores próximos, Skinner defendeu-se justificando a importância de se entender o “contexto linguístico” em que os “atos de fala” seriam possíveis: “o contexto social constitui o quadro de análise fundamental que nos permite saber quais os significados que alguém poderia ter tentado comunicar” (SKINNER, 2005, p. 124). Sintetizando os elementos aqui expostos, os historiadores Marcelo Jasmin e João Feres Júnior no livro *História dos Conceitos* sustentam que “Skinner [...] abriu um espaço amplo para o exercício de um contextualismo linguístico historicista, isto é, para o estudo das ‘ideias em contexto’” (2006, p.18). Foi a partir dessa abordagem que construí os capítulos 1 e 2 desta dissertação, quando quis compreender melhor o espaço social onde estavam inseridos os horizontes possíveis dos autores pesquisados, cujas *performances* estariam dentro das possibilidades da linguagem política da época.

Seguindo na mesma linha, mas com algumas distinções, o historiador neozelandês J. G. A. Pocock igualmente trouxe contribuições importantes para o enfoque collingwoodiano. Do ponto de vista desse autor, que chama o seu campo de “história do discurso político”, o pesquisador deveria se voltar não para a “intencionalidade do autor”, da maneira como defendeu Skinner, mas sobretudo para a linguagem na qual estariam inseridos os “atos de fala” do proferidor. A História, portanto, deveria ser a busca da interação entre “o ato de fala e a linguagem” (POCOCK, 2005, p. 64) com ênfase na segunda: “Desejamos estudar as linguagens em que as enunciações [atos de fala] foram efetuadas, e não tanto as próprias enunciações que nelas foram efetuadas” (idem, p. 65). Nesse sentido, haveria uma diferença entre a ótica de Skinner e Pocock ao analisar os discursos, pois este se voltaria principalmente para a contribuição que os discursos potencializam na

descoberta do “contexto linguístico” de uma época. Mas o que o autor entenderia como linguagens? Segundo Pocock, quando se refere a “linguagens” se remeteria

[...] sobretudo sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, pré-condições, implicações, tom e estilo. Pode existir um número indefinido dessas sublinguagens no interior de uma determinada língua, e elas podem conseqüentemente, ser encontradas dentro de um único texto monoglota (idem, p. 65).

O conjunto das linguagens ou dos “contextos linguísticos” seria o que o historiador chamou de *langue*, ou seja, a comunidade de valores compartilhados que permite a inteligibilidade entre diferentes agentes e seus *atos de fala* – isto é, a *parole*, que seriam as enunciações “possíveis” dos autores nas manifestações discursivas a partir da *langue*.⁴⁵ De acordo com Pocock, a *langue* possibilita a *parole*, mas esta modificaria aquela, dependendo de sua atuação. Para operar essa integração entre o geral e o específico, o historiador deve ser “[...] um arqueólogo. Ele está comprometido com a descoberta da presença dos vários contextos linguísticos nos quais o discurso foi realizado em determinados momentos” (idem, p. 66) e da mesma forma que Skinner, que relegou importância ao “contexto social e intelectual” para Pocock “podemos ver que cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa” (idem, p. 37). Nessa situação dialética entre linguagem e atos de fala haveria um processo de intercâmbio que deve ser descortinado pelo pesquisador para entender quais foram os “lances” (POCOCK, 2003) que os autores produziram no sentido de efetivar jogadas dentro de suas possibilidades políticas, retóricas e sociais. O “lance” efetuado, dependendo das possibilidades (as cartas presentes na mão do jogar), poderia conferir um novo significado à linguagem política de uma época, contribuindo para a inteligibilidade de sua acepção por uma gama maior de indivíduos.

No mesmo continente, mas na outra margem do Mar do Norte, a História dos Conceitos alemã também contribuiu com ferramentas para se refletir sobre o discurso político. Antes, no entanto, de discorrer sobre essas contribuições para este trabalho, gostaria de ressaltar duas similaridades que observo entre as perspectivas

⁴⁵ A utilização do termo *langue* e *parole* foram tomadas emprestadas da teoria linguística de Ferdinand Saussure

“inglesa” e “alemã”: em primeiro lugar, em ambos os casos, existiria a preocupação com o “anacronismo” decorrente da descontextualização dos discursos a partir de uma hermenêutica “descuidada”, quando não se procura entender os significados (os atos de fala e as intenções) possíveis para aqueles sujeitos em sua coetaneidade; em segundo lugar, entendo que as duas correntes enxergam a importância de um “contexto” – chamarei assim – para a compreensão das possibilidades discursivas, pois da mesma forma que Skinner se refere a um “contexto intelectual” (2003) na produção dos discursos, e Pocock refere-se à necessidade de se buscar a “estrutura social” para se entender certos “idiomas” (2013), Koselleck afirma que a linguagem não é a mesma coisa que a História, visto que existem estruturas e fenômenos “extra-linguísticos” (2011) e que por isso o texto não seria tudo que se poderia depreender sobre o passado. Dito isso, entendo que a história conceitual alemã também tem aportes interessantes para esta dissertação e, portanto, para se refletir sobre o “nacionalismo”.

Embora não se pretenda fazer aqui uma história conceitual, o avanço reflexivo deste campo metodológico é inegável para a ciência histórica. Como ponto de partida para entender essa relevância, utilizo a explicação valiosa de Koselleck para distinguir “palavra” e “conceito”:

O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder se um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela [...]. Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados (2011, p. 109).

O conceito de “nação” ou de “nacionalismo”, por exemplo, unifica um conjunto de possibilidades semânticas, que, dependendo do “grupo de ação”, estaria se remetendo ao “anti-imperialismo”, à “revolução”, a “extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo”, etc. Entretanto, o conceito restringe, ao mesmo tempo que identifica o campo semântico, o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” que ele mesmo aborda, pois não serve a todas experiências e situações do contexto histórico em que está inserido. Seguindo nessa lógica, de acordo com Koselleck o conceito funciona como “unidade de ação política e social” (idem, p. 192) que limita e cria determinados grupos de ação: “[...] o conceito serve não apenas para indicar unidades de ação, mas também caracterizá-las e criá-las” (idem, p.

192). O “grupo de amigos da *Brasiliense*” procede dessa forma, pois, embora não negue outras vertentes do nacionalismo, acreditava que caberia a ele identificar o nacionalismo, organizar e defender seus significados “verdadeiros” ou “corretos”.

Pensando dessa forma, o “nacionalismo” pode ser entendido como um “conceito geral”, pois “encontra pelo mundo todas as condições prévias para seu entendimento, mas cujo significado preciso sofre variações dramáticas de um país a outro, de uma situação política a outra” (2003, p.61). Esse discurso, difundido pelo mundo, conforme visto no capítulo 1, comunica fatos e interesses diferentes para cada país e, em especial, para cada grupo político ao longo do tempo.

Existe, por exemplo, a possibilidade de se pensar o nacionalismo a partir de uma lógica xenofóbica, advindo da tradição imperialista europeia e/ou do fascismo europeu do século XX; contudo, é possível, conforme visto nas páginas da *Brasiliense*, defender o nacionalismo como a “luta nacional de todos os povos contra a opressão imperialista”, não contendo, assim, traços aparentes de preconceitos étnicos. Esse conteúdo “xenófobo” do nacionalismo, ainda estava presente nas experiências dos sujeitos e, portanto, na linguagem da época, pois estavam próximas as experiências fascistas e nazistas dos anos 1930 e 1940. Demonstrar que o “horizonte” do nacionalismo brasileiro não tinha nenhuma relação com a experiência autoritária europeia foi uma preocupação constante dos intelectuais do grupo dirigente da *Revista Brasiliense*, conforme se verá no final deste capítulo.

Em suma, neste capítulo apresento o nacionalismo da *Brasiliense*, considerando, porém, diferentes perspectivas que ele assumiu ao longo do tempo e, sobretudo, entre intelectuais do grupo dirigente que tinham alguns posicionamentos distintos e que faziam “lances” dentro das possibilidades do período.

3.2 “Arqueologia” e substratos do discurso político da *Brasiliense*

No Brasil das décadas de 1950 e 1960, parecia haver relativo consenso entre os diferentes matizes políticos sobre a necessidade de “desenvolvimento” industrial como caminho certo para atingir o “progresso”. De acordo com o economista Ricardo Bielschowsky (2000), existiam no Brasil cinco grandes correntes do pensamento econômico, três correntes “desenvolvimentistas”, uma “socialista”, que o autor também considera uma forma de “desenvolvimentismo” e uma “neoliberal”. Ou seja,

a ideia do desenvolvimento por meio da intervenção estatal estaria presente de alguma forma em quatro das cinco principais correntes, concluindo-se, assim, a importância que tinha nos debates intelectuais e políticos.

Os conceitos de “desenvolvimento”, “industrialização”, “progresso”, “democracia” aparecem constantemente nos artigos da *Brasiliense*, principalmente, nos editoriais de Elias Chaves Neto e de Caio Prado Júnior, mas não são exclusividade desses intelectuais: Heitor Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Álvaro de Faria, Eudoro Berlinck, entre outros, também publicaram artigos nesse sentido.⁴⁶ O problema não seria o relativo “consenso” sobre a necessidade de industrialização, desenvolvimento e progresso do país, aludido pelas mais diferentes matrizes ideológicas (inclusive aquela chamada de “neoliberal”), a questão estaria em “como” chegar a tais objetivos distinguindo o caminho “correto” no emaranhado de posições e situações que se articulavam no país e no mundo.

Qual progresso? Qual industrialização? Essas eram perguntas que os intelectuais se propunham a responder. Muitas vezes, esses conceitos, tão caros para a discussão política e econômica, eram empregados entre aspas nos escritos da *Brasiliense*, indicando que os adversários estariam utilizando de forma “errônea” o que seria o verdadeiro “progresso” ou “desenvolvimento”. Caberia, então, aos intelectuais da *Brasiliense* explicar e defender a aplicação “correta” da teoria nacionalista e de seus conceitos inter-relacionados: “O entreguismo e seus agentes passaram a usar, também, linguagem nacionalista. Para descobri-los, hoje, é preciso saber enxergar através de seu disfarce patriótico” (FARIA, n.17, maio/jun., 1958, p. 55). O “perigo” da utilização incorreta da ideologia nacionalista teria sido uma constante entre os sujeitos engajados. Em determinados momentos, principalmente em polarizações ocasionadas pelos discursos políticos-eleitorais (1958, 1960, 1963), alguns adjetivos foram introduzidos no discurso para tentar precisar a posição política do grupo de intelectuais da *Brasiliense*: “nacionalismo de esquerda”, “intelectuais progressistas”, “intelectuais de esquerda”. Assumia-se assim, possivelmente pela massificação do debate e da utilização dos conceitos, que haveria um outro “nacionalismo” que não seria de esquerda ou progressista.

⁴⁶ A utilização desses conceitos comportaria uma gama de possibilidades semânticas, tendo significados distintos para cada “grupo de ação política” (Koselleck, 2011) que os utilizavam mesmo dentro do grupo relativamente homogêneo dos “amigos da *Brasiliense*”.

Essa necessidade discursiva crescia justamente pela imprecisão acerca do conceito, utilizado pela esquerda e até por grupos políticos conservadores de direita. Sendo assim, a definição “esquerda” ou “progressista” se faria necessária para se buscar maior precisão na identidade do grupo, embora fosse perceptível os esforços de se manter a “questão nacional” como um posicionamento essencialmente progressista.

Neste ponto do trabalho não interessa comprovar a “veracidade” das análises dos autores. A preocupação principal não está em defender ou reprovar as interpretações propostas, mas sim “decifrar” e historicizar as propostas possíveis levantadas pelos intelectuais para alcançar seus objetivos políticos. Além disso, exploro as variações nos “idiomas” nacionalistas entre os autores da publicação. Em suma: as perguntas para todos eram as mesmas: como atingir a industrialização e, conseqüentemente, o progresso? Ou melhor: como acelerar de “forma correta” o progresso? As respostas variavam de acordo com os “idiomas” e com as experiências vividas.

3.2.1 “Nacionalismo Econômico”: industrialização, desenvolvimento, estatismo, mercado interno e reforma agrária

“[...] o remédio está na industrialização do país, em produzirmos nós mesmos aquilo de que necessitamos para a nossa vida, no que constitui a emancipação econômica da nação, um dos objetivos pelos quais lutam todos os patriotas” (CHAVES NETO, n. 5, mai./jun., 1955, p.3). O desenvolvimento industrial era um dos grandes temas da nação na década de 1950, discutido por amplos setores vinculados à imprensa, ao Exército, aos partidos políticos e aos centros de estudos econômicos no Brasil como o ISEB. O desenvolvimento econômico estava, de acordo com a *Revista Brasileira*, intrinsecamente relacionado ao nacionalismo, no qual “nacionalismo econômico” e “nacionalismo político” se fundiam. Nas palavras de Caio Prado:

[...] o poder econômico já invade francamente a esfera do poder social e mesmo político; e na medida em que o conceito de nacionalidade, e os de independência e autonomia políticas que essa nacionalidade implica tem algum sentido, a dependência econômica determinada pela penetração do capital estrangeiro assume um caráter evidentemente muito grave (n.2, nov./dez, 1955, p. 88).

Na perspectiva do intelectual seria inseparável a independência econômica da independência política, sendo por isso necessária a proposta do “nacionalismo econômico”, referido na revista. Os intelectuais da revista, sejam eles comunistas ou não, teriam defendido a interferência do Estado na economia, utilizando para isso os termos “estatismo”, “intervencionismo estatal” e “planejamento econômico”. Para eles, o governo deveria

[...] estimular o progresso, desenvolvendo nossas forças produtivas e elevando o nível material do país. Tratar-se-ia de produzir 100 onde hoje se produz 10; de triplicar ou quadruplicar as vias de comunicação; traçar e realizar um plano qualquer de empreendimentos econômicos [...]. Mas a dificuldade está em *como fazê-lo* [...] (idem, p. 83).

As empresas estatais foram ao longo da publicação constantemente defendidas: o caso mais notável, embora não seja o único, foi o da Petrobras, criada ainda durante o governo Vargas. Houve inúmeros artigos e editoriais defendendo a sua expansão para além da exploração e refino do petróleo, devendo alcançar o monopólio sobre a produção “petroquímica”, o qual era o ramo, segundo a revista, mais lucrativo, e a atuação da empresa neste setor não estava prevista na sua lei de fundação, que regulava a exploração do petróleo no país (KONDER, n. 12, jul./ago., 1957; CHAVES NETO, n. 14, nov./dez., 1957; CHAVES NETO, n.21, jan./fev., 1959). A defesa das empresas estatais na indústria de base foi bastante generalizada, sendo ponto comum de atuação. Defendia-se que outros setores além do petróleo fossem estatizados como “minerais, metalurgia e indústria química pesada” (CAIO PRADO, n.9, jan./fev., 1957, p. 13). Aquelas empresas da indústria de base que não fossem estatizadas deveriam sofrer a interferência e o gerenciamento Estado: o poder estatal deveria interferir na atuação das empresas privadas das áreas estratégicas da economia nacional pela importância que elas tinham para o país e, por isso, precisariam ser “pelo menos suplementada e liderada” pela iniciativa estatal para que não corressem o risco de “se trustificarem” (Idem, p. 13), ou seja, de não servirem ao interesse nacional.

Haveria, não obstante, esferas em que o capital estatal não seria obrigatório, devendo o capital privado se desenvolver nesses espaços – era nesse sentido o papel “revolucionário” que deveria assumir a burguesia nacional no desenvolvimento

do país, pois ao se contrapor aos “trustes” internacionais, ela defenderia, segundo o Partido Comunista e a *Brasiliense*, os interesses da economia nacional.

Nos locais onde o Estado não atuaria empresarialmente, o caminho do desenvolvimento deveria ser trilhado pelo planejamento econômico (diferente da defesa das “empresas estatais”), visando ao longo prazo e ao bem comum da sociedade. Observa-se que a defesa do planejamento pelo Estado, embora com algumas distinções, foi ponto comum tanto a intelectuais comunistas, isto é, Caio Prado, Catullo Branco, Paulo Alves Pinto, Elias Chaves Neto, Álvares de Faria, como não comunistas, isto é, Heitor Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

No primeiro número da revista, Heitor Ferreira Lima argumentou que “[...] consideramos indispensável a organização de um planejamento da economia nacional” (n. 1, set./out., 1956, p. 143). O intelectual teria argumentado, como elemento do planejamento estatal, a renegociação das dívidas externas do país, visando a desafogar a pressão cambial e os investimentos nacionais; o controle do investimento estrangeiro; a restrição de importações de “mercadorias supérfluas” e aumento das exportações, objetivando, mais uma vez, o equilíbrio cambial. As opiniões a respeito do planejamento econômico foram muito semelhantes entre os intelectuais do grupo dirigente. Caio Prado Júnior aprofundou a ideia de “planejamento econômico” atribuindo ao Estado o protagonismo capaz de movimentar o desenvolvimento econômico: “Somente o intervencionismo estatal será capaz de disciplinar a iniciativa privada e dar-lhe rumos mais consentâneos com os interesses gerais do país” (n.9, jan./fev., 1957, p. 13). Em síntese, deveria haver o investimento estatal e, naqueles lugares onde o Estado não investiria, ele deveria organizar, planejar e regular a economia.

Houve discordância entre Heitor Ferreira Lima, ligado à FIESP, e os outros intelectuais comunistas, próximas a Caio Prado, na ênfase colocada nas “exportações”, pois, embora Ferreira Lima desenvolva pouco sobre o assunto nas páginas do periódico, ele colocou o tema como elemento importante do “planejamento econômico” do Estado. A posição desse intelectual talvez se explique pela proximidade com os órgãos industriais de São Paulo, que podiam mais diretamente se beneficiar das exportações. O “desenvolvimentismo” de Ferreira Lima estava mais ao encontro do posicionamento do industrial Ricardo Simonsen, que aceitava o planejamento estatal como proteção ao desenvolvimento do setor

industrial nacional (BIELSCHOWSKY, 2000). Simonsen, referenciado em alguns artigos da própria *Revista Brasiliense*, foi citado elogiosamente diversas vezes nas memórias de Heitor Ferreira Lima (1982).

Elias Chaves Neto, por outro lado, no editorial *Mercado Interno*, no número 14 da revista, opôs-se à ideia de defesa das exportações, pois acreditava que seria muito mais proveitoso à indústria nacional voltar-se para o mercado interno – essa postura foi reiterada inúmeras vezes por Elias Chaves Neto e Caio Prado Júnior; além disso, o diretor criticou os incentivos do governo para as exportações do país, subsidiando empresas por meio de crédito do Banco do Brasil (n.14, nov./dez., 1957, p. 5). De acordo com o intelectual, seria “utópico” tentar, neste momento do desenvolvimento nacional competir com concorrentes estrangeiros já consolidados há muito mais tempo. Seria um gasto de capital desnecessário com a exportação quando deveria se priorizar o mercado interno nacional.

Em um primeiro momento, Heitor Ferreira Lima tomou posição mais “amigável” com o capital estrangeiro, pois ele defendeu a “divisão de tarefas” entre o capital estrangeiro estadunidense e o europeu, sendo este preferível, pois teria “demonstrado maior compreensão e boa vontade a nosso respeito (n.14., nov./dez., 1957, p.145). Por outro lado, em *Capital Estrangeiro e Interesse Nacional* (n.19, set./out., 1958) o intelectual se colocou a favor de um controle mais forte sobre o investimento “alienígena”, assumindo, assim, uma postura mais próxima com o Partido Comunista e com o restante do grupo dirigente da revista, os quais enxergavam o “capital estrangeiro” como provável ameaça ao capital nacional.

Entre o restante dos intelectuais brasileiros, e entre os nacionalistas, havia diferentes visões sobre o papel do Estado na economia. Os autores da revista disputavam suas posições industrialistas não somente com os nacionalistas, mas também com outras correntes “anti-estatistas”, defensoras da “livre iniciativa” ou do “neoliberalismo” – para utilizar o termo de Bielschowsky (2000). Por isso, encontra-se nas páginas da *Revista Brasiliense* argumentos para rebater não apenas aqueles “nacionalistas” que aceitam parcialmente o capital estrangeiro, mas também os defensores do “livre mercado”, apoiadores da liberalização do capital estrangeiro e, principalmente, contrários ao planejamento e à intervenção estatal.

Segundo os autores do grupo dirigente, essa posição defenderia a diminuição do papel do Estado e, conseqüentemente, a vitória do capital estrangeiro e dos “trustes” sobre a economia nacional – desenvolverei mais à frente o papel dos

“trustes” como inimigos do nacionalismo. A “livre iniciativa” não poderia funcionar para países em subdesenvolvimento como o Brasil, pois isso “significa na realidade, prazo mais ou menos curto, o monopólio ou pelo menos o privilégio incontestado das grandes organizações internacionais” (CAIO PRADO, n. 9, jan./fev., 1957, p. 15). Os intelectuais não eram contrários à “livre iniciativa de consumo”, ou seja, a liberdade de consumo das populações, porém acreditavam que seria função do Estado interferir, criando estatais estratégicas e fazendo o planejamento maior da economia, para que houvesse uma “liberdade concreta” em oposição ao que eles teriam chamado de “liberdade abstrata”, ou seja, aquela que “deseja o domínio dos monopólios financeiros sobre os países e suas populações”.

O assunto da “livre iniciativa” *versus* “iniciativa estatal” foi importante, repetindo-se várias vezes ao longo da publicação, recebendo atenção especial no editorial de Caio Prado Júnior, *Livre Iniciativa econômica e Iniciativa Estatal*, na qual o autor conclui: “a iniciativa privada deve, em seu próprio benefício, ser controlada e secundada pelo Estado, sob pena de se transformar na iniciativa de muito poucos a que os demais não de curvar” (n.9, jan./fev., 1957, p. 18). Ou seja, além da defesa da atuação das empresas estatais em áreas estratégicas, como a Petrobrás e a Fábrica Nacional de Motores (CAIO PRADO, n. 8, nov./dez., 1957, p.3), justificou-se o planejamento econômico e a fiscalização para não permitir que o país caísse em mãos dos grandes “trustes” ou que as próprias empresas nacionais não beneficiassem o “bem geral” da população. E, quando o intelectual menciona que a intervenção estatal vem em benefício do capital privado, ele está colocando que o desenvolvimento da economia e da indústria de base e o crescimento do mercado consumidor seriam bastante vantajosos para a iniciativa privada, caso conseguisse aceitar o “dirigismo estatal”. Dessa forma, como coloca Fernando Henrique Cardoso, ver-se-ia na *Revista Brasiliense* o “nacionalismo [...] como uma bandeira para o estatismo econômico” (CARDOSO, n.12, jul./ago., 1957, p. 97), isto é, a presença do estado na economia por meio de empresas e por meio do controle na atuação das empresas privadas.

Outro ponto atribuído à atuação do Estado na economia refere-se ao incentivo e desenvolvimento do mercado interno, essencial, segundo os intelectuais, para o desenvolvimento da indústria, de modo que o aumento dos salários e da capacidade de consumo dos trabalhadores, operários e camponeses, elevaria o poder de compra, fortalecendo assim as indústrias que teriam um crescente mercado

consumidor. Nessa perspectiva, o nacionalismo da *Brasiliense* tomava orientação bastante direta na defesa das lutas das massas por direitos e aumentos salariais. A defesa do aumento da qualidade de vida dos trabalhadores, a educação e melhores condições de segurança e trabalho, foi pauta recorrente nas páginas da publicação (FARIA, n.9, jan./fev., 1957; CARDOSO, n.12, jul./ago., 1957). Houve também diferentes artigos que trataram sobre a produtividade do trabalhador como mecanismo de aumento dos salários, esse tema esteve inclusive no primeiro número da revista no artigo “*Produtividade*”: *Problema de Âmbito Nacional* (n.1, set.-out., 1955) de Eudoro Lincoln Berlinck. Ainda em relação ao fortalecimento do consumo, Elias Chaves Neto, em seu artigo *Socialismo e Emancipação Nacional*, diz “É evidente que a condição primeira para uma indústria nacional próspera é a existência de um mercado interno, o qual só poderá ser criado com a elevação do padrão de vida do nosso povo, principalmente de nossa população rural” (n.12, p. 43).

Nesse sentido, a ênfase atribuída ao trabalhador e às suas reivindicações imediatas se consolidou como política defendida pela revista e especialmente por Caio Prado Júnior, que enfatiza essa perspectiva no seu livro *A Revolução Brasileira* (1966) ao sustentar que a grande luta (e a revolução) deveria ser a defesa da extensão de direitos para o operariado e o trabalhador rural. De acordo com os intelectuais da *Brasiliense*, o governo e a burguesia nacional não deveriam ver os trabalhadores e suas reivindicações como problema para a industrialização; pelo contrário, seria a partir de suas demandas que o país se desenvolveria.

Em relação à “questão agrária”, o grupo dirigente se posicionou com algumas diferenças em relação ao Partido Comunista, cujos “restos feudais” ainda pululavam no horizonte teórico da organização. O debate sobre o assunto teria adquirido importância central no nacionalismo da *Brasiliense* especialmente a partir da década de 1960, quando havia passado o impulso industrialista do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960) e os movimentos camponeses se fortaleciam e se espalhavam pelo país. Todavia, o tema já era mencionado desde o início da publicação e era um dos grandes problemas da política nacional, conforme aponta Salomão Schattan no primeiro número da revista:

A expressão ‘reforma agrária’ está na moda, e como tal, é sempre citada ao lado de outros grandes problemas nacionais, como o do Petróleo, da Siderurgia, dos transportes etc. Deve-se notar que a forma em que o

problema é, geralmente, apresentado deixa a impressão de que a 'reforma agrária' é um remédio milagroso para todos os males que afligem os agricultores e a agricultura nacional, bastando um simples decreto para que se concretize, na 'reforma agrária', a solução de todos os males (n.1, set./out., 1955, p.88).

De fato, o tópico era importante nas discussões das décadas de 1950 e 1960 e Schattan se opunha à defesa da "reforma agrária" tal como defendida pelo Partido Comunista, pois segundo ele se deveria fortalecer os sindicatos para buscar aumentos salariais no campo. Esse posicionamento foi pioneiro dentro dos textos da *Brasiliense*, sendo posteriormente retomado e aprofundado por Caio Prado Júnior em suas análises.

A política nas décadas de 1950 e 1960 em relação à "questão agrária" estaria dividida em três posições principais (COSTA & SANTOS, 1998): a) a postura mais à "esquerda" de grupos liderados pelo advogado Francisco Julião das Ligas Camponesas, que defendiam a reforma agrária radical, inspirado inclusive pela Revolução Cubana, isto é, nas fronteiras entre a luta institucional e a via armada; b) a posição defendida pelo Partido Comunista que, apesar das disputas internas, defendia a reforma agrária dentro da institucionalidade com alguns grupos mais à esquerda que estariam dispostos a considerar o campesinato como classe revolucionária; c) a perspectiva de Caio Prado Júnior que sustentava, da mesma forma que havia feito Schattan, a preponderância de se defender a sindicalização e a luta por melhores condições no meio rural. Caio Prado acusou o PCB de não conceder a devida importância à legislação trabalhista, buscando, em realidade, a pressão pela reforma agrária por uma postura "demagógica" (*Marcha da Questão Agrária no Brasil*, n.51, jan./fev., 1964).

Elias Chaves Neto, a despeito do que diz parte da bibliografia sobre ser "mero reprodutor" das ideias de Caio Prado, teria repetido a fórmula do PCB ao se referir à reforma agrária como fundamental para o desenvolvimento do país. Nessa linha, em editorial, *Mercado Interno* (n.14, nov./dez., 1957), ele justificou a divisão das terras para combater o latifúndio da mesma maneira como defendia o "partidão": "Formar-se-á, assim, pela divisão das grandes propriedades, uma verdadeira classe de camponeses prósperos, cuja capacidade aquisitiva contribuirá igualmente para absorver os produtos de nossa indústria" (p.8). O diretor, no entanto, não parecia concordar com a visão teórica dos "restos feudais" presente no pecebismo. Com as formulações mais coesas de seu primo na década de 1960, possivelmente Elias

Chaves Neto tenha se direcionado para uma visão mais caiopradiana da “questão agrária”, embora não tenha deixado isso claro em seus escritos na *Brasiliense*.

Caio Prado começou a partir de 1960 a elaborar um conjunto de textos sobre o debate agrário para sustentar sua investida teórica. O intelectual elaborou críticas contundentes às disposições agrárias do Partido Comunista e das Ligas Camponesas, algo, seguindo a abordagem pocockiana, que pode ser entendido por um “lance” dentro da linguagem política existente. O historiador publicou cinco artigos sobre o tema da “questão agrária”.⁴⁷ No último editorial da revista antes do seu fechamento pelo golpe civil-militar, em *A Marcha da Questão Agrária no Brasil* (n.51, jan./fev., 1964), o autor sintetizaria o posicionamento que vinha tomando em relação ao assunto e que seria retomado no livro *A Revolução Brasileira* (1966). O principal objetivo quanto à “questão agrária” não deveria ser a divisão fundiária da terra, embora ela também pudesse eventualmente existir, mas sim a extensão da legislação trabalhista e da luta sindical ao campo. No editorial, Caio Prado criticado, mais uma vez (!), a pouca importância concedida pelo Partido Comunista a essa situação:

Já têm sido salientadas, embora não se tenham ainda suficientemente compreendido, a significação e importância que tem no Brasil a legislação rural-trabalhista e sua efetiva aplicação para a solução do problema agrário e a reforma de nossa economia rural [...]. É sintomático desse descaso o fato de ter passado a um primeiro e quase exclusivo plano dos debates em torno do assunto, a questão da desapropriação das propriedades rurais para o fim de loteamento e distribuição aos trabalhadores. É essa inclusive a posição dos comunistas que desde sempre se colocaram e ainda se colocam na liderança da questão (idem, p. 1).

Neste excerto, Caio Prado coloca-se contra a defesa exclusiva da divisão da terra e o preterimento da legislação “rural-trabalhista”. Esse erro, segundo o historiador, seria cometido com a liderança do Partido Comunista. Ao longo do editorial, o intelectual paulista teria posicionou-se contra a “demagogia” presente no Partido Comunista e que ela não seria proveitosa para o país. A posição de Caio Prado, no entanto, não era uníssona na publicação, nem entre os membros do grupo dirigente.

⁴⁷ *Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil* (n.28, mar./abril.,1960); *A Reforma Agrária e o Momento Nacional* (n.29, jun./jul., 1960); *Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil* (n. 43, set./out., 1962) e *A Marcha da Questão Agrária no Brasil* (n.51, jan./fev., 1964).

O intelectual Michael Löwy, que não pertencia ao grupo dirigente, se colocou numa “terceira margem”, oposto tanto à perspectiva de Caio Prado quanto à do Partido Comunista. Ele defendia que se passasse da ideia de uma “reforma agrária”, de matriz liberal-burguesa, para a “revolução agrária”, que deveria expropriar as terras dos latifundiários sem indenização, acelerando assim a passagem para o socialismo por meio da luta revolucionária. O sociólogo cita Cuba como exemplo: “a revolução cubana fornece um exemplo fulgurante de revolução agrária de conteúdo socialista” (Notas sobre a questão agrária no Brasil, n. 31, set./out., 1960, p.68-69). A proposta radical do intelectual provavelmente explica a Nota da Redação, contendo uma advertência no final do artigo justificando que esta não era uma “política nacionalista”. Segundo a Nota da Redação produzida pelo diretor do periódico, Löwy não estava de acordo com a proposta política do periódico:

As conclusões do presente artigo não se enquadram na orientação da Revista, que é nacionalista, conforme foi firmada em seu manifesto de constituição. Por nacionalista se compreende a política que visa unir as mais amplas camadas do povo brasileiro na luta antiimperialista, promovendo a melhoria de condições de vida do povo dentro do regime político e social vigentes (idem, p. 55).

O intelectual André Gunder Frank também teve posição divergente da de Caio Prado Júnior, embora não compactuasse com os métodos “não-institucionais” de Löwy. Ele escreveu o pequeno artigo *Integração Econômica na América Latina* (n.48, jul./ago., 1963), no qual defendeu a importância de vencer os “restos feudais” na agricultura brasileira para fazer avançar o desenvolvimento econômico. Argumentou, inspirado na experiência Cubana, que os trabalhadores industriais eram grupos “conservadores” dentro da América Latina e que eram os camponeses a verdadeira classe revolucionária, que ao lutar pela “mudança da estrutura agrária” (suponho que isso seja pela divisão fundiária) fariam avançar as pautas nos países latino-americanos:

Somente os camponeses, excetuando-se casos excepcionais, na América Latina, possuem um vasto potencial revolucionário independente [...]. Portanto em última, como em primeira análise, é destruindo a estrutura da agricultura existente e não integrando a presente estrutura industrial, que reside o futuro da América Latina. Somente esse passo poderá levar, e levará à industrialização (p. 9-10).

Esse autor não concordava com a posição de Caio Prado de que seria elevação do poder de consumo da massa rural que contribuiria para a industrialização. Frank escreveu apenas um artigo para a revista, tendo pouca importância na construção do pensamento político da mesma; no entanto, a sua manifestação em tema controverso demonstra a amplitude da discussão que a publicação estava disposta a permitir. No caso de Löwy, por defender a via não institucional para a reforma agrária, ele foi “taxado” de não-nacionalista; Frank, a seu turno, não recebeu nenhuma mensagem da redação sobre o seu trabalho, provavelmente porque não explicitou o método para se radicalizar a luta no campo.

De forma mais geral, outros autores do periódico defenderam, especialmente Elias Chaves Neto, a reforma agrária como método para melhorar o padrão no campo, bem como a formação de cooperativas de pequenos proprietários (n.12, jul./ago., 1957, p.44); em um segundo momento da revista, na década de 1960, defenderem erraticamente – com exceção de Caio Prado - a ampliação da legislação trabalhista para os trabalhadores do campo como mecanismo de melhora de vida. A confusão entre a defesa da importância da reforma agrária e ao mesmo tempo a defesa da sindicalização e da extensão da legislação trabalhista parece ter sido a própria confusão existente dentro do Partido Comunista e reproduzida pelos seus intelectuais. Esse “descompasso” no PC seria percebido pelos pesquisadores Luiz Costa e Raimundo Santos:

Nossa proposição é a de que, desde o ‘desenvolvimentismo’ da *Declaração de Março*, o PCB começara afastar-se da influência ‘orientalista’ do passado e da sua derivação residual: a política de curto prazo inclusive alimentada pela sobrevalorização das lutas camponesas [...] do começo dos anos 50 ainda ressoando na memória comunista. Na nova percepção teria havido uma espécie de ressignificação parcial do sentido terceiro-internacionalista da questão *nacional-camponesa*, ou seja, sua redefinição em torno da questão *nacional-antiimperialista* num país *em processo de modernização*. A partir do entendimento da questão nacional mais como desenvolvimento e industrialização [...] não havia como a formulação da política pecebista desconhecer o poder mobilizatório da articulação nacionalista e a debilidade e isolamento dos conflitos camponeses dos primeiros anos 50 (1998, p.20-21).

Conforme exposto acima, a situação tinha suas ambivalências dentro do pecebismo e as reverberações eram sentidas entre os intelectuais do periódico; Caio Prado, no entanto, estava em posição suficiente forte para sustentar um “lance” com a intenção provavelmente de influenciar a política agrária do pensamento

nacionalista. O Partido Comunista, por sua vez, ficou entre a defesa da reforma agrária e do radicalismo que esta despertava, principalmente a partir da Revolução Cubana e das experiências das lutas no campo brasileiro.

3.2.2 Nacionalistas e entreguistas: agentes e reagentes da nação

Em 1950 e 1960, o contexto de Guerra Fria colaborava para a interpretação do mundo a partir de binarismos estruturantes: capitalismo *versus* socialismo, burguesia *versus* proletariado, capital privado *versus* capital estatal, etc. As páginas da *Revista Brasiliense* não estiveram imunes ao contexto histórico apresentado; a disputa que ocorria, devido ao posicionamento político da publicação, dava-se principalmente entre os “nacionalistas” e os “entreguistas”. Nas palavras do diretor da revista:

O grande problema perante o qual se acha colocado o povo brasileiro, revelado na oposição das forças chamadas pelo povo de *entreguistas* e as *nacionalistas*, é saber se a nossa economia seguirá o seu curso chamado livre, isto é, aquele que lhe é imprimido pelos homens de negócio, ou uma orientação nacionalista, isto é, de uma economia planificada tendo em vista a imediata solução a determinados problemas que afetam a vida do nosso povo e o desenvolvimento do país [...] (CHAVES NETO, n.21, jan./fev., 1960, grifo meu).

Esses dois conceitos opostos não funcionavam da mesma forma que capitalismo e socialismo, que são conceitos analíticos e, ao mesmo tempo, comportam significados compatíveis com a identificação dos grupos políticos por eles representados. O conceito de “entreguista”, por sua vez, não era reconhecido e aceito como autodefinição pelos “adversários” do nacionalismo. Esse termo seria, segundo Koselleck (2011), aquilo que ele chamou de um conceito antitético assimétrico, utilizado para legitimar um “nós” ao mesmo tempo que inviabilizaria a manifestação de significados por parte de outrem. Em outras palavras: o conceito de “entreguista” e suas derivações, como “imperialista”, “antinacional” se constituiria na não aceitação do “outro” como igual no campo da arena política. Dessa forma, o “duelo” não ocorreria entre partes iguais, visto que caberia apenas aos intelectuais da *Brasiliense* o protagonismo da ação política de definir - no transcorrer de mudanças rápidas da industrialização e da modernidade brasileira - o que seria

categorizado como nacionalista, agente do progresso e do desenvolvimento, ou entreguista, reagente, defensor do “atraso” e de valores “não patrióticos”. Nesse sentido, elaborava-se discursivamente a inviabilidade do reconhecimento semântico do outro “grupo de ação”, sendo, de certa forma, uma “espoliação” ou “privação” discursiva do “inimigo”.

A *priori*, a condição para o crescimento e vitória do movimento nacionalista apregoado pelo periódico seria a participação e ação das massas populares, por isso a importância de “influenciar a opinião pública” conforme apontado diversas vezes. Por esse ângulo, a publicação se assemelhava à posição que os comunistas tomaram a partir de meados da década de 1950 com a aproximação aos movimentos nacionalistas e, portanto, afastando-se de posições mais sectárias que encontravam apenas no operariado os agentes da transformação (COSTA & SANTOS, 1998). A partir de então, seriam as massas (trabalhadores, camponeses), aliadas a outros grupos, que transformariam uma “ideologia nacionalista” em atuação política concreta. Segundo o diretor-responsável Elias Chaves Neto,

A luta, portanto, das massas populares por melhores condições de vida e principalmente pela sua emancipação social, se liga à defesa da constituição, igualmente necessária para a luta pela emancipação econômica do país em que se acham empenhadas as forças progressistas da nossa sociedade. O interesse das classes populares – do nosso trabalhador rural e do proletariado – se entrosa com o da burguesia progressista do país e da classe média, que em torno dela gravita, no tocante à defesa da Constituição. (n.12, jul./ago., 1957, p. 44).

Nessa passagem, está colocado o posicionamento da revista na política de “união nacional” com setores “progressistas”, no qual o proletariado, a burguesia e a classe média poderiam lutar juntas contra o “atraso”, o “imperialismo” e pela industrialização e pelo progresso do país. A burguesia nacional, embora não estivesse cumprindo seu papel de desenvolver o país, seguia sendo importante no projeto dos intelectuais da *Brasiliense*.

A ideia de uma burguesia nacional que contribuísse no desenvolvimento do país encontra eco, como visto antes, nos escritos e no programa do Partido Comunista, que entre altos e baixos, defendeu desde a III Internacional a importância das burguesias nacionais e que no Brasil, tal posição ganhou força nas *Declarações de Março de 1958*. Caio Prado seria o intelectual da *Revista Brasiliense* com posição diferente, pois creditava pouca esperança no papel transformador da

classe burguesa nacional. Nas páginas da revista o historiador evitou se manifestar a favor da política de união com a burguesia nacional, mas seu desagravo ficou mais explícito a partir do seu livro *A Revolução Brasileira*:

A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, como fins políticos imediatistas a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista”, o apoio das forças políticas populares e de esquerda. O Antiimperialismo tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores (1966, p.190-191).

Essa posição não era diretamente manifestada durante a existência da *Revista Brasiliense*, talvez pela dificuldade que ela teria de ser apoiada tanto pelos outros intelectuais comunistas, quanto por aqueles, como Heitor Ferreira Lima, que até mesmo por meio de suas ligações com o mundo empresarial e industrial, defendia um papel mais ativo da burguesia nacional nos rumos do país.

O grande problema da posição que vinha ocupando a burguesia nacional na “marcha para o nacionalismo”, segundo a maioria dos autores da revista, seria a falta de perspectiva da classe, não atuando segundo os seus próprios interesses, pois lhe faltaria consciência política para tanto:

[...] a burguesia não consegue opor politicamente uma frente unida contra a dominação econômica da nossa pátria. As bases de uma política nacionalista têm de ser procuradas em outros setores da população” (CHAVEZ NETO, n.12, p. 43).

Por isso, a “função do nacionalismo brasileiro, na etapa histórica atual, consistiria em dar consciência à burguesia, em uni-la, em libertá-la dos liames e da influência estrangeira” (XXX, n.21, p. 40). Porém, a dúvida persistia: por que a burguesia era incapaz de liderar uma “frente unida”? Segundo a posição dos intelectuais, a burguesia prefere o retorno imediatista dos investimentos do “capital estrangeiro”, não percebendo que isso a prejudica a longo prazo. Esse ponto, de certa forma, foi tratado anteriormente quando os intelectuais argumentaram a favor da necessidade do Estado interferir no planejamento econômico.

Quando Elias Chaves Neto aponta para “outros setores da população” para resolver o “problema político do nacionalismo”, sugere-se o apoio de outros setores da sociedade além dos operários e trabalhadores rurais (massas), isto é, a

intelectualidade, a classe média e os militares. Todos aqueles que quisessem o melhor para o país, na perspectiva da revista, e não estivessem cegos pela “ideologia imperialista” (isto é, o “entreguismo”), deveriam tomar a posição nacionalista. A postura de Elias Chaves Neto e do Partido Comunista destoaria sutilmente de Caio Prado Júnior – mais interessado na atuação do Estado na economia e menos no papel político da burguesia. O historiador não negaria a possibilidade de a burguesia contribuir no desenvolvimento, mas se isso ocorresse seria por meio da pressão estatal, organizada a partir de um governo de caráter nacionalista, somente passível de existir com o apoio das massas populares.

Os “intelectuais nacionalistas” seriam agentes fundamentais no projeto político da *Brasiliense*, basta se observar a tradição intelectual evocada na figura de Monteiro Lobato, presente no *Manifesto de Fundação*, das menções a *Revista do Brasil* e de inúmeros artigos retratando o legado de intelectuais como Lima Barreto, Eduardo Prado, entre outros, para construir a “brasilidade” e o pensamento nacionalista. O intelectual do grupo dirigente, Paulo Dantas, em diversos artigos exaltou a contribuição “nacionalista” dos escritores da literatura nacional como Monteiro Lobato, Eduardo Prado, Afonso Arinos, etc (*Nordeste* 1955, n. 3, jan./fev, 1956; *O nacionalismo de Afonso Arinos*, n. 11, mai./jun., 1957; *Cinquenta anos da Morte de Euclides da Cunha*, n. 24, jul./ago, 1958).

Outros “heróis” do movimento também foram lembrados ao lado dos intelectuais, quais sejam, os líderes comunistas e militares da *Campanha do Petróleo*. A campanha teria tido sucesso devido às “massas” lideradas pela atuação do “seu” partido, o Partido Comunista – lido, pelos intelectuais comunistas da revista, como o partido das massas trabalhadoras -, e por “militares nacionalistas”, representados aqui pela figura do general Horta Barbosa, defensor do monopólio estatal do petróleo e diversas vezes elogiado nas páginas da *Brasiliense*. Outro militar saudado pela revista foi o Marechal Henrique Lott, ministro da Guerra de Getúlio Vargas, e que teria posições nacionalistas

[...] General Lott, falando em nome do Exército, afirmando que ‘a quase totalidade das Forças Armadas e do Exército defende as teses nacionalistas na exploração das nossas riquezas’ (CHAVES NETO, n.13, set./out., 1957, p.1).

Essa citação em relação ao discurso do marechal no periódico comporta duas reflexões: a tentativa de aproximação com setores militares, pelo menos no que se

refere à defesa das “riquezas minerais”, pois possivelmente havia divergência em outros pontos; segundo, durante bastante tempo, até aproximadamente 1961, existia certa confiança na postura “progressista” e “nacionalista” de parte das forças armadas, que teriam, segundo os intelectuais, a possibilidade de dar um “golpe militar nacionalista” no país (CHAVES NETO, n.27, jan./fev., 1960), algo indesejado, mas que fora retratado como dentro do horizonte de possibilidades do período:

O golpe militar, tanto de esquerda – isto é, nacionalista – como de direita – isto é, dos que disfarçam a política de exploração franca do nosso País pelo capital estrangeiro sob o rótulo de defesa dos valores espirituais – surge como uma solução (CHAVES NETO, n. 17, mai./jun., 1958, p. 4).

Na visão dos intelectuais dirigentes havia, portanto, a possibilidade de um golpe militar de “esquerda”, caso partisse da ala nacionalista do Exército. Os editoriais e artigos defendiam o “nacionalismo militar” apelando para a ideia de “segurança nacional” contra o imperialismo estrangeiro. Na perspectiva da publicação, a própria massa considerava a intervenção dos “patriotas” do exército como algo positivo:

[...] o povo olha para suas classes armadas, profissionalmente exercitadas a pensarem na defesa da Pátria, para barrarem a marcha de uma polític [sic] pela qual os nossos homens de negócio a vão envolvendo nos liames de um internacionalismo econômico em que os ganhos da plutocracia parecem ser o único sentido de vida (CHAVES NETO, n. 27, jan./fev., 1960, p.9-10).

Ainda neste momento, os militares eram vistos como portadores de credibilidade quanto à possibilidade de integrar um movimento de “união nacional”, conforme proposto pela revista. A mudança sutil na visão sobre as Forças Armadas teria começado a se concretizar a partir do fortalecimento do “anticomunismo” da Guerra Fria, que insistia, segundo os intelectuais, em ligar o comunismo ao nacionalismo – acusação dezenas de vezes rechaçada pelos autores do periódico, pois consideravam isso duplamente errado: primeiro, por ligar dois movimentos distintos; segundo, por tentar deslegitimar o comunismo, como se fosse errado fazer parte de um movimento porque tivessem comunistas (PRADO JÚNIOR, n.20, nov./dez., 1958, p. 1). Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, e após a tentativa de golpe militar contra a posse do vice João Goulart, não foi encontrada mais nas páginas da revista a defesa da posição pretensamente “progressista” das Forças Armadas.

Havia somente referências a pequenos setores progressistas ou a grupos subalternos, como os sargentos da marinha.

Independentemente da participação dos militares, dos intelectuais e da burguesia nacional, seria a “massa” o agente histórico do nacionalismo responsável por conduzir o país no “rumo certo”, visto que seria a partir de seus interesses imediatos por elevar seu padrão de vida que se forçaria o governo e a burguesia nacional a tomar as posições corretas e concretas frente aos desafios que o país enfrentava. A massa, operários e camponeses, deveria receber apoio da “intelectualidade, das forças armadas e da burguesia nacional” para alcançar seus objetivos. Provavelmente, a utilização do conceito de “massa” permitia uma circularidade maior entre diferentes setores do nacionalismo de esquerda, uma vez que termos como “proletários” e “operários” estavam muito ligados à atuação do comunismo, o que poderia gerar certa refração por parte dos receptores.

Refletindo sobre a relação intelectual-massa, na visão do sociólogo Daniel Pécaut (1990), havia no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960, o que ele chamou de “populismo intelectual”, quando os intelectuais se colocaram como arautos das massas. Apesar da “positividade” que recebia o conceito “massa”, é importante perceber que este seria um “grupo” que *precisava* ser “esclarecido”, “organizado” – posicionamento que estava subjacente aos discursos políticos dos sujeitos da *Revista Brasiliense*. A “manifestação popular”, a “cultura popular” das “massas” sempre ocorria “mediada” pelo intelectuais e literatos, como Monteiro Lobato ou Lima Barreiro, mas não havia manifestações dos próprios operários ou camponeses nas páginas da *Revista Brasiliense*. O samba não foi tema do periódico; nem escritores e escritoras marginalizadas, como, por exemplo, Carolina Maria de Jesus, entre outros. O intelectual nacionalista era, então, o mediador das aspirações dos grupos populares, conduzindo o povo na “correta” posição política nacionalista.

A “massa”, a despeito de ser o agente nacionalista por excelência, também poderia ser “ludibriada” segundo os intelectuais ao acreditar em “falsos discursos nacionalistas”. Nesses casos, quando das eleições e das derrotas dos candidatos apoiados pela *Brasiliense*, a população, que teria “votado errado”, não foi rotulada como “entreguista”, conceito que era utilizado apenas para políticos, militares, intelectuais e a burguesia. Nas eleições de 1960, quando houve a vitória eleitoral de Jânio Quadros sobre o candidato Henrique Lott, defendido pelo grupo dirigente da *Brasiliense*, a revista denunciou sutilmente a “falta de visão” do povo; no entanto, fez

dura autocrítica para entender porque a “massa” não escutou os apelos nacionalistas do candidato Lott e dos intelectuais que o apoiaram e o recomendaram – aprofundarei melhor a discussão eleitoral mais à frente neste capítulo.

Do outro lado, se a “massa” era a proponente do progresso e da transformação, os reagentes do “progresso” poderiam ser: a) brasileiros, chamados de “entreguistas”, burgueses, militares ou intelectuais; b) estrangeiros, nomeados como “imperialistas”, ou “trustes internacionais”.

O capital estrangeiro não deveria ser proibido no país, no entanto necessitaria ser controlado, fiscalizado e direcionado conforme os interesses da nação. A rigor, os intelectuais aceitavam que poderia haver apenas empréstimos do capital estrangeiro ao Estado ou ao capital nacional para a compra de maquinário e importação de profissionais especializados:

A solução nacionalista não é contrária à utilização do capital estrangeiro. Não daquele que procura e [sic] nosso país em vista de uma exploração mais rendosa da nossa mão de obra ou com o fito de economizar o pagamento de impostos devidos ao nosso governo [...]. Tal seria o caso do capital que se dispusesse a financiar a compra por parte de brasileiros da maquinaria da qual necessitamos [...] a solução dos problemas de transporte [...] exploração das nossas riquezas minerais [...] produção de energia [...] (CHAVES NETO, n.1, set./out., 1955, p.59).

Correlacionado ao conceito de “capital estrangeiro”, que, aliás, pode ser “aceitável”, caso fosse empregado da forma correta, estava o conceito de “truste”, que era essencialmente negativo e inimigo da nação e, portanto, do nacionalismo. Os trustes seriam grandes empresas monopolistas, geralmente vinculadas ao capital estadunidense que impossibilitariam a ativação real de uma política nacionalista no país. A posição da revista em relação a eles foi muito parecida àquela tomada pelo Partido Comunista na mesma época. Em um primeiro momento, no IV Congresso em 1954 e 1955, no período de indecisões políticas, ocasionadas pela morte de Vargas, a morte de Stálin e as renovações do XX Congresso, o partido adotou uma postura radical em relação aos “trustes” estadunidenses:

[...] Partido dirige seu gume contra o imperialismo norte-americano, exigindo o confisco de todos os capitais e empresas pertencentes aos monopólios norte-americanos que operam no Brasil (CARONE, 1982, p. 129 apud Problemas, n. 64, dez./fev. de 1954-1955, p. 55-65).

Quatro anos depois, entretanto, na conhecida Declaração Política de Março de 1958, a postura em relação aos monopólios financeiros se consolidou de forma mais amena, dentro da institucionalidade, conforme viria a se tornar a política mais geral do partido e que seguiria, de certa forma, a postura que vinha se consolidando na *Revista Brasiliense* desde sua fundação em 1955. Apontou-se na Declaração o perigo do capital estrangeiro (em especial o dos EUA), porém sem mencionar qual o caminho para superar a expropriação:

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira (CARONE, 1982 p. 184 apud Voz Operária, 22/03/1958).

O desenvolvimento do capitalismo naquele momento, segundo os autores, seria de forte crescimento no pós-guerra com a expansão imperialista do capital estrangeiro nas economias “subdesenvolvidas”. Esse capital seria danoso para o desenvolvimento da industrialização nacional, porque colocaria o país como dependente dos monopólios e do capital estrangeiro. Haveria, ainda, aliança entre os trustes e parte do latifúndio, o que estaria relacionado, de acordo com a visão comunista, com a perspectiva histórica da economia brasileira de “fornecedor de matérias-primas” para a Europa e os Estados Unidos.

Existia divergências perceptíveis entre os dois principais intelectuais do grupo dirigente da *Revista Brasiliense*: enquanto o diretor-responsável, Elias Chaves Neto, parecia manter uma posição mais próxima à do Partido Comunista, ou seja, defendendo a possibilidade progressista da burguesia nacional, e a necessidade de destruição entre a aliança entre o latifúndio e o imperialismo; Caio Prado Júnior, por outro turno, estava menos disposto a seguir essa linha, pois, conforme já dito anteriormente, o historiador entendia que era um erro avistar na burguesia nacional características progressistas, uma vez que ela estava subposta ao capital estrangeiro no país.

3.2.3 Propostas políticas de um “nacionalismo internacionalista”

Talvez venha a soar estranho para o leitor do início do século XXI enxergar a expressão “nacionalismo internacionalista”. Pode-se concluir, sem conhecer o o processo histórico brasileiro das décadas de 1950 e 1960, que se trata de um oximoro. Não obstante, caso se leve em conta a composição política do grupo dirigente da *Revista Brasiliense*, conforme visto no capítulo dois, de maioria comunista, entende-se que o princípio do internacionalismo era caro ao grupo de intelectuais aqui estudados: “a marcha do movimento nacionalista, que hoje une todos os povos coloniais e semicoloniais, ou subdesenvolvidos” (CHAVES NETO, n. 15, jan./fev., 1958, p. 7).

O conceito “irmão” do nacionalismo que utilizavam para se referir à participação na luta internacional era o “antiimperialismo”, presente massivamente em documentos do Partido Comunista desde as décadas de 1920 e nas orientações táticas de lutas fornecidas pela Internacional. Não somente nos documentos externos havia menções à luta internacionalista, nos internos também, como a Declaração de Março de 1958 do partido, que fazia referência à revolução democrático-burguesa “antiimperialista” (CARONE, 1984).

O anti-imperialismo estava associado às lutas empreendidas pelos comunistas nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, na defesa da Coexistência Pacífica principalmente a partir do XX Congresso do PCUS e no apoio ao movimento de países articulados na Conferência de Bandung de 1955, que tinham colocado os cinco princípios do movimento centralizando sua atenção na “autodeterminação” dos povos. Ademais, essa conferência discutiu temas relevantes aos nacionalistas brasileiros, como, por exemplo, o desenvolvimento econômico que, segundo Bernado Kocher (2015), influenciou no próprio governo brasileiro no que tange a política econômica e externa. Ou seja, a luta anti-imperialista dos países do “terceiro mundo” combinava-se com as posições defendidas pelo grupo dirigente da *Revista Brasiliense*, influenciando não somente os movimentos nacionalistas e comunistas, mas também a própria visão do governo brasileiro e de outros governos latino-americanos.

Na década de 1950, a Guerra Fria foi sinônimo da luta entre o bloco capitalista, hegemônico pelos Estados Unidos, contra o bloco socialista, liderado pela União Soviética; nesse campo de batalha o nacionalismo servia, no entendimento dos comunistas e, portanto, da maior parte dos intelectuais da

Brasiliense, para se opor ao imperialismo, que era o principal mecanismo de opressão do bloco capitalista sobre os países subdesenvolvidos. Por isso, na perspectiva do “nacionalismo internacionalista”, a luta dos países subjulgados teria semelhanças e pontos de apoio comum:

Apesar dos aspectos específicos que podem tomar neste ou naquele país os movimentos nacionalistas, a luta antiimperialista é um movimento mundial no qual se ligam todas as forças progressista da humanidade (CHAVES NETO, n.12, p. 46).

Percebendo a importância do movimento comunista para a perspectiva internacionalista da publicação, surge a seguinte reflexão: qual o papel que exercia a “pátria dos operários” na relação imperialismo-nacionalismo? A política internacional soviética defendia a partir do XX Congresso a coexistência pacífica com o capitalismo, aceitando que a transição para o socialismo poderia ser feita pela “via pacífica”, isto é, pela competição econômica, social e cultural entre os dois regimes. Essa posição teve reverberações na atuação dos intelectuais:

[...] coexistência pacífica, cuja ação se norteia segundo os cinco princípios da conferência de Bandoeg [sic], a saber: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania nacionais; não agressão; nenhuma ingerência nos assuntos internos de outros países; igualdade e proventos recíprocos nas relações internacionais e colaboração econômica (CHAVES NETO, n.8, p. 57).

Diversos artigos e editoriais elogiaram a política externa soviética relacionando-a com a luta do movimento nacionalista dentro das “vias democráticas e institucionais”. Na visão dos autores da *Brasiliense*, a Coexistência Pacífica seria um duro golpe no imperialismo, uma vez que este não poderia coexistir com a *real* soberania política e econômica das novas nações que vinham se tornando independentes após a luta pós-colonial especialmente nas décadas de 1940 e 1950; em outras palavras, a paz era incompatível com o imperialismo e essa contrariedade revelaria os reais e insustentáveis interesses dos países opressores/imperialistas sobre o Terceiro Mundo:

[...] não podem as nações imperialistas aceitar uma política de paz da qual decorra o reconhecimento da plena soberania dos povos onde gozam de vantagens econômicas que não podem perder, sob pena de se verem ameaças em sua própria subsistência (CHAVES NETO, n. 4, mar./abril, p. 171).

Assim, aqueles que defendessem a Coexistência Pacífica estariam acentuando essa contradição ao mesmo tempo que seguiam os preceitos soviéticos, respaldados na Conferência de Bandung de 1955: “[...] evitar a guerra e a maneira de fazê-lo é lutar contra o imperialismo, erigindo em norma do direito internacional, os cinco princípios que devem assegurar a coexistência pacífica” (Idem, p. 173).

É importante perceber, no entanto, a ausência de representação de certos acontecimentos históricos da época nas páginas da revista. Não houve, por exemplo, menções à Revolução Húngara de 1956, cujo desfecho se deu pela invasão do país por quase meio milhão de soldados soviéticos, justificada pelo Pacto de Varsóvia. Essa situação internacional, apesar de suas polêmicas, simplesmente foi silenciada no interior da publicação. A invasão da Hungria poderia ser o momento de se tecer críticas à URSS por uma postura que poderia, no mínimo, ser considerada belicosa ou mesmo sendo contrária à própria “autodeterminação” dos povos, princípio defendido pela Conferência de Bandung e, portanto, incansavelmente endossado pela publicação. No entanto, isso não ocorreu.

Em contrapartida, o ataque militar franco-britânico ao Egito no mesmo ano foi discutido na edição de número 9 no artigo da redação chamado *Agressão Franco-Britânica ao Egito*, no qual foi denunciado o imperialismo “capitalista” sobre o Egito – país governado por Gamal Nasser, referido algumas vezes como nacionalista pelo periódico. Essa situação demonstra que não havia falta de conhecimento e de interesse em eventos da política internacional, pois os dois eventos ocorreram na mesma época e foram amplamente divulgados e debatidos pela imprensa internacional. A invasão da Hungria pelos soviéticos foi de conhecimento dos intelectuais, provocando inclusive o rompimento de alguns membros com o Partido Comunista, conforme visto no capítulo 2. A escolha de não tratar da invasão da teria sido provavelmente de conter, em um momento de fragilidade para o movimento comunista, logo após o XX Congresso, um assunto bastante delicado para o movimento comunista internacional. Além de denunciar o imperialismo no Egito, na guerra contra Nasser, a publicação elogiou o papel da URSS de buscar apaziguar este conflito armado, ao mesmo tempo que ajudava o país africano a construir a hidrelétrica de Assun com apoio técnico e financeiro (*Socialismo e Emancipação Nacional*, CHAVES NETO, n.12, jul./ago., 1957).

Além do mais, as vitórias (mesmo que pequenas) dos países “coloniais ou semi-coloniais” contra o imperialismo eram amplamente representadas na *Brasiliense*. A Revolução Chinesa de 1949 foi abordada algumas vezes para mostrar o sucesso que o país asiático atingia com a implementação do socialismo e da luta contra o imperialismo. No artigo *Socialismo e Emancipação Nacional* (n.12, jul./ago., 1957), Elias Chave Neto defendeu o crescimento do socialismo nos países que vinham se tornando independentes do colonialismo e que a “República Popular Chinesa” era um exemplo de país no caminho do socialismo. Para referendar a posição da revista e utilizar os fenômenos internacionais como reforço da perspectiva pacífica e econômica da publicação, o autor afirmou

Neste momento a luta pela libertação nacional dos povos coloniais e semicoloniais se desloca do campo político para o campo econômico. A desintegração do sistema colonial do imperialismo entra numa nova fase, uma fase superior, a da emancipação dos povos ainda economicamente dependentes (idem, p. 36).

Nesse sentido, para Chaves Neto e outros autores da *Brasiliense* seria importante destacar a luta pela “emancipação econômica” como a “verdadeira luta antiimperialista”, uma vez que tal postura estaria condizente com a posição política dos intelectuais da revista e também do Partido Comunista.

Em editorial de Caio Prado, *O Sentido da Anistia Ampla* (n.4, mar./abril, 1956), o historiador ressaltou a superação do imperialismo que ocorria na China: “rompe definitivamente com o sistema imperialista e ingressa na esfera socialista. Outros povos asiáticos a acompanharam: a Coreia do Norte e Vietmin” (p.9). É interessante notar que a China não era exemplo pela opção da “via armada ao socialismo” e pela preponderância concedida ao campesinato, mas sim por sua luta contra o imperialismo e pela emancipação econômica. Paulo Alves Pinto deixou claro, porém, no artigo *As Realizações do Socialismo na China* (n.46, mar./abri., 1963), que a China não deveria ser seguida à risca por outros países sob jugo do “imperialismo”, em especial os “sul-americanos” (p.10). Talvez neste momento, logo após a criação do PC do B em 1961, que seguia a “via chinesa” ao socialismo, seria prudente manter essa observação para situar o “comunismo” que os intelectuais do periódico continuavam seguindo. No artigo, o intelectual exaltava os avanços na industrialização e no setor agrário, colocando ênfase, como sempre, na luta contra o imperialismo pela via econômica.

Apenas em uma referência final de conclusão de seu artigo, Pinto remeteu-se indiretamente ao conflito político-ideológico que estava ocorrendo entre a União Soviética e a China, quando ele diz:

Um país que vem se conduzindo como a China no plano interno, isto é, fazendo do socialismo um humanismo não poderá no plano internacional ser um partidário de guerras de agressão ou de soluções de força. Esse é aliás o 'prato do dia' do capitalismo: a China é a favor da guerra atômica e por isso se opõe à política externa da União Soviética e da maioria do campo socialista.

Nada mais falso que tal assertiva pois que as discussões no mundo socialista se cingem a saber de que maneira evitar a guerra, se com uma política mais elástica ou mais dura. Tudo entretanto gira em torno da preservação da paz (p.28).

Essa teria sido a única referência do grupo dirigente da publicação a respeito das relações turbulentas entre a política externa soviética e a chinesa, as quais tinham reverberações no Brasil. Houve a menção, mas justamente no sentido de apaziguar a disputa.

Outros países não socialistas também foram mencionados nas páginas da publicação como exemplo de avanço do nacionalismo. A Índia, do presidente Nehru, um dos principais articuladores e ideólogos da Conferência de Bandung (KOCHER, 2015) servia como exemplo de um país com políticas anti-imperialistas e de planejamento econômico, sendo citada como uma nação no caminho do socialismo, da mesma forma que o Paquistão e outros países árabes que estavam caminhando nesse sentido segundo a publicação (*O Sentido da Anistia Ampla*, CAIO PRADO, n.4, mar./abr., 1956).

Na América Latina, existiam alguns exemplos marcantes de insucesso e sucesso na política nacionalista. A derrota da Guatemala em 1954, do presidente Jacobo Arbenz, que vinha fazendo um governo de características nacionalistas, teria ocorrido devido à intervenção do imperialismo. A Argentina, por sua vez, foi caracterizada, após a vitória do presidente Arturo Frondizi em 1958, como o local onde houve a ascensão da política "antiimperialista e democrática no país", sendo o presidente elogiado inúmeras vezes nos editoriais e artigos do periódico (*As Eleições Argentinas*, CAIO PRADO, n. 16, mar./abr., 1958). O pleito na Argentina recebeu atenção especial dos intelectuais, pois a vitória eleitoral de Frondizi podia significar um exemplo a ser seguido no horizonte político-eleitoral brasileiro. Livros do

presidente foram divulgados pela publicação em diversos números e o tom geral foi bastante elogioso em relação ao seu governo.

No entanto, o país que mais marcou as páginas da publicação foi Cuba e sua revolução. A primeira aparição da ilha nas páginas da revista ocorreu apenas em 1960, cerca de um ano e meio a partir do início do processo revolucionário de 1959, na edição de julho-agosto de 1960 em editorial intitulado *Cuba* (CHAVES NETO, n.30, 1960). Em um primeiro momento, o grupo dirigente do periódico resistiu ao denominar o que transcorria na ilha como “comunista” ou socialista”, enfatizando principalmente seu caráter antiimperialista na luta contra os Estados Unidos:

Mas não é de comunismo que se trata no caso de Cuba. Inúmeros são os jornalistas e escritores de renome internacional que visitaram Cuba e que são unânimes em declarar que a revolução cubana não se orienta segundo os princípios do socialismo. É uma revolução camponesa que procura resolver os seus problemas na medida das dificuldades que lhe são criadas pelos Estados Unidos. (CHAVES NETO, n.30, jul./ago., 1960 p.5).

Neste sentido, a Revolução Cubana apareceu como “revolução camponesa”, na qual as massas do campo venceram os “restos feudais” do país, seguindo, assim, a receita apregoada pelo Partido Comunista na “questão agrária”.

À medida que a Revolução Cubana avançava em direção ao horizonte socialista, havia reconhecimento deste novo momento e apoio à situação da ilha: “A revolução entrou em sua segunda etapa, a da marcha para o socialismo” (CHAVES NETO, n.34, mar./abr., 1961, p.93-94). Entender a luta de Cuba a partir de “etapas” remontava, como dito anteriormente, à linguagem política do movimento comunista da época, da qual Chaves Neto acabou sendo importante defensor. Nos artigos sobre Cuba, publicados entre 1960 e 1963, havia sempre a preocupação de se fazer alusão à luta no Brasil e no restante da América Latina, demonstrando o vínculo “internacionalista” do movimento nacionalista:

A revolução cubana representa o esforço de um país para se libertar das garras do imperialismo”; “Insurgindo-se contra a dominação imperialista, Cuba pretende apenas dar a seus problemas econômicos a solução que julga condizente com os interesses de seu povo [...]” (CHAVES NETO, n.32, nov./dez., 1960, p.54 e p.56).

O “nacionalismo internacionalista” da revista não se assentava somente na ideia de “fraternidade universal”, mas defendia posturas do governo brasileiro para construir uma “política externa nacionalista”, transposta dos ideais da Conferência de

Bandung e da Coexistência Pacífica. De acordo com os intelectuais comunistas da publicação, nesses processos de emancipação nacional toda a humanidade marcharia inexoravelmente para o socialismo:

[...] não se quer dizer que os comunistas, ao apoiarem a política nacionalista do País, tenham posto de lado os seus ideais socialistas. Significa apenas que veem nesta política a marcha democrática da nação para o socialismo, que é a estrutura para a qual tende fatalmente a sociedade contemporânea, baseada na produção em grande escala e no aumento progressivo da grande indústria (CHAVES NETO, n. 24, jul./ago., 1959, p.8).

3.2.4 A “etapa nacionalista” e a “marcha para o socialismo”

Para os intelectuais comunistas da *Revista Brasiliense* não parecia haver dúvidas que o destino da humanidade era invariavelmente o socialismo. Houve demonstrações da inevitabilidade do socialismo no “progresso da humanidade”: editoriais e artigos retrataram a crença neste horizonte: “a luta pelo socialismo em nosso país, na etapa histórica em que vivemos, se confunde com a da defesa da nacionalidade” (CHAVES NETO, n.8, nov./dez., 1956, p. 64). Dentro dessa visão, o nacionalismo era uma etapa na direção do socialismo e as provas vinham sendo apresentadas pelas posições que tomavam outras nações subdesenvolvidas ao redor do mundo nas suas lutas “antiimperialistas”, como Índia, Coréia, China, Cuba, etc.

A ideia dos “degraus” a serem vencidos era dominante na política comunista desde a década de 1920, quando a influência de Stálin foi determinante e iniciou-se o domínio do que ficou conhecido como “etapismo” no comunismo internacional. A compreensão do processo histórico em “etapas” foi hegemônica entre a maior parte dos comunistas brasileiros até meados do século XX, conforme já exemplificado no capítulo 1 desta dissertação. Os “nacional-comunistas” da *Revista Brasiliense* não fugiam a esse “esquematismo” teórico, pois enxergavam na etapa democrático-burguesa um meio para se chegar ao socialismo, segundo apregoado desde a III Internacional de 1928. O nacionalismo era uma maneira de aceleração das transformações em curso para se aprofundar a “etapa nacionalista”, ou seja, democrático-burguesa e, então, se avançar para o socialismo. O intelectual Fabrício Soares, embora não tenha sido do grupo dirigente, resume bem a ideia da visão

marxista das etapas, utilizando de dialética simplista comum a muitos comunistas da época:

Nacionalismo e imperialismo são antítese e tese de que resultará a síntese, que será uma forma socialista de existência, plasmada de acordo com as condições peculiares de cada nação e de cada povo. A história não caminha para trás (n. 23, mai./jun., 1959, p. 94).

Curiosamente, Soares havia sido, entre 1947 e 1958, deputado estadual pela UDN, partido conservador, e acabou se aproximando da esquerda e dos socialistas pelo movimento nacionalista na década de 1950, quando em 1958 saiu da UDN e ingressou no PTB (SILVA, 1996). No artigo acima *Conceito Atual de Nacionalismo* o ex-deputado fez citação de diferentes pensadores como Caio Prado Júnior, Hermes Lima, Heitor Ferreira Lima, Alberto Pasqualini, líder do PTB, e Artur Fronzini, demonstrando ter conhecimento de diferentes interpretações nacionalistas sobre a realidade. De qualquer forma, não fica dúvida quanto à utilização simplista da dialética na passagem acima. É possível que justamente pela “superficialidade” da teoria nacionalista que ela tenha atraído tantos militantes de diferentes vertentes.

O argumento de um pensamento marxista “pobre” entre a intelectualidade brasileira está presente no argumento do livro *A Derrota da Dialética* de Leandro Konder (2009), quando o historiador aponta a influência do pensamento stalinista no Brasil a partir principalmente da década de 1930, e subsequentemente a fraqueza das reflexões teóricas dos comunistas ou marxistas até pelo menos as décadas de 1950 e 1960. No livro, inclusive, houve críticas diretas a dois intelectuais do grupo dirigente da *Brasiliense*:

[...] também eram derrotas da dialética dois livros de filosofia escritos por Caio Prado Júnior, nos anos 1950, intitulados *Dialética do Conhecimento* e *Notas Introdutórias à lógica dialética*, nos quais é penoso ver como o brilhante historiador paulista enfrenta temas com os quais tem escassa familiaridade. E, se lembrarmos um livro do médico paulista Álvaro de Faria, publicado em 1960, torna-se mais evidente o quadro da completa indigência do marxismo brasileiro da época no terreno da filosofia (idem, p.14).

Outros historiadores enxergaram uma visão mais complexa no historiador Caio Prado Júnior (IUMATTI, 2007; SECCO, 2016). João Carlos Reis, aliás, defendeu que Caio Prado foi um dos poucos historiadores verdadeiramente dialéticos do Brasil até meados do século XX. Fazendo a comparação entre dois pensadores comunistas importantes do Brasil e suas afiliações teóricas, afirmou Reis:

Sodré alinhou-se mais à análise de Lênin/Stalin dos países subdesenvolvidos e coloniais e Caio Prado talvez, e mais indiretamente, à análise trotskista. De um lado, a revolução nacional democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista (Lênin, Stalin e Sodré); de outro, a luta do proletariado pela independência nacional e, a longo termo, pelo socialismo (Trotsky, Caio Prado). Sodré alinha-se às teses da III Internacional; Caio Prado talvez às teses da IV Internacional. As relações entre Sodré e as teses da III Internacional são explícitas e diretas; as relações de Caio Prado as teses da IV Internacional são implícitas, indiretas e hipotéticas (2007, p.151).

Mesmo tratando de uma hipótese, da relação de Caio Prado com o trotskismo, interessa ressaltar a diferenciação que Reis faz do historiador com o restante dos intelectuais comunistas do país, representados por Sodré. Aquele seria o pensador que fugiria dos esquematismos do marxismo dogmático, pois mesmo filiado ao Partido Comunista, seguia linhas de reflexão próprias e no livro *A Revolução Brasileira* (1966), apontaria para uma outra ideia de revolução diferente do pecebismo.

A influência e a manutenção do “etapismo” no pensamento teórico dos autores do grupo dirigente pode ser medida pela discussão em torno do “relatório secreto” de Krushev publicado no XX Congresso do Partido Comunista em fevereiro de 1956. O relatório começou a ser mais profundamente discutido no Brasil na segunda metade de 1956 e recebe atenção da *Revista Brasiliense* no número 5, quando Álvaro de Faria publica o artigo *O XX Congresso do P.C.U.S nos Quadros do Mundo Atual* (mai./jun., 1956) e não faz nenhuma menção negativa a Stálin; pelo contrário, Faria sustenta que o congresso atualizou as determinação anteriormente lançadas pelo ex-líder de “chegar ao socialismo nos termos do que ele chamava de desenvolvimento pacífico” (p. 26). Esse artigo não foi o único a tomar Stálin como “antecipador” da Coexistência Pacífica, pois Elias Chaves Neto também sustentou essa posição ao retomar o tema do XX Congresso no número 8 da revista, *Legalidade Socialista* (nov./dez., 1956). Mais importante que defender Stálin como “precursor” da política de Coexistência Pacífica, defendida por Krushev no XX Congresso, foi enxergar em Stálin a solução para as “questões nacionais”, visto que este era, afinal, o objetivo maior da publicação:

A importância das soluções nacionais vai sendo melhor compreendida pelas grandes massas humanas, o que levou Stálin a dizer, no discurso de encerramento do XIX Congresso da União Soviética, realizado em 1952, dirigindo-se às delegações estrangeiras, que se os comunistas desejavam

ser a força dirigente dos seus países, deviam empunhar a bandeira da soberania nacional e das liberdades democráticas burguesas, que a burguesia no seu afã de manter a sua dominação de classe jogara fora (idem, p. 59).

O líder da União Soviética recebeu neste excerto tom elogioso, sendo referido como antecipador das lutas nacionais; porém, a seguir, no mesmo artigo, se teceria críticas genéricas ao “culto à personalidade” e aos métodos “anti-democráticos” dentro da União Soviética e dos partidos comunistas ao redor do mundo. Não houve, contudo, na *Revista Brasiliense* crítica sistemática a Stálin, aceitando-se que talvez fossem necessários no período os métodos empregados por ele:

Efetivamente, sem mesmo entrarmos na apreciação, de se saber se certos métodos de autoridade, que degeneraram depois em graves e intoleráveis abusos, eram necessários na fase de luta revolucionária seguida de agressão estrangeira (idem, p.62).

Na sequência do artigo, o intelectual chegou a se referir aos “crimes praticados por Stálin” (p.63) para dizer que o XX Congresso decretou que eles não seriam mais necessários, pois agora seria possível chegar ao socialismo pela “via pacífica”, conforme anunciado pelo novo líder Krushev. As discussões sobre os “crimes de Stálin” não apareceram mais na publicação e apenas houve referências ao problema do “culto à personalidade”. A diminuta incidência dos debates sobre os crimes de Stálin e, especialmente, sobre os problemas do autoritarismo e do personalismo parecem indicar o esforço que a publicação teve de se manter dentro do movimento comunista brasileiro. Caio Prado, que matinha suas divergências de atuação política e teórica com o partido, poderia ter se aproveitado da fragilidade do “partidão” e ter exposto mais seus agravos. No entanto, a situação não ocorreu desta forma; existiram críticas da revista ao Partido Comunista, mas elas foram pontuais, e em momentos de fragilidade, como da divulgação do relatório Krushev de 1956 e da criação do PC do B em 1961, não parecem ter sido metodicamente exploradas pelo grupo dirigente.

O principal “incidente” entre o periódico e o Partido Comunista ocorreu justamente no início da publicação e no contexto de mudanças internas dentro da organização, que modificava sua orientação após a morte de Getúlio Vargas. No primeiro número da revista de setembro-outubro de 1955, Elias Chaves publicou o artigo *Política de União Nacional*, na qual defendeu a união entre as classes sociais

para “salvar” a Constituição do país, ameaçada pelos movimentos golpistas organizados desde o suicídio de Vargas em 1954. Mesmo fazendo a defesa da liderança do Partido Comunista no país, o intelectual teria sido acusado por Luís Carlos Prestes (*Voz Operária*, 28/04, 1956) de ser o diretor-responsável de uma publicação de caráter “reformista”. Em sua defesa, Elias Chaves Neto publicou o editorial *Emancipação Nacional e Defesa da Constituição* (n. 5, mai./jul., 1956), no qual argumentou que não estaria tomando uma posição diferente do próprio Partido Comunista no amparo ao candidato Juscelino Kubitschek às eleições de 1955. O diretor se justificou: “não penso haver escrito um artigo reformista e anti-revolucionário, colocando-me, como diz o Sr. Luís Carlos Prestes, ao serviço do opressor norte-americano do novo povo e contra a revolução” (p.9). Explicou ainda que, caso tenha se expressado de forma não tão clara em relação a sua posição como comunista, isto se dava pelos limites que existem dentro da *Revista Brasiliense*, pois esta buscava “ajudar a criar pelo estudo dos problemas brasileiros uma consciência nacional antiimperialista” (p.7) e, portanto, ele não estaria autorizado a se expressar com o “vocabulário” que estivesse em divergência com o Manifesto de Fundação da publicação. Ou seja, não poderia proferir vocabulários que teriam significados específicos apenas para os intelectuais revolucionários e comunistas.

Sendo assim, de acordo com o diretor-responsável, a *Revista Brasiliense* não estava em divergência com o Partido Comunista ao buscar criar uma política de “união nacional”. A confusão entre o periódico e o secretário-geral do Partido Comunista, Luís Carlos Prestes, exemplificavam as transformações que ocorriam dentro do horizonte de expectativas da militância comunista em meados da década de 1950, cujo momento era o de disputas internas e de elaboração de uma nova tática, conforme pode ser observado até mesmo nas páginas da *Voz Operária*, veículo oficial do partido (OLIVEIRA, 2013).

Afora esse “incidente” inicial, a relação da *Brasiliense* foi de apoio e suporte às lutas do partido: em dezenas de editoriais e artigos houve a defesa pela legalização do partido e a importância do mesmo para o avanço do movimento nacionalista no país. No número sete da publicação, Chaves Neto publicou o artigo *Sentido Dinâmico da Democracia* (set./out., 1956), no qual defendeu entusiasticamente a legalização do PCB para que houvesse democracia no país:

Este é o verdadeiro sentido da democracia que tem a sua materialização no respeito à vontade popular, patente na legalidade de todos os partidos políticos através dos quais essa vontade tende a se exprimir – notadamente, o Partido Comunista (p.20).

No número seguinte, no artigo anteriormente citado, *Legalidade Socialista*, houve nova defesa de fim da clandestinidade da organização – máxima que se manteve em editoriais e artigos defendidos por Elias Chaves Neto ao longo de toda existência da publicação. É importante notar que a campanha de Chaves Neto pela legalização do “partidão” foi anterior à decisão tomada pelo mesmo em 1961 de mudar o nome do partido de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, visando obter registro no Tribunal Eleitoral. O diretor defendia com afinco a ideia de legalização desde 1956.

Em 1961, Elias publicou o artigo *Legalidade do Partido Comunista, Marcha para a Revolução Socialista* (n.38, nov./dez.), no qual faz a defesa da possibilidade de “revolução pacífica” pela atuação parlamentar e democrática: “pode a maioria do povo, pelos seus representantes no Parlamento, proclamar a supressão da propriedade privada dos meios de produção” (p.40). Essa posição levantada por Elias Chaves Neto na defesa da “revolução” pela “via parlamentar” foi sustentada por Fernando Limongi como precursora no Brasil do “eurocomunismo” no Brasil (LIMONGI, 1987).

A possibilidade de, por meio da democracia eleitoral, suprimir os “meios de produção” colocava um horizonte de expectativa mais radical no nacionalismo que a revista vinha propondo na década de 1950. Provavelmente, a transformação no discurso dos intelectuais ocorreu, no plano interno, pela vitória do movimento popular da “Campanha da Legalidade”, que permitiu a posse do vice-presidente João Goulart em setembro de 1961 e, no plano externo, o periódico estaria absorvendo o sucesso da “revolução antiimperialista” de Cuba que se transformara, segundo a declaração do governo cubano, em revolução socialista em abril de 1961. O peso de Cuba no horizonte dos intelectuais é difícil de ser mensurado, mas posturas ainda mais radicais foram defendidas pelos intelectuais a partir da evolução de tais acontecimentos. Para se compreender a dimensão desse “radicalismo”, Elias Chaves acabou reconhecendo em determinado momento outra possibilidade de revolução no horizonte que não pela “via pacífica e parlamentar”:

[...] se a situação das massas populares for de tal forma grave, como todos os dias proclamam os políticos que nada fazem para minorar a situação, que um levante popular se registre, e então, como no caso de Cuba, será a consciência revolucionária do nosso povo despertada pela luta legal do partido pela satisfação das suas reivindicações, que poderá transformar um levante popular numa grande revolução, capaz de abrir para o nosso País todas as perspectivas de paz, bem-estar coletivo e felicidade, inerentes ao mundo socialista (p.46).

Neste trecho percebe-se a tentativa de agrupar experiências diferentes que estariam ocorrendo e mudando as suas percepções. Nesse momento, Elias Chaves Neto continuava defendendo a legalização do Partido Comunista e a atuação parlamentar como direcionamento político, mas incorporou, creio que provisoriamente, outros significados que foram sendo referidos para o nacionalismo por outros agentes e grupos políticos de esquerda.

Abolir a “propriedade dos meios de produção” e “levante popular” não eram conceitos elaborados pelo intelectual anteriormente – especialmente durante o governo JK e os debates em torno do “desenvolvimento” e do “progresso” - e não voltaram a ser elaborados em outros artigos e editoriais. A “via parlamentar” e pacífica continuava sendo a opção política do periódico, embora com muito menos entusiasmo a partir de 1961.

3.2.5 O jogo eleitoral e a estratégia política

Durante a existência da *Revista Brasiliense* a estratégia político-eleitoral do periódico esteve em consonância com a posição defendida pelo Partido Comunista, qual seja, apoiar os candidatos que estivessem mais próximos do programa do partido para acelerar a “revolução democrático-burguesa”. Esta posição, de busca pela influência no jogo eleitoral, foi sendo estabelecida, como dito anteriormente, pelo partido a partir do IV Congresso de 1954, logo após a morte de Getúlio Vargas, e se consolidou no apoio dado à candidatura de Juscelino Kubitschek em 1955 contra os “setores golpistas”:

O Partido Comunista do Brasil apoia e indica aos sufrágios do povo as candidaturas à presidência e vice-presidência da República dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, os quais, através de pronunciamentos públicos, já se declararam dispostos a lutar contra o golpe, em defesa da Constituição e das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida do povo. A vitória das candidaturas Kubitschek e Goulart será a

derrota dos generais golpistas, dará um novo impulso às forças democráticas e patrióticas e poderá determinar importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil (O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, Voz Operária, 24/09/1955 apud CARONE, 1982, p. 137-138).

Esse manifesto eleitoral elucida a mudança de orientação dos comunistas frente à situação eleitoral no país, escolhendo candidatos “mais progressistas” entre os grupos eleitorais possíveis. Os intelectuais do grupo dirigente da *Brasiliense* seguiram a mesma orientação, embora mantendo muitas vezes crítica aos candidatos e ao sistema político brasileiro. Com o resultado dos pleitos e as sucessivas derrotas dos candidatos apoiados pelos comunistas, houve dura autocrítica nas páginas da revista sobre a estratégia eleitoral e sobre a posição política dos candidatos defendidos. Muitas vezes a crítica do grupo dirigente se estendeu ao Partido Comunista e frequentemente ao sistema eleitoral brasileiro como um todo, que permitia, segundo o periódico, candidatos sem posicionamentos ideológicos coerentes, uma vez que os partidos políticos eram conduzidos por interesses pessoais e oligárquicos.

A primeira eleição a se passar no período de existência da publicação ocorreu em outubro de 1955 no pleito para escolher o novo presidente e vice-presidente do país – cabe lembrar que eles eram escolhidos separadamente pelo voto popular. Não houve manifestações de apoio do periódico à candidatura de Juscelino Kubitschek, do PSD, e João Goulart, do PTB, recomendados, como dito anteriormente, pelo Partido Comunista. Provavelmente o motivo que tenha levado a revista a não se envolver nessa disputa tenha sido o seu lançamento na semana seguinte à eleição; a primeira edição bimestral correspondia a setembro e outubro de 1955, e as eleições ocorreram em 3 de outubro. Dessa forma, como a revista foi difundida ao público em meados do mês de outubro e a eleição já teria transcorrido, possivelmente teria sido negativo o apoio a um candidato que talvez tivesse sido derrotado antes da circulação do próprio periódico.

JK foi o candidato vitorioso nas eleições de 1955 e apareceu pela primeira vez nas páginas da *Brasiliense* no editorial *O Sentido Amplo da Anistia de Caio Prado Júnior* (n.4, mar./abril, 1956), no qual o autor defendeu, em um primeiro momento, a anistia àqueles que estiveram envolvidos nas disputas políticas e militares para garantir a posse do novo presidente no que ficou conhecido como o

Golpe Preventivo, liderado pelo Ministro da Guerra marechal Henrique Lott, escolhido, em vista de sua participação no episódio, como ministro da Guerra de Juscelino. Nesse editorial, Caio Prado apresentou certo otimismo com a vitória de JK para presidente e Jango para vice-presidente: “o Sr. Juscelino Kubitschek representa sem dúvida uma situação nova que abre perspectivas promissoras” (idem, p. 1). E completa, compartilhando do otimismo pré-eleitoral do próprio Partido Comunista, dizendo:

Há sem dúvida na visão geral e fundamental do Sr. Kubitschek um sopro de renovação. Nenhum presidente ainda subiu ao poder, ou nele se manifestou com uma posição tão definida e tão clara em face da transformação da economia brasileira e do seu aparelhamento técnico e industrial (idem, p.4-5).

O historiador também defendeu que a vitória eleitoral foi uma demonstração da vontade popular frente às adversidades políticas que o país enfrentava com o suicídio de Vargas e, assim sendo, uma vitória sobre os setores golpistas que tentaram inviabilizar as eleições de 1955 e a própria posse do presidente. No entanto, apesar das ponderações positivas, foram tecidas críticas ao programa de governo, especialmente no que tange à aceitação do “capital estrangeiro” para o desenvolvimento nacional, e a proposta de “reforma agrária”, que segundo Caio Prado, focava unicamente em “crédito abundante” para o setor: “A verdadeira reforma agrária que trará a solução desses problemas não virá por certo unicamente com a técnica apregoada pelo Sr. Kubitschek” (idem, p. 4).

A posição mais “otimista” em relação ao governo JK se dissolveu rapidamente nos números seguintes da revista com críticas fortes ao projeto de industrialização proposto pelo governo. No editorial de Elias Chaves Neto *A Política Brasileira* (n.8, nov./dez., 1956) estava presente a posição bastante crítica em relação ao governo JK no momento em que se fechava um ano de seu mandato. As críticas evoluíram bastante ao longo de seu governo e se tornaram ainda mais severas nos anos seguintes ao fim do mando presidencial.

A posição da publicação nacionalista em relação ao governo tem algumas pequenas distinções ao longo do tempo, entendidas pelas mudanças na conjuntura nacional. Na véspera das eleições presidenciais de 1960, disputada, entre outros, por Jânio Quadro, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), e Henrique Lott (PTB-PSB), JK recebeu críticas mais parcimoniosas, pois o seu ministro, Henrique Lott,

era amplamente defendido pelo Partido Comunista e pela revista – a defesa deste candidato foi o momento máximo do “nacionalismo eleitoral” do periódico. Lott era visto como continuidade do antigo governo e, assim, Juscelino não pudera ser retratado como completamente desastroso. Dessa forma, era perceptível uma posição mais favorável nos editoriais sobre o governo:

[...] a orientação política do Presidente Kutischek foi apenas em parte nacionalista. Dentro do seu governo digladiaram-se as forças nacionalistas e aquelas intimamente ligados aos interesses imperialistas em nossa terra; luta à qual o Presidente pretendeu se sobrepor com sua política desenvolvimentista (CHAVES NETO, n.31, set./out., 1960, p. 2).

Depois de fazer ao longo do mandato de JK duras críticas em relação à política econômica e à política externa, presentes, por exemplo, no editorial *Pan-Americanismo* (CHAVES NETO, n.18, jul./ago., 1958), que atacou a condescendência do governo com o imperialismo estadunidense no país, a amenização das críticas gera estranhamento, porém esta parece ter sido a tática para apoiar o candidato Henrique Lott, seguindo, assim, a mesma orientação do Partido Comunista. A tática momentânea foi essa, a estratégia geral era sempre defender forças que pudessem fazer avançar, ou pelo menos não permitir retroceder, o progresso da “etapa nacionalista”, prelúdio da “marcha para o socialismo” preconizada pelos intelectuais comunistas da revista.

Depois das eleições, com a derrota do “candidato nacionalista”, a posição dos intelectuais foi bastante dura ao se referirem a JK, ficando inclusive mais diretas do que durante o seu mandato. Caio Prado Júnior no primeiro editorial após as eleições, *As Eleições de 3 de Outubro*, com os resultados das eleições consolidadas, atacou profundamente o governo “desenvolvimentista”, pois segundo o historiador, este foi “certamente o mais entreguista, e nunca a economia brasileira assistiu à tamanha orgia imperialista” (n. 32, nov./dez., 1960, p. 8).

A postura mais “leve” com JK no primeiro editorial estava condizente com a tática eleitoral de apoio ao seu sucessor, Henrique Lott, e, por isso, era importante não fazer críticas duras no momento chave das eleições presidenciais; além disso, entendo que Caio Prado Júnior tinha mais autonomia para fazer críticas a posturas defendidas pelo Partido Comunista, como a defesa da chapa Lott-Goulart, pois, enquanto Elias Chaves Neto esteve mais próximo ao partido, defendendo sua legalização e preocupado com a participação da revista nos esforços gerais do

partido, Caio Prado tinha mais liberdade para posturas mais críticas e ousadas, visto que em seu editorial, além das críticas a Kubitschek, teceu críticas à atuação do Partido Comunista. Segundo o intelectual ao enfatizar a atuação no jogo político-partidário, a organização estava perdendo o foco junto à massa trabalhadora e à militância de base. Analisando com censura o papel dos comunistas nas eleições e na luta política do país, Caio Prado argumentou que

[...] se tinham divorciado das massas trabalhadores e populares, por insuficiente e inadequada organização de base. Era o resultado de graves erros de orientação que vinham de longa data. Em vez de concentrarem seus esforços na estruturação de suas bases, organizando efetivamente o proletariado dentro de um verdadeiro partido operário (isto é, apoiado fundamentalmente no interior das empresas), os comunistas se tinham dispersado durante longos anos numa estéril política de cúpula, eleitoral e sindical. Fizeram dessa política, que de ser extensão e expressão da atividade das bases, o seu objetivo essencial, e mesmo, frequentemente, único.

A outra razão da cegueira dos comunistas em frente à realidade política, razão essa derivada da primeira apontada, se encontra nas absurdas concepções deformadoras de sua linha política que vêm há longos anos dominando. Esquemáticamente, essas concepções se reduzem ao seguinte: o capitalismo constitui na fase atual do Brasil um sistema 'progressista', cabendo pois aos comunistas ampararem e promoverem esse sistema, o que resultará no 'desenvolvimento' do País. E com isso se encaixa a ação política dos comunistas, no 'desenvolvimento' do Sr. Kubitschek (idem, p.14-15).

A posição sustentada pelo intelectual poderia ter gerado problemas internos com o partido, caso tivessem sido proferidas em outro momento, especialmente antes da maior abertura ocasionada pelo XX Congresso do PCUS de 1955. Como salvaguarda adicional, o historiador tinha posição de prestígio frente ao partido, haja vista sua importância para a sustentação financeira do organismo e por sua rede de sociabilidade articulada com os setores intelectuais e culturais do país. Sendo assim, talvez, caso essa crítica fosse elaborada por outro militante sem notoriedade, o resultado poderia ter sido diferente, ocasionando alguma punição ou expulsão. Além das críticas à posição política-eleitoral em questão, Caio Prado esteve travando no momento debates acirrados em relação à “questão agrária”, na qual tomava posição divergente daquele defendida pelo partido, conforme visto neste capítulo. Ou seja, o historiador tinha o capital e mecanismos suficientes para fazer “lances” que desafiavam o partido tanto em sua parte organizacional e política, quanto em sua compreensão teórica dos problemas nacionais. Um ano depois, seguindo a mesma postura crítica em relação ao presidente “bossa nova”, no editorial *Panorama da*

Política Brasileira (n.38, nov./dez., 1961) Caio Prado voltaria a atacar JK o acusando de ter feito “talvez a administração mais antipopular” do Brasil pelo seu “entreguismo” e pela inflação crescente (idem, p. 5). Não houve, contudo, nesse texto, crítica à atuação do Partido Comunista, que estava provavelmente fragilizado com os processos de rompimento da ala que criaria o Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1961. A postura de Caio Prado de crítica ao governo contrastaria bastante como o otimismo demonstrado no início do mandato.

É interessante refletir, no entanto, que as críticas feitas por Caio Prado ao PCB poderiam ser dirigidas à própria *Revista Brasiliense*. Ora, se o partido escolheu apoiar a candidatura de Lott, a revista fez o mesmo papel com a anuência do conselho de redação, ou seja, com a aceitação do próprio Caio Prado; ademais, a publicação estava envolvida em uma disputa bastante intelectual por seus projetos políticos, tendo pouca (ou nenhuma) inserção entre as “massas”. Quando se referiam constantemente à “opinião pública” certamente não estavam atingindo com o periódico a massa de operários urbanos ou rurais que tanto evocavam em seus escritos.

Nas eleições estaduais de 1958, a primeira que *de fato* a revista “cobriria”, o aspecto de descrença nas candidaturas apresentadas foi a tônica geral. Em São Paulo, onde a disputa eleitoral foi mais noticiada, os dois principais candidatos eram Adhemar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), apoiado pelos comunistas, e Carlos Carvalho Pinto do Partido Democrata Cristão (PDC). Nas páginas da publicação apareceram críticas a ambos os candidatos. No editorial *As Eleições de 3 de Outubro*, Elias Chaves Neto mostrou-se crítico ao defender o candidato do PSP apoiado pelo Partido Comunista em São Paulo, pois ele estaria longe de representar os verdadeiros valores do nacionalismo, embora fosse melhor que o candidato opositor:

[...] a vitória de Carvalho Pinto assume um caráter conscientemente mais reacionário que a vitória de Adhemar de Barros, não tem dúvida, devido a sua ligação com o PTB e o apoio dos comunistas. Mas daí a falar em unificação das forças populares em torno de uma ideia – a ideia nacionalista – vai grande distância (CHAVES NETO, n .19, set./out., 1958, p. 3).

No editorial seguinte após a vitória de Pinto, *A Lição das Eleições de 3 de Outubro*, Caio Prado justificou a vitória do candidato “antinacionalista” por alguns fatores: primeiro, os eleitores não estavam “conscientes do antinacionalismo latente

naquela candidatura” (n.20, nov./dez., 1958, p. 2) porque, se estivessem, centenas de milhares de eleitores não teriam votado nele, ou seja, para o historiador, o candidato vencedor escondia sua postura “antinacional”; em segundo lugar, parte do eleitorado de São Paulo votou nas eleições *contra* Adhemar de Barros, visto que este era reconhecido pela “corrupção administrativa”, ou seja, a “maioria do eleitorado paulista votou a 3 de outubro contra a desonestidade e imoralidade administrativa” (idem, p. 3). Apresentando esses fatores para explicar a derrota do candidato apoiado pelo PCB, a “lição” tomada foi a mesma apontada para o resultado da eleição presidencial de 1960, qual seja, a falta de “militância de base”, pois os nacionalistas e comunistas ocupavam-se por demais da prática eleitoral:

A aproximação com o povo não cabe unicamente nas vésperas de pleitos eleitorais. Pelo contrário, a batalha das urnas deve se apenas a última etapa de um acurado trabalho preparatório, de forma a que o povo, ao formar seu juízo a respeito de candidatos e programas eleitorais, já esteja perfeitamente consciente do que quer, daquilo que vai ao encontro de suas aspirações, e saiba, portanto, com pleno conhecimento de causa, porque está votando, quais as questões em jogo, e como deve votar (idem, p. 5).

O pouco envolvimento da revista nas eleições de 1958 provavelmente ocorreu pela falta de identificação com os candidatos. Havia o reconhecimento de que teria sido melhor a vitória de Adhemar de Barros, mas não houve engajamento para ajudar a eleger o candidato. A posição dos intelectuais da revista, no entanto, mudou bastante com a campanha à presidência do general Henrique Lott em 1960. O militar foi retratado pelos intelectuais da revista, mesmo antes da oficialização de sua candidatura, como alguém de posições nacionalistas:

Este é o sentido do movimento nacionalista da qual o discurso do General Lott é em nosso País uma das manifestações parciais, restrita a determinados problemas específicos. O que importa é conferir a este movimento o seus aspecto geral, capaz de amalgamar numa mesma luta as classes mais diversas do nosso povo (CHAVES NETO, n.13, set./out., 1957, p. 6).

Haveria nos discursos do ministro posições de defesa nacional em temas mais específicos como a exploração das riquezas nacionais e a defesa da Petrobras, mas faltaria orientações mais gerais de como aplicar a política nacionalista. Quando as eleições de 1960 se aproximaram, como visto antes, a postura da revista com JK ficou mais amena e defendeu-se a candidatura de Lott, que era alguém ligado ao

governo JK, mas “representa uma voz discordante naquele governo” (CHAVES NETO, n.27, jan.-fev., 1960, p. 6). O editorial Rumo as Eleições concluía positivamente com a possível indicação do general à presidência:

[...] o povo aplaude a candidatura do Marechal Lott. É, porém, preciso que o Marechal defina a sua posição e não se isole dentro de um nacionalismo verbal, que se recusa a ver a evidência dos fatos econômicos, os quais levam, hoje, as nações poderosas, para manterem a sua dominação sobre as demais, a vilipendiarem o ideal nacionalista, pelo qual no passado, fizeram a sua grandeza (idem, p. 10).

Nesse excerto do editorial, Chaves Neto apoiou a futura candidatura de Lott, mas fazendo advertência da necessidade de aprofundar o “nacionalismo verbal” em algo mais concreto, que certamente seria o envolvimento com as pautas ligadas à postura econômica defendida pelo periódico.

A derrota do Marechal Lott, que fez apenas 32% dos votos, para Jânio Quadros (48%) provocou, como dito anteriormente, um editorial de crítica a “atuação eleitoral” do nacionalismo, pois, segundo Caio Prado em *As Eleições de 3 de Outubro* (n.32, nov./out., 1960), o povo votou contra o “falso populismo e a camarilha de especuladores de alto coturno e entreguista que em conjunto compõem a situação política brasileira de muitos anos a esta parte” (idem, p.11-12). Votando contra isso, teria o povo colocado algo ainda pior no poder, que seriam as forças conservadoras envolvidas com Jânio Quadros.

Nas eleições estaduais de 1963, o envolvimento da revista foi bastante pífio, mais do que nas eleições de 1958. Houve apenas alguns comentários sobre a vitória de candidatos não alinhados ao pensamento nacionalista. A exceção positiva no cenário foi a vitória do governador Miguel Arraes do PTB de Pernambuco, que recebeu apoio e páginas elogiosas sobre seu programa de governo por Caio Prado. No editorial *Um Discurso Marca Época* (n. 46, mar./abril, 1963) o historiador escreveu, de forma bastante incomum, um discurso elogioso ao político. Na introdução do editorial evidencia-se a posição em relação a Arraes:

O discurso do Sr. Miguel Arrais ao se empossar no governo de Pernambuco, constitui sem dúvida o documento político de maior expressão e valor da fase atual de nossa evolução histórica [...] traçou de maneira tão nítida e incisiva o quadro fundamental da situação brasileira, e interpretando-a, tirou as conclusões que essa interpretação comporta no que respeita à linha geral de ação política e administrativa que se impõe como solução para os grandes e fundamentais problemas pendentes (idem, p.1).

O novo governador de Pernambuco, segundo Caio Prado, teria compreendido o papel do imperialismo na economia nacional e, além disso, estava disposto a lutar pela extensão da legislação trabalhista ao campo, argumento defendido pelo historiador paulista em detrimento da primazia dada pelo Partido Comunista à luta pela reforma agrária e pelas cooperativas agrícolas. O entusiasmo que se encontrou na defesa de Arraes não encontraria eco em outros políticos do PTB: o presidente João Goulart não recebeu, de forma geral, críticas elogiosas pelos seus planos de governo, tendo poucas referências no periódico ao projeto das Reformas de Base. Em regra, o meio político estava desacreditado especialmente depois da derrota retumbante de Lott contra Jânio Quadros.

De forma bastante costumeira ao longo da existência da revista e principalmente após os fracassos dos candidatos apoiados pelo periódico, houve fortes críticas ao sistema político no Brasil, que acabava por não permitir a real manifestação da opinião pública, que seria defensora de posições nacionalistas. O sistema político-eleitoral no país, ainda incipiente, favoreceria o oportunismo e o personalismo das figuras políticas, pois os partidos teriam pouca base e fraca posição ideológica, algo que dificultava a leitura correta, por parte das massas, das posições defendidas pelos candidatos no interior de seus partidos e no que isso representaria para a nação.

No editorial *A Política Brasileira* (n.8, nov./dez., 1956) Caio Prado defendeu que o sistema político no país estaria dificultando o desenvolvimento da democracia e, por conseguinte, da economia:

[...] o nacionalismo, como expressão de um pensamento político vigoroso em contínua expansão e ascensão, desenvolve-se à margem da nossa vida política oficial. O mais que se observa a esse respeito, no círculo dos partidos e dos seus chefes e dirigentes, são posições assumidas em casos específicos, como no da Petrobrás, dos minerais atômicos e outros de menor expressão. E assim mesmo, trata-se menos de posições propriamente partidárias que de inclinações pessoais e em regras imediatistas. Os partidos, como partidos, não se manifestaram (p. 10).

Com pequenas oscilações, como na campanha do marechal Lott à presidência, a posição foi bastante crítica em relação à força política e ideológica dos partidos políticos legais – o Partido Comunista continuava na ilegalidade. Elias Chaves Neto manifestou-se da mesma maneira que Caio Prado ao dizer que “falta

de ideologia de nossos partidos políticos, que não se manifestando sobre os problemas fundamentais [...] sem pontos de vista definidos [...] ou pela simples confiança que lhe inspira a personalidade forte de alguma político demagogo” (n. 19, set./out., 1958, p. 3). Em realidade, a descrença na política eleitoral e parlamentar não era apenas um posicionamento da esquerda brasileira, conforme demonstrado pela crise do populismo e pelo golpe civil-militar de 1964.

3.3 (Des)encontros do nacionalismo

Ao longo deste capítulo, procurei demonstrar os significados e as intencionalidades do discurso produzido pelos intelectuais da *Revista Brasiliense* a partir principalmente do “conceito guarda-chuva” (KOSELLECK, 2011) do nacionalismo e de outros conceitos interligados a este. O Manifesto de Fundação da *Revista Brasiliense* e diversos artigos e editoriais buscavam enfatizar a “união” dos intelectuais em torno de um projeto político. No entanto, apesar da unidade formal, ocasionada pelo manifesto e pelo pertencimento ao mesmo conselho de redação, existiram alinhamentos discursivos e alguns “desencontros” entre os membros do grupo dirigente da referida publicação. Os “desencontros” ocorriam pelas diferenças interpretativas sobre os eventos conjunturais do país e do mundo. Como os próprios escritos apontam, eram perceptíveis entre os intelectuais os deslocamentos e as transmutações semânticas. Nas palavras de Álvaro de Faria, um dos intelectuais dirigentes:

Se tudo se transforma, os conceitos dos homens não haveriam de ser uma exceção dessa lei geral. No meio de todas as transformações das nossas ideias também vem sofrendo mudanças o conteúdo da ideia de nacionalismo (n.23, mai/jun., 1959, p. 44).

Havia ainda a preocupação com significados “deturpados” que as pessoas pudessem ter a respeito do nacionalismo, confundindo-o com elementos de “xenofobia” ou “chauvinismo” burguês (CARDOSO, n.12, jul./ago, 1957). Isso era possível porque o espaço de experiência dos sujeitos/leitores ainda compartilhava dos significados “nacionalistas” atribuídos ao fascismo e ao nazi-fascismo. Além disso, havia referência ao imperialismo inglês e estadunidense como igualmente representante do nacionalismo “negativo” que aquelas nações produziram sobre o

restante do globo terrestre: “[...] o nosso nacionalismo não se reveste de nenhuns destes aspectos negativos que tão frequentemente, em outros lugares e épocas, acompanham as manifestações nacionalistas” (PRADO JÚNIOR, n.2, nov./dez., 1955, p.82).

Para os autores da *Brasiliense*, a tentativa de ligar o nacionalismo brasileiro a esses outros significados foi uma estratégia dos “entreguistas” para arrefecer o movimento popular por trás do nacionalismo: “No nacionalismo burguês existe o germe do regime colonial e do cosmopolitismo e no nacionalismo popular estão as nascentes da fraternidade democrática das nações” (FARIA, n.23, mai./jun., 1959, p. 44). De tal modo que os intelectuais, sejam eles comunistas ou não, fizeram questão de se afastar desses antigos significados que remetiam a um outro nacionalismo, em um outro tempo e desvinculado do lugar do qual eles estavam tratando.

Por outro lado, havia, além das divergências de significados na linguagem política geral, dentro da publicação algumas distinções de posições quanto à semântica do nacionalismo. O diretor-responsável, Elias Chaves Neto, o médico Álvaro de Faria e o engenheiro Paulo Alves Pinto, os principais colaboradores e articuladores do periódico junto com Caio Prado (MONTALVÃO, 2006), estiveram defendendo posições mais próximas das teses elencadas pelo Partido Comunista - pelo menos a partir da Declaração de Março de 1958, quando o partido abandonou a perspectiva mais sectária e aceitou o movimento nacionalista como aceleração do processo de desenvolvimento nacional. Defendiam, portanto, a importância (relativa) da burguesia nacional, pressionada pelas massas de trabalhadores, para o desenvolvimento industrial, visto que ela “deveria” ter posição opositora ao imperialismo; no campo, também atuaram mais próximos ao partido ao defenderem a importância da reforma agrária e das cooperativas agrícolas, lutando contra o latifúndio e pela divisão de terras. E, de forma geral, esses sujeitos acreditavam, conforme dito inúmeros vezes, na sucessão das “etapas” entre o capitalismo e o socialismo, sendo este último inexorável no processo histórico da humanidade. Perspectiva esta sintetizada nas contínuas descrições da “marcha para o socialismo” que viria ocorrendo no Brasil e no mundo ao se mostrar o sucesso dos países não-alinhados ao enfrentar o imperialismo estadunidense.

O historiador Caio Prado Júnior, por sua vez, fez “lances” (POCOCK, 2003) diferentes dentro da proposta política do pensamento nacionalista do Partido Comunista. Caio Prado, além de criticar o partido em outras questões mais

organizacionais, como a atuação político-eleitoral ou a militância de base, tinha desacordo com a ideia dos “restos feudais” no campo brasileiro. O historiador paulista entendia que deveria haver a luta pela extensão da legislação trabalhista ao campo como elemento basilar da “questão agrária”, algo que considerava a “verdadeira reforma agrária”. Em relação ao papel da burguesia nacional, Caio Prado desacreditava na sua ação pretensamente revolucionária, entendendo-a como subordinada direta ou indiretamente do capital estrangeiro e dele se beneficiando. Sendo assim, por falta ou omissão deste agente transformador, atribuía ênfase especial à atuação das massas de trabalhadores que deveriam liderar o movimento nacionalista a partir de reivindicações imediatas por melhores condições de trabalho e de vida. Seria dessa luta que aumentaria a consciência nacional no sentido da efetivação das políticas governamentais que desenvolveriam a economia do país. Essas críticas que foram “lançadas” nos artigos da *Revista Brasiliense* foram retomadas e reafirmadas no seu livro clássico *A Revolução Brasileira* (1966) – obra bastante influente dentro da esquerda brasileira nas décadas de 1960 e 1970, que tinha posição crítica em relação ao papel que teria tomado o Partido Comunista na véspera do golpe civil-militar de 1964. De certa forma, o discurso político de Caio Prado, que não teve a reverberação esperada nas décadas de 1950 e principalmente início de 1960, acabaria por se tornar bastante significativo para as esquerdas nas décadas seguintes.

No Conselho de Redação, havia ainda Heitor Ferreira Lima, ex-comunista expulso do partido, que tinha posições próximas ao “nacionalismo burocrático” (ALMEIDA, 2014) e, por isso, algumas distinções em relação à posição do Partido Comunista. Ferreira Lima defendeu em um primeiro momento a importância do capital estrangeiro, em especial o europeu, e a necessidade de favorecer a exportação de mercadorias, algo que contrariava os objetivos dos comunistas de fortalecer o mercado interno. Os artigos deste autor eram bastante “técnicos” com tabelas e explicações econômicas para justificar seus posicionamentos em relação à economia nacional. Os temas principais de seus artigos eram a “indústria naval”, ferroviária” e questões ligadas à produtividade da economia.

Aproximando-se dos artigos mais “técnicos” de Heitor Ferreira Lima, houvera um grupo de intelectuais mais preocupados com a análise acadêmica do nacionalismo e dos problemas nacionais. Oriundos da USP, Fernando Henrique Cardoso e João Cruz Costa, o único deste grupo a permanecer no Conselho de

Redação do início ao fim, e Sérgio Milliet, que publicou apenas artigos referentes à questão cultural, são exemplos dessa perspectiva. Em 1956, Cardoso, entretanto, escreveu em um primeiro momento artigo com posição mais política – logo após a eleição de seu pai a deputado federal; em um segundo momento, seus artigos contavam mais claramente com o “idioma” acadêmico, publicando sobre os temas da educação, da industrialização e da questão social no país. Em relação a primeira postura mais militante, seria visível no artigo *Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo*:

Nacionalismo moderno surge exatamente como ideologia que permite atender às condições do desenvolvimento econômico rápido nos países onde a opinião pública [...] começa a atuar, tendo possibilidades de imprimir ao processo de desenvolvimento econômico o rumo que deseja (n.12, jul./ago., 1957).

No entanto, mesmo com “teor mais político”, o “idioma” (POCOCK, 2003) acadêmico teria sido importante na hora de expor seus argumentos, utilizando um número grande de referências bibliográficas e notas de rodapé. Em um sentido parecido com o do professor Fernando Henrique Cardoso havia o intelectual e também professor da USP, João Cruz Costa, que em seus artigos igualmente se aproximava do viés mais acadêmico e analítico do nacionalismo. Em *As Transformações do Pensamento Brasileiro no Século XX e o Nacionalismo* (n.40, mar./abril, 1962) o intelectual historiciza a questão nacional dentro da perspectiva da “história intelectual” (p.51) e da “história das ideias” (p. 52). Ele defende que o

[...] nacionalismo não goza, em virtude do que a história recente nos mostrou, de uma significação simpática, e forças há interessadas em dar-lhe uma ressonância odiosa, odiosidade que elas não contêm nem poderiam conter em um país de formação tão heterogênea como é o Brasil (idem, p. 54).

Apesar do texto com características acadêmicas, com mais de trinta notas de rodapé e discussões com a bibliografia especializada, o pensador não deixou de se colocar ao lado na defesa dessa ideologia. Completou dizendo que essa forma de pensar era

Uma revolução que só os cegos não vêem e os surdos não ouvem, processa-se porém de forma cada vez mais consciente. A esse progresso de consciência, que se faz em meio de vicissitudes e contradições, poderíamos talvez chamar de nacionalismo (idem, p. 58).

O intelectual teve colocação mais direta em defesa do nacionalismo, posição diferente de outros partícipes da publicação como Octavio Ianni, que no momento parecia ter uma análise mais “científica” e “técnica” do nacionalismo e menos política. Este sociólogo explicou, contrariando inclusive as afirmações anteriores de Fernando Henrique Cardoso, que “não se pode identificar o nacionalismo com o estatismo, pois isto seria confundir o fenômeno com uma das suas formas de manifestação” (n.14, nov./dez., 1957). No artigo *Aspectos do Nacionalismo Brasileiro* ele tentou explicar a manifestação ideológica do fenômeno na história do Brasil, mas conclui que, diferente do *nativismo*, que esteve arraigado à independência política do país, o nacionalismo era “elemento da ideologia da burguesia industrial brasileira” (p.133). E completava dizendo que a burguesia seria “a camada mais diretamente atingida pela fase imperialista das economias capitalistas, com as quais o País mantém intercâmbio” (p.133). Neste aspecto, ao defender a situação de oposição da burguesia nacional ao imperialismo não estava distante das teses defendidas pelo Partido Comunista. Essa hipótese da “burguesia nacional” como verdadeira beneficiada pelas políticas nacionalistas tem aproximações com a de Hobsbawm (2013), conforme visto no capítulo 1 desta dissertação.

O professor Hermes Lima, sócio de Caio Prado na Editora Brasiliense, e filiado ao PSB apresentou posição divergente quanto aos “grupos de interesse” do nacionalismo. Talvez sua manifestação fosse semelhante àquelas defendidas por outros intelectuais do mesmo partido, como Sergio Milliet e Sérgio Buarque de Hollanda, embora esses não tenham se manifestado sobre tal assunto. Hermes Lima sustentou que

Não devemos entregar o nacionalismo nem aos comunistas nem aos imperialistas colonizadores, mas fazer do nacionalismo a grande arma construtora das nações em processo de subdesenvolvimento (LIMA, n. 18, jul./ago., 1958, p. 21).

O intelectual estava provavelmente fazendo um contraponto ao posicionamento dos comunistas, demonstrando, assim, que era possível articular um movimento nacionalista fora do “partidão”. Essa postura não entrava em confronto com os intelectuais comunistas da *Brasiliense*, porque eles próprios apoiavam que não se

deveria entender a “etapa nacional” por uma forma de comunismo, embora afirmassem que a primeira etapa que levaria a segunda.

É importante perceber que os intelectuais da USP tinham um *ethos* que os distinguiam dos demais. Produziram trabalhos com muitas citações e notas de rodapé, que conferiram um *status* acadêmico aos seus artigos. À exceção de Cardoso em um primeiro artigo *Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo* (n.12, jul./ago., 1957) a construção do conhecimento parecia ser mais técnica e menos “politizada”, embora não fugisse as discussões gerais da revista e na maioria dos casos defendesse o nacionalismo, conforme visto anteriormente por João Cruz Costa. A perspectiva acadêmica, de alguns membros inclusive ligados ao PSB como Sergio Milliet, Sérgio Buarque de Hollanda, e até mesmo Hermes Lima, que não era do grupo dirigente, aumentava a quantidade de “idiomas” do nacionalismo proposta pela *Revista Brasiliense*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo compreender como se formou a “constelação nacionalista” dos intelectuais da *Revista Brasiliense*, interligando a origem social e cultural dos autores ao discurso político proferido por eles. Entendo que a compreensão de um *ethos*, isto é, de valores compartilhados se depreendem dialeticamente, de um lado, pelas origens sociais e econômicas, e, de outro, a partir da análise daquilo que é manifestado discursivamente pelos sujeitos. Busquei, portanto, perceber os laços sociais e as vinculações teóricas por trás da organização do periódico.

No intuito de entender a abrangência global do fenômeno do nacionalismo, para depois localizá-lo no caso brasileiro, segui pelo caminho da inter-relação entre a modernidade, o capitalismo e a formação do Estado, conforme apresentei em um primeiro momento deste trabalho por meio das discussões historiográficas sobre a “questão nacional”, que acabaram por sugerir a combinação entre o pensamento político nacionalista e a modernidade. O desenvolvimento do capitalismo ao redor do mundo e a necessidade crescente de aparato burocrático administrativo aceleraram as necessidades de se organizar a sociedade a partir de políticas públicas que abrangessem parcelas cada vez maiores da população dos Estados.

O sociólogo inglês Anthony Smith afirma que a forma como foram construídas as “comunidades culturais” (1997, p. 30), isto é, as nações, serviu essencialmente para mascarar as clivagens sociais, políticas e culturais que existem nas sociedades. Em nome da “condição nacional” (ANDERSON, 2008), aceitou-se, por uma série de motivos, a hegemonia de grupos que trabalharam em prol da “superfamília imaginária”. Eric Hobsbawm em seu livro *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* (2013) disse que o nacionalismo, ao fim, desenvolvia-se e avançava como a ideologia da classe burguesa, preocupada em desenvolver a industrialização de seus países. A análise de Hobsbawm aproxima-se da leitura do sociólogo brasileiro Octavio Ianni, que publicou artigos na *Revista Brasiliense* defendendo a ideologia da “questão nacional” como de interesse principalmente da burguesia nacional. Para os comunistas, de forma geral, e em especial para os membros do PCB, o nacionalismo deveria beneficiar, sim, a burguesia para que esta aprofundasse as modernizações da sociedade no sentido de desenvolvimento do

capitalismo no país; no entanto, concluída essa “etapa”, seria possível caminhar em direção ao socialismo. Esta postura solidificara-se entre o pensamento comunista internacional nas décadas de 1930 e 1960 e favorecia, em alguns momentos, táticas políticas de aliança com a burguesia nacional e outros setores, como classe média, militares, etc.

No Brasil, assim como em outros países, a “questão nacional” era a linguagem utilizada por grupos políticos para ascenderem ao poder estatal e, assim, executarem seus projetos para o país. Enquanto fenômeno sócio-histórico, foi um dos movimentos que se dispôs a unificar diferentes setores sociais e políticos contra um “inimigo em comum”, visando a diluir diferenças contra uma suposta ameaça, seja ela interna, os “traidores da pátria” (os “oligarcas” nas décadas de 1920 e 1930 e os “entreguistas” nas décadas de 1950 e 1960), ou externa, ou seja, o “imperialismo”, os “trustes”, etc. Em situação inicial, os movimentos nacionalistas impulsionaram a formação dos Estados Nacionais, porém, mesmo depois de consolidada esta primeira fase, o movimento continuou existindo em diferentes lugares com a intenção de influenciar as políticas públicas governamentais, conforme demonstrou esta pesquisa ao resgatar os significados do “nacionalismo estatista” da *Revista Brasiliense*.

O conceito de nacionalismo carrega em si, como demonstrado nesta dissertação, uma gama de possibilidades políticas dentro do seu “guarda-chuva” semântico, que variam desde o fascismo, passando pelo liberalismo, até o comunismo. Foi essa enorme multidimensionalidade que transformou esse discurso numa força tão flexível e persistente na vida política contemporânea, permitindo que a ele se associasse eficazmente tantas ideologias. O que o fez forte e abrangente, por outro lado, também o fez “fraco”, pois conforme apontado pelos próprios agentes históricos em questão, a falta de “significados precisos” dificultava o “acesso” ao horizonte desejado ao mesmo tempo que permitia o “sequestro” do conceito pelos “adversários”. O trabalho de “definir os significados” foi um dos objetivos por trás do projeto da *Revista Brasiliense*.

Para os intelectuais envolvidos com o periódico, o nacionalismo não era apenas uma linguagem que utilizavam para propagar significados sobre a realidade nacional, mas era também uma identidade, isto é, um espaço de sociabilidade e de atuação no meio cultural da intelectualidade paulista, em especial, entre a elite que se comunicava e se reconhecia por meio destas propostas para o país. Conforme

visto em um segundo momento deste trabalho, a Editora Brasiliense de propriedade de Caio Prado Júnior era o *locus* de sociabilidade de parte da intelectualidade de esquerda paulistana, que continha sujeitos de enorme prestígio no meio cultural, como Sérgio Milliet e Monteiro Lobato, e outros do Partido Comunista, como Nabor Caires de Brito e Elias Chaves Neto, etc. Muitos intelectuais, oriundos da USP, aproximavam-se do espaço da editora e do contato de Caio Prado. O recrutamento desses sujeitos funcionava com duplo sentido: o notório historiador conseguia adeptos para seu projeto político nacionalista e, ao mesmo tempo, tinha autores que poderiam produzir e alavancar as obras da editora em seu nome. As estratégias de atuação intelectual perpassavam o político e se interligavam ao econômico e ao social.

Para esses jovens autores, o “recrutamento” era a oportunidade de publicar obras e de estar próximo dos círculos culturais de prestígio da cidade. Para muitos, recém egressos da universidade, as relações de amizade e militância poderiam trazer benefícios para a carreira acadêmica ou para a vida profissional, como foi visto no caso de Fernando Pedreira e de Heitor Ferreira Lima – apenas para citar dois exemplos. Conseguiram indicações para cargos públicos e empregos em grandes veículos de comunicação graças ao envolvimento prévio na imprensa e na militância comunista das décadas de 1940, 1950 e 1960. A linguagem política que compartilhavam era uma forma de compreender e organizar o mundo ao mesmo tempo que reforçava o grupo identitário de “intelectual nacionalista” ao qual pertenciam.

Em termos de propostas, a *Revista Brasiliense* esteve próxima do Partido Comunista, do qual a maior parte dos membros do grupo dirigente fazia parte. Eles defenderam aquilo ao qual Daniel Aarão chamou – acertadamente na minha visão - de “nacional-estatismo”, ou seja, o protagonismo do Estado como motor do desenvolvimento econômico, o qual, a partir do planejamento e de investimentos, levaria à industrialização e ao progresso do país.

Demonstrando haver mais de um “idioma” (POCOCK, 2013) dentro do projeto da *Brasiliense*, aqueles intelectuais que eram professores da USP ou que tinham carreiras acadêmicas na universidade, como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, escreveram artigos analisando o nacionalismo de forma acadêmica, como um fenômeno a ser estudado, embora não se opusessem diretamente às diretrizes

políticas matizadas nos editoriais, geralmente escritos por Elias Chaves Neto ou Caio Prado Júnior.

Este último produziu alguns “lances” (POCOCK, 2013) em relação ao discurso político da época. Desde muito cedo, de acordo com aquilo visto capítulo 1, Caio Prado teve divergências com o “partidão” sobre a análise da situação agrária no país, pois não acreditava nos “restos feudais”, tese defendida pelo partido e por alguns intelectuais da *Brasiliense*. O autor, ao longo da publicação, escreveu uma série de textos para defender a extensão da legislação trabalhista para o campo ao invés de ressaltar a reforma agrária. A postura divergente do intelectual paulista encontrava alguma reverberação no interior da publicação, mas de forma alguma era consensual, nem entre aqueles que compunham o grupo dirigente, isto é, o conselho de redação. De forma geral, Caio Prado era um dos autores que tinha prestígio – isto é, meios culturais, econômicos e sociais – para tentar expandir em termos de significado a compreensão que havia sobre o nacionalismo da época, pois além de criticar a “questão agrária” dos comunistas, também havia feito críticas à atuação político-eleitoral do PCB e a sua crença “ingênua” na atuação da burguesia nacional como elemento de transformação das estruturas econômicas nacionais.

As posições do historiador em relação a esses temas, tomadas ao longo da publicação, foram, como dito anteriormente, sistematizadas no livro *A Revolução Brasileira* de 1966, quando após o fechamento da revista pelo golpe civil-militar de 1964, o autor gerou uma das análises significativas para a militância de esquerda crítica à posição do Partido Comunista, que havia se aproximado do governo João Goulart no apoio às Reformas de Base.

Intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, João Cruz Costa, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, mesmo que não tenham recebido destaque na orientação política da *Revista Brasiliense* tiveram importância, divulgando artigos e aumentando a circularidade de significados associados ao projeto político da publicação. Representavam, de forma mais geral no contexto histórico brasileiro, a ascensão do discurso científico e acadêmico no meio intelectual brasileiro, aquilo que se chamou de pensamento radical de classe média (BRANDÃO, 2010), pois esses autores – especialmente nos anos vindouros ao fim da publicação - terão grande destaque nos espaços intelectuais.

Olhando por esse prisma, da diferença de atuação e até mesmo de gerações, talvez o projeto político da *Revista Brasiliense* estivesse muito ancorado nos ideais

daqueles sujeitos que experienciaram o fim do Estado Novo, como Caio Prado, Elias Chaves Neto e Heitor Ferreira Lima, e que acreditavam em um projeto de esquerda de “união nacional” para influenciar o Estado brasileiro. Como estavam inviabilizados, nas décadas de 1940 e 1950, de atuarem por dentro do Partido Comunista, enxergariam na nova publicação a possibilidade de retomar os princípios elaborados desde o fim da ditadura estadonovista, quando Caio Prado, por exemplo, fez parte dos movimentos que pretendiam unificar as esquerdas, e que acabou culminando na criação da UDN e do PSB. Pensando dessa forma, o fim da *Revista Brasiliense* foi, de certo modo, a crise dessa possibilidade de união. Ela acompanhou a própria crise da democracia brasileira nas décadas de 1950 e 1960, na qual a descrença na atuação político-parlamentar era generalizada, e a radicalização, acentuada por elementos externos e internos, dificultou as interações entre os sujeitos para compartilhar significados utilizando a bandeira de congregação do “nacionalismo”.

A queda do “projeto desenvolvimentista”, simbolizada pelo exílio de João Goulart em 1964, parecia anunciar a dificuldade crescente, encontrada entre os intelectuais da publicação de, por um lado, alcançar o “povo” com a massificação dos seus ideais políticos e, por outro, da própria disputa e “rompimento” entre diferentes setores intelectuais e de esquerda, que às vésperas do golpe civil-militar também se fragmentavam. Finalmente, o “golpe militar” ocorria, mas não dentro da perspectiva do militarismo de esquerda que, em determinado momento, a revista chegou a vislumbrar no horizonte político do Brasil. O golpe derrubava a democracia ao mesmo tempo em que “exilava” boa parte dos significados pertencentes a uma linguagem nacionalista à esquerda.

FONTES

Entrevistas

BERNADET, Jean Claude. Entrevista ao projeto Memória do cinema documentário brasileiro: histórias de vida. 2013. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/memoria-documentario/jean-claudebernardet>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

CARDENUTO, Reinaldo. Os anos 1960 em revisão: um depoimento de Maurice Capovilla. *Rebeca-Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, v. 2, n. 2, 2016.

KNISPEL, Gershon. Entrevista ao autor em julho de 2015, São Paulo.

Livros de relatos, diários e memórias

CARDOSO, Fernando Henrique. *O improvável presidente do Brasil: recordações*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PEDREIRA, Fernando. *Entre a lagoa e o mar. Reminiscências*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2016.

Dicionários

Dicionário de Autores Paulistas. São Paulo, 1954.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acessado: 15 de fevereiro de 2017.

Dicionário de Cineastas Brasileiros. MIRANDA, Luiz F.A. São Paulo: ART EDITORA, 1990.

Periódicos

Revista Brasiliense, 51 exemplares do periódico de circulação nacional publicado entre 1955 e 1964.

Revista Fundamentos, publicada entre 1948 e 1955. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acesso em: 3 de março de 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMATTI, Margarida Maria. Crítica ensaística e resistência política em Jean-Claude Bernardet: o caso Lição de Amor. Galáxia. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*. n. 27, 2014.

ALMDEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2014.

AMARAL LAPA, José Roberto do. *Historiografia Brasileira Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1976.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANTES, Paulo Eduardo. Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti. In: DE MORAES, João Q. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v.2.

ARAÚJO, Angela M. C. *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

AZAR FILHO, Celso Martins. *O modernismo brasileiro e Montaigne: a Antropofagia de Oswald de Andrade*. *Periferia*, v. 3, n. 1, p. 38-45, 2011.

ARIAS, Santiane. Astrojildo Pereira e a revista Estudos Sociais. *Revista Novos Rumos*, n. 44, 2012.

AQUINO, Ítalo de. *A Revista Brasiliense e a estratégia nacionalista*. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo, 1996.

AZAR FILHO, Celso Martins. O modernismo brasileiro e Montaigne: a Antropofagia de Oswald de Andrade. *Periferia*, n. 1, p. 38-45, 2011, v. 3.

AZEVEDO E SILVA, Angelissa. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BEIGUELMAN, Paula. A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro. In: D'INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Unesp: Brasiliense, 1989.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOBBIO, Norberto. "Elites, teoria das". BOBBIO, MATEUCCI, PASQUINO. *Dicionário de política*. 5ª ed., Brasília: UNB, 1993. p.385-391.

BRANCO, Adriano Murgel (org.). *Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estatísticas do Século*. Rio de Janeiro: 2006.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. In: *Revista Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, 2005.

CZAJKA, Rodrigo. Resenhando ideologias: cultura e política em tempos de golpe. *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 40, p. 37-47, 2004.

CALIL, Gilberto. O Populismo e a Hegemonia Burguesa na América Latina. In PADRÓS, Enrique Serra & CALIL, Gilberto. (orgs.). *Revista História e Luta de Classes*. Ano 3, Edição n.4. Julho de 2007.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lúcia. *O bravo matutino: Imprensa e ideologia: O jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1922 a 1943)*. São Paulo: Difel, 1982, v. 1.

CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943 a 1964)*. São Paulo: Difel, 1982, v. 2.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, e *Controversia (1978-1984)*. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Posfácio*. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CASTILHO, Márcio de Souza. A presença da Esso na imprensa brasileira. *Rumores-Revista de Comunicação, Linguagem e Mídias*, v. 2, n. 1, 2009.

CASTRO GOMES, Angela de. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva história*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (org) *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro, FGV, 200

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2006

CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. *Intelectuais e exílios: confronto de resistências em revistas culturais: Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1978 – 1984)*. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2013.

CRESPO, Regina (Coord.). *Revistas em América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México, D.F: Unam-Centro de Investigación sobre América Latina y el Caribe, 2010.

DE PAULA, Maria de Fátima Costa. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo social*, v. 14, n. 2, p. 147-161, 2002.

DELGADO, Lucilia de Almeida N. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, J. & REIS FILHO, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920 – 1940). In: RIDENTI, M. & REIS FILHO, D. *História do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002, v. 5.

DOCKHORN, Gilvan V. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: EDIPURS, 2002.

D'ONOFRIO, Sílvio César T. *Fontes para uma biografia intelectual de Edgar Cavalheiro*. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – USP, São Paulo, 2012.

EARP, Fábio Sá & PRADO, Luiz Carlos D. Celso Furtado. In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de estudo do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, UFRGS, n.13, dez. 1995.

ELMIR, Cláudio Pereira. História política e história do presente: uma contribuição para o debate. *Logos: Revista de Divulgação Científica*, Canoas: ULBRA, v. 11, n. 1, maio 1999.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FREITAS, Marcos. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GAMA, Lúcia Helena. *Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo, 1940-1950*. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

GARCIA, Marco Aurélio. Um ajuste de contas com a tradição. In: D'INCAO, Maria Ângela. *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed.UNESP, 1991.

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. *Sérgio Milliet, crítico de arte*. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

GOULDNER, Alvin. *Los dos marxismos. Contradicciones y anomalias en el desarrollo de la teoría*. Madrid, Alianza, 1985.

GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. *Revista Maracan*. Ano I, nº1, 1999/2000.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. *O atual e o inatual em Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação (Mestrado em História) – UFP, 2012.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 4ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARTOG, François. O tempo desorientado: Tempo e história. "Como escrever a história da França?". *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, v.5, n.7, 1997.

HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945 – 1965)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HEINZ, Flavio M. (org.). *Para uma outra história das elites. Ensaio de prosopografia e política*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

HEINZ, Flávio M. *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOBBSAWM, Eric. 6.ed. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLLANDA, Heloisa B. de & GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IANNI, Octavio. *A Formação do Populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João (orgs.) *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos 50. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KÖNIG, Hans-Joachim. *Nacionalismo y nación en la historia de Iberoamérica. Cuadernos de historia Latinoamericana*. Nº8. AHILA. Asociación de historiadores latinoamericanistas Europeos Europeus, 2000.

KOSHIYAMA, Alice M. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2011.

LAMPAZZI, Ulisses Pinheiro. *Em busca do Império: a trajetória intelectual e política de Eduardo Prado*. Dissertação (Mestrado em História) – USP, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMONGI, Fernando Papaterra. *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 5, 1987.

LUCA, Tania R. de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

LUCA, Tania R. de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCA, Tania R. de. *Leituras, projetos e (re)vistas(s) do Brasil (1916-1944)*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LUCA, Tania R. & MARTINS, Ana. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo : Contexto, 2012.

LIMA, Heitor Ferreira. *Revista Brasiliense: Sua Época, seu Programa, seus Colaboradores, suas Campanhas*. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LINTEAU, Paul-André. Representação política em Montreal, 1880-1914: evolução de uma elite municipal. In: HEINZ, Flavio M. (org). *Para uma outra história das elites. Ensaio de prosopografia e política*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

MANTEGA, Guido. Marxismo na Economia Brasileira. In: DE MORAES, João Q. (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v.2.

MARRECA, Pedro Paiva. *Celso Furtado: a democracia e o ideário político nacional-desenvolvimentista*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRJ, 2014.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, v. 17, 2002.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. *Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Notas sobre uma publicação comunista independente: a Revista Brasiliense. *Revista Urutágua*, Maringá, Centro de Estudos Sobre Intolerância, 2004.

MORAES, João Q. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS FILHO, D. [et al.]. *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v.1.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MORAES, João Q. de. A evolução da Consciência Política dos Marxistas Brasileiros. In: MORAES, João Q. de (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v.2.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50*. Revista Brasileira de História. Rio de Janeiro: vol.18, n.35, p. 329-360, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933 – 1974)*. 6 ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira: Os ensinamentos desde a crise dos anos 30. *Economia Contemporânea*, n. 1, 1997.

MUNTEAL, O., VENTAPANE, J. & DE FREIXO, A. (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. Forjando a revolução, remodelando o mercado: arte engajada no Brasil (1956-1968). In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

NETTO, Evaristo Giovannetti. *Uma trincheira de ideias: a Revista Brasiliense (1955 – 1964): a urdidura de um pensamento político de esquerda*. Tese (Doutorado em História – PUCSP, 1998.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PAMPLONA, Marco A. & Doyle, Don H. *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PAULA, João Antônio de. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. *Pesquisa e Debate*. São Paulo: v. 17, n. 1, p. 1-19, 2006.

PERICÁS, Luiz B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a ação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO, Paulo S. & DEL ROIO, Marcos (orgs.). *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Comunicação, cultura de esquerda e contra-hegemonia: o jornal Hoje*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2006.

PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917 – 1991)*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

PORTELLA JÚNIOR, Onofre Alves. *Desenvolvimento Brasileiro: O olhar de Caio Prado Junior na Revista Brasiliense (1955 - 1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCSP, São Paulo, 2012.

PORTUGAL, Silvia. *Contributos para uma discussão do conceito de redes na teoria sociológica*. Oficina do CES: publicação seriada do Centro de Estudos Sociais. Coimbra, Portugal, Universidade de Coimbra, n.271, 2007.

PRADO JÚNIOR, CAIO. *A Revolução Brasileira*. 2ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

PRADO JÚNIOR, CAIO. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

REIS FILHO, D. [et al.]. *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v.1.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, M. & REIS FILHO, D. *História do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

RENAN, Ernest. Qué és una nation? In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.) *La invención de la Nación*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIEDNER, D. D. T., & PEREIRA, J. H. A Heterogeneidade das Elites Brasileiras e as Estratégias Distintas na Obtenção do Sucesso Escolar. *Revista Contexto & Educação*. Ano 27, n. 87, janeiro-junho, 2012.

ROCHA, Antonio Penalves. Heitor Ferreira Lima: militante e historiador. In: PINHEIRO, Paulo S. & DEL ROIO, Marcos (orgs.). *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROY, Fernande e SAINT-PIERRE, Jocelyn. A alta redação dos jornais do Quebec (1850 - 1920). In: HEINZ, Flavio M. (org.). *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro, FGV, 2006

SANTANA, Marco A. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

SANTOS, Raimundo. Crise e Pensamento Moderno no PCB dos anos 50. In *REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.) História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, vol.1.

SANTOS, R & COSTA, L. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias pedagógicas no Brasil*. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHERER-WARREN, Lise. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Angelissa T.A. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional.. In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

SILVA, Fernando T. da & SANTANA, Marco A. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J. & REIS, D. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

SILVEIRA, Cássia. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Literário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, Helder Gordim da, ABREU, Luciano Aronne de, MANSAN, Jaime Valim (orgs.). *História e ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1996.

SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Miraflores: Difel, 2005.

SMITH, Anthony D. *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, Ângela Maria. *O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense (1955-64)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCSP, São Paulo, 2004.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba. n. 39, jun. 2011, v.19.

TRINDADE, Hélió. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

VIEIRA, Margarida L. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947 – 1965). In: RIDENTI, M. & REIS FILHO, D. *História do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

WALDMAN, Thaís Chang. A São Paulo dos Prados. *Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, n. 13, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, 1990.

WASSERMAN, Claudia. A Revista Brasiliense e os debates da esquerda brasileira entre 1950 e 1960. *Revistas em América Latina: projectos literários, políticos e culturais*. Mexico, D. F.: UNAM: Eón, 2010.

WASSERMAN, Claudia. *Palavra de Presidente*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

WASSERMAN, Claudia. *Nações e nacionalismo na América Latina: desde quando?*. Porto Alegre: Linus, 2013.

WASSERMAN, Claudia. Ideologia e política: o papel dos intelectuais orgânicos. In: SILVEIRA, Helder Gordim da, ABREU, Luciano Aronne de, MANSAN, Jaime Valim (orgs.). *História e ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

WASSERMAN, Claudia & Devés-Valdés, Eduardo. *Pensamento latino-americano: além das fronteiras nacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de geração de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília: v. 25, n. 2, maio-agosto, 2010.

WIDER, Maria Célia. *Caio prado Jr.: um intelectual irresistível*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

WILLIAMS, Raymond. A Fração Bloomsbury. *Plural*. São Paulo: Revista do Curso de Pós Graduação em Sociologia USP, 1 semestre de 1999, n. 6, p. 139-168.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILSON, Martins. *História da Inteligência Brasileira, Volume VI (1915-1933)*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

ZIEMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, nº 4, junho/85.